

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP**

**RUBIANA NASCIMENTO VIANA**

**TRAJETOS E TRAJETÓRIAS:**

**GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO USO DO ESPAÇO URBANO POR  
TRABALHADORAS AMBULANTES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**  
**ABRIL – 2022**

**RUBIANA NASCIMENTO VIANA**

**Trajetos e Trajetórias:**

Gênero, raça e classe no uso do espaço urbano por trabalhadoras ambulantes em  
Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

**Campos dos Goytacazes – RJ  
Abril – 2022**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

V614

Viana, Rubiana Nascimento.

TRAJETOS E TRAJETÓRIAS : GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO USO DO ESPAÇO URBANO POR TRABALHADORAS AMBULANTES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rubiana Nascimento Viana. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

229 f.

Bibliografia: 220 - 229.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Paulo Rodrigues Gajanigo.

1. Gênero . 2. Raça . 3. Classe. 4. Trabalho ambulante . 5. Espaço urbano . I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

### **Trajetos e Trajetórias:**

Gênero, raça e classe no uso do espaço urbano por trabalhadoras ambulantes em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

Aprovada: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caterine Reginensi  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tábata Berg  
Universidade Federal de Viçosa

---

Prof. Dr. Lenin dos Santos Pires  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo  
Universidade Federal Fluminense  
(Orientador)

## DEDICATÓRIA

A Edson e Wilson, *in memoriam*.

*Vou nesse voo*  
*Eu não levo peso*  
*Só levo asa*  
Tribalistas - Anima

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas fizeram parte desta trajetória e todas elas merecem ter seus nomes aqui.

Minha mãe Cristiane, por ter sido a força criadora e meu filho Mathias por ter sido a força motivadora. A força do vento e a energia do fogo.

Minha avó Marlene, a nossa matriarca. Início, meio e fim.

Meu pai Ediberto, meu irmão Matheus, meu tio Cristiano e minha tia Luciane por serem pontos cruciais nessa imensa rede de apoio que me acolheu, me ajudou, me sustentou e permitiu que eu chegasse até aqui.

Lys, Eduardo, Maiara e Beatriz pela amizade e parceria de sempre, segurando as mãos e as pontas sempre que a peteca ameaçava cair.

Ao Pretaspsi, meu coletivo e a estrutura que me segura nos caminhos acadêmicos e políticos.

Às professoras Barbara Machado Breder e Tábata Berg por terem ajudado a cimentar o caminho, não com concreto, mas com flores vivíssimas.

A Caterine Reginensi e Lenin Pires por terem aceitado participar da minha banca e contribuírem para a consolidação do meu sonho.

Paulo Gajanigo, meu orientador, obrigada por ter sido companheiro nessa jornada. Te devo um café, ou milhão deles.

À Wania Mesquita e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal Fluminense.

A todos que estiveram de certa forma envolvidos no processo.

À Deus, à Virgem Maria, a São Jorge e aos anjos que nos protegem e guiam. Aos mistérios que guardam as ruas, aos axés que guardam meus caminhos.

Obrigada!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender de que forma questões e conflitos de gênero, raça e classe se fazem presentes no cotidiano da cidade avaliando para isso a movimentação de mulheres negras trabalhadoras ambulantes no centro de Campos dos Goytacazes, considerando discursos, trajetórias de vida e trajetos, inspirando-se no método etnográfico e valendo-se da cartografia social como instrumentos metodológicos para atingir tal objetivo. O processo de pesquisa envolveu compreender de que forma as questões de gênero e raça ordenam a cidade promovendo a segregação urbana em um contexto histórico, bem como estabelecer os trajetos e os locais escolhidos para o trabalho e o motivo desta escolha, a descrição e a compreensão da relação destas mulheres com o trabalho e a identificação de táticas cotidianas (DE CERTEAU, 1998) utilizadas por elas para lidar com os efeitos do racismo e do sexismo no cotidiano do seu trabalho. Percebe-se com isso que embora as sociabilidades dos espaços urbanos e a própria rede de sociabilidades que estas trabalhadoras compõem quando na cidade seja diretamente atravessada pelo estigma, tanto de raça quanto de gênero e de classe, elas operam, em distintos momentos, contra-usos da norma estabelecida que tornam possível a vida e o trabalho no *lugar* (SANTOS, 2006).

**Palavras-chave:** Gênero. Raça. Classe. Trabalho ambulante. Espaço urbano.

## ABSTRACT

The aim of this work is to understand how gender, race and class issues appear in the daily life of the city, evaluating for this the movement of black women street vendors in Campos dos Goytacazes city center. It is condired, for this purpose, speeches, life trajectories and paths, using ethnographic inspiration and social cartography. It is discussed how gender and race issues order the city, promoting urban segregation in historical context, as well as establishing the pathways and places chosen to work. It is identified the reasons for these choices, understanding the relationship of these women with its works and the everyday tactics (DE CERTEAU, 1998) used by them to deal with racism and sexism effects in daily work. It can be observed that, although the sociabilities of urban spaces and the very network of sociabilities that these workers produced in the city is directly crossed by stigma, they react to this ace and gender and class stigmas , at different times, using the established norms that make life and work possible in this place (SANTOS, 2006).

**Key-words:** Gender. Race. Class. Street work. Urban space.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rua Manoel Teodoro, 79 em 1996.....	13
Figura 2 - Rua Manoel Teodoro, 79 atualmente.....	13
Figura 3 - Perto e longe de tudo.....	15
Figura 4 - Mapa I.....	18
Figura 5 - Mapa II.....	20
Figura 6 - Carrinho de água de côco de Dona Núbia.....	74
Figura 7 - Carrinho de pipoca de Iva.....	75
Figura 8 - Antigo camelódromo.....	78
Figura 9 - Camelôs ao lado do antigo camelódromo.....	79
Figura 10 - Outros camelôs da Barão do Amazonas.....	80
Figura 11 - Mapa de Campos dos Goytacazes.....	97
Figura 12 - Mapa da expansão urbana de Campos.....	106
Figura 13 - Mapa da distribuição da população negra por bairro em Campos.....	107
Figura 14 - Centralidade e periferia em Campos.....	108
Figura 15 - Manchete sobre ambulantes.....	114
Figura 16 - Mapa III.....	115
Figura 17 - O ponto das vans.....	118
Figura 18 - Manchete sobre auxílio emergencial.....	119
Figura 19 - Agência da Caixa Econômica.....	120
Figura 20 - Mapa IV.....	121
Figura 21 - Ponto de ônibus que marca início e fim do trajeto.....	122
Figura 22 - Mapa populacional de Campos.....	124
Figura 23 - Mapa da renda per capita nos bairros.....	125
Figura 24 - A calçadas estreitas do centro da cidade.....	127
Figura 25 - Mapa V.....	134
Figura 26 - Mapa VI.....	134
Figura 27 - Mapa VII.....	135
Figura 28 - Mapa VIII.....	135

Figura 29 - Mapa IX.....	136
--------------------------	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UFF – Universidade Federal Fluminense

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CODEMCA – Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos

MEI – Microempreendedor Individual

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>1 MULHERES NEGRAS E O TRABALHO AMBULANTE NO BRASIL</b>	33
1.1 Uma contextualização histórica: mulheres negras no período escravista	35
1.1.1 Do escravismo ao capitalismo: a representação do trabalho na vida da população negra	40
1.1.2 População negra e transição para o trabalho livre em Campos	49
1.2 Mulheres negras trabalhadoras ambulantes: à primeira vista	58
1.2.1 Conhecendo as agentes da pesquisa: “à segunda vista”	59
1.2.2 A experiência com trabalho doméstico e alternativa ambulante: gênero, raça e mercado de trabalho	67
1.3 Pistas cotidianas: o fazer ambulante e o sentido do trabalho	74
1.3.1 Outras ambulantes, outras perspectivas: as ambulantes ocasionais	82
<b>2 CIDADE E IDEOLOGIA: A RIQUEZA DA VIDA COTIDIANA</b>	90
2.1 A cidade, o urbano e a organização do espaço	92
2.1.1 Raça e gênero na organização do espaço urbano	97
2.1.2 A constituição do espaço urbano em Campos e o aspecto racial: uma breve análise	102
2.1.3 Mulheres negras nas cidades: raça, gênero, classe e espaço urbano	114
2.2 A vida no e do espaço: agentes do lugar	119
<b>3 A HISTÓRIA CONSTRUÍDA NO LUGAR</b>	148
3.1 Perspectivas sobre o reconhecimento	148
3.2 Redes de sociabilidade ambulante: criando vínculos no lugar	152
3.3 Quando entre mulheres negras...	162
3.4 Considerações sobre o espaço vivido: as sociabilidades do lugar	167
3.5 O estigma como fronteira: o reconhecimento de uma carreira	170
3.6 Táticas e estratégias: um cotidiano vivo	188
3.6.1 Astúcias e modos de fazer	192
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	202
<b>5 REFERÊNCIAS</b>	209

## INTRODUÇÃO

A cidade enquanto fenômeno geopolítico é palco de questões e conflitos de distintas dimensões da vida social. Essa pesquisa buscou compreender de que forma as categorias gênero e raça atravessam o cotidiano e a vida na cidade a partir da análise da movimentação realizada por mulheres negras trabalhadoras ambulantes que atuam na região central de Campos dos Goytacazes, considerando para isso discursos, histórias, trajetos, as principais dificuldades presentes nessa relação, e não obstante, as táticas (DE CERTEAU, 1998) empreendidas por essas mulheres em seu uso cotidiano do espaço urbano.

A escolha por estas mulheres em específico se deu pois questões inerentes à raça e racismo sempre se fizeram presentes na minha trajetória acadêmica, uma vez que *sou também uma mulher negra*. Assim, o debate racial que tenho praticado inclui repensar não somente o lugar da população negra na sociedade, como também o meu próprio lugar. Daí a minha vontade de seguir pesquisando essa problemática. As questões de gênero, por mais incrível que pareça – já que não sou apenas *negra*, sou uma *mulher* – surgiram depois, aos poucos, por assim dizer. Embora muitos aspectos da minha vida estivessem circunscritos por questões de gênero, especialmente pela minha maternidade precoce, me vi em muitos momentos priorizando a problemática racial. A verdade é que muitas mulheres negras se veem igualmente divididas quando precisam pensar sobre movimento negro e feminismo, encontrando dificuldades por um lado em discutir sobre a vida das mulheres em uma sociedade patriarcalista no interior dos movimentos negros, e por outro, em discutir o racismo que atravessa e delimita a vida das mulheres negras dentro dos movimentos feministas. Tendemos, nesse sentido, a nos alocar entre os nossos irmãos negros, onde nos sentimos mais seguras dos males que a problemática racial nos incute, sempre muito dolorosos (GONZALEZ, 2020).

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por

exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. (GONZALEZ, 2011 [1988b], p. 18 *apud* BERG, 2020, p. 106)

Preciso admitir que há um conforto muito maior em olhar nos olhos de alguém e reconhecer, apenas nesses segundos em que o olhar se toca, que este alguém entendeu de imediato uma situação de tensão racial que se passou. É, de longe, muito mais cômodo do que perder horas a fio com alguém que por vezes não consegue se reconhecer racista, isso é verdade. Outras pessoas negras poderão se reconhecer igualmente nessas situações. Mas todo esse conforto não faz desaparecer as violências de gênero. Elas permanecem lá, veladas ou escancaradas, e eu passei a me incomodar assombrosamente com a possibilidade, por menor que fosse, de me *acostumar* com elas. Esse incômodo aumentou significativamente quando me vi diante das provocações de bell hooks (2020) e de Lélia Gonzalez (2020) sobre essas mesmas questões. De modo brilhante, ambas as pensadoras-ativistas expõem as contradições que atravessam a vida das mulheres negras socialmente engajadas na luta contra as desigualdades, apontando para aqueles momentos onde uma escolha *entre* movimento negro e movimento feminista parece inevitável, bem como conflitos que permeiam o envolvimento de mulheres negras em ambos os setores: se no movimento negro nossas demandas sobre igualdade de gênero podem ser frequentemente negligenciadas, no movimento feminista, são as questões raciais que são ignoradas em nome de uma suposta igualdade, em si, excludente – quiçá *elitista*. Estamos, enquanto mulheres negras, em um lugar de *encruzilhada*, no ponto onde se encontram diferentes dimensões de opressão e exploração. Se no que diz respeito à raça somos relegadas aos estratos sociais mais pauperizados, fato que expõe a relação íntima entre raça e classe social no Brasil, quando pontuamos os efeitos de gênero nessa relação outros aspectos evidenciam a condição de vulnerabilidade das mulheres negras no país, amarrando as desigualdades de classe e raça à estrutura patriarcal de distribuição de poder. Homens *acima* das mulheres, negros *acima* de brancos e somos empurradas, pela relação intrínseca e vívida dessas categorias, para a base da pirâmide hierárquica social brasileira: as mulheres negras representam o grupo

social em maior vulnerabilidade nos indicadores sobre acesso e presença no mercado de trabalho e são as principais impactadas pela desigualdade de renda, expostas à pobreza financeira<sup>1</sup>. Cabe dizer que tais categorias não operam sozinhas – longe disso: o processo de análise das categorias sociais gênero, raça e classe deve considerá-las de modo simultâneo para que uma interpretação profunda do mundo social seja possível (BIROLI & MIGUEL, 2015).

Não por acaso a Interseccionalidade<sup>2</sup> enquanto ferramenta analítica tornou-se fundamental para essa pesquisa ao propor reconhecer os aspectos que, ao atuarem de maneira conjunta, impactam as possibilidades de vida dos sujeitos diversos em toda sua pluralidade, ampliando as análises para além da categoria classe. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), em seu mais recente livro, pontuam que a grande popularidade do termo – cuja amplitude tornou-se global – gerou uma dificuldade para se definir de modo unívoco o que a Interseccionalidade de fato é, embora seja consenso entre os diferentes sujeitos que dela fizeram e fazem uso de que esta se trata de uma ferramenta analítica cujo objetivo é considerar os diferentes aspectos que impactam a vida humana de modo inter-relacionado. Tal como definem as autoras:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS & BILGE, 2020, pp. 15-16)

Essa ferramenta funciona muito bem quando uma questão exige pensar aspectos e perspectivas que, embora distintas, se encontram em diferentes momentos. A análise interseccional permite identificar problemas sociais, sendo reivindicada também como importante ferramenta de análise das desigualdades sociais a nível global e das desigualdades econômicas que refletem essa mesma

---

<sup>1</sup> Segundo o Retrato das Desigualdades Sociais por gênero e raça (IPEA) que analisou os dados de 1995 a 2015 e segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, de 2019 e 2020.

<sup>2</sup> Escrevo Interseccionalidade com a letra inicial maiúscula para demarcar a representação deste termo, que aqui se refere a ferramenta analítica fundamental para a pesquisa.

escala, nos possibilitando perceber a disparidade de riqueza não apenas como uma questão de classes, mas de raça, gênero, cidadania e outros aspectos, pontuando a interconexão entre esses sistemas de poder. Partindo dessa premissa, análises sobre as desigualdades de classe necessariamente precisam reconhecer desigualdades de gênero e raça, uma vez que o próprio capital é considerado interseccional, estando o acúmulo de riqueza incorporado às estruturas de raça e de gênero (EISENSTEIN, 2014 *apud* COLLINS & BILGE, 2020).

Em paralelo à Interseccionalidade temos o conceito de *consubstancialidade das relações sociais*. O termo proposto pela feminista marxista francesa Danièle Kergoat busca, assim como a Interseccionalidade, analisar o entrecruzamento de distintas categorias sociais, mas compreendendo que estas imprimem marcas umas nas outras e se constroem mutuamente, gerando um “nó” nos grupos que atravessam ao se relacionarem de modo dinâmico (KERGOAT, 2010). Helena Hirata (2014) propõe uma análise crítica comparativa interessante da Interseccionalidade em relação à *consubstancialidade*: tanto a perspectiva substancial quanto a da Interseccionalidade partilham da premissa de que os pressupostos da neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência frequentemente incorporam a visão de mundo dos homens ocidentais membros das classes dominantes, o que traz à tona a necessidade de um *conhecimento situado* que considere um ponto de vista próprio da conjunção de experiências das relações de poder que perpassam gênero, classe e raça (p. 61). Para Hirata, enquanto a substancialidade parte da conjunção dos conflitos de classe e gênero, e em função disso, acaba negligenciando o caráter racial, na Interseccionalidade o que têm-se é uma ênfase maior na conjunção dos aspectos de raça e gênero, que resulta em menor ênfase na classe social, mas apesar de essas distinções gerarem implicações teóricas e políticas nas duas teorias, ambas partem da premissa da não hierarquização das formas de opressão (p. 63).

Hirata salienta que as mais pertinentes das críticas de Kergoat são o fato de a maior parte dos teóricos da Interseccionalidade não partirem das relações fundamentais em suas análises – gênero, classe, raça –, deixando de abordá-las em sua complexidade e de compreender a relação dinâmica entre elas presente, mas



Kergoat critica ainda a não dinamização das relações sociais, que se constituem na Interseccionalidade como categorias fixas; a multiplicidade de pontos de entrada – se na consubstancialidade os principais eixos são gênero, raça e classe, na Interseccionalidade pode-se adicionar religião, nação, sexualidade e tantos outros – que, segundo ela, poderia levar a uma pulverização das dimensões de violência e reprodução das relações de dominação; e a não historicização das dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014).

Kergoat e Hirata levantam pontos pertinentes. No entanto, em minhas análises, quando exponho a constituição da sociedade de classes brasileira através da transição do regime escravista para capitalista e o subsequente mercado de mão-de-obra livre, e reconheço o papel do Estado brasileiro, que enquanto defensor dos interesses das classes senhoriais, agiu abertamente para que a população negra não estivesse incluída nesse circuito, marginalizada e impedida de acessar não apenas os postos de trabalho, mas de ser parte da classe trabalhadora que surgia (MOURA, 1994), sustento a escolha pela Interseccionalidade neste trabalho. O risco de não me aprofundar na complexa teia sócio-histórica que circunscreve a categoria racial nessa pesquisa não se mantém, uma vez que no Brasil, raça e classe encontram-se intimamente imbricados: a população negra, desde os primórdios do capitalismo, seguiu ocupando as mesmas posições subordinadas e aos trabalhos precarizados e insalubres do escravismo, sendo o racismo e a divisão social pela cor da pele elementos fundamentais para o surgimento e manutenção de uma sociedade de classes no país. Na análise da vida das mulheres negras brasileiras tornam-se nítidos os efeitos da intersecção de gênero e raça, sendo raça e classe categorias que no Brasil, se constituíram intrinsecamente. Assim, pode-se afirmar a impossibilidade de se realizar uma análise da vida das mulheres negras no Brasil sem considerar todas essas categorias na mesma intensidade, como demonstram Beatriz Nascimento (2019), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2003;2011) e como veremos nesta pesquisa. Não há como negar a importância do caráter racial quando consideramos o mundo do trabalho no Brasil, mais ainda quando consideramos as desigualdades de gênero – a dinâmica de constituição e

organização estrutural entre as categorias raça e classe é tão forte que qualquer análise que não as considere simultaneamente será parcialmente cega.

Ainda nessa perspectiva, a própria Helena Hirata (2014;2021) reconhece que o sucesso da Interseccionalidade nas academias brasileiras pode estar relacionado à profundidade com a qual já estudávamos relações raciais por aqui, diferente do que ocorreu na França e em outros países onde a consubstancialidade se destaca. A densa discussão acerca do escravismo na constituição do capitalismo brasileiro e do racismo nas diversas dimensões da vida na contemporaneidade – aí incluído o mercado de trabalho – não nos permite deixar a discussão racial em segundo plano. Fato é que a relação intrínseca entre diferentes categorias sociais, especificamente entre raça e classe como aqui pontuamos, não é nenhuma grande novidade, sendo as contribuições de Florestan Fernandes cruciais nesse sentido. De um modo geral, se há um risco de se minimizar classe em detrimento de gênero e raça nas análises interseccionais, ou ainda, de se reconhecê-las como categorias não dinâmicas, o caso brasileiro demonstra a quase impossibilidade de isso ocorrer caso pesquisador realize uma análise sócio-histórica séria e comprometida.

A consubstancialidade de Kergoat e a Interseccionalidade nascem em épocas muito próximas, e têm ambas muito a oferecer. Mas o que me leva a escolher entre uma e outra é, além de toda a potência que a Interseccionalidade possui, a forte identificação entre eu, mulher negra e periférica, e a história, trajetória e circuitos por onde este conceito se fez presente, já que pensar as categorias raça, classe e gênero de modo correlacionado e simultâneo é uma premissa de grande relevância para as pesquisas nacionais já há algum tempo.

Ainda que diferentes pensadores tenham discorrido sobre as desigualdades sociais no Brasil, muitos destes, ao priorizarem apenas uma ou duas categorias em suas análises, reduziram o escopo e a complexidade dos seus resultados deixando em oculto aspectos pertinentes na vida de sujeitos atravessados por distintas formas de opressão e dominação. Vê-se, por exemplo, Hasenbalg, sobre o aumento exponencial na participação das mulheres no mercado de trabalho e sua inserção nas universidades na década de 70, que afirma:

Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional como também *abandonam os setores de atividade que absorvem a força de trabalho menos qualificada e pior remunerada* para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. (HASENBALG & VALLE SILVA, 1984, p. 40 *apud* GONZALEZ, 2020, p.98, grifos da autora)

Lélia Gonzalez pontua que essa afirmação não poderia de modo algum se referir às mulheres negras. A autora recorre aos dados que expunham situação da mulher negra no Brasil entre as décadas de 70 e 80, período analisado por Hasenbalg, onde estas constituíam maioria nos trabalhos manuais, precarizados e mal remunerados quando em comparação às mulheres brancas, bem como as dificuldades das mulheres negras se inserirem em determinados postos de trabalho, onde a “boa aparência” – lê-se, ser branca – era um pré-requisito, e afirma que:

(...) se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favorecem a *mulher*, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela *grande excluída* da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-1964: a mulher negra. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil. (GONZALEZ, 2020, p. 100, grifos da autora)

Percebemos assim que Lélia, ao ampliar os horizontes de análise e incluir a categoria raça na análise da participação das mulheres no mercado de trabalho e nas academias apresenta uma proposição bem mais completa e complexa, que escapou às premissas de Hasenbalg, reduzidas às análises de gênero que revelavam aspectos restritos à vida das mulheres brancas. Esse seria, para Bilge e Collins, um exemplo bastante claro de uma análise interseccional. As autoras reconhecem que o nascimento da Interseccionalidade enquanto ferramenta de análise e ativismo não ocorre no momento em que é nomeada pela primeira vez pela jurista Kimberlé Crenshaw em *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women Of Color (1991)*. Se a celebração de Crenshaw como precursora da Interseccionalidade tem sido recorrente nos circuitos acadêmicos e ativistas, os escritos de Collins (2017) buscam trilhar um caminho distinto, reconhecendo ações interseccionais de diversos sujeitos e grupos ao redor do mundo que ocorreram muito antes de Crenshaw propor o termo. A Interseccionalidade existe enquanto práxis desde muito antes de alguém sugerir um nome, se fazendo presente nos movimentos de mulheres do sul global, nas frentes

asiáticas, latinas e negras em reivindicações que envolviam mais do que proposições de gênero, mas de classe, raça, etnia, religião, casta, e entre outras categorias (COLLINS & BILGE, 2020). As mulheres negras brasileiras organizadas, do mesmo modo, demonstram que a Interseccionalidade enquanto prática e enquanto ferramenta de análise já se fazia presente há décadas em nossas ações.

Para Laura Moutinho (2014), traçar as origens e influências da Interseccionalidade é uma tarefa delicada e enganosa, uma vez que a Interseccionalidade tal como é definida na atualidade, pode ser localizada em distintos autores ao redor do globo que já analisaram diferentes categorias sociais de forma relacionada, como Ruth Landes e seu estudo sobre o Candomblé, incluindo gênero, raça e sexualidade como marcadores, e Adriana Piscitelli em suas proposições acerca da articulação de diferentes eixos analíticos, além da autora zimbabuana Anne McClintock e a indiana Avta Brah. Emanuelle Góes (2019) pontua igualmente a presença da Interseccionalidade em investigações e movimentos de mulheres negras no Brasil ao revisitar os trabalhos de feministas negras como Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ângela Figueiredo e Jurema Werneck, nos quais gênero e raça surgem como categorias fundamentais de análise de condições de vida imbricadas, além disso, com a classe social. Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2015) pontuam que é possível localizar pensadoras e pensadores que já denunciavam o efeito combinado de distintas formas de opressão ao longo do século XX, mas que a década de 1960 marcou a eclosão incontornável dessa perspectiva ao redor do mundo em frentes simultâneas que envolviam o movimento de mulheres, a luta anticolonial, o movimento negro, dentre outros (p. 30) – cabe lembrar que o movimento de mulheres negras no Brasil enfrentava, ainda nesse período, as censuras, violências e restrições da ditadura militar brasileira. Assim, determinar o trabalho de Crenshaw como precursor da Interseccionalidade não apenas ignora todo o ativismo coletivo que propunha ações e análises interseccionais anteriores ao seu escrito, mas culmina, para além disso, no abandono de um aspecto fundamental da Interseccionalidade enquanto práxis: a luta por emancipação e justiça social em um movimento *bottom-up* (COLLINS, 2017). A percepção interseccional das categorias de dominação e opressão presentes na

sociedade nasce no seio dos movimentos sociais, e ganha força e evidência no movimento de mulheres negras – *blackfeminism* – e de outras populações em vulnerabilidade. Importa que esse histórico esteja em destaque.

A Interseccionalidade calhou assim de ser a ferramenta mais adequada a investigação que aqui realizo porque se coloca em consonância com as principais pensadores-e-ativistas reivindicadas nessa pesquisa – com ênfase na mulher negra – que já propunham, de certo modo, uma perspectiva interseccional em seus estudos e movimentos, mas também porque relaciona intimamente investigação e práxis crítica, propondo a conexão entre a ação política e o desenvolvimento do pensamento crítico. O uso da Interseccionalidade enquanto ferramenta analítica está, além disso, intimamente relacionada ao *ethos* da justiça social (COLLINS & BILGE, 2020). Desde os primórdios de sua presença nas academias, a Interseccionalidade constituiu-se inerentemente crítica ao desafiar corpos de conhecimento, epistemologias, teorias e metodologias existentes, sendo as universidades e faculdades espaços relevantes para sua disseminação (Idem). Além disso, a Interseccionalidade diz respeito à sensibilidade dialógica entre o saber e o fazer, entre a práxis e a investigação, constituindo-se como um modo de ver o mundo que assume um caráter de luta política e de busca por conhecimento (COLLINS, 2017). Tabata Berg (2020), ao propor que a construção ontológica do ser social em Marx e Bourdieu ocorre fundamentalmente a partir de uma *universalidade masculinizante*, coloca em questão não apenas o feminino e as problemáticas que o tangenciam, mas a própria produção do saber que ignora as especificidades dos sujeitos ao reivindicar uma suposta neutralidade científica:

Quantas vezes o conhecimento sobre o ser social, assim como aquele produzido a respeito da “mulher”, disse tanto sobre a posição ocupada nas relações sociais pelos homens produtores que ofuscou a complexidade do próprio objeto de pesquisa? Dessa forma, como posso abster-me em questionar a minha posição enquanto produtora de conhecimento? (BERG, 2020, p. 24)

Nesse sentido, a autora pontua que ao buscarmos compreender o mundo tendo como ponto de vista a percepção de autores homens-cis-brancos, nos deparamos com um conhecimento unilateral e deformado da realidade. Para Berg, “*tomando o ser em sua multiplicidade como dialeticamente condicionante da*

*epistemologia*”, as forças que organizam “*branquitude e cisgeneridade*” elevam o status de determinados sujeitos ao de “*detentor do discurso legítimo sobre as outras*” ao passo que os sujeitos racializados e transgêneros são, de maneira compulsória, “*lançados à condição e posição de objetos*” (p. 25, grifos da autora). Assim, para conhecer a mulher enquanto ser social, Berg expõe a necessidade de se questionar a tradição ontológica presentes nesses aspectos sem recusá-la, mas compreendendo seus atravessamentos. A partir dos diálogos estabelecidos entre Simone de Beauvoir com Sartre e Merleau-Ponty, Berg apresenta a experiência da mulher enquanto ser-*outra*, de uma vida situada, buscando lançar luz aos sujeitos objetificados, denegados de uma “*experiência científica legítima*” (p. 26).

Ainda nessa perspectiva, a experiência de Berg com a maternidade foi crucial para a compreensão, nesses moldes, de que ela, enquanto mulher-mãe-trabalhadora, não pertencia ao *mundo dos homens* e não poderia ser descrita ou ainda, *se reconhecer*, neste ser abstrato e universal que ocupa o centro das discussões sobre o ser social e de outras produções de saber. Considerando algumas das proposições de Lélia Gonzalez, Judith Butler e Luce Irigaray, Berg caminha para a desconstrução do homem branco como sujeito universal, bem como a ideia, ainda que no lugar de objeto, da *mulher universal*, compreendendo as identidades plurais e as experiências distintas que em nossas especificidades apresentamos. A mulher negra, não obstante, quando ser-*outra*, é mergulhada no não-reconhecimento de suas experiências, principalmente no que diz respeito à opressão racial. Enquanto categoria central nas nossas vidas, quando a raça é negligenciada na análise das experiências de vida das mulheres negras, temos nossa vivência invisibilizada em generalizações que silenciam nossas particularidades, nas quais a raça opera articulada ao patriarcado na estruturação do ser-*outra* (BERG, 2020). No que diz respeito às mulheres negras, assim como das mulheres indígenas nas *Américas* (GONZALEZ, 2020), Berg reconhece que as suas lutas empreendidas nesse contexto impulsionaram toda uma construção de conhecimento.

Não por acaso, as lutas das mulheres negras e indígenas por emancipação têm fomentado uma verdadeira revolução nos saberes e uma inspiração para as formas de luta da quarta onda feminista, que tem sido, em grande

medida, uma forma de consciência apurada da exploração e opressão capitalistas, fundadas sobre a expropriação colonial, escravocrata e patriarcal, desde sua constituição embrionária (a acumulação primitiva), trazendo, em sua história, tanto a dimensão da diversidade estruturante das contradições fundamentais da ser-outra, quanto inventivos modos de lhe resistir e, como ressalta Djamila Ribeiro (2019), *reexistir* (BERG, 2020, p. 106, grifos da autora).

Indo de encontro a tais proposições, compreendo o papel vital da Interseccionalidade enquanto ferramenta analítica nesta pesquisa, guiando as análises e as perspectivas quando no trabalho de campo. Essa ferramenta, não obstante, reafirma meu compromisso político com quem eu sou, com quem eu amo, com quem me cerca. Com todas as mulheres negras que fazem parte da minha vida, com as protagonistas da minha pesquisa e com outras mulheres negras que estão incluídas enquanto sujeito de direito na minha luta pessoal contra o sexismo, o racismo e a desigualdade social através da produção de um conhecimento que compreenda os sujeitos em sua totalidade.

\* \* \*

De um modo geral, eleger mulheres negras como protagonistas dessa pesquisa diz respeito a minha inquietude enquanto sujeito social e às instâncias de conflito que se dão diante de mim, mas também, a uma problemática pertinente para se pensar a vida contemporânea. A presente pandemia de COVID-19, que afetou a vida de toda população a nível mundial se alastrando enquanto crise sanitária e econômica, aprofundou desigualdades sociais em diferentes países, inclusive no Brasil. Por aqui, antes da pandemia, 33% das mulheres negras do país encontravam-se abaixo da linha da pobreza, número que chegou a 38% durante 2021, mesmo com os auxílios emergenciais disponibilizados pelo governo federal. Entre a população branca, esse número foi de 15% para 19%, tanto entre homens quanto entre mulheres. Na linha da extrema pobreza encontravam-se 9,2% mulheres negras em 2019, porcentagem que chegou a 12,3% em 2021<sup>3</sup>. É claro que a minha vida foi também afetada: continuo a filha da faxineira, com uma bolsa de

---

<sup>3</sup> Segundo o estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP, baseado nos microdados disponibilizados pela Pnad Contínua e pela Pnad Covid. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>>. Acesso em 25/02/2022.

mestrado que passou os meses mais críticos da pandemia sendo a principal fonte de renda para uma casa com sete pessoas... Certo dia, ainda com a cidade vazia, no período de *lockdown*, encontrei uma vendedora de balas no ônibus enquanto embarcava para casa após uma consulta médica, e não pude deixar de pensar em como a pandemia teria afetado também sua vida. E o *insight* veio logo em seguida.

Não é preciso ir muito longe para se descobrir o óbvio: aquela mulher era negra. Em verdade, os negros constituem 47,4% dos trabalhadores informais<sup>4</sup>, majoritariamente alocados nos trabalhos mais precários. Mas o que me chamou mais atenção foi o fato de ela ser mulher. Isso especialmente quando consideramos os dados outrora citados. Eu precisava conhecer a ela e a outras mulheres que, assim como ela, trabalhavam como ambulantes e se viam diante de um problema totalmente novo: a impossibilidade de ocupar a cidade. Diante da necessidade de se deslocar pelos espaços urbanos, as implicações na vida e no trabalho por elas realizado quando a cidade se trancava e as restrições a sua circulação quando as medidas afrouxavam, reconheci a importância de pensar a cidade não apenas como espaço físico, mas como lugar da vida social, do cotidiano, construído por pessoas e por ações, e os impactos dessa cidade, do espaço vivido, no ir e vir dessas mulheres. Pronto, estava munida de ideias. Faltava talvez um pouco mais de organização. Para decantá-las, só mesmo indo ao campo, munida do bom e velho caderninho.

Minha primeira ida ao campo trouxe à tona muitas reflexões sobre a relação que eu mesma tinha com a cidade, os meus trajetos e as minhas trajetórias. Eu morei por dezesseis anos da minha vida em uma mesma casa, em um mesmo bairro. Era um quintal com três meias-águas<sup>5</sup> de telha amianto, onde meus avós e primos residiam. Essa casa ficava localizada no bairro mais caro da cidade, a Pelinca. Mas nós caímos de paraquedas nessa região tão nobre por obra do acaso,

---

<sup>4</sup> Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2020, IBGE.

<sup>5</sup> Meia-água é o nome que se dá a uma casa que não possui o formato tradicional de “triângulo”, com a construção onde há telhados dos dois lados que se encontram no meio. Uma meia-água normalmente possui um telhado inclinado, apenas de um lado, que se estende até o outro lado, e é complementado com tijolo até alcançar a altura correta, e normalmente são moradias mais simples em estrutura e menores, com um quarto apenas, sala, cozinha e banheiro.



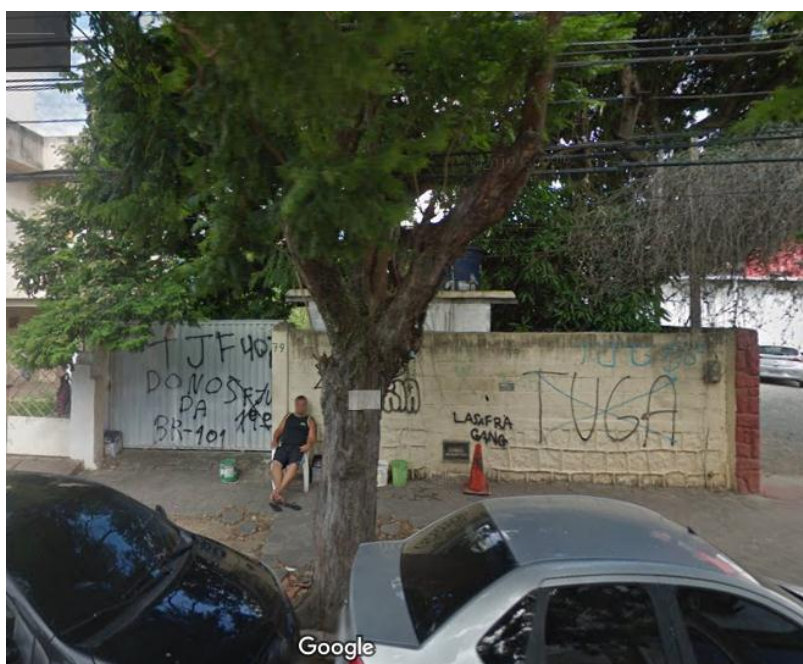
ou melhor, da *especulação imobiliária*: quando a minha bisavó foi morar nesse lugar, *era tudo mato e brejo*, e havia muitas famílias pobres como nós. O tempo foi passando, o brejo foi virando shopping, o ferro-velho virou um prédio de quinze andares, as casinhas humildes foram dando lugar a casas de arquitetura requintada. As crianças foram sumindo das ruas, que agora eram asfaltadas, lugar de tráfego constante de carros. A violência e as ondas de assalto também se tornaram constantes. E a coquinha de dois litros chegou a custar 12 reais!

**Figura 1** – Rua Manoel Teodoro, 79 em 1996



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 2** - Rua Manoel Teodoro, 79 atualmente



Fonte: Google Earth.

Minha família e eu nos vimos cada vez mais espremidos na cidade, e precisávamos encontrar um lugar mais *adequado* para nós. Digo, era preciso encontrar um lugar não somente economicamente viável de se morar, como culturalmente similar ao nosso estilo de vida – aos batuques e festas, que incomodavam alguns vizinhos e causavam fascínio em outros. Era chegada a hora de procurar um lar na periferia. E encontramos. Aliás, saiu melhor que a encomenda. É bem verdade que morar no centro tinha suas vantagens, como não precisar de ônibus para se deslocar aos principais locais da cidade, aos hospitais, aos prédios da administração pública, e tudo mais. Mas o nosso bairro oferece-nos algo que o centro já não possuía: ruas vivas. E isso, bem, não tem preço.

Ainda que distante do centro, não deixei de me relacionar com ele, pela importância da centralidade em todas as cidades. É o lugar do fluxo de informações, de riqueza, de prestígio, e somos sempre dragados de volta para ele. A UFF, universidade onde cursei minha graduação, localizava-se no coração do centro. E toda a minha movimentação envolvia ir e vir pelas ruelas daquela região, para comer, para comprar, para papear. Campos dos Goytacazes tem desses privilégios: mesmo nos mais distantes dos bairros, os trajetos raramente ultrapassam uma hora de viagem, o que ocorre somente nas viagens aos distritos. Talvez as dificuldades

maiores estejam relacionadas à disponibilidade do transporte público, como poderemos ver mais adiante.

A UENF, universidade onde cursei a minha pós-graduação, é diferente, pois envolve uma outra relação com a cidade e com a centralidade. Para começar, ela não se localiza bem ao coração do centro. Tem uma localização estranha, meio perto e meio longe de tudo. A distância da minha casa até a universidade, de carro, não ultrapassa os vinte minutos. Mas a forma como as linhas de ônibus são distribuídas faz com que o trajeto dure uma hora ou mais, a depender de diferentes fatores. O que ocorre é que não há uma linha que faça o trajeto diretamente do meu bairro até o campus, o que exige que eu pegue dois ônibus, um do meu bairro até uma das principais avenidas da cidade, a avenida Vinte e Oito de Março, e desta avenida até a UENF, consumindo o dobro de dinheiro e tempo. Como eu registrei no meu caderno de campo e como minha mãe repetia diariamente como um mantra, a UENF é *“longe de tudo, na contramão de tudo”* (meu filho, por exemplo, só esteve no campus uma única vez em todos os dois anos de curso, como registro na figura 3, algo inimaginável na nossa rotina familiar-acadêmica-citadina anterior à UENF). Eu exponho essas questões porque assim é possível dimensionar como o ir e vir cotidiano das cidades, embora pareça parte das miudezas do dia-a-dia, podem trazer à tona questões que tangenciam nossas vidas em distintos aspectos, especialmente o acesso e a garantia de direitos quando esmiuçados. É assim comigo, e como veremos, é assim também com as trabalhadoras que acompanhei.

**Figura 3** - Perto e longe de tudo.



Fonte: Acervo pessoal.

Os trabalhadores ambulantes são, de um modo geral, trabalhadores informais. As origens da discussão sobre o trabalho informal remontam aos anos 70, na pesquisa empreendida pela Organização Internacional do Trabalho. De lá para cá o conceito de trabalho informal se popularizou, ganhando distintas definições que nem sempre concordam entre si. Fato é que, ainda que não haja concordância sobre sua definição, o trabalho informal deixou de ser visto enquanto um trabalho transitório e temporário e passou a compor cada vez mais a realidade de diversos países, inclusive do Brasil. O comércio ambulante é frequentemente postulado como sinônimo de trabalho informal por se tratar de uma das faces mais visíveis desse segmento, embora possua dinâmicas específicas e intrínsecas a sua própria modalidade (MELO & TELES, 2000).

Ainda que o estudo da OIT tenha definido a existência de dois distintos circuitos de trabalho – um formal e outro informal – atribuindo a eles características próprias, não houve nesse primeiro momento uma definição clara sobre o que seria em si o trabalho informal, muito embora a divulgação dessa pesquisa tenha impactado muitos dos trabalhos desenvolvidos posteriormente, já que partir dele, a literatura passou a definir o mercado de trabalho informal como o *buffer* da crise econômica, ou seja, como o setor responsável por absorver a mão-de-obra desempregada nos momentos mais graves da crise (MELO & TELES, 2000). A definição de informal postulada por Hildete Melo e Jorge Luiz Teles (2000) a partir

das proposições de Cacciamali e Barros, Melo e Pero os estabelece como agentes que atuam à margem da regulação estatal, seja empresas ou empregados. Ricardo Antunes (2008) define os informais como trabalhadores sem vínculo empregatício regulamentado e formalizado pela carteira de trabalho, não acessando assim direitos trabalhistas e sociais básicos. Marcelo Ribeiro (2020), nesse mesmo sentido, considera como informal qualquer trabalhador que, independente do salário, não se encontra assegurado por “*um conjunto de dispositivos que permitam a proteção social no sentido de garantir a reprodução social (presente e futura)*” (p. 123).

A noção de trabalho informal tem passado por variadas tentativas de operacionalização, resultando numa multiplicidade de estudos e interpretações. Embora não exista consenso na definição de informal, entende-se, em geral, que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores com emprego formal (aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público) e, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. (LEONE, 2010, p. 9)

Eduardo Noronha (2003) reconhece que em função das distintas formas de se trabalhar no Brasil, impulsionadas pela flexibilização do trabalho – gerando uma gama extensa de contratos atípicos –, são estabelecidas no país relações laborais que não podem ser definidas apenas na dualidade formal/informal. Para o autor, o conceito de “informalidade” adotado pelas ciências sociais tenta definir sob um único termo formas de trabalho muito diversas que dependem interinamente do significado de “formalidade”. Se anteriormente, a informalidade era a categoria antagonista ao único modo formal de trabalho reconhecido – aquele sob proteção da CLT –, hoje com as mudanças nas leis trabalhistas, o próprio antagonismo deixa de possuir esse aspecto homogêneo. Nesse sentido, Noronha avança na análise dessas relações de trabalho estabelecendo categorias pautadas nas concepções dos trabalhadores: formal/informal (ligado à lógica econômica), legal/ilegal (referente às normas jurídicas e legislativas) e justo/injusto (que é parte da percepção dos empregados e empregadores). O conceito de trabalho justo ou aceitável é importante pois nos remete à relações de trabalho que nem sempre são legais ou formais, mas que satisfazem ambas as partes ao garantirem alguns direitos e benefícios mútuos,

escapando à forma da lei mas absorvendo por vezes alguns de seus preceitos como 13º salário, férias, vale transporte, etc.

O trabalho ambulante, inserido nesta proposição ampla e variada de “informal”, é igualmente dinâmico e diverso. Nos estudos sobre trabalhadores ambulantes vemos que as pessoas que trabalham neste segmento passeiam não apenas entre as fronteiras do “formal” e do “informal” como também entre *estabelecidos* e *outsiders*, e ainda, *de carreira* e *ocasional*, como abordarei adiante. Por agora, partindo desta percepção, é importante questionar quem são os sujeitos que participam dessa economia nas atividades mais precarizadas e expostos à maior vulnerabilidade:

O perfil da informalidade por sexo e cor apresenta em um extremo o homem branco e no outro a mulher negra. (...) À medida que se passa da consideração de mulheres negras para homens negros, mulheres brancas e homens brancos vai diminuindo a participação do trabalho doméstico sem carteira, do autoconsumo e do trabalho não-remunerado enquanto que aumenta o peso do trabalho por conta-própria e empregadores denotando uma diferenciação de situação socioeconômica por gênero e cor na informalidade. Ou seja, a segregação por gênero e cor se verifica não somente no contraste formal e informal mas dentro da própria informalidade distinguindo-se na informalidade os pequenos negócios, de um lado, e o trabalho extremamente precarizado, de outro. (LEONE, 2010, p. 29)

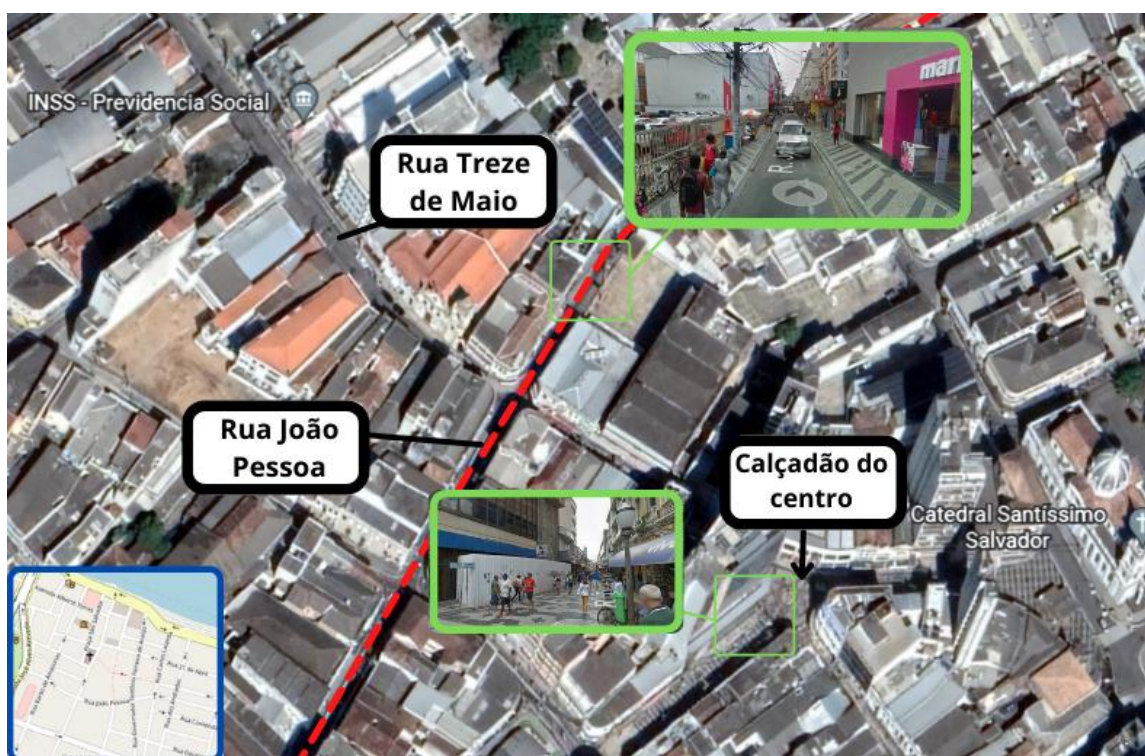
O trabalho ambulante depende dos espaços públicos e semipúblicos (LEFEBVRE, 2016) – como no caso dos ônibus – para sua realização. As trabalhadoras ambulantes inscritas nos circuitos do comércio de rua, de igual modo, estabelecem relação intrínseca com o espaço urbano para a realização do seu trabalho. Sobre elas, à princípio, eu não havia estabelecido um número mínimo ou máximo de participantes, nem a modalidade do trabalho – em um ponto fixo ou se locomovendo pela cidade –, ou a mercadoria por elas comercializada. Foi ao longo das minhas incursões ao campo que alguns aspectos foram se fazendo presentes e trazendo à tona questões que acabaram por delimitar quem seriam as protagonistas da minha pesquisa. Meu primeiro passo foi me deslocar para as regiões de comércio da cidade em busca destas trabalhadoras. É sabido que trabalhadores ambulantes preferem regiões mais próximas ao comércio e ao centro, onde há um fluxo maior de pessoas e de dinheiro (ASSIS, 2011), então busquei por elas nesses locais. Há duas principais regiões comerciais em Campos: a Pelinca e o centro. A primeira, além de

região comercial, é também um bairro *nobre*. Nesse bairro, não encontrei ambulantes que se enquadravam na minha descrição, dito em outras palavras, *não havia mulheres negras trabalhando como comércio de rua*. O motivo será esquadrihado ao longo dos próximos capítulos, mas cabe dizer que a grande concentração de dinheiro e informação desta região expulsa, através da força falada ou velada das cidades, os indesejáveis<sup>6</sup>, incluídos os trabalhadores ambulantes negros e pobres que não servem a um propósito *útil* aos detentores daquele espaço – como os de domésticas e serventes, que encontramos em grandes números naquela região. Dirigindo-me a região central em contrapartida não foi difícil encontrar um maior número de trabalhadoras ambulantes, diversas é claro, mas majoritariamente negras. Havia ali uma densa quantidade delas, cerca de 20 barraquinhas, espalhadas entre a Rua Barão do Amazonas e no calçadão, no prolongamento da Rua 13 de maio. Mas ainda que elas representassem um número bastante grande possuíam algumas especificidades que poderiam dificultar a realização da minha pesquisa. A figura 4 indica as ruas do centro aqui descritas, enas imagens destacadas, vê-se a Caixa Econômica Federal no calçadão da cidade e a frente de uma loja de departamentos, na Rua João Pessoa.

#### Figura 4 - Mapa I

---

<sup>6</sup> Falarei mais adiante sobre esse aspecto da cidade.



Fonte: OpenStreetMap, Google Maps e Google Earth.

As ambulantes que trabalhavam distribuídas nessas bancas vendiam produtos como potes, tapetes, chinelos, toalhas, controles remotos, capinhas para celular e outros. No entanto, essas barraquinhas não lhes pertenciam: eram de parentes ou de amigos, e elas estavam ali apenas temporariamente, cobrindo a ausência do dono da barraca ou trabalhando de modo provisório, usando do trabalho ambulante como meio para conseguir algum dinheiro enquanto ainda estavam desempregadas. Tão logo conseguissem algum emprego no comércio ou no serviço doméstico deixariam este trabalho, como ficou evidente nesta pesquisa. No caso dessas mulheres, o que parece ter ocorrido é que o alto índice de desemprego, presente antes da pandemia e por ela impulsionado, as empurrou para o trabalho ambulante, onde desempenham atividades apenas *ocasionalmente* e *temporariamente* (ANTUNES, 2018). De um modo geral, esse fato por si só não impediria a continuidade das minhas pesquisas com elas. O que se tornou um empecilho foi a alta rotatividade do trabalho: eu encontrava uma trabalhadora em uma semana, e na próxima, ela já não estaria mais lá, outra pessoa estaria em seu lugar. Isso se deu com quase todas as bancas nesta região. No calçadão, as muitas bancas que presenciei no período de fim de ano simplesmente deixaram de existir,



assumindo a característica dessa *temporiedade*. E aquelas que se concentravam na Rua Barão do Amazonas apresentavam a cada dia um rosto diferente. A figura 5 indica essa rua, que se prolonga desde a rua Siqueira Campos até a rua Vigário João Carlos, e as regiões que se destacam pela imagem indicam áreas onde se concentram as principais bancas de ambulantes desta rua, além da Avenida José Alves de Azevedo e da rodoviária do centro.

**Figura 5 - Mapa II**



Fonte: OpenStreetMap, Google Maps e Google Earth.

Temi que essa grande rotatividade pudesse colocar em risco os objetivos desta pesquisa. Infelizmente, uma das premissas para sua realização era a possibilidade de conhecer mais a fundo a vida dessas trabalhadoras, suas percepções sobre a cidade e as táticas cotidianas empreendidas no seu trabalho. Optei assim por estabelecer um recorte: as trabalhadoras precisariam ter no trabalho ambulante sua principal fonte de renda, seu principal trabalho. Isso presumiria uma relação mais intrínseca com o espaço e traria a tona mais questões inerentes a ele. Sendo ambulantes *de carreira*, eu teria uma certeza maior de que elas estariam nas ruas da cidade trabalhando, e bastava ir a sua procura. Além disso, o acúmulo da experiência nesse segmento poderia me oferecer informações igualmente valiosas

sobre conflitos de gênero e raça inerentes ao trabalho e ao espaço da cidade. E foi assim que acabei chegando ao número reduzido de quatro trabalhadoras, sendo duas possuidoras de um ponto fixo, e outras duas que se movimentam pelos ônibus, vendendo seus produtos de coletivo em coletivo. Um número pequeno que não esgota a diversidade das trabalhadoras ambulantes negras desta cidade e suas inúmeras experiências, mas nos permite visualizar um pouco do cotidiano destas mulheres quando na cidade, na pluralidade de suas distintas idades, seus tempos neste segmento, suas perspectivas sobre o próprio trabalho e sobre o espaço urbano, bem como planos futuros e trajetórias de vida. Mas o mais importante é que analisar a relação que estas mulheres estabelecem com o espaço me levou a analisar as sociabilidades que estas estabeleciam no lugar, e assim sendo, todos os sujeitos que ali também habitam, inclusive aquelas trabalhadoras que não foram protagonistas nessa pesquisa. Definir as quatro principais agentes não foi uma ação de restrição, mas apenas de delineamento: todos os outros sujeitos que pareciam estar de fora do foco da pesquisa foram constantemente evocados pelas agentes, e são igualmente importantes na definição dos usos do espaço, das táticas e das histórias, dentre outras questões que veremos ao longo desses escritos.

Interessa dizer que na cidade de Campos há um espaço denominado camelódromo, construído pela prefeitura para abrigar os camelôs que se alojavam em diferentes pontos da região central gerando um conflito entre comerciantes, poder público e trabalhadores ambulantes (ASSIS, 2011). Não incluí o camelódromo nas áreas exploradas em minha pesquisa porque parto da premissa de que para os trabalhadores alocados nesse espaço – que é *fechado*, para qual se destinou um terreno público e onde foi construída uma estrutura física, para onde alguns trabalhadores foram selecionados e puderam se estabelecer – a relação com o espaço urbano é de uma outra ordem, que não se assimila a dos trabalhadores ambulantes que mantêm-se nas ruas. Um ponto que pode ser examinado é, por exemplo, a ausência de um abrigo para as alterações climáticas que restringem o uso das ruas pelos trabalhadores que levantam suas bancas em espaços públicos, ou ainda, a relação com as pessoas que transitam cotidianamente pelo lugar. Não tentei estabelecer uma linearidade entre os trabalhadores do camelódromo e os que

ocupam as ruas do centro partindo das prerrogativas que estabeleci para a pesquisa porque aqui, a rua e as sociabilidades presentes nela possuem uma relevância central.

Como estabelecido outrora, busquei analisar a movimentação das mulheres negras trabalhadoras ambulantes pelo espaço urbano considerando as forças que operam na cidade e atravessam esse movimento, bem como as táticas que elas utilizavam para garantir a ocupação do espaço para o uso do seu trabalho, pautando todas essas prerrogativas na análise do espaço e da relação dessas mulheres com ele. E de que forma essas “forças” operam no tecido urbano? Pelas pessoas é claro. Pelo cotidiano, pelas sociabilidades... Racismo e sexismo não são como nuvens abstratas que pairam sobre nossas cabeças, como forças físicas da natureza que não podem ser controladas ou vistas; elas residem na ação humana, no comportamento. Residem nas pessoas. E não é a sociedade no fim, *feita de gente*? Ainda que as forças conflitivas que a regem independam do indivíduo, ultrapassando o tempo e o espaço – já que as pessoas morrem, mas as ideias não –, elas dependem das pessoas para se tornarem práxis. Compreender como gênero e raça são categorias relevantes nas possibilidades de uso do espaço urbano exigiu compreender as sociabilidades no lugar, no *espaço vivido* (SANTOS, 2001), e indo além, exigiu pensar o “*indivíduo em sua condição espacial da existência: o lugar*” (RESENDE & TOZI, 2011, p. 23). Para esse feito, a etnografia parecia cair como uma luva, nada soou mais adequado do que uma imersão etnográfica.

A pandemia de COVID-19, no entanto, foi uma particularidade que impactou a vida e o uso do espaço de todas as pessoas, em todos os fins. Afetou a vida das trabalhadoras ambulantes e a minha vida enquanto pesquisadora. Ainda que seguindo todos os protocolos sanitários estabelecidos, uma imersão etnográfica simbolizava um risco à saúde que não poderia deixar de ser considerado. A duração do meu mestrado coincidiu com os piores momentos da pandemia, e após apenas sete dias de aula, veio o *lockdown*. E bem, o Brasil não foi o melhor exemplo de enfrentamento à COVID-19. A verdade é que vimos o número de casos e óbitos serem reduzidos nos momentos finais do meu mestrado. Muito embora as trabalhadoras tenham se mantido nas ruas ao longo da pandemia, exceto quando a

cidade se trancava nos períodos de *lockdown*, somente nos períodos finais do mestrado obtive a segurança para imersão no campo, já vacinada, assim como as agentes dessa pesquisa, com álcool e máscaras em grande número e com fácil acesso. Mas não posso deixar de pensar que a etnografia exige mais. Teriam as minhas incursões ao campo sido suficiente? Minhas observações, minhas conversas, minha escuta... A minha solução foi atribuir a essa pesquisa o caráter de *inspiração etnográfica*, seguindo seus preceitos mais básicos. Eu não me atrevo a chamá-la de uma experiência etnográfica. Mas estabeleço que a investigação e práxis típicas da etnografia constituíram-se enquanto ferramentas fundamentais para apreensão das informações apresentadas nessa dissertação.

Partindo de Evans-Pritchard, Mariza Peirano (2004) pontua que o processo antropológico da descoberta resulta de um diálogo comparativo, não entre pesquisador e nativo, mas entre a teoria acumulada e a observação etnográfica, com todos os desafios que se apresentam à nossa interpretação e entendimento. Além disso, não há cânones tradicionais na antropologia, e assim sendo, não se ensinam técnicas e métodos, como *surveys* e questionários, pois a pesquisa antropológica depende da biografia do pesquisador, das opções teóricas disponíveis no dado momento, do contexto histórico do campo e das situações imprevisíveis no dia-a-dia da pesquisa: “(...) é na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia.” (p. 45). Para Peirano, sem o impacto existencial e psíquico da pesquisa de campo o material etnográfico se torna frio e distante, tornando-se os dados meras ilustrações, distantes da experiência totalizadora. E foi essa experiência que me permitiu perceber e abstrair, na análise do cotidiano, as questões cruciais para a elaboração dos principais preceitos do meu trabalho.

A minha entrada no campo ilustra bem essas pontuações: o centro da cidade, local onde as trabalhadoras se encontram, em verdade faz parte da minha vida e da minha rotina. O centro foi o lugar onde eu mesma vivi distintos eventos cotidianos ao longo da minha vida. Na minha infância, caminhava pelo centro da cidade com minha mãe para ir ao médico, para comprar presentes de aniversário e de natal... Na minha adolescência, o parque atrás da rodoviária, que possui a única pista de skate

pública da cidade, foi o ponto de encontro com amigos e namorados. Já na graduação, o centro comportava minha rede de apoio, a casa dos meus amigos da faculdade, o local onde eu almoçava – o restaurante popular. Depois, retorno a ele como trabalhadora, enquanto professora de língua estrangeira em uma creche, utilizando suas ruas para chegar e sair. Quando estou no centro da cidade, não estou em um lugar estranho. Mas fazer dele o meu campo de pesquisa exigiu aguçar os sentidos para perceber nuances que não eram visíveis enquanto desenvolvia esses papéis. Ao mesmo tempo, toda essa experiência com a região foi fundamental para minha inserção nela enquanto campo de pesquisa. E como usuária do transporte público, meu principal meio de transporte e lugar de trabalho de minhas agentes de pesquisa, recorrentemente uma ida descompromissada ao centro tornava-se momento de observação e coleta de informações cruciais para a pesquisa. Peirano (2014) evidencia que as pesquisas de campo etnográficas não tem hora para começar e acabar, já que a etnografia na contemporaneidade exige que examinemos os eventos vividos que nos surpreenderem, e que através disso nos tornamos *agentes na etnografia* e não *pesquisadores/nativos*. Mais do que isso, Peirano pontua que as boas investigações etnográficas cumprem três condições fundamentais: consideram a comunicação no contexto da situação, transformam para a linguagem escrita de modo intenso e vivo o que foi vivido no campo e detectam também a eficácia social das ações por meio da análise (p. 386). As boas etnografias precisam ultrapassar o uso da linguagem, reconhecendo que palavras não apenas “dizem” coisas, mas fazem, trazem consequências, comunicam, realizam tarefas... E que para além da palavra falada, o silêncio também comunica, bem como todos os outros sentidos, analisando os contextos muito além daquilo que foi dito, sem desconsiderar o falado – longe disso. É sobre usar mais do que os ouvidos para ouvir.

Em todo caso, a minha *inspiração etnográfica* teve como campo a cidade. José Magnani (2002) pontua que as discussões sobre a questão urbana, cada vez mais evidenciadas na contemporaneidade, apresentam distintas perspectivas e argumentos para o problema das cidades, mas frequentemente ignoram os atores sociais que nela operam, estabelecendo a cidade como uma entidade a parte de

seus moradores, fruto de forças variadas – *lobby* político, mercado imobiliário, forças econômicas – mas nunca reconhecida como cenário de distintas sociabilidades, ponto de encontro ou lugar de múltiplas atividades. Nessas análises, atores sociais apenas surgem quando atrelados às forças que regem a cidade, como personagens a serviço do capital. Os moradores em si são ignorados ou aparecem apenas na qualidade de passivos, embora estejam na cidade em distintas redes de sociabilidade, deslocamentos e conflitos. É essa dimensão de práticas que a etnografia urbana busca resgatar, introduzindo outros pontos de vista acerca da dinâmica da cidade (p. 15). Magnani pontua que os aspectos macrossociais da cidade evidentemente não podem ser ignorados, mas que há um leque de experiências urbanas disponíveis apenas quando abandona-se a análise focada apenas no *de longe e de fora*. O que o autor propõe em uma etnografia da cidade e sua dinâmica é o resgate de um olhar *de perto e de dentro* identificando os aspectos dos excluídos da perspectiva distante, evitando a dicotomia que opõe o indivíduo e as mega estruturas urbanas.

(...) o que se propõe é um *olhar de perto e de dentro*, mas a partir dos *arranjos* dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc.

Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2002, p. 18, grifos do autor)

Os aspectos básicos de uma investigação etnográfica tornaram-se ferramentas fundamentais na minha pesquisa. Munida de um caderninho de campo e coragem para superar a timidez e a introversão, fui aos poucos me inserindo, me apresentando, me fazendo conhecida. Observando, ouvindo, mas também comunicando, estabelecendo uma relação de troca – sempre que as agentes solicitaram alguma informação sobre a minha vida, eu a disponibilizava, porque acredito que tornar a comunicação um diálogo, com trocas mútuas, facilita e muito o reconhecimento, mais ainda com as similaridades encontradas entre eu e minhas agentes, que por vezes superaram nossas diferenças, como veremos adiante na pesquisa. O ponto crítico é que não haveria outro modo de se fazer essa pesquisa

se não como um olhar etnográfico. E na impossibilidade de realizar uma etnografia em sua totalidade, a *inspiração etnográfica* parece ter servido muito bem.

Mas a etnografia não surgiu sozinha. Outro aspecto teórico-metodológico (PEIRANO, 2014) da minha pesquisa igualmente pertinente quando pensamos não apenas o que a tornará viável, mas que fundamentará a questão central – que não pode ser apreendida em uma simples entrevista e precisa aguçar diferentes sentidos do pesquisador – é a cartografia social. De modo similar à cartografia tradicional, esse método tem por objetivo a construção de mapas, considerando para esse feito não apenas as variações dos terrenos, esquadrinhando *“jogos de poder, enfrentamento de forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade”* (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47), empreendendo assim uma análise não apenas de territórios, como de campos de forças que se desdobram no espaço-tempo incorporando as proposições foucaultianas do saber-poder no que tange às subjetividades. Assim, surgem mapas que definem os trajetos das protagonistas dessas pesquisas que consideram, de igual modo, suas trajetórias na cidade. Segundo Nátane Costa et. al. (2016), a cartografia social é um instrumento que privilegia a sabedoria popular, os simbolismos e a cultura na elaboração de mapas, permitindo a identificação de diferentes conflitos no uso do território. No Brasil, a cartografia social tem sido utilizada de modo a contribuir com a afirmação de identidades coletivas, reconhecimento de direitos, conservação de práticas, etc. Nesse sentido, é utilizada para investigação-ação-participativa e desenvolvimento comunitário (p. 76). Os mapas sociais quando utilizados em pesquisas surgem como um potente instrumento que fornece informações sobre os mais distintos grupos sociais em seus respectivos territórios (p. 82). Essa ferramenta, de modo geral, exige a identificação de categorias, variáveis e indicadores, favorecendo a articulação entre saberes e conhecimento a fim de representar a realidade. *“Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista.”* (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 13), afirmação que vai de encontro com a minha proposta de construir um mapa dos trajetos das trabalhadoras ambulantes a partir de seus discursos, de modo a ilustrar sua movimentação e as tensões inscritas

no espaço. Carine Farias (2019), ao utilizar da cartografia da ação social articulada ao método dos itinerários, aos relatos e ao território em sua tese de doutorado, propõe o método não como regra ou protocolo de pesquisa, mas como estratégia de análise crítica e ação política, o que a permitiu destacar os trajetos do cotidiano vivido e praticado, mapeado de forma sofisticada ou não (p. 145). Para Farias, a cartografia da ação social surge como instrumento de construção de identidades e movimentos de relações sociais, incluindo os diversos olhares dos atores sociais, imprescindíveis para a realização de um estudo cartográfico social (Idem), que nesse sentido exige *“inserir novos olhares e perspectivas acerca da sociedade ao redor, sem com isso perder o caráter primordial de um mapa: a localização”* (SANTOS e SILVA, 2015, p.27 *apud* FARIAS, 2019, p. 145).

O termo *trajetórias* aqui utilizado fundamenta-se nas proposições de Pierre Bourdieu sobre análises biográficas. Parte crucial desta pesquisa envolve conhecer a história singular das protagonistas, a história de como se estabeleceram no trabalho, o que perpassa obviamente sua história pessoal. Mas por que então trajetórias e não biografias? A minha escolha pelas proposições bourdieianas diz respeito à forma como o campo impacta a vida presente, passada e futura das agentes, ganhando igual centralidade na pesquisa. Para Bourdieu (2002), o consenso de que a história de vida é um conjunto de acontecimentos dispostos como um caminho linear, com começo e fim e unidirecional, está baseado em acepções de senso comum. Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, baseada em relatos coerentes, sequenciados e com significados é conformar-se com a ilusão retórica (p. 185). Cabe lembrar sua advertência de que não há um sentido teleológico dos acontecimentos na vida de uma pessoa, que não ocorrem em uma sequência lógica e cronológica e nem seguem qualquer linearidade progressiva e causal. A construção coerente, coesa e em cadeia da biografia é realizada *a posteriori* pelos indivíduos ou pelo pesquisador durante uma narrativa, um relato oral (MONTAGNER, 2007). Em todo caso, Bourdieu pontua que não se pode negar os mecanismos sociais que favorecem a experiência comum da vida, e propõe o conceito de *habitus* como uma forma de responder a essas indagações sem extrapolar os limites empiristas da sociologia. Nessa perspectiva, a análise



crítica dos processos sociais na construção daquilo que ele chama de “*artefato socialmente irrepreensível que é a ‘história de vida’*” não constitui um fim em si mesma, mas leva a construção das *trajetórias* como “*uma série de **posições** sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações*” (2002, p. 189, grifos do autor). A concepção bourdieusiana, nesse sentido, postula os acontecimentos biográficos como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, cujos movimentos ganham sentidos produzidos na relação objetiva entre sentido e valor. Para compreender uma trajetória é necessário reconstituir os estados sucessivos do campo onde esta se formou, ou seja, o conjunto de relações objetivas que uniu o agente em questão a outros agentes envolvidos no mesmo campo (p. 190). Assim, em Bourdieu, as experiências de vida dos sujeitos ocorrem imbricadas às estruturas sociais, sendo produzidas à partir da incorporação da realidade objetiva por meio de esquemas disposicionais, e portanto, qualquer análise biográfica a ser realizada exige a utilização de distintos recursos, para além do relato oral, que permitam contextualizar o sujeito biografado no sentido histórico e sociopolítico, no tempo e no espaço (MARINHO, 2017).

As marcas deixadas nos agentes ao longo do seu percurso histórico, vinculadas aos aspectos biológicos, à constância nominal no tempo e no espaço estabelecida pelo nome e pelo sobrenome (BOURDIEU, 2002) deixam traços que, quando unidos, dão origem à traços grupais, à *trajetórias*. Nesse sentido, “*as trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos **traços pertinentes** de uma biografia individual ou de um grupo de biografias*” (BOURDIEU, 1998 *apud* MONTAGNER, 2007, p. 254, grifos do autor). Michel Ângelo Montagner (2007) estabelece que a trajetória constitui a forma objetiva das relações entre os agentes e as forças presentes no campo, e que diferente das biografias comuns, descreve as diferentes posições ocupadas por este agente em diversos estados. Para ele, o sentido de cada ato de um agente ou de um grupo social somente ganha solidez sociológica quando é colocado em relação aos estados pelos quais perpassou na estrutura do campo, considerando seus postos, suas posições e

disposições. As trajetórias precisam assim ser compreendidas como uma maneira singular de percorrer o espaço social (p. 255).

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o *habitus primário*, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. (MONTAGNER, 2007, p. 257)

Considerar a trajetória das agentes da minha pesquisa pareceu o par ideal para compreensão da movimentação que elas operaram pela cidade, ao lado dos trajetos. Em verdade, como expõem Alberto Toledo Resende e Fábio Tozi (2011), a vida na cidade, cada vez mais acentuada na formação espacial brasileira por meio do processo de urbanização, cria incessantemente novas desigualdades ao perpetuar a reprodução da pobreza e de outras desigualdades sociais, como relatadas neste trabalho. A cidade encontra-se disponível para distintos usos que seguem diferentes racionalidades, ainda que nem todos os agentes sociais que nela habitam possuam capacidade para mobilizar seus conteúdos e materialidades (pp. 26-27). De todo modo, os autores enfatizam que é nas insignificâncias do cotidiano que residem novas formas de experimentar a vida, sendo papel da ciência dar visibilidade a elas, afinal, a “*racionalidade nada mais é do que o controle ‘racional’ pelo capital*” (p. 28).

É no diálogo entre as diversas pesquisas e áreas, filiadas a diferentes leituras da cidade, da metrópole e do urbano, que reside um dos caminhos possíveis que nos ajudam a compreender a complexidade do presente, combatendo as leituras simplistas acerca do território da sociedade. Lefebvre (1969), numa aula de método, ensina que a cidade filosoficamente pensada é uma totalidade não apenas abstrata, mas também concreta, cuja compreensão exige que todos os instrumentos metodológicos devam ser utilizados conjuntamente; discernidos, mas não dissociados: forma, função, estrutura, instituições, linguagens, significados. (...) A cidade, a metrópole e o urbano, mais do que temas ou objetos de estudo de tal ou qual ciência, são condições da vida social, sendo, por isso, um objeto interdisciplinar de estudo. (RESENDE & TOZZI, 2011, p. 22)

É válido pontuar que, embora eu esteja embarcando em uma aventura etnográfica, eu a minha trajetória acadêmica anteriormente remete à psicologia e esse pano de fundo por vezes aparece nesses escritos – e *tudo bem*. Talvez o mais interessante deste apaixonado porém complexo casamento seja no uso dos termos

agentes (de pesquisa) e sujeitos. Foram, a meu ver, de todas as formas possíveis de se chamar as mulheres que descrevo, os melhores substantivos que encontrei: agentes, em termos antropológicos, pela agência dessas mulheres nos espaços da cidade, na forma que agem, moldando a cidade, as sociabilidades que constituíram, a cidade que construíram através destas redes! E sujeitos, a em termos psicológicos, porque não somos indivíduos, somos assujeitados, atravessados, *atropelados*, e nesses encontros, me atropeliei por elas, atropeliei-as, e entre atropelos nasceu este trabalho. O uso destes termos pode se tornar mais marcante à medida que falo de questões mais subjetivas ou antropológicas. Veremos.

De um modo geral, como já exposto anteriormente, trilhei minha carreira acadêmica buscando pesquisar sempre por temas relacionados à questão racial, reconhecendo-a em distintos contextos. Estive em projetos de desenvolvimento acadêmico de pesquisa-ação para jovens em cumprimento de medida socioeducativa, para meninas de comunidades quilombolas e jovens em conflito com a lei usuários de dispositivos de saúde mental, e em todos eles os conflitos e as problemáticas surgiam quase sempre envoltos pelos efeitos do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) em suas diversas dimensões. As questões de gênero se faziam presentes, é claro, porque nitidamente masculinidades e feminilidades também atravessavam subjetividades e compunham parte dos problemas enunciados pelos agentes, assim como as desigualdades econômicas. Meu atual objeto de pesquisa, o trabalho ambulante, de igual modo não deve – e nem pode – ignorar aspectos raciais que o circunscrevem; e além disso, cabe lembrar que a Interseccionalidade, da forma como pude defini-la aqui, surge como a lente teórica que organiza meus caminhos de pesquisa, e nesse sentido, ainda que não fosse de meu desejo, qualquer outra categoria social que implicasse nos sentidos e nas possibilidades das agentes dessa pesquisa precisaria estar em voga. Sempre foi do meu desejo que as mulheres negras fossem protagonistas desse trabalho, o que reforça ainda mais a necessidade de entender o lugar bastante específico que ocupamos no qual racismo, sexismo e pobreza se encontram e se reforçam mutuamente. Compreender a forma como essas mulheres se deslocam pela cidade, considerando especificamente sua condição de trabalhadora, exige analisar como

gênero e raça atravessam o trabalho ambulante, como essas duas categorias igualmente surgem no que diz respeito ao uso do espaço público e como estas trabalhadoras, enquanto mulheres negras, compreendem a dinâmica social que organiza seu uso da cidade e seu trabalho e delineiam suas práticas e modos de fazer à partir disso, acumulando experiência de vida. Com isso em mente, dediquei cada capítulo deste trabalho a descrever o que apreendi com estas mulheres. O primeiro foi construído quando me questionei sobre quem eram elas, pergunta cuja resposta vai além da descrição singular de cada uma das agentes e demanda pontuar sobre o aspecto em comum que elas possuem – serem mulheres negras trabalhadoras ambulantes. Assim, nele eu falo sobre as agentes, a história que possuem com o trabalho, e também sobre esse trabalho, sobre as problemáticas que envolvem seu surgimento, especificidades raciais e de gênero que podem ser localizadas quando o olhamos mais de perto, dentre outras questões que implicam diretamente na história que essas trabalhadoras trilharam ao longo do exercício dessa atividade. No capítulo dois, é o momento de conhecer o espaço onde estas trabalhadoras circulam e se estabelecem, não apenas descrevendo as características do lugar onde elas se encontram, mas incluindo os aspectos sociológicos que se fazem presentes nele, definindo o que é esse espaço, quais as forças que o constituem e organizam e os conflitos e disputas que eles implicam, considerando é claro os sujeitos que o usam. As questões narradas e organizadas nesses dois primeiros capítulos permitirão a compreensão daquilo que proponho no capítulo três ao expor com mais concretude como os conflitos previamente descritos ainda em uma dimensão bastante impessoal se dão factualmente no cotidiano dessas mulheres, organizando relações e com isso, possibilidades de trabalho e uso do espaço. *Spoiler*: tem muito a ver com a palavrinha mágica que dá nome ao trabalho e que será evocada constantemente ao longo do texto – *trajetória*.

## 1 MULHERES NEGRAS E O TRABALHO AMBULANTE NO BRASIL

O ponto de partida para as análises que se seguirão ao longo destes escritos é compreender que as agentes dessa pesquisa são parte de um grupo cuja relação com o mercado de trabalho se constituiu historicamente atravessada por problemáticas sociais que delimitaram abertamente seus caminhos e possibilidades, sendo possível, nesse sentido, localizar distintos fatores que circunscrevem a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro na atualidade. Ainda que a partir da década de 1990 a população negra tenha experimentado um maior acesso às instituições de ensino superior no Brasil (ABRAMO, 2006), em números que foram ainda mais elevados durante a implantação da política de ação afirmativa a nível nacional<sup>7</sup>, o maior nível de instrução alcançado por esta população não reduziu a persistente diferença salarial entre negros e brancos, especialmente nos cargos que exigem maior nível de instrução. Cabe nesse sentido destacar que as mulheres negras no Brasil recebem menos da metade (44%) dos rendimentos de um homem branco mesmo que ambos apresentem a mesma formação e ocupem cargos similares, segundo a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça* publicada pelo IBGE em 2019. Ainda que essas desigualdades estejam mais evidentes nos níveis hierárquicos mais altos, o fato de a população negra ser majoritária nas camadas mais pobres da sociedade e ter uma representação ínfima nas classes mais altas evidencia restrições raciais que atravessam as nossas possibilidades de vida e trabalho. Quando não inseridos nos trabalhos formais menos prestigiados e de menor remuneração, concentramos-nos em ocupações informais representando igual maioria quando em comparação à população branca. Tereza Cristina Martins (2012) reconhece que, ainda que o desemprego, as ocupações precárias e a informalidade, no contexto dos problemas estruturais gestados no capitalismo, atinjam a população de um modo geral, independente do seu nível educacional e categoria profissional, tais fatores têm afetado muito mais os trabalhadores negros do que os brancos, o que ela associa às mudanças na sociedade do trabalho e à constituição do capitalismo brasileiro – no qual a discriminação racial é associada às

---

<sup>7</sup> Em 2018, a chance de uma pessoa negra conquistar um diploma de graduação no Brasil aumentou em quatro vezes quando comparado aos índices da década anterior. Em 2016, houve um aumento de 30% no número de matrículas de pessoas pretas e pardas em relação à 2011 (BRITO, 2018).

determinações econômicas da lógica capitalista (p. 451). As mulheres negras que se encontram na informalidade estão em sua maioria nos serviços domésticos – 73,5%, de acordo com a *Síntese Indicadores Sociais* (2020) –, e não por acaso, todas as trabalhadoras ambulantes apresentadas nessa pesquisa já trabalharam anteriormente neste setor. Não obstante, a crescente feminização do trabalho ambulante, de maioria negra, apontada desde 2010 pela Organização Internacional do Trabalho traz à tona a necessidade de se conhecer as especificidades deste grupo, exigindo a compreensão de aspectos relacionados às questões de gênero tanto quanto às questões raciais no debate sobre trabalho e uso do espaço urbano.

De modo geral, pensar os aspectos do trabalho na vida das agentes dessa pesquisa exige compreender os sentidos que elas atribuem a ele e a forma como o trabalho foi historicamente concebido, considerando tanto o fato de elas serem mulheres negras – o que nos leva a pensar a forma como a população negra tem vivenciado o trabalho desde o período escravista, o impacto desse modelo econômico na vida desta população, a transição capitalista e o lugar das pessoas negras nessa estrutura, para que seja possível entender o trabalho no setor formal e seu “antagonista”, a *informalidade* –, bem como todas as nuances presentes entre as categorias gênero e raça, até que alcancemos o trabalho ambulante exercido pelas agentes dessa pesquisa. Ainda nesse sentido, precisamos compreender o aspecto de gênero e sua relação com o trabalho, evidenciando, obviamente, como o caráter racial se faz de igual modo presente nesta relação quando nos referimos às mulheres negras, fato observável já desde o período escravista. Como nos lembra Angela Davis (2016), a reflexão sobre a vivência das mulheres negras só pode ocorrer quando refletimos igualmente sobre os efeitos da escravidão em nossos corpos e na nossa relação com o trabalho, uma vez que este ocupa um imenso espaço em nossas vidas e frequentemente ofusca outros aspectos de nossa condição. É um caminho histórico necessário que nos permitirá chegar às problemáticas que atualmente atravessam a vida das agentes desta pesquisa, sendo preciso trilhá-lo antes de tratar diretamente das trajetórias dessas trabalhadoras.

### 1.1 Uma contextualização histórica: mulheres negras no período escravista

Para compreender a relação das mulheres negras com o trabalho e assimilar os aspectos que definem nossa condição na hierarquia ocupacional brasileira<sup>8</sup> é preciso analisar atentamente o modo como somos inseridas no mercado de trabalho ao longo da história, uma vez que desde os primórdios da formação econômica nacional estivemos presentes, assim como a população negra de um modo geral, enquanto mão-de-obra fundamental para a sustentação da economia escravista e do capital mercantil, o que traz à tona a necessidade de se compreender não somente o lugar que ocupamos atualmente no mercado de trabalho e na hierarquia econômica, mas também apreender como e por que o ocupamos, com o cuidado de reconhecer os aparatos sociológicos presentes no contexto da formação social brasileira que contribuíram nesse sentido. De modo geral, abordar as especificidades da mulher negra durante o período escravista tornou-se um movimento recorrente na historiografia social da escravidão, demonstrado pelo grande interesse de historiadores pela questão entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 (SILVA, 2010). Recuperar esses dados nos permite reconhecer o papel fundamental dessas mulheres na formação social do Brasil e considerar sua experiência enquanto escravizadas, identificando suas estratégias de sobrevivência e mobilidade social, lança luz sobre este grupo cuja vida fora frequentemente sub-representada na história oficial (KILOMBA, 2019) e nos permite trilhar um importante caminho para compreender a relação entre o gênero, raça, espaço público e trabalho desde o período escravista.

Os estudos mais recentes sobre o período escravista apontam que o passado colonial era mais complexo, dinâmico e *feminino* do que se imaginava (PAIVA, 2012,

---

<sup>8</sup>Penso *hierarquia ocupacional* para estabelecer uma pirâmide tal qual a hierarquia social, mas pautada no mercado de trabalho. De um modo geral, o termo ocupação refere-se ao cargo exercido, ao passo que a profissão diz respeito ao título do trabalho. Quando pensamos nos trabalhos nos quais as mulheres negras são majoritariamente alocadas, temos aí mais uma problemática: a *profissão "doméstica"*, por exemplo, mascara diversas *ocupações* por elas desempenhadas em um mesmo serviço, como limpeza, preparação de alimentos, cuidado com crianças, etc. Há ainda a definição de que, de acordo com "*a terminologia funcionalista e anglo-americana*", a ocupação seria uma "*posição dominada e estigmatizada*", ao passo que a profissão ocuparia uma "*posição dominante e prestigiosa*" (DUBAR, 2012, p. 359).

grifos meus). A história do trabalhador negro começa muito antes da abolição da escravidão – processo que se desenrolou no decorrer do século XIX de modo lento e gradual – e assim sendo, a análise participação negra, tanto liberta quanto escravizada, na constituição do mercado de trabalho capitalista brasileiro ganha importância ao reconhecermos que ambas as estruturas (o escravismo e a compra e venda da força de trabalho livre) coexistiram durante um mesmo período, atravessando o surgimento da sociedade de classes no Brasil (SILVA, 2013). Cabe salientar que, ao reconhecer momentos históricos em que as escravizadas se empenharam na busca pela sua liberdade, não busco minimizar os estragos da violência física, sexual, moral e às tantas violações cometidas contra a população negra nesse período, mas expor que mesmo em clara desvantagem, os escravizados estiveram empenhados em mudar a própria realidade através das brechas que as estratégias dominantes deixavam no cotidiano: *“(…) a sociedade escravista do século XIX foi palco de lutas, resistências e de interesses escusos. Lugar onde submissão e obediência camuflavam estratégias de resistências que garantiam a sobrevivência de mulheres e homens negros”* (SILVA, 2010, p. 3).

O período escravista brasileiro foi marcado pela presença de duas categorias distintas de escravizados: os produtivos, que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime nas lavouras, e os não-produtivos, voltados para a prestação de serviços (feitores, criados, *negros de ganho*, etc.) (GONZALEZ, 2020). Embora os homens fossem maioria entre os escravizados produtivos, o sistema escravista não poupou a mulher negra de nenhum tipo específico de trabalho, e elas poderiam ser encontradas tanto nas lavouras como enquanto mucamas, onde *“passavam, lavavam, cozinham, costuravam e amamentavam os filhos das sinhás, expostas ainda às investidas sexuais do senhor branco”* (Idem, pp. 52-53). No que diz respeito à relação entre trabalho, resistência e liberdade, Luciano Figueiredo (2012) traz um interessante relato acerca da marcante presença das “negras de tabuleiro” ao longo do período escravista: mulheres escravizadas ou forras que circulavam pelos arraiais vendendo pastéis, bolos, doce, leite, mel, pão, frutas, fumo e aguardente. Nas Minas Gerais, preferiam regiões próximas aos locais de mineração, mas trabalhadoras como estas poderiam ser encontradas em todas



as praças das colônias portuguesas, como São Paulo, Belém, Salvador e Recife, sendo responsáveis pelo abastecimento de gêneros básicos (FIGUEIREDO, 2012). Trabalho comum na península ibérica exercido majoritariamente por mulheres portuguesas empobrecidas, na colônia o forte estigma gerado ao estar associado às mulheres africanas afastou as mulheres brancas deste trabalho tradicionalmente europeu. Este tipo de serviço foi alvo de constante perseguição sob acusação de ser parte de circuitos de contrabando de ouro, e diversas regras foram instituídas a fim de delimitar o espaço por onde as negras de tabuleiro poderiam circular, tanto ao redor das minas quanto nos perímetros urbanos, com punições que iam desde a prisão até o castigo físico. No entanto, muitas escravizadas persistiram nele mesmo diante da forte repressão, já que as recompensas poderiam ser valiosas: “(...) *não foram poucas as escravas que adquiriram a alforria graças aos ganhos de seu tabuleiro. Outras, já na condição de libertas, puderam formar um patrimônio respeitável em virtude do pequeno comércio*” (FIGUEIREDO, 2012, p. 40).

Esse trabalho permitiu a muitas mulheres negras deste período a conquista da própria alforria através de acordos com seus senhores ou utilizando o dinheiro que guardavam quando recebiam em excedente nos serviços prestados – o pecúlio –, casos que não constituíam exceções, especialmente nos perímetros urbanos: “*ao final do século XVIII, Minas Gerais contava com a maior população total entre as capitanias do Brasil, e é bem possível que as mulheres tenham sido majoritárias entre forros e não brancos nascidos livres*” (PAIVA, 2012, p. 22), premissa que retira as mulheres escravizadas do lugar de vítima passiva das violências dos senhores brancos e as coloca como sujeito ativo na busca pela própria liberdade e mobilidade social. Ainda nas Minas Gerais, Eduardo Paiva (2012) relata através da análise de documentos da época a importância da participação destas mulheres enquanto donas de negócios de pequenos e médios portes na construção do circuito financeiro da mineração, pontuando que mesmo que a sociedade escravista tenha sido marcada profundamente pela hierarquia de gênero, estas mulheres ganharam relevância na participação econômica das capitanias, destacando-se em relação aos homens na aquisição de alforrias, e quando libertas, na aquisição de bens (Idem, p.

24). Em diversos momentos, as mulheres forras que ascenderam economicamente foram cruciais para a mobilidade de outras mulheres.

A análise dos testamentos feitos entre 1811 e 1830 aponta para processos de mobilidade social na Bahia do período. Homens solteiros e casados livres e libertos aparecem beneficiando mulheres escravas, libertas e livres de cor, por intermédio do reconhecimento de paternidade ou como resultado de um misto de relações de dependência, afeto, fidelidade e gratidão. As mulheres livres solteiras ou casadas também demonstram muita autonomia e interesse em beneficiar outras mulheres, sobretudo escravizadas e libertas, o que não apenas representa solidariedade de gênero, mas principalmente aponta para a reprodução bem-sucedida de mobilidade ascendente entre mulheres. Ao mesmo tempo que ascendiam na hierarquia social, também proporcionavam a ascensão de outras mulheres em situações de dependência. (REIS, 2012, p. 33)

Outro ponto a ser destacado são as diferenças relacionadas ao perímetro – urbano ou rural – no qual o escravizado encontrava-se alocado, fato que impactava diretamente suas possibilidades de vida, resistência e liberdade. Valéria Costa (2012) relata que as mulheres escravizadas e forras que viviam nas cidades tinham a possibilidade de andar por si só, conhecendo ruas e praças, pessoas de diferentes tipos, controlando de certo modo a própria vida e fazendo suas próprias escolhas. Isso demonstra, segundo a autora, um grau de independência possível e necessário na vida nas cidades, inclusive para o trabalho como negras de ganho ao qual elas eram designadas por seus senhores. Por outro lado, na zona rural, não era comum permitir que escravizados saíssem desacompanhados, e estes viviam sob a constante vigilância dos capatazes – diferenças que refletiam também o tipo de trabalho ao qual os escravizados eram destinados. Assim, nas zonas rurais os laços sociais e socioeconômicos das escravizadas dependiam quase inteiramente do intermédio de seu senhor ou de algum outro agente de uma classe superior, deixando evidente uma relação hierárquica pautada em relações de poder (COSTA, 2012). Nos centros urbanos, com o grau de liberdade permitido às escravizadas para circular e vender suas mercadorias, ainda que boa parte da venda fosse obrigatoriamente entregue a seus senhores, redes de sociabilidade poderiam ser estabelecidas sem nenhum intermediário, o que possibilitava a essas mulheres constituir redes de troca, compra e venda, inserindo-as em um circuito comercial que as permitia adquirir bens e até mesmo outros escravizados para trabalharem em

seus negócios. De modo geral, nesses circuitos, a *confiança* era uma moeda para troca de favores e para a aquisição de créditos – algo que elas conquistaram.

Não obstante, ainda que o trabalho como ganhadeiras ou quituteiras tenha sido crucial para a conquista da alforria de muitas mulheres negras escravizadas nos centros urbanos, era possível encontrá-las alocadas também prestando serviços como amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, e outros que de modo geral, estavam circunscritos às atribuições do trabalho doméstico que elas já exerciam. A presença de escravizados realizando trabalhos domésticos nas casas oitocentistas era símbolo de status social e indicava o grau de riqueza e prestígio social do grupo familiar ao qual pertencia: no período entre 1810 e 1849, o número de escravizados poderia variar entre um ou dois nas famílias mais pobres, de cinco a seis entre famílias de poucas posses e mais de dez nas famílias mais abastadas. Entre as famílias mais ricas, esse número poderia chegar a mais de 20. O Rio de Janeiro, capital que chegou a ser a principal cidade escravista das Américas, contava com um enorme contingente de população cativa nos trabalhos domésticos – majoritariamente mulheres (SOUZA, 2012).

Embora compartilhassem da mesma condição jurídica e social, as mulheres escravizadas poderiam vivenciar experiências muito diversificadas em termos de exploração da sua força de trabalho. No Rio de Janeiro, nem todas as escravas domésticas serviam nas casas dos senhores ou da família destes. Algumas delas eram também colocadas "ao ganho", ou seja, eram escravas que viviam "sobre si" e ofereciam os seus serviços aos interessados, obtendo, com o trabalho, uma remuneração que deveria ser repassada, conforme um valor diário determinado (jornal), aos seus senhores. Ou então, como acontecia com a maioria, as escravas domésticas eram alugadas para trabalhar para terceiros (locatários), executando os serviços oferecidos por seus senhores (locadores). (SOUZA, 2012, p. 247)

Flávia Souza (2012) relata que a demanda era tamanha que, em meados de 1800, 70% dos anúncios nos jornais eram relativos à compra, venda ou aluguel de mulheres escravizadas para trabalhos domésticos na cidade do Rio de Janeiro. Para satisfazer essa exigência de mercado, foram criadas agências que se propunham a intermediar donos de escravos e os interessados no serviço prestado, que com o fim da escravidão, passaram a agenciar mão-de-obra livre para o trabalho doméstico. Em verdade, a maior parte das mulheres que trabalhavam na cidade do Rio naquele

momento estava alocada em serviços domésticos, e tal setor constituiu um importante espaço de trabalho para as mulheres negras livres, sobretudo com o término do período escravista – fato que se perpetuou durante todo o século XX e início do século XXI (SOUZA, 2012).

#### 1.1.1 Do escravismo ao capitalismo: a representação do trabalho na vida da população negra

Ao tornar-se princípio norteador da sociedade, o trabalho nos moldes do capitalismo que surgiu nos períodos finais do escravismo passou também a demarcar o status de cidadão de cada indivíduo, muito embora o racismo impedisse o reconhecimento da cidadania da população negra (YOSHIOKA & CLARET, 2015). Cabe lembrar que o capitalismo mercantil é contemporâneo ao escravismo das colônias, sendo desenvolvido no processo amplo de acumulação primitiva baseada no trabalho compulsório do regime escravista. Clóvis Moura (1994) discorre que o modo de produção escravista e patriarcal presente no Brasil deste período não era autossuficiente em termos de circulação e de consumo – mas também não sobreviveu única e totalmente em função do capitalismo mercantil das nações consumidoras às quais o país estava subordinado. O escravismo brasileiro somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas ao mesmo tempo, esse mercado só pode efetivamente ser comprador e acumulador de capital sob a condição de existência do modo de produção escravista (p. 38). As relações escravistas, tal qual existiam em sua dinâmica social interna, foram fundamentais para a estruturação do modo de produção capitalista, e para compreender o lugar ocupado pelas pessoas negras no mercado de trabalho operante no século XX – incluídas aqui as mulheres negras –, é preciso reconhecer a dinâmica socioeconômica desta época, com atenção especial para a transição do trabalho escravo para o livre.

Para Moura (1994) a escravidão teve, em termos culturais, sociais, demográficos e econômicos, dois momentos distintos: uma primeira fase ascendente, que durou de cerca de 1550 até o fim do tráfico de pessoas escravizadas em 1850, e uma segunda fase de paulatino declínio, entre 1850 e 1888. Ambos os períodos se articulam, reestruturam e desarticulam de acordo com

suas dinâmicas próprias (p.15). No período que nomeou como Escravismo Pleno, Moura propõe que o modo de produção escravista foi estruturado em sua totalidade a partir da dinâmica relacional de suas classes fundamentais, as quais definiu: os senhores e os escravos. Para o sociólogo, essa relação influenciou a forma como as demais camadas, segmentos e grupos sociais estabeleceram seus valores e condutas, seguindo a dicotomia entre a classe senhorial dona dos meios de produção (e proprietária dos escravizados, enquanto mercadoria) e a classe oprimida mais importante, a escravizada: “(...) o modo de produção escravista tem como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social” (p. 16). Ainda que outras formas de trabalho ou formas complementares a este modelo tenham existido nesse mesmo período, para Moura, “do ponto de vista teórico mais abrangente (...) foram as contradições estruturais que determinaram (de forma positiva ou negativa) a dinâmica desse processo” resultando na transição do escravismo para o trabalho livre (Idem), sendo essa a relação fundamental em termos de totalidade.

Moura pontua que mesmo que nem toda pessoa escravizada agisse como rebelde ou expressasse abertamente seu descontentamento com a própria condição, a máquina ideológica, administrativa e militar deste regime foi construída com o objetivo de manter o equilíbrio social entre as classes apontadas por ele como antagônicas, estruturando uma contenção que independia da consciência de seus antagonistas – um equilíbrio alcançado através do controle social (p. 20). Assim, mesmo que as relações senhor e escravo tenham sido diversas nos períodos do Escravismo Pleno, a dinâmica social que se constituiu ao longo deste momento expressa justamente o interesse de alocar cada classe em um espaço social determinado.

Ora, o aparelho administrativo da Colônia tinha dupla finalidade: defender os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica e constante nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno) (MOURA, 1994, p. 20)

É dentro dessa rígida estrutura administrativa, judiciária e política que a sociedade brasileira irá funcionar, sem que houvesse grandes mudanças em sua

essência até 1850 (MOURA, 1994, p. 37). Mas essa racionalidade sofre transformações estruturais dentro de seu próprio bojo por meio da fricção em seus distintos níveis e da relação com elementos do próprio capital, o que criou condições objetivas e subjetivas para sua superação (idem, p. 23).

O segundo momento do escravismo brasileiro foi marcado não apenas pela proibição do tráfico de pessoas escravizadas, traduzida na Lei Eusébio de Queiroz, mas também por um processo de modernização que modificou tecnologicamente esse modo de produção sem alterar sua estrutura fundamental, ao mesmo tempo que subordinou a sociedade brasileira à forças de dominação que também se modernizaram. A esse período de crise progressiva, Moura nomeou de Escravismo Tardio (p. 52). Nesse momento, também se entrecruzam e se sobrepõem no país relações escravistas e capitalistas, que implantadas pelo processo modernizador estrangeiro, alteram o comportamento da classe senhorial, dos segmentos a ela subordinados ou influenciados, e dos escravizados (p. 83). Assim, para o autor, a sociedade brasileira escravista progrediu nos aspectos econômico, tecnológico, ideológico, cultural, dentre outros, sem que isso se refletisse em suas relações de produção e nos processos de trabalho, gerando assimetrias, contradições e conflitos. Esse processo de modernização do escravismo foi para Moura, também responsável pela decomposição do escravismo, havendo cinco momentos cruciais, alguns até anteriores ao escravismo tardio, que colaboraram para sua conclusão: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terras (1850), a Lei Eusébio de Queiroz, a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista (MOURA, 1994, p. 66).

O escravismo brasileiro, no seu final, na etapa do escravismo tardio, já era um anacronismo aberrante em todos os níveis estruturais – econômico, social, cultural e psicológico – e sua decomposição verifica-se simultaneamente ao início da dominação imperialista que entra em cena como ator principal do estrangulamento do nosso desenvolvimento como nação. (MOURA, 1994, p. 84)

Desse modo, ao mesmo tempo em que o escravismo se desfazia economicamente, impulsionado pelos fatores externos, tornando-se insustentável enquanto sistema econômico, ele também desaparecia no nível ideológico, e o ideário do trabalho livre era aos poucos embutido pelo pensamento liberal também entre os grupos de escravizados (MOURA, 1994, p. 102). A população negra

encontrava-se também consciente do processo econômico em curso, não se contentando mais apenas com a negação da sua condição de escravizado, mas almejando se inserir no circuito de trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, as elites intelectuais atuaram no plano ideológico e político para fazer do racismo uma arma que justificasse uma nova estratégia de manutenção para qualificar o trabalhador não branco como incapaz de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão, mas que de modo geral, representou a manutenção das estruturas de poder e domínio econômico que sobreviveram à Abolição, substituindo o senhor de escravos pelo fazendeiro de café (Idem).

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 1994, p. 103).

Ao longo dessa transição, os libertos não poderiam ser incluídos como cidadãos nessa nova sociedade, e as interdições à inserção deles na nova estrutura social pós-abolição poderiam ser notadas em diversos setores sociais, destacando-se no acesso ao mercado de trabalho assalariado urbano como parte do ideal de mudança da composição étnica brasileira que ocorria em concomitância (IANNI, 2014). Era objetivo das classes dominantes, para a manutenção de seu poder e proeminência, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico para o país incompatível com o trabalho escravo e com a ordem social e política do antigo regime, perpassando também a caracterização étnica do que seria o povo brasileiro (NASCIMENTO, 2019). Esse processo exigia a ressignificação não apenas do trabalho (até então fortemente vinculado ao escravismo) como também do trabalhador, tornando-os sinônimo de desenvolvimento, progresso, modernização e base do novo regime político (a república): os escravismo passou a ser vinculado ao atraso e à baixa produtividade e o trabalhador negro, igualmente, passou a ser aquele desprovido de conhecimento técnico, indisciplinado e sem “espírito de poupança”, características atribuídas a eles como imutáveis e intrínsecas a sua

subjetividade – inerente à raça (SILVA, 2013). Essas suposições foram endossadas pelo pensamento social brasileiro, à época, pautado no positivismo, evolucionismo e determinismo, buscando reafirmar a superioridade branca e a impossibilidade de se constituir uma nação desenvolvida e próspera com tantos negros e mestiços (Idem). A solução proposta para a “falta” de mão-de-obra livre desejada para o mercado de trabalho capitalista nascente e para a população majoritariamente negra no território brasileiro foi, como sabemos, a imigração europeia.

As elites brasileiras se empenharam para que esse processo de transição do regime econômico ocorresse sem que nenhuma mudança social atingisse poder e prestígio, sentimento que fundamentou a criação das políticas institucionais deste período. Nesse sentido, para compreender o processo pelo qual a população negra deixou de ser escravizada e passou a compor uma massa desempregada e subempregada neste novo regime econômico, é preciso analisar mais do que a abolição e o movimento abolicionista, mas também todo o regimento institucional que circunscreveu esse período, assim como o fluxo imigrante brasileiro (IANNI, 1987). Ainda que a última década do Império no Brasil tenha sido marcada pelo aumento exponencial da até então modesta indústria nacional, liderada pelo setor têxtil, aumentando assim a demanda para o setor secundário, e terciário, relativo aos serviços de transporte e comércio, a população negra persistiu à margem desse mercado de trabalho incipiente em detrimento do imigrante por conta da estrutura operária que se formava permeada pelo racismo e pelo etnocentrismo (IANNI, p. 44), estratégia das elites no plano ideológico e econômico, em preparação para a etapa de organização econômica que surgia com o fim do escravismo.

Ariella Araújo (2013) vai além e propõe que a adoção do naturalismo e do cientificismo no Brasil cumpriu papel semelhante ao do Iluminismo na Europa do século XVIII, fundamentando o debate acerca do fim da escravidão diante das alterações econômicas internacionais que eram refletidas na conjuntura interna do país (p. 49). A autora relata que a raça foi elencada neste momento em contraposição a noção universalizante dos direitos do cidadão, acompanhando as mudanças econômicas, políticas e sociais do mundo ocidental (HOFBAUER, 2006 *apud* ARAÚJO, 2013). De modo geral, a transição nacional do sistema escravista



para o capitalista ocorreu em firme acordo com as concepções sobre a Nação brasileira, que deveria ser branca, raça correspondente à modernidade da nova era econômica e política. Segundo Araújo, muito embora já fosse registrado um fluxo constante de imigrantes no Brasil desde 1808, é à partir de 1850 que a legislação brasileira passa a expressar mais abertamente a preocupação com os fatores outrora citados, impulsionando a imigração e endossando a substituição étnico-racial da mão-de-obra trabalhadora brasileira (negra) ao estabelecer condições privilegiadas para os imigrantes europeus. A solução imigrante surgiu como resposta à escassez de mão-de-obra gerada pela libertação dos negros escravizados não mais desejados nos postos de trabalho, mas também enquanto parte de um processo de branqueamento da população brasileira, sendo favorecida até meados dos anos 1930 com a crise mundial e a Revolução de 30, ao passo que o movimento abolicionista desapareceu com o fim da escravidão (HASENBALG, 2005, p. 165).

A instauração da Primeira República não garantiu ganhos materiais, direitos políticos e sociais ou participação econômica à população negra recém-liberta. Esta população, por sua vez, buscou se organizar em frentes diversas de mobilização para reverter tal quadro, com ênfase para a fundação em 1930 da Frente Negra Brasileira (IANNI, 2004), dando continuidade às lutas que já se faziam presente há séculos pela sua libertação, buscando agora sua inserção na sociedade brasileira e no mercado de trabalho enquanto sujeito de direitos. Aqui cabe lembrar que a população negra não esteve, ao longo destes processos, em uma posição passiva e a mercê das alterações que se faziam presentes, organizando frentes e lutas diversas que relatam desde o período escravista, com a formação política, social e econômica observada nos quilombos, à movimentos como a Imprensa Negra Paulista na década de 30, a União dos Homens de Cor o Teatro Experimental do Negro após os Estado Novo, até o Movimento Negro Unificado, nos anos 1970, cujas ações objetivavam a valorização estética dos negros e da negritude aliada a busca pela melhoria das condições de vida (SHIOTA, 2014), que seriam concretizadas por meio de *“ações em favor da coletividade afro-brasileira discriminada no mercado de trabalho, habitação, acesso à educação e saúde,*

*remuneração, enfim, em todos os aspectos da vida na sociedade*” (NASCIMENTO, 2004, p. 221 *apud* SHIOTA, 2014, p. 79).

Mas ainda que a população negra tenha se organizado e resistido em diferentes frentes e grupos, os mecanismos que delimitaram as possibilidades de vida dos não brancos mantiveram velhas estruturas na transição do modo de produção escravistas para o modelo capitalista que ascendia e se mostrava permanente: a partir de Clóvis Moura, o que se percebe é que o racismo foi incutido no cerne do novo sistema econômico já em sua gênese, desenvolvendo-se posteriormente com o fortalecimento das estruturas de opressão racial. Assim, o que ocorre é a inserção da população negra no novo sistema econômico enquanto grupo desprovido de direitos, fator essencial para sustentação de um regime fundamentalmente desigual (SILVA & FAGUNDES, 2022), baseando-se em uma dinâmica de separação justificada por aparatos do Estado já conhecida desde o período colonial. As leis que proibiam o tráfico de escravizados e a Lei de Terras<sup>9</sup> do Império serviram para preparar o país para o novo sistema econômico que estava por vir, e assim sendo, tanto o Império Brasileiro quanto os setores abastados que lhe faziam oposição se empenharam em produzir uma legislação que regulamentasse a transição do trabalho escravo para o livre no país valendo-se do racismo e da discriminação racial para manter o abismo social existente entre negros e brancos, outrora sustentado pelo sistema escravista (IANNI, 2014).

Para restringir a possibilidade de subversão das regras pré-estabelecidas na estrutura hierárquica outrora colonial, em São Paulo, por exemplo, o governo estabeleceu normas específicas para condicionar os lugares que os negros poderiam ocupar durante esse período, implicando na sua expulsão das zonas urbanas e dos postos de trabalho, abrindo espaço para os estrangeiros imigrantes por meio de artifícios jurídicos, exigências legais, padrões de construção e de

---

<sup>9</sup>Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, “que possibilitou a aquisição da terra a qualquer interessado, independente da nacionalidade, concedendo auxílios favoráveis à colonização” e restringindo o acesso à terra especialmente à população escravizada, livre ou liberta (ARAÚJO, 2013, p. 37).

higiene<sup>10</sup>. Assim, rejeitada pelo poder público, a população negra precisou lidar ainda com as diversas formas de controle e repressão impostas pelo Estado por meio de ações policiais e proibições. O grande fluxo imigrante europeu na região sudeste afetou desse modo a vida dos cerca de 300 mil escravos recém-libertos e dos quase 1,5 milhões de negros livres que ali se encontravam (HASENBALG, 2005). Outro ponto é que mesmo que racismo e a discriminação racial tenham sido amplamente utilizadas para manter a população negra excluída do mercado de trabalho neste período de transição, cabe lembrar que ao longo do século XIX era possível encontrar escravizados desempenhando quase todo tipo de trabalho ainda que sob regime escravista, seja no campo ou na cidade – fato que contrapõe a ideia em geral empreendida durante o pós-abolição acerca de sua incapacidade de desempenhar ou até aprender os modos de fazer dos novos postos de trabalho que surgiriam.

A população negra permaneceu nessas condições no mercado de trabalho brasileiro até os anos 1930, quando o forte movimento nacionalista do governo Vargas trouxe indiretamente algumas possibilidades de ingresso nos postos de trabalho do período. Araújo (2013) pontua que a Lei de 2/3<sup>11</sup>, ao restringir a participação dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho nacional, permitiu a abertura de novos postos de trabalho para a população negra, e o salário mínimo – com todas as suas contradições – e a previdência social criadas nesse mesmo período histórico ofertaram alguma equidade ocupacional nesse sentido, embora tais medidas não tenham sido suficientes para repelir a discriminação racial que ainda determinava a posição dos negros na hierarquia social. À partir da implantação da lei de 2/3 observa-se uma crescente participação de mulheres negras na indústria têxtil que se fazia nascente, sendo de relevância crucial para o desenvolvimento industrial brasileiro neste período em diversas regiões do país, em paralelo a diminuição da participação dos imigrantes (ARAÚJO, 2013). No entanto,

---

<sup>10</sup> Através do movimento higienista, cujos impactos alteraram a relação da população negra e pobre com o espaço e com o trabalho, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>11</sup> Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930 instituído no governo de Getúlio Vargas que determinava que todas as empresas brasileiras deveriam contar com no mínimo 2/3 de trabalhadores nacionais, em consonância às políticas nacionalistas da Era Vargas (ARAÚJO, 2013).

ainda que os negros tenham se inserido em alguns trabalhos formais nesse cenário, isso ocorreu nos postos mais precarizados e mal remunerados. A enorme desigualdade no acesso à alfabetização e à instrução de nível superior, bem como a presença massiva nos trabalhos na agricultura e na indústria demonstram a crescente vulnerabilidade e desigualdade de condições que assolou a população negra no Brasil em meados do século XX: na década de 1940, enquanto mais da metade da população branca era alfabetizada, esse valor se manteve entre cerca 25% para população não branca; nos anos 1950, a população negra era maioria nas atividades de agricultura e extração, e representavam 14% na indústria e no comércio (HASENBALG, 2005, pp. 173-174). Assim, ainda que as pessoas negras tenham se inserido nos postos de trabalho industriais, como ocorreu no Rio de Janeiro, elas representavam uma minoria nesse segmento e seguiram ocupando postos de trabalho inferiores, alocando-se no mercado de trabalho de modo geral nos postos subordinados. Nesse mesmo período, cerca de 89% das mulheres negras encontravam-se fora das atividades primárias e industriais, concentrando-se nos serviços pessoais, com ênfase no emprego doméstico (Idem, p. 182). Enquanto as ocupações industriais manuais importavam-se mais com a qualificação do que com a cor, o que explicaria as maiores chances de inserção da população negra neste setor, postos de trabalho que exigiam contato direto com o público expunham com mais vigor a face racista do mercado de trabalho, rejeitando trabalhadores negros sob o pré-requisito de “boa aparência”.

Joaze Bernardino-Costa (2013) vai além e propõe, a partir do conceito de colonialidade de Aníbal Quijano, a existência de um novo padrão de dominação que operou no âmbito nacional e mundial, orientando a forma como as hierarquias e desigualdades seriam construídas – inclusive as de raça e de gênero –, em consonância com o capitalismo moderno presente nos primeiros anos do colonialismo, ou seja, séculos antes da Revolução Industrial. Essa dinâmica de poder atuaria assim restringindo a vida da população negra como um todo.

Embora houvesse casos de negros e mulatos livres, sobretudo quando mais nos aproximamos historicamente da abolição da escravatura, isto não significava uma superação da hierarquia racial e de gênero constituída no período colonial. Em outras palavras, se homens negros e mulheres negras abandonavam a condição legal de escravos, isto não significava que suas

imagens e corpos não estivessem sob controle do padrão de dominação que estamos nomeando de colonialidade do poder (COSTA, 2013, 47).

Quijano entende como colonialidade do poder o padrão de dominação que se constitui junto do capitalismo moderno/colonial, iniciado na conquista da América. Nessa perspectiva, a partir daquele momento foi fundado um novo padrão de poder mundial pautado na raça como fator que não apenas produz identidades como classifica grupos e povos a partir de hierarquias, lugares e papéis sociais (p. 46). Ainda nesse sentido, no sistema-mundo moderno/colonial, raça e trabalho foram associados, constituindo uma divisão racial do trabalho que foi adicionada à já existente divisão sexual no contexto do capitalismo eurocentrado (Idem). Para Costa, mesmo que o conceito de colonialidade de poder diga respeito ao sistema-mundo, é também possível visualizar esse padrão de dominação orientando as hierarquias no âmbito nacional desde os primeiros séculos de formação do Brasil, quando os lugares e papéis sociais de homens e mulheres brancos e não-brancos eram fixos e bem definidos. Assim, os padrões de poder estáticos que mantêm sujeitos estigmatizados nos mesmos lugares sociais teriam origem em uma organização de mundo muito anterior, se fazendo presente em dimensões dinâmicas da produção e manutenção de desigualdades e enfrentando a resistência das identidades subalternizadas (COSTA, 2013, p. 48). Essa perspectiva nos faz avançar na compreensão do lugar da população negra brasileira através de um ponto de vista que se amplia em relação ao espaço (as hierarquias e dominações que acontecem em um âmbito nacional, seja de gênero ou de raça, remetem a hierarquias externas, também de raça e de gênero) e ao tempo (seja no tempo passado, presente e futuro).

### 1.1.2 População negra e transição para o trabalho livre em Campos

Rafaela Machado (2012), ao operar uma análise do período pós-abolição e a inserção do negro no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes revisitando a documentação da época, pontua que o movimento abolicionista campista, como outros em território nacional, considerava que o trabalho nas premissas do pós-revolução industrial seria a *salvação* do negro, ainda que este ocorresse nos mesmos moldes do trabalho escravo, mantendo a população negra nos lugares

subordinados. O trabalho de Machado busca evidenciar a história das relações sociais de trabalho do negro no pós-escravidão com fontes que retratam a vida cotidiana desta população, e para a historiadora, o mundo do trabalho não foi negado ao negro, mas imposto, condicionando assim sua própria identidade, a do *negro trabalhador*, provedor de sua família. Quando não incorporava a identidade que lhe fora atribuída, o negro passava a ser visto como o malandro, o vagabundo, com tendências ao vício. Em ambos os casos, o negro estaria inevitavelmente maculado pela máxima do trabalho (p. 15), e a cidade de Campos dos Goytacazes, polo econômico colonial de grande importância regional e nacional, cujo movimento abolicionista ganhou contornos considerados radicais, pode ser considerada laboratório de configurações sociais típicas da região (MATTOS, 1998 *apud* MACHADO, 2012). A reordenação social do trabalho campista operou fundamentada no mito do trabalho dignificador do negro, enfrentando as revoltas e insubordinação dos escravizados: *“primeiro esteve nas linhas de discussão a tônica da necessidade de reorganização do trabalho que, por sua vez, foi sucedido pela própria construção da sua nova ideologia: o trabalho como balizador da moralidade dos negros”* (p. 17). Embora o movimento abolicionista campista tenha assumido um caráter radical nas últimas décadas do século XIX, apoiando revoltas e fugas em massa, o fim da aliança existente entre os negros e esse movimento demonstra a falta de alinhamento dos abolicionistas com as reais implicações dos negros, como educação e qualificação profissional. Para Machado, a ideologia do movimento abolicionista campista não se afastava tanto da classe escravista, uma vez que a sua preocupação com a abolição se restringia a inquietação das classes mais ricas com a emergência do capitalismo nacional. A autora evidencia que cada região do país vivenciou o processo de abolição dos escravos de maneira distinta considerando o contexto das estruturas escravistas à época e os seus próprios preceitos econômicos. Em Campos:

(...) incomodados com a constante perda de autonomia frente aos trabalhadores e, principalmente, com as incertezas do futuro geradas pelas movimentações dos escravos, os senhores da lavoura campista organizam – a 18 de março de 1888 –, o Congresso Agrícola, com o intuito de estabelecer um padrão de comportamento a ser adotado conjuntamente pelos lavradores, que “garantissem condições de fixação ou colocação estável dos libertos, bem como o regime a estabelecer para isto,

compreendendo serviços, salários e obrigações pessoais”. Revela-se aí que, apesar de aparentemente não ter havido escassez de mão de obra em Campos, os lavradores já competiam pela força de trabalho na região, no mesmo momento em que discutiam sobre a reorganização do trabalho, preocupados que estavam em garantir braços para a colheita daquele ano. (MACHADO, 2012, p. 23)

Algumas das ações dos fazendeiros para manter seus antigos escravizados em suas terras envolviam a concessão de terras aos libertos possibilitando a eles plantar e colher nelas para a própria subsistência, fornecendo parte da produção ao fazendeiro<sup>12</sup>, muito embora essas ações tenham sido colocadas em prática apenas após a imensa pressão gerada pela onda de queimadas em massa nos canaviais por escravizados, desorganizando o trabalho das lavouras às vésperas da colheita e limitando as opções de escolha dos senhores das lavouras. Para Machado, os escravizados de Campos realizavam por si só a transição para o trabalho livre através de fugas em massa e contestações, sendo o uso de sua mão-de-obra liberta a única opção dos então fazendeiros, que embora tenham tentado, não conseguiram entrar nos circuitos imigrantistas do período. Era comum que fazendeiros das regiões agrícolas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais se esforçassem para manter os ex-escravizados na região das fazendas diante da impossibilidade de concorrer ou fazer parte do fluxo imigrante que caracterizou a formação social de São Paulo (CHALHOUB, 1990 *apud* MACHADO, 2012), e embora o Rio tenha sido destino de imigrantes portugueses durante esse período, muitos destes estrangeiros se encaminhavam para trabalhos relativos à indústria nascente nos perímetros urbanos, e não para as zonas rurais.

Por outro lado, Chalhoub demonstra que “havia em torno da alforria uma forte expectativa de continuidade de relações pessoais anteriores, de renovação do papel do negro como dependente e do senhor como patrono provedor”, afirmando ainda que mesmo que os escravos não compartilhassem dessa ideologia de alforrias, eles se inseriam nela como uma estratégia de sobrevivência. (MACHADO, 2012, p. 69)

Importante ressaltar o papel das resistências e lutas dos escravizados na sua própria libertação, em paralelo às mudanças econômicas em curso. Fato é que antes da abolição da escravatura, a maior parte da população negra já encontrava-

---

<sup>12</sup> Embora muitos escravizados tenham sido em algum momento proprietários de pequenas terras, não puderam passá-las para seus filhos sob título de herança em função da Lei de Terras vigente no momento (RIOS & MATTOS, 1998 *apud* MACHADO, 2012).

se liberta, sendo essa proporção ainda maior nos centros urbanos. Além disso, houve um processo hermenêutico no Brasil que buscou apagar a participação negra na busca pela própria liberdade, que ecoa também nas prerrogativas atuais sobre a forma como essa história é contada. Machado demonstra a partir da leitura de distintos autores, que Campos abrigou um dos mais relevantes movimentos abolicionistas do país, destacando-se como um dos mais atuantes do Império especialmente à partir de 1884 com a fundação do jornal Vinte e Cinco de Março, por Carlos Lacerda. A partir de então, o debate acerca do fim do cativo ganhou contornos violentos, acompanhando a radicalidade nacional da década 1880. As revoltas de escravizados que já se faziam presentes na cidade foram aprofundadas pela aliança com o movimento abolicionista, e nesse sentido, o processo de abolição em Campos pode ser compreendido em dois períodos, no qual o primeiro teve um caráter emancipacionista, com pouco impacto e sem articulação com os escravizados, permitindo e estimulando a concessão de algumas alforrias entre 1856 e 1883, do qual participavam tanto fazendeiros quanto profissionais liberais das classes médias que concediam a liberdade apenas a determinados escravizados selecionados de acordo com seu grau de empatia. O segundo momento inicia-se demarcado pela radicalização das ações do movimento e da revolta sistemática dos escravizados a partir de 1884, expressa pelas queimas constantes de canaviais que utilizava mão-de-obra cativa, cujo ápice se deu em 1887 (MACHADO, 2012).

Embora tenham empreendido grande esforço para a abolição, a aliança entre abolicionistas e escravizados findou-se no pós-1888, uma vez que os primeiros estiveram fundamentalmente interessados apenas nas alterações das relações de produção (LIMA, 1991 *apud* MACHADO, 2012), almejando inserir os negros agora libertos na ordem econômica nascente subjugando-o ao trabalho independente das condições deste e tratando qualquer tentativa dos libertos em buscar autonomia ou negar condições degradantes de trabalho como vadiagem, passível de punição – escancarando que não tratava-se mais de um problema de política, mas caso de polícia. O trabalho atuaria moralizando o negro e “*dele viriam o respeito à ordem, à família, a moralidade, entre outros*” (MACHADO, 2012, p. 209), ignorando os anseios



da população negra acerca de sua própria condição. De modo geral percebe-se que o processo de abolição em Campos esteve, por parte das classes dominantes, intimamente vinculado à questão do trabalho e das novas organizações dele, sendo a chamada *ideologia do trabalho* perpetuada até mesmo pelos abolicionistas, enquanto as significações dos negros forros estavam vinculadas ao *ser livre* e não apenas “negro liberto”, estabelecendo com a liberdade uma relação que envolvia a busca pela reconstituição familiar e controle sobre o tempo e o ritmo do trabalho, resistindo às condições de trabalho que se assemelhavam às do cativo, sempre que possível. A resistência do negro às formas de trabalho que refletiam suas abjeções era vista como vadiagem e passível de punição, reestabelecendo a estrutura hierárquica e a criminalização da população negra presente no período escravista (MACHADO, 2012).

Se no pós-abolição em Campos, como se pode ver, os ex-escravizados foram majoritariamente mantidos nos trabalhos agrícolas do setor açucareiro através do esforço operado pelos fazendeiros para garantir a mão-de-obra na agricultura, para as mulheres, além deste segmento, havia também o trabalho de cuidado. A nova geração de homens livres que surgiu na primeira metade do século XX buscou retirar suas mulheres e filhos das plantações e inseri-los no âmbito doméstico (MATTOS, 1998, *apud* SILVA, 2018), movimento realizado também entre a população negra de Campos, sendo os homens alocados na construção civil e as mulheres nos trabalhos domésticos desde a infância (NEVES, 2000 *apud* SILVA, 2018). Ao longo do processo de urbanização e modernização campista, que veremos mais adiante, o trabalhador do setor rural de Campos, participando do grande fluxo migratório para o centro urbano, tornou-se o *trabalhador braçal*, acompanhando o processo transformação do mercado de trabalho que se dava com a crise das usinas de cana-de-açúcar. Para Pauline Silva (2018), a relação da mulher negra e pobre com o mercado de trabalho expressa um conjunto de relações sociais que são forjadas ao longo de sua história, incluídas aqui sua relação com a cidade, marcada ainda pela sua exclusão dos serviços, bens sociais e espaços que se dá antes mesmo desta receber o status de trabalhadora (p. 80).

Se até a década de 70, a cidade de Campos dos Goytacazes se caracteriza como região produtora de cana-de-açúcar e suas relações de trabalho são predominantemente voltadas a esse setor, percebemos que a pobreza aparece aqui juntamente com a crise da produção canavieira. A perspectiva da força de trabalho que se desloca do campo para a cidade, é defrontar-se com um mercado de trabalho caracterizado pela “informalidade”, pelos biscates, ou mesmo as migrações para outros centros urbanos. (SILVA, 2018, p. 116)

Nesse contexto, os trabalhadores das zonas rurais que migraram para o centro urbano da cidade de Campos são levados a vincular-se ao mercado de trabalho urbano nas suas mais distintas nuances, dentre as quais empregados domésticos e pequenos comerciantes ambulantes informais (NEVES, 1999 *apud* SILVA, 2018). A formação do mercado de trabalho campista se dá fundamentado no contingente feminino e infantil, que participam dele de modo a aumentar os ganhos das famílias paupérrimas, e sustentado pelo setor informal, tanto no meio urbano como no rural (CRUZ, 1992 *apud* SILVA, 2018). Nesse período a maior parte da população encontrava-se alocada no setor de serviços, na construção civil e no trabalho doméstico, e de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, as mulheres negras seguiram majoritariamente alocadas no setor de serviços, com ênfase para o trabalho doméstico.

Segundo Rego (2017), na cidade de Campos, constata-se que há alta participação das mulheres negras em idade adulta no mercado de trabalho, entretanto, são elas também as mais empobrecidas. Há diferenças nítidas entre as mulheres brancas e negras referente às ocupações nas quais as mulheres negras estão mais presentes. Segundo a autora supracitada, às mulheres negras ainda estão reservados os serviços domésticos e de limpeza. (SILVA, 2018, p. 120)

\* \* \*

Com isso em mente, torna-se possível visualizar a problemática presente na relação entre as mulheres negras e o mercado de trabalho ao longo do século XX. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), a inserção da mulher negra no mercado de trabalho durante a segunda metade do século foi diretamente atravessada pelo desenvolvimento e pela modernização que determinou a ampliação de diferentes setores industriais, bem como o crescimento da urbanização, cujo impacto leva a decadência da indústria têxtil majoritariamente responsável pela absorção das mulheres negras operárias. Esse novo momento fez surgir vagas de trabalho nos

setores burocráticos de nível mais baixo, que se feminizaram, como os serviços de escritório, exigindo um nível de escolaridade que a mulher negra ainda não acessava e um padrão de beleza branco para lidar com o público. A impossibilidade de ocupar os novos postos de trabalho que surgiam fez com que a mulher negra se voltasse para a prestação de serviços domésticos, sujeitas à dependência das famílias de classe média branca (GONZALEZ, 2020).

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (GONZALEZ, 2020, p. 59).

Lélia aponta que, se as transformações da sociedade brasileira no período que compreende o pós-golpe de 64 e toda a década de 1970 favoreceram a inserção da mulher no mercado de trabalho, isso ocorreu por meio de uma modernização conservadora que excluiu a mulher negra dos principais postos de trabalho nascentes. Lélia Gonzalez insiste que na estrutura das desigualdades raciais do continente americano a desigualdade sexual encontra-se bem articulada, resultando em uma dupla discriminação das mulheres não brancas – as *amefricanas* e as *ameríndias* – fator que demonstra que o caráter racial-sexual da opressão torna as mulheres negras e indígenas o grupo mais oprimido e explorado em uma região de capitalismo patriarcal-racista, transformando-se em uma opressão de caráter triplo quando reconhecemos que as *amefricanas* e *ameríndias* são maioria no proletariado afro-latino-americano. Esse grupo, de sobrepresença marcante no mercado informal de trabalho, sente mais brutalmente os efeitos das crises em função da articulação entre a discriminação racial e sexual a qual estão sujeitas. Não à toa, Sueli Carneiro (2011) concorda com o poeta Arnaldo Xavier ao estabelecer a expressão *matriarcado da miséria*, revelando as marcas históricas da exclusão, discriminação e rejeição na vida das mulheres negras, que estiveram ao longo século XX majoritariamente ocupadas em atividades manuais e em serviços domésticos – profissões que Carneiro relaciona às condições de servilismo.

Fato já denunciado pelo movimento negro organizado em diferentes frentes e momentos históricos, a população negra esteve ao longo do último século nas

classes sociais mais baixas e expostas à maior vulnerabilidade socioeconômica, privada do acesso aos recursos necessários para a própria mobilidade social. Com as menores taxas educacionais em comparação ao resto da população brasileira, a população negra foi parte majoritária do exército de reserva de mão-de-obra (HASENBALG, 2004), e quando escapou do desemprego, inseriu-se no mercado de trabalho ocupando os postos mais precarizados e mal remunerados, contexto que deu ao trabalho doméstico o rosto das mulheres negras. Silva et. al. (2017) pontua que diversos estudos já demonstravam as particularidades do trabalho doméstico, com ênfase na precariedade que lhe é socialmente atribuída, bem como a invisibilidade e a desvalorização desse trabalho. Ao longo do período colonial brasileiro, o trabalho doméstico era concebido como um trabalho a ser realizado pelas mulheres escravizadas, que serviam como mucamas, amas de leite, costureiras, cozinheiras, servindo a mesa, cuidando dos filhos dos senhores, etc. Com a abolição da escravatura, muitas das escravizadas alocadas nos serviços domésticos permaneceram nos postos de trabalho por não encontrarem alternativas de melhores condições de sobrevivência, situação que escancarou a continuidade das relações escravocratas anteriores e as expunha à violações de direitos presentes no cotidiano escravocrata, trabalhando por vezes, em troca não de salário, mas de abrigo. Segundo Souza (2015), o trabalho doméstico esteve ao longo de sua história em uma situação bastante peculiar de fragilidade, embora os empregados domésticos compreendam um segmento de grande relevância e abrigue um enorme contingente de trabalhadores, dos quais 92% são mulheres e 63% são negras<sup>13</sup>. Desde os anos 2000, projetos de lei e emendas constitucionais foram elaboradas direcionadas para o trabalho doméstico, e em 2013, a Emenda Constitucional 72 alterou o regime normativo deste trabalho estendeu a ele os direitos trabalhistas elementares. Ainda assim, o trabalho doméstico foi apontado pela Organização Internacional do Trabalho como um serviço extremamente vulnerável e propício ao desrespeito aos direitos trabalhistas e humanos (SOUZA, 2015), vide os constantes casos de violação e condição análoga à escravidão

---

<sup>13</sup> Segundo estudo do IPEA “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua” de 2019.

noticiados nos últimos meses<sup>14</sup>, cujas raízes se encontram nas relações patriarcalistas criadas ainda no período escravista.

De modo geral, as mulheres negras do Brasil de passado escravista constituem um grupo bastante específico no qual verifica-se que experimentam ainda hoje, junto de toda população negra, os entraves que lhe são imputados e sustentados pela estrutura racista que organiza a hierarquia social nacional ao lado do sexismo, mantendo-as na base daquela já conhecida pirâmide social. Ao olhar mais de perto e de dentro, pudemos localizar através da historiografia momentos em que as mulheres negras, ainda que em posição subalterna e em desvantagem, agiram em favor de sua mobilidade social e da de outras mulheres negras, formulando por meio de táticas do cotidiano, como no trabalho das vendeiras e tabuleiras, resistências às estratégias deterministas das classes dominantes, conquistando a própria liberdade e ascendendo economicamente no período escravista, contrariando sumariamente o *status quo*. Hoje, ainda que sejam persistentes as diferenças transformadas em desigualdades que nos empurram para lugares subordinados, organizamos diferentes modos de resistência pautados em ações políticas amplas e escorregando por ali e por aqui, nas fendas do cotidiano. Ao buscar conhecer mulheres negras que trabalham como ambulantes em Campos, entendo igualmente os aspectos macrossociológicos relativos ao contexto histórico que as alocou no trabalho ambulante, bem como a história singular de cada uma delas, as similaridades e diferenças, e as táticas cotidianas por elas empenhadas, encontrando além dos conflitos de gênero e raça, as contradições do trabalho e do espaço urbano, ilustrando condições de vida por meio das trajetórias que elas mesmas construíram, entendendo que na esfera micropolítica suas ações constituem de igual modo, enfrentamentos e resistências, cada qual a seu modo.

---

<sup>14</sup> Em janeiro de 2021, uma idosa de 63 anos foi resgatada no Rio de Janeiro. Ela trabalhava há 41 anos sem receber salário, morando em dormitório minúsculo nos fundos da casa. A operação nacional que a libertou resgatou no mesmo período outros 110 trabalhadores em situação análoga. No Brasil, em 2020, 942 pessoas foram resgatadas em situação de trabalho análogo à escravidão. Fonte: COELHO, H. Idosa é resgatada em situação análoga à escravidão no Rio; patrões não pagaram salário por 41 anos, diz força-tarefa. G1: Rio de Janeiro, Jan 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/28/forca-tarefa-resgata-idosa-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-rio-patrones-nao-pagaram-salario-por-41-anos-diz-superintendencia.ghtml>. Acesso em 17/01/2022.

## 1.2 Mulheres negras trabalhadoras ambulantes: à primeira vista

No que diz respeito às protagonistas desta pesquisa, é preciso dizer que encontrá-las foi um exercício reflexivo. Como expus anteriormente, achá-las movimentando-se pelo espaço público não foi tão difícil, mas exigiu que se entendesse inicialmente uma parte das relações presentes no espaço, especialmente aquela que nomeei, a partir de Henri Lefebvre (2016a, 2016b) como relações de *espaço-tempo*. O primeiro estágio da pesquisa de campo caracterizou-se pela constante observação da movimentação realizada pelo centro e dos sujeitos que ali se encontravam, e ocorreu ao longo do mês de Dezembro de 2020. O segundo estágio, onde me aproximei delas e retornei diversas vezes em diferentes momentos para conversas e observações, se deu entre Abril e Dezembro de 2021, respeitando os períodos de *lockdown* e a recomendação de distanciamento social. Ambos foram importantes porque me levaram a definir as agentes que me permitiriam apreender o lugar segundo os sentidos que elas atribuíam a ele – matéria-prima do trabalho que desenvolvi. O movimento foi quase sempre o mesmo: eu me aproximava, me apresentava como pesquisadora e dizia um pouco da pesquisa que operava, explicando meu interesse em compreender seu trabalho com o comércio de rua. Perguntava nessa primeira aproximação algumas coisas sobre o trabalho, como o tempo neste segmento, rendimentos durante a pandemia, idade... Perguntava também se poderia voltar outro dia para conversarmos mais um pouco. Diante de uma resposta positiva, eu partia e retornava em um momento posterior, observando o cotidiano delas e formulando perguntas à partir dele, até que elas se sentissem confortáveis para me perguntar sobre o meu cotidiano igualmente. A partir de então, nos encontros seguintes, as conversas fluíam sem que houvesse a necessidade de eu fazer perguntas. E nessas conversas informações riquíssimas sobre o cotidiano no lugar vinham à tona.

As agentes selecionadas foram, então, aquelas que eu encontrei recorrentemente no local de trabalho, com as quais conversava sobre a vida, sobre a família, sobre o trabalho, sobre a cidade e sobre muitas amenidades que permitiram criar uma conexão e confiança suficiente para elas aceitarem gastar algum tempo e energia me fazendo compreender suas percepções. Eu preciso dizer

que, embora eu considere importante descrevê-las em suas singularidades, uma vez que enquanto mulheres negras elas representam igualmente a pluralidade de um grupo complexo, foi a totalidade, a soma das impressões e relatos de todas elas que me permitiu, em conjunto, compreender as forças que organizam o espaço público e as muitas ferramentas, que já estavam disponíveis ou que por elas foram criadas, utilizadas para *embaraçar* as relações de poder, em um processo fruto da sabedoria, da esperteza e das oportunidades vistas nas brechas que aqui chamaremos de *táticas*, como propõe Michel De Certeau (1998). Seus nomes verdadeiros foram substituídos aqui por nomes fictícios, mas que representam fortemente suas características físicas e personalidades.

### 1.2.1 Conhecendo as agentes da pesquisa: “à segunda vista”

Como já disse, fui inspirada a ter as trabalhadoras ambulantes como protagonistas desta pesquisa quando, durante a pandemia, encontrei-me com uma delas embarcando em um ônibus. Ela vendia balas de coletivo em coletivo, e eu já a conhecia há algum tempo, desde a minha adolescência, justamente por ser usuária de transporte público. Luzia começou a trabalhar como ambulante aos 19 anos, quando ainda morava na cidade do Rio de Janeiro. Ela é uma mulher negra retinta, com um vozeirão incrivelmente alto e forte e de sorriso encantador, e foi justamente por conta desse lindo sorriso que eu escolhi seu nome fictício: seu sorriso reluzia. Luzia certamente é um dos rostos mais conhecidos dos ambulantes que trabalham nos ônibus, especialmente pelo fato de ser uma das duas únicas mulheres que atuam nele.

Sempre que ela subia nos ônibus era possível ouvir seus discursos de qualquer lugar dele, ainda que estivesse lotado. Eu sentia que as pessoas até paravam para ouvi-la, porque sua voz realmente chamava atenção. Ela foi a agente com a qual definitivamente tive mais dificuldade de me aproximar. Muitas das informações que chegaram até mim sobre ela eram enunciadas por sua colega de trabalho, também ambulante nos coletivos, Janaína. Como relata Janaína, Luzia tinha muito mais experiência nesse trabalho, tendo começado a atuar nele bem antes e em uma região metropolitana muito mais complexa do que Campos dos

Goytacazes. Para Janaína, a experiência acumulada nesse trabalho ditava a forma como Luzia organizava suas vendas, sendo muito mais consistente: Janaína dizia que Luzia era mais ágil para ensacar os produtos, subia e descia mais rapidamente dos coletivos, fazia um tempo de descanso bem mais curto. Depois de um tempo, comecei a me questionar se a forma como Luzia operava seu próprio trabalho, segundo os relatos de Janaína, não colocava barreiras a minha aproximação. Ela parecia de fato bastante rígida em relação a essa disciplina do trabalho. O meu primeiro contato com Luzia reflete bem essa disciplina e foi uma amostra de como todos os outros contatos se dariam: depois de caminhar pela cidade, encontrando com diferentes agentes, estando já bastante cansada e até um pouco desanimada, eu me dirigi até o ponto de ônibus para embarcar para casa e enquanto eu esperava pela condução, vi Luzia saltar de um coletivo. Eu a recepcionei com brilho nos olhos, como uma verdadeira estrela. Conteí da minha pesquisa, perguntei como ela estava, disse como era difícil encontrá-la! Ela sorriu. E perdeu um ônibus. Percebi que atrapalhava. Ela disse que não tinha problemas, mas eu não poderia causar esse inconveniente, então perguntei sobre seu trajeto. Luzia me respondeu *“eu fico sempre pela 28 de março e termino na rodoviária”*. Nos despedimos e já ali tive algumas pistas sobre onde achá-la e sobre o espaço-tempo nos seus trajetos.

A segunda agente também atuava nos ônibus. Janaína, assim como Luzia, nasceu na cidade do Rio, mas veio morar em Campos ainda criança junto da família. Diferente de Luzia, ela não tinha uma voz marcante, pelo contrário, era tímida e envergonhada. Seu rostinho redondo e sorriso miúdo se esgueiravam, e ela deixava escapar as informações por entre a sua timidez me fazendo lembrar espuma do mar quando tentamos pegar com as mãos. Janaína falava de sua vida e do seu trabalho e rapidamente mudava de ideia, e assim tudo que ela me contou sobre ela e sobre Luzia saiu de sua boca como o vai e vem das ondas. Encontrei Janaína muitas e muitas vezes no ponto de ônibus em frente a Beira Valão, lugar onde ela afirmou ser o local de descanso tanto dela quanto de Luzia para iniciarem os trajetos de venda. Com um lugar para sentar e observar o movimento, tivemos boas oportunidades de conversar sobre algumas coisas antes de ela embarcar no ônibus e iniciar seu trajeto de venda.



Diferente de Luzia, não faz muito tempo que comecei a ter lembranças de Janaína nos coletivos, embora o fato de ela ser uma das únicas duas mulheres que atuam nesse segmento a faça se destacar assim como sua colega de trabalho entre os outros ambulantes que atuam nesse segmento. Janaína trabalhou desde muito nova como doméstica – segundo ela, desde a infância – e se manteve nesta atividade até que decidiu migrar para o trabalho ambulante. Quando lhe perguntei sobre a experiência de trabalho nessa época, ela me disse que foi boa, mas que não teve uma boa relação com a patroa: Janaína relatou que trabalhou durante muitos anos de maneira informal até que a patroa decidiu assinar sua carteira. Ela achou que não compensava, e recusou a proposta, pedindo demissão, sem dar muitos detalhes sobre as circunstâncias em que essa proposta surgiu e os ônus que ela certamente acarretaria. Seus irmãos já haviam trabalhado como ambulantes antes dela, e foi daí que surgiu a ideia de ingressar nesse segmento. Foi assim que conheceu Luzia também.

Minhas aproximações a essas duas trabalhadoras se davam sempre nos seus momentos de descanso, no local que elas definiram para iniciar o trajeto de vendas. Ali, eu encontrava ambas em diversos momentos, mas Luzia sempre descansava pouco e partia logo após minha chegada, enquanto Janaína precisava de muito mais tempo para embalar os produtos e encontrava-se mais disponível para jogar conversa fora. Janaína dizia que Luzia ainda estava no ritmo da capital e a própria Luzia já chegou a me dizer que em uma época chegou a trabalhar de segunda a sábado, até que o movimento de passageiros no final de semana não se tornou lucrativo e ela decidiu por manter-se apenas nos dias úteis. Eu também encontrei Luzia muito mais vezes trabalhando nos ônibus enquanto eu transitava pela cidade do que Janaína.

Ainda que Luzia e eu não tenhamos tido muito tempo para trocas ou encontros muito profundos, nos poucos momentos em que tivemos oportunidade de conversar ela me relatou algumas coisas muito importantes sobre sua vida: Luzia está há pelo menos sete anos trabalhando nos coletivos de Campos e possui uma filha adulta, que foi morar na cidade do Rio de Janeiro a trabalho. Janaína também é mãe de uma jovem adulta de 18 anos recém feitos enquanto eu ainda realizava meu

trabalho de campo, como pude saber em um de nossos encontros enquanto ela se preparava para a festa que aconteceria no final de semana seguinte, ao reclamar da falta de tempo para “*fazer as unhas e os cabelos*” e da empolgação da filha. Além disso, Janaína relata ter começado no trabalho ambulante há cerca de cinco anos.

Janaína e Luzia aparecem juntas nesta pesquisa pela dificuldade que eu tive em estabelecer contato com Luzia, mas também por esta ser frequentemente evocada nos relatos de Janaína sobre o seu próprio trabalho, como uma referência na sua atuação nos ônibus. Janaína afirmava que muito do que ela sabe hoje sobre as práticas ambulantes ela aprendeu através da amizade com Luzia, fornecendo algumas informações sobre sua parceira de trabalho sem que eu perguntasse. Ela dizia quando Luzia estava trabalhando, quando pegou COVID-19, quando tirou alguns dias de folga no trabalho para descansar... Além disso, Janaína também acompanhava Luzia no que diz respeito às mercadorias vendidas: quando Luzia decidiu vender sabonetes e pomadas além das balas, Janaína investiu junto nesses novos produtos. Elas compartilhavam o mesmo trajeto de vendas e pareciam ser boas companheiras de trabalho. Uma dupla de sucesso, onde uma ensinava a outra, e ambas se ajudavam.

A primeira das agentes com quem conversei sobre minha pesquisa nas minhas perambulações foi Dona Núbia, a vendedora de água de coco. Em função disso eu consigo ter uma lembrança bastante nítida deste momento, mistura de empolgação e nervosismo, como descrevi no meu diário de campo: eu havia embarcado em um ônibus que fazia a linha do meu bairro até o centro, e ainda dentro dele em certa altura, vi Luzia embarcar, fazer suas vendas e saltar alguns pontos depois, sem tempo para que eu perguntasse qualquer coisa durante sua venda. Cerca de vinte minutos depois, eu mesma saltei na rodoviária, me dirigindo pela Rua Barão do Amazonas até o cruzamento com a Rua João Pessoa, observando as tantas trabalhadoras ambulantes presentes nesse percurso. Segui pela Rua João Pessoa até o cruzamento com a Rua 13 de Maio, onde encontrei uma vendedora de pipoca. A essa altura, eu já havia passado por Dona Núbia, cujo carrinho fica bem em frente a uma das entradas de uma grande loja de departamentos, sem coragem para me aproximar dela. Decidi então retornar e fazer

a minha primeira aproximação, respirando mais ofegante do que uma maratonista. E ela me olhou dos pés à cabeça.

Dona Núbia recebeu esse nome porque é a matriarca dessa pesquisa: ela é a mais velha de todas as trabalhadoras que eu encontrei, e conseguiu transferir um pouco dessa matrifocalidade para as relações que estabeleceu na região em que trabalha, com as pessoas pelas quais possui um carinho e aquelas que são importantes para a manutenção do seu trabalho, além de ser de fato a matriarca de sua própria família. O nome Núbia (acompanhado, é claro, de um vocativo que o faz referência, o *dona*) parece dar conta de toda essa relevância social e do respeito que ela recebe das pessoas ao seu redor, como veremos adiante. Embora ela seja a trabalhadora mais velha e tenha trabalhado como ambulante há mais de vinte anos, Dona Núbia não é, de todas as agentes, a que atua nesse segmento por mais tempo. Ela tem trabalhado em um ponto fixo, regulamentado junto ao órgão responsável na prefeitura ao longo de todo esse período. É uma mulher baixinha, risonha e de fala calma, que adorava falar e conversar sobre qualquer assunto. Dona Núbia também tinha muito conhecimento sobre a rua em que trabalhava, sobre as pessoas que passavam por ali e sempre se preocupava em saber como eu estava quando eu chegava até ela.

Das agentes que investiguei mais de perto, Dona Núbia certamente foi a que me possibilitou uma experiência de pesquisa mais próxima do que se entenderia como uma experiência etnográfica. É certo que com todas elas eu pude provar um gostinho da etnografia em diferentes termos, especialmente a etnografia que acontece no improviso, quando nos ônibus, mas Dona Núbia me permitiu o aproximar, sentar, ouvir e observar de um modo tão lento que me fez desejar continuar por lá mesmo depois do fim da pesquisa, querendo conhecer aquele pequeno trecho da estreita rua onde ela se encontrava sempre um pouquinho mais, olhando cada passante e ouvindo cada conversa que ela teria com cada um deles. A sensação que fica é que se eu tivesse uns dias a mais, quem sabe, com ajuda desta trajetória, eu teria sido capaz de destrinchar a história daquele lugar. Dona Núbia sempre foi extremamente receptiva quanto a minha presença, desde o meu primeiro contato. Tivemos excelentes trocas! Na verdade, uma das filhas de Dona Núbia

estudava na mesma universidade em que eu cursava o meu mestrado, no mesmo centro de ciências do homem, o que pareceu realmente empolga-la. Sempre que eu demorava para retornar ao campo, eu era recebida em sua banca com “*sumiu, ein?*”, que logo se conectava um assunto e se transformava em horas de conversas a fio sobre a rua, sobre as pessoas, sobre ela, sobre mim, sobre trajetórias e sobre o lugar.

A quarta agente dessa pesquisa também trabalha em um ponto fixo. Encontrei Iva em um carrinho de pipoca localizado na Rodoviária, mas meu contato com ela iniciou-se de maneira indireta. Com uma trajetória construída na região da Rua Barão do Amazonas bem próximo ao ponto onde trabalha atualmente, ela era parte de uma rede de sociabilidade do qual um de meus tios também está incluído por ser trabalhador nas ruas da região há mais de duas décadas. Ele foi o primeiro a comunicar a esta trabalhadora sobre minha pesquisa, antes mesmo de eu demonstrar qualquer interesse sobre ela, muito embora eu já tivesse constatado sua presença nas minhas idas ao campo por aquela região. Assim, diante da abertura que ela me ofereceu, busquei estabelecer uma primeira aproximação. Iva é uma mulher negra de tranças, óculos, alta e de voz fininha, embora muito firme, então o nome calhou bem pois apesar de curto, é imponente. Ela tem trabalhado na rua como ambulante desde os 14 anos, acumulando ao todo quase 30 anos nessa atividade, a mais experiente trabalhadora ambulante de todas as agentes que aqui pesquisei, e assim como Dona Núbia, também tem seu ponto reconhecido pela prefeitura. Enquanto eu procedo em descrever sua trajetória, vejo uma excelente oportunidade de fazer algumas pontuações sobre Iva e Dona Núbia, especialmente porque apesar de elas compartilharem algumas similaridades, há muitos outros aspectos que as diferenciam e, conseqüentemente, diferenciam a relação que elas estabeleceram com o lugar.

Dona Núbia começou a trabalhar como ambulante já por volta dos seus 30 anos. Seus filhos mais velhos estavam crescidos e colaboraram para sua inserção neste trabalho, conseguindo regularizar sua banca na CODEMCA e garantindo sua segurança no ponto conquistado anteriormente pelo seu falecido marido, recebendo ainda de seu filho mais velho o carrinho e o material para a atividade quando este

deixou o trabalho ambulante para retomar os estudos. Quando começou a atuar no trabalho ambulante, Dona Núbia deixou para trás seu emprego como doméstica, uma trabalho que, como ela mesma relata, desenvolveu por muitos anos, “*desde menina*”. Dona Núbia havia me contado em uma de nossas muitas conversas que decidiu começar a trabalhar como ambulante por conta da maior flexibilidade na jornada de trabalho, algo totalmente diferente de sua rotina no trabalho doméstico que ela sempre associou a um trabalho extremamente árduo e cansativo. Além disso, os longos anos de trabalho pesado fez com que Dona Núbia adquirisse arritmia cardíaca, e a impossibilidade de conseguir se aposentar pelo INSS fez com que ela buscasse novas alternativas de trabalho. Sempre que realizava muitos esforços, Dona Núbia acabava passando mal, até mesmo durante o trabalho como ambulante: em alguns momentos, quando ela *abusava* (como ela mesma dizia), o coração disparava, mas ela conseguia fazer uma pausa, tomar a medicação e controlar as crises, uma possibilidade ausente nas rotinas de uma empregada doméstica que precisa responder às demandas de um patrão.

Iva, por outro lado, possui uma história diferente com o trabalho nas ruas. Nas nossas conversas, Iva havia me contado que sua mãe e seu tio também foram trabalhadores ambulantes, e que sua mãe fazia quitutes e os vendia pelas ruas do centro, levando junto dela suas duas filhas. Quando já “*mocinha*”, em suas palavras, ela passou a vender esses quitutes sozinha na mesma região, enquanto sua irmã mais nova permaneceu com sua mãe. Esse não foi um trabalho nada fácil: ao longo deste período, ela já teve sua mercadoria roubada, foi ameaçada, agredida e violentada... Não foi simples para Iva compartilhar esse momento de sua vida comigo nas nossas trocas, e pude ouvir dela relatos pontuais sobre esses momentos. Além disso, em função desta frequente violência, Iva deixou de trabalhar nas ruas para trabalhar como doméstica, passando boa parte da sua juventude como babá, mas afirmou que desde aquela época tinha muita certeza de que “*nunca quis trabalhar em casa de família*”. Ao longo do curto período em que trabalhou como doméstica, Iva diz que guardou aos pouquinhos o dinheiro que recebia e na primeira oportunidade que teve, comprou seu primeiro carrinho de pipoca, aos 19

anos. Desde esse dia e até hoje, Iva permaneceu trabalhando no comércio de rua, desta vez, sem se movimentar pela cidade.

Trajetórias diferentes deram origens a diferentes formas de conceber o próprio trabalho e o lugar que se habita, como é de se esperar. Enquanto habitantes transformamos o espaço dando a ele simbolismos, e o lugar de igual forma, ao abrigar sujeitos, ideias e sociabilidades, também nos *transforma*. Os aspectos da história de cada uma delas delinearam sociabilidades únicas. O trabalho ambulante é para Dona Núbia uma alternativa mais flexível, menos árdua do que o trabalho doméstico, mas que contou com o seu esforço para garantia de alguma segurança: quando ainda trabalhava como empregada doméstica, Dona Núbia relata que possuía carteira assinada, e hoje ela afirma que continua contribuindo para a Previdência Social, agora na condição de autônoma, para que tenha acesso à aposentadoria, especialmente em função de sua doença. Ela precisou de algumas garantias no trabalho ambulante antes de migrar para ele, e as experiências de seu filho mais velho e de seu marido neste trabalho puderam demonstrar. Iva tem uma história distinta: ela já esteve no trabalho ambulante, inserida lá pela sua família. Depois de lidar com a pior face do trabalho nas ruas, foi alocada em um trabalho *mais seguro*, na esfera privada – o trabalho doméstico como babá. Pela tenra idade e pela categoria, é fácil concluir que o serviço executado nesse período não era o mais desejável: relatos de jovens que foram trabalhar como domésticas em casas de classe média e estiveram expostas às violações de direitos básicos, sem ter sua jornada de trabalho respeitada, sujeita a situações de assédio moral e sexual por um salário baixo ou até inexistente são constantes na bibliografia sobre o trabalho doméstico, nos noticiários e entre mulheres trabalhadoras deste setor (SILVA et. al., 2017; MARQUES & COSTA, 2013; COSTA, 2013). Diante desse cenário, Iva desejou e planejou seu retorno ao trabalho ambulante, que desta vez ocorreu de uma forma diferente, uma vez que ela possuía agora conhecimento das ruas e das violências que ela pode abrigar, buscando trabalhar em um ponto fixo, mais seguro e mais rentável, como abordaremos adiante. Seu período trabalhando como empregada doméstica então possibilitou a ela reunir o dinheiro necessário para que

seu trabalho como ambulante fosse exercido em diferentes moldes. Esse objetivo se refletiu nitidamente na carreira que ela construiu nesse trabalho.

Assim, o trabalho ambulante assumiu diferentes significados na vida dessas duas trabalhadoras: Para Dona Núbia, é uma alternativa de trabalho mais flexível e que demanda menos de seu corpo, cujo objetivo final é a tão esperada aposentadoria depois de anos de trabalho duro como doméstica e mais outros anos cansativos como trabalhadora ambulante – não coincidentemente, em uma das minhas últimas visitas a Dona Núbia, ela me contou que havia ido à sede do INSS aqui na cidade acompanhada de sua filha mais velha e de sua neta para tentar dar entrada na aposentadoria, mas que esta ainda havia sido negada. Para Iva, é uma meta construída pouco a pouco de autonomia e de mobilidade social, embora também não seja um caminho trilhado sem as precariedades características do trabalho ambulante. De todo modo, a forma como o trabalho ganha significado na vida de todas estas mulheres definiu a maneira como elas se inseriram no lugar e as sociabilidades que ali construíram, como veremos nos capítulos seguintes.

### 1.2.2 A experiência com trabalho doméstico e alternativa ambulante: gênero, raça e mercado de trabalho

Como pontuado anteriormente, o trabalho doméstico impacta imensamente a vida das mulheres negras, expresso pela presença majoritária dessas mulheres nessa atividade na atualidade e cujo pano de fundo está nas relações escravistas de trabalho e na sua continuidade. Não obstante, o trabalho doméstico marca presença também na vida das agentes dessa pesquisa, surgindo em quase todos os relatos – com exceção de Luzia, unicamente por não termos chegado a aprofundar nossas trocas, apesar de não eu não poder excluir totalmente essa possibilidade. Lélia Gonzalez (2020) já nos dizia que o trabalho doméstico é a alternativa das mulheres negras diante da ausência de opções, e como vemos nesta pesquisa, para essas mulheres o trabalho ambulante surge como uma alternativa ao próprio trabalho doméstico: “[...] *virar camelô nunca é um projeto de vida, mas uma alternativa de vida [...]*” (QUEZADA, 2008, p. 22 *apud* DURÃES, 2013, p. 93). Lilian Marques e Patrícia Costa (2013) propõem que a origem do trabalho doméstico está intrinsecamente relacionada ao trabalho escravo e ao papel socialmente atribuído à

mulher. Desse modo, a transição do trabalho doméstico não remunerado para o trabalho remunerado no Brasil exigiu não apenas o reconhecimento social da importância desta atividade, como também das pessoas que a exercem. Avaliando os dados disponibilizados pelo DIEESE sobre o período de 2001 a 2011, Marques e Costa pontuam que:

O perfil das trabalhadoras domésticas remuneradas indicou que estas são, em sua maioria, negras, de baixa escolaridade, acima de 30 anos, muitas delas chefes de família. Ainda, a ocupação caracteriza-se, no Brasil e no mundo, pelos baixos salários, longas jornadas, graves acidentes de trabalho, alta frequência de assédio moral e sexual, pouca proteção social e frequente descumprimento dos direitos trabalhistas. (MARQUES & COSTA, 2013, p. 39)

Segundo Joaze Bernardino-Costa (2013), não apenas situações de assédio sexual e moral são recorrentes no âmbito do trabalho doméstico, como muito raramente estas são levadas a público ou denunciadas, em função da condição informal de trabalho ou por descrença das trabalhadoras na efetividade jurídica para a resolução destas casos. Grande parte destas trabalhadoras acreditam que a palavra do empregador ou da empregadora, dono da casa onde ela está alocada, valerá muito mais do que a dela – o que para Bernardino-Costa revela aspectos da relação de poder entre patrão e doméstica na dinâmica do trabalho. A solução encontrada pelas trabalhadoras nestes casos é demitir-se. No caso das protagonistas dessa pesquisa, os relatos acerca das “patroas complicadas”, ou do trabalho árduo por elas exercido quando ainda eram domésticas remete inegavelmente a situação de vulnerabilidade em que se encontra essa categoria. Talvez o melhor indicativo de que este era um trabalho desvalorizado é o movimento que elas fizeram ao abandonar a suposta segurança do trabalho doméstico, onde havia alguma garantia de um salário no fim do mês, pelas incertezas e vulnerabilidades que um trabalho como ambulante oferece.

Das origens escravocratas do trabalho doméstico, há um aspecto que chama atenção quando reconhecemos a *migração* das agentes desta pesquisa: Deide da Silva, Maria Loreto e Amélia Bifano (2017) pontuam, a partir de Sandra Graham, que ao longo período um código moral era compartilhado pelos patrões da época estabelecendo o dever destes em prover proteção, alimentação, moradia e roupas a seus criados em troca da obediência e fidelidade dos mesmos, e nesse sentido,



estabeleceu-se também uma dualidade entre espaço público e privado na qual a casa seria a representação do lugar seguro e estável e a *rua* surgia sempre como o lugar suspeito e imprevisível, embora tais categorias tivessem significados distintos na perspectiva dos empregados – para eles, a casa também poderia ser o lugar da injustiça, da punição e do trabalho excessivo, ao passo que a rua simbolizaria a possibilidade de se exercer um maior grau de liberdade (p. 416). Essas premissas se tornam ainda mais impactante ao relembramos que no pós-abolição, muitas das escravizadas alocadas nos serviços domésticos permaneceram nos postos de trabalho por não encontrarem alternativas de melhores condições de sobrevivência, fato que escancara a continuidade das relações escravocratas anteriores e as expunha às violações de direitos presentes no cotidiano escravocrata, tendo sua rotina atravessada pelas dinâmicas que serviram para a manutenção das relações de servilismo observadas até hoje nas condições de trabalho e no acesso a direitos básicos desta categoria, como expõem as autoras. A escolha pelo trabalho ambulante nas ruas não pareceu muito difícil para nenhuma destas agentes, e seus relatos pareciam sempre simplificar bastante essa transição, reduzidos quase sempre a um “*decidi sair do serviço e vim pra rua*”. É claro que elas também expressaram nos seus discursos que, de certa forma, buscaram conhecer a atividade na qual iriam se inserir antes de mergulhar de cabeça nela, seja pelo relato de parentes ou da experiência pessoal anterior. Mas o que soa sempre muito simples em todos os relatos é a escolha por abrir mão do trabalho doméstico: nada na experiência que elas tiveram no serviço doméstico as impediu de deixá-lo, e na verdade, quando diretamente perguntadas, nenhuma delas desejava retornar.

### **1.3 O trabalho ambulante: contextualização e perspectiva na pesquisa**

Sobre o trabalho que essas mulheres exercem atualmente, há de se demarcar suas particularidades. De antemão, surge uma problemática: o nome da atividade. A forma como essas mulheres atuam, olhando de um modo geral, me permitiria chamá-las de *informais*. Porém esse termo tem sido alvo de diversas críticas e disputas, sendo concebido como informal toda e qualquer empresa, empregado ou pessoa a margem da lei (MELO & TELES, 2000), ou sujeitos que não são assegurados por qualquer proteção social (RIBEIRO, 2020) e que não acessam

direitos trabalhistas (ANTUNES, 2008). No entanto, no caso das nossas trabalhadoras, elas não se encontram totalmente às *margens*, uma vez que todas elas demonstraram uma preocupação com a seguridade do próprio trabalho – Dona Núbia contribui com INSS; Janaína, que trabalha nos ônibus, diz que sempre que sobra um valor, paga parcelas do carnê como autônoma, embora não o faça com regularidade e admita que já não paga a parcela há algum tempo – ou ainda, garantem que seu trabalho seja reconhecido institucionalmente – tanto Dona Núbia quanto Iva, do carrinho de pipoca, possuem seus pontos regularizados junto ao órgão responsável da prefeitura, e Iva, não obstante, é inscrita como Microempreendedora Individual no cadastro nacional. Isso não evita que o trabalho nos moldes por elas exercido as exponha à vulnerabilidades, mas essas questões certamente embaralham a *informalidade* no trabalho delas enquanto uma característica. João Batista Pamplona (2013) define que a forma mais básica de conceituar a informalidade é reconhecendo-a enquanto um setor, o “setor informal”, que vai ser definido pela forma de se organizar a produção. Nesse setor, as unidades de produção fogem às definições capitalistas, com pouca ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção e sem que o trabalho assalariado defina sua base de funcionamento, sendo o objetivo principal de cada unidade não o lucro, mas a manutenção da família, e em seguida, a manutenção do negócio (p. 228). Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho destas mulheres encontra-se inserido no setor informal do capitalismo, o que auxilia na compreensão de sua definição, uma vez que as características citadas se aplicam em alguns dos casos, embora não esgote todas as singularidades apresentadas no trabalho delas. Assim sendo, no que diz respeito a sua caracterização enquanto *categoria*, ser parte do setor informal ainda não compreende as muitas possibilidades deixadas em aberto.

Isso se tornou uma questão nessa pesquisa quando, ao longo do trabalho escrito, eu defini essas trabalhadoras como ambulantes, e quando diante delas, eu acabei por deixar em aberto suas próprias definições, na esperança de ouvir delas a forma como nomeavam sua própria atividade. Nas conversas, foi difícil ouvi-las se definirem. Elas diziam “*eu que trabalho na rua...*”, “*a gente que vende bala...*”, até

que eu mesma interroguei suas próprias definições acerca do trabalho. Janaína, embora sempre tenha se mostrado solícita as minhas aproximações, era uma mulher bastante reservada. Quando perguntei “*você se considera ambulante,, informal, camelô, empreendedora...*”, sua resposta hesitante não foi muito clara: “*ah, sou ambulante né? vendedora nos ônibus...*”, o que no momento, soou como se ela nunca tivesse sido levada a pensar na sua própria definição de trabalho, ou ainda, mesmo que já tivesse sido indagada antes, como quando alguém nos pergunta com o que trabalhamos, não havia tantos termos disponíveis a serem escolhidos, como propus. Iva, do carrinho de pipoca, foi muito mais precisa, como sempre era quando contava sua história com seu trabalho: ela era uma empreendedora. Dona Núbia, por outro lado, foi a única que pareceu não ter problemas em se dizer ambulante, pois o termo saiu de sua boca com muita naturalidade. Sou levada a crer que o tempo de carreira – muito mais curto em Janaína, diferente das carreiras décadas da empreendedora e da ambulante – deram a elas mais certeza de suas próprias condições para estabelecer uma definição do próprio trabalho. Outra possibilidade diz respeito ao próprio o exercício do trabalho enquanto carreira, consolidada sob alguns pontos em Iva e Dona Núbia nos seus pontos fixos e regulamentados, mas que ainda cheia de dúvidas e indefinições no que diz respeito a atividade que Janaína exerce hoje, além é claro, do próprio estigma que o trabalho ambulante carrega, o que torna ainda mais difícil para alguém nomear-se como tal.

De um modo geral, concluí que a melhor forma de definir o trabalho dessas agentes era propondo o termo *trabalhadoras no comércio de rua*. Não porque gostaria de inseri-las em uma mesma caixa, ignorando todas as suas particularidades, inclusive daquelas que, embora não estejam diretamente inseridas nesta pesquisa, habitam aquele lugar vendendo seus diversos produtos, mas porque o termo comércio de rua abarca distintas dimensões da dinâmica expressa no trabalho dessas mulheres, indo desde o aspecto laboral à questão urbana, representando muito bem o encontro dessas duas instâncias. Assis (2015) propõe, a partir do próprio relato dos agentes de sua pesquisa, a categoria *trabalhadores de rua*, que definia a atividade comercial realizada pelas ruas da cidade e incluía ambulantes e camelôs, o que me pareceu bastante apropriado em dado momento.

Mas a associação da rua à esfera pública e ao domínio masculino, que reduz a mulher a esfera privada do lar, contribuiu para a negatização do substantivo *rua* quando associado ao feminino: assim, ao passo que *trabalhadores de rua* nos leva a assimilar mais facilmente homens que trabalham como camelôs, o termo *trabalhadoras de rua*, por outro lado, deixa em aberto a atividade executada por essas mulheres quando no espaço público, e não apenas isso, o termo pode surgir carregado de estigmas e preconceitos, como discutiremos mais a frente. Fato é que, evitando qualquer dualidade que pudesse reforçar percepções estigmatizantes e, ao mesmo tempo, dando sentido à relação que elas estabeleciam com o espaço por meio do trabalho, recorri ao termo *comércio de rua*, e ao *trabalho com o comércio de rua* sempre que precisei falar com elas sobre a atividade que desenvolviam, o que parece abranger muito bem as formas como elas mesmas definiram o trabalho, seja como ambulantes, vendedoras nos ônibus ou empreendedoras. Pamplona (2013) pontua que em boa parte da literatura internacional os ambulantes surgem classificados como “comerciantes de rua” (*street vendors*), e o próprio autor, a partir de Horn e Bhowmik, utiliza os termos ambulantes, camelôs e comerciantes de rua, de modo geral, como equivalentes, considerando que todos esses agentes vendem produtos ou serviços em espaços públicos, sem que haja uma construção permanente para abrigá-los, trabalhando tanto em locais fixos quanto locomovendo-se com carrinhos ou cestas (pp. 230-231).

Os camelôs, em suma, representam a imagem clássica do vendedor de rua e recebem diferentes nomes, sendo a denominação vendedor ambulante caracteristicamente utilizada pelo poder público para se referir a estes trabalhadores (RANGEL, 2019). Renan Assis (2011) aponta que a atividade dos camelôs acompanha o progresso e a expansão urbana, com os sujeitos operando uma reapropriação do espaço urbano para comercialização de mercadorias, compondo a estrutura dos centros urbanos ao longo da história. Para o autor, em Campos dos Goytacazes, essa atividade tem suas origens no período colonial decorrente de tradições portuguesas, sendo igualmente exercidas nas vias centrais da nascente cidade desde então. Em São Paulo, as origens da intensificação do trabalho ambulante remontam à 1850, período de transição do trabalho escravo para o livre,

enquanto alternativa para os negros recém-libertos diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho, tendo a prática ambulante resistido por séculos às transformações dos ciclos econômicos, adquirindo características próprias e se fazendo presente até os dias atuais em espaços conhecidos nacionalmente, como o Brás, a 25 de março, dentre outros (ROLNIK, MIRAGAIA & AVANCI, 2012, *apud* AREND, 2018).

A atividade comercial desenvolvida nas ruas, praças e calçadas das principais cidades brasileiras foi flagrada desde Debret, quando até o século XIX, a maior parte do comércio de comestíveis era feita por escravos. De porta em porta, eles iam vendendo de tudo: leite, aves, frutas, cana de açúcar, banha cheirosa para o cabelo, carnes defumadas e tripas, pão-de-ló, lingüiças, sonhos, café torrado, refrescos.

Já por volta de 1895, Marc Ferrez retratou os imigrantes, ou “gringos” portugueses, espanhóis, árabes, italianos e judeus, que vieram trabalhar na lavoura e terminaram no comércio informal, vendendo pão doce, cebola, verduras, bengalas e guarda-chuvas, miudezas e jornais. Conhecido como o “fotógrafo da natureza e da paisagem” da cidade do Rio de Janeiro, possuía, todavia, uma série peculiar sobre os vendedores ambulantes. Ofícios como o do mascate, do lambe-lambe, do burro sem rabo, da baiana e suas cocadas, do garrafeiro, do amolador de facas, dos meninos vendedores de jornais, eram retratados de forma isolada e no centro da fotografia. Pregões como “laranja seleta, quem não sabe ler soletra”, “olha a melancia, dona Maria, panela no fogo, barriga vazia!” eram usados para atrair os fregueses. Com o tempo, houve permanência e transformação de algumas modalidades do comércio informal e ambulante no município do Rio de Janeiro. (OSTROWER, 2007, p. 22)

Embora o comércio de rua em si seja uma atividade tradicional presente na história das trocas mercantis a nível nacional e mundial, o caráter “informal” nele presente remonta aos processos de “desconstrução” do assalariamento descritos por Machado da Silva (2000) desde o final do século XX até a atualidade, alterando não apenas a forma contratual das relações de trabalho, mas toda a organização social da produção (ASSIS, 2011, p. 60), o que pode ser notado nos movimentos de terceirização dos postos de trabalho e pela “flexibilização” dos contratos e leis trabalhistas, cujo resultado é uma informalização jurídica e política das relações de trabalho.

Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a

sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego. (ANTUNES, 2018, p. 79)

Além disso, como propõe Isabel Ostrower (2007), ainda que o vendedor ambulante seja parte da paisagem urbana, com passar do tempo é atribuída a ele uma visibilidade negativa, especialmente a partir da década de 1970, expressa em políticas públicas que tornaram o camelô um agente perturbador da ordem no espaço público, que transita entre o desemprego e a ilegalidade, atribuindo a esta categoria estigmas que, para a efetivação do próprio trabalho, precisaram ser transpostos, *recuperando* seu próprio espaço social e moral nas cidades. Para a autora, o ambulante é, ainda nesse sentido, parte da vida e da evolução das cidades brasileiras (p. 23). É partindo destas perspectivas que busquei os insumos para conhecer a experiência de trabalho e mobilidade no espaço urbano das agentes desta pesquisa.

### **1.3 Pistas cotidianas: o fazer ambulante e o sentido do trabalho**

De todo modo o trabalho por elas exercido – seja ambulante, empreendedor ou como comerciante de rua – apresenta características bastante próprias: todas elas trabalham por conta própria, apresentando suas próprias singularidades na forma de atuação, ainda que sua atividade não seja assalariada e dependa inteiramente das vendas realizadas no dia.

A rotina de Janaína e Luzia, que trabalham nos ônibus, inclui comprar as balas que elas vendem nos coletivos em lojas de doces no centro ou em supermercados atacadistas, a depender do preço desta mercadoria. Os sabonetes e pomadas que também passaram a revender são comprados, segundo elas, através de um fornecedor, que oferece esses mesmos produtos a outros trabalhadores ambulantes da cidade. Segundo Luzia, elas pegam uma quantidade mínima de produtos e deixam registrado em uma nota com o rapaz que os fornece. O pagamento é feito depois das vendas serem efetuadas. Perguntei “*então se não vender, vocês devolvem o produto?*”, e Luzia me respondeu que não, que elas *precisavam* vender todos. Não é como se elas trabalhassem para esse fornecedor,

elas comprem esse produto para revendê-los. A nota que elas dizem ter com o fornecedor representa a dívida que fica em aberto quando pegam os produtos. Assim, se antes Janaína e Luzia já dependiam diretamente da quantidade de horas trabalhadas para assegurar seus rendimentos – quanto menos horas trabalham, menos vendem e menores seus ganhos – elas agora são pressionadas pelas dívidas com o fornecedor, geradas pelos produtos que passaram a vender recentemente. *Não que as dívidas com a própria sobrevivência já não as pressionassem*, mas o que se evidencia agora é que antes a compra das balas vendidas nos coletivos não implicavam em uma dívida com o supermercado, não havia um prazo para que estes produtos fossem vendidos que não o prazo de validade deles, de mais de dois anos quando adequadamente armazenados. Além disso, quando acompanhava Janaína nos primeiros horários de seu trabalho, por volta das 9h, observei que ela comprava as balas no mesmo dia em que as vendia, o que garantia uma maior segurança e controle sobre o excedente. Quando elas começam a diversificar os produtos, aumentam os rendimentos – uma vez que dois sabonetes de cinco reais ou uma pomada de dez vendida equivalem a 20 saquinhos de balas ou 10 jujubas –, ao passo que é inserido nesse trabalho uma nova dinâmica, um terceiro sujeito para quem o dinheiro das vendas pertence antes mesmo de serem efetuadas.

O relato de Luzia é que o seu horário de trabalho é das nove da manhã às cinco da tarde, mas que chega sempre um pouco mais cedo para embalar as balas. Janaína, que faz os mesmos horários que ela, me diz que acorda às cinco da manhã para adiantar as atividades do lar antes de sair para trabalhar. É uma rotina corrida: após embalarem os pacotes com balas de tamarindo, café, caramelo, jujuba, hortelã e outras, elas embarcam nos ônibus sem passar pela catraca, onde fazem a apresentação de seus produtos em um discurso de cerca de um minuto, entregam o produto e recebem o dinheiro, e dependendo a quantidade de vendas, em cerca de cinco minutos desembarcam no próximo ponto para pegar o ônibus seguinte. Tudo é muito rápido, especialmente quando o ônibus não está tão cheio. Elas podem levar um pouco mais de tempo quando os coletivos estão lotados, mas não deixam de realizar suas vendas, equilibrando-se enquanto o ônibus balança, se espremendo

entre os passageiros, como pude presenciar inúmeras vezes. E pela rapidez e frequência com que embarcam, vendem e desembarcam, repetindo esse movimento desde a manhã até o final da tarde, sempre no mesmo trajeto, descansando alguns minutos enquanto ensacam novos pacotes, não é difícil imaginar o quão cansativo esse trabalho é, e o quanto ele exige do corpo dessas mulheres. Assim, considerando as implicações do trabalho doméstico, sou levada a concluir que no que diz respeito à dureza desta atividade, o trabalho como ambulante exercido nos coletivos não é tão distinto. No entanto, cabe lembrar que como relata Janaína, o que a levou a deixar o trabalho doméstico não foi o excesso de serviço, mas a relação conflituosa com seus patrões. No caso dela, essa transição para o serviço ambulante tem menos a ver com esforço, mas com a liberdade e a flexibilidade: ela pode escolher quando e em que medida exercer esse esforço.

Pensar em esforço me faz, não obstante, pensar no relato de Dona Núbia acerca do esforço no trabalho doméstico, no seu adoecimento e sua decisão de ir para o trabalho ambulante, e esse sentido, tentei entender um pouco dos planos futuros de Janaína e Luzia no que diz respeito ao exercício do próprio trabalho. Janaína obviamente pensa no seu futuro – vide sua preocupação em contribuir com INSS sempre que possível. Nas nossas conversas foi possível perceber que se antes havia a preocupação com a criação da filha, ela foi suavizada conforme ela percebeu seu crescimento e independência. Uma vez, enquanto falávamos sobre a minha faculdade, perguntei a ela se sua filha pensava em cursar alguma. Ela me respondeu que ela desejava sim e que iria tentar nos próximos anos, o que deixava Janaína bastante satisfeita. Ela sempre me pareceu muito ciente da vulnerabilidade do próprio trabalho, condicionado pelas mudanças do tempo e pela capacidade do próprio corpo: Janaína sempre me dizia que nunca teve COVID-19, mas que quando tomou a vacina teve muitas reações adversas, e que não conseguiu trabalhar; além disso, em outubro de 2021 durante um período de duas semanas com fortes chuvas, Janaína ficou impedida de trabalhar. Perguntei se ela fazia outra coisa quando isso acontecia, se procurava outros trabalhos, e ela me disse que não. Como as chuvas persistiram sem dar trégua, ela decidiu voltar ao trabalho, estimulada por Luzia, que encarou a chuva e seguiu com suas vendas. Tanto ela



quanto Luzia têm no trabalho que exercem sua principal fonte de renda, ao lado de auxílios do governo, como o Bolsa Família, posteriormente Auxílio Brasil. Mas Janaína não chegou a me verbalizar muitos dos seus planos futuros: no breve momento em que tive oportunidade de perguntá-la, ela me diz que pensa em trabalhar em algo mais tranquilo, em uma banquinha talvez, sem deixar claro se é algo que ela já busca estabelecer, reunindo os rendimentos do trabalho nos coletivos para realizar, ou se trata-se de um pensamento abstrato, um plano para um futuro ainda distante.

Cabe lembrar que, quando comparamos o tempo de Janaína neste segmento com Dona Núbia e Iva, ele é nitidamente mais curto – ela acumula menos de dez anos enquanto as trabalhadoras dos pontos fixos já ultrapassam as duas décadas. Nesse sentido, pode-se acreditar que, por ainda estar no começo de sua carreira como ambulante, Janaína ainda não conseguiu visualizar um futuro nesse segmento, ou ainda, que ela não deseja um futuro nesses moldes, não almejando construir uma carreira. Poderíamos dizer que a idade avançada que iniciou nele, já aos 40, em comparação com Iva, que comprou seu carrinho de pipoca aos 19, coloca empecilhos à construção de uma carreira nesse sentido, mas de igual modo Dona Núbia começou a trabalhar como ambulante já aos 30. Outro ponto é a seguridade que o trabalho em um ponto fixo parece oferecer em contraponto ao trabalho que elas realizam nos coletivos, o que certamente dificulta a ela descrever, com precisão, como ela poderia construir um futuro estável nele – e talvez esse seja um fato bem mais marcante, já que a única possibilidade de futuro que ela me relata diz respeito a estabelecer um ponto fixo. Embora envelheçamos um pouco a cada dia ao longo de nossas vidas, de modo que a passagem entre a fase adulta e a terceira idade muitas vezes nem seja percebida, no que diz respeito ao mercado de trabalho essa transição é muito mais abrupta, demarcada pela idade alcançada: quanto mais velho, maior a dificuldade de um indivíduo para se alocar em um trabalho formal. A aposentadoria é vista como o estágio final, o descanso do idoso que já não é mais apto a ser produtivo no mundo capital. No entanto, não é incomum ver idosos trabalhando como ambulantes, resultado de processos como a precarização do trabalho e o aumento da pobreza da extrema pobreza, de modo a

complementar a renda da aposentadoria, por vezes insuficiente ou até inexistente (SIKOTA & BRÊTAS, 2012), e assim esta atividade ganha distintos significados e adapta-se às condições físicas do idoso. O trabalho ganhou um novo caráter e se alterou com a passagem do tempo para Dona Núbia, e é possível que isso também ocorra com Janaína.

A rotina de trabalho de Iva e de Dona Núbia se dá em jornadas que seguem o horário comercial, assim como as vendedoras de bala que atuam nos ônibus. O carrinho de água de coco de Dona Núbia fica guardado em um estacionamento próximo ao ponto onde ela trabalha, junto com os cocos que vende e ela paga uma taxa mensal para poder guardá-los lá. Os cocos que utiliza no trabalho são comprados de um fornecedor em Travessão, um distrito de Campos, onde são vendidos bem mais barato. Quem a ajuda nessa compra é seu filho mais velho, que tem conhece esses distribuidores, sendo ele também o responsável pelo transporte dos cocos, indo buscá-los de carro e com um reboque que pede emprestado a conhecidos. Muito embora tenha sido ele o principal responsável por inseri-la nesse trabalho, cedendo carrinho, ajudando a regularizar o ponto por meio de um alvará, orientando-a em relação aos fornecedores e ajudando no transporte dos cocos, ele já não faz parte desse circuito. Após deixar o trabalho como ambulante, ele foi empregado em um hospital como técnico de enfermagem, e depois de muitos anos trabalhando nele, decidiu cursar uma faculdade de enfermagem. Assim, a ajuda de seu filho se restringe ao carinho e cuidado maternal, e ele não participa da economia do carrinho atualmente. A água de coco que ela vende é fresca, tirada do coco na hora, como deve ser, e vendida em garrafinhas de 200 ml ou em copos. O preço é o que mais me chama atenção: na primeira vez que comprei sua água de coco ela me disse *“é seis, mas pra você, eu faço por cinco”*, o que eu achei de uma simpatia gigantesca. Sempre que eu retornava, ela me cobrava cinco reais pela água de coco que custava seis, eu me sentia um pouco constrangida por essa gentileza que lhe causava um prejuízo. Eu não queria que ela me tratasse com distinção por conta da pesquisa, ou pelas conversas agradáveis que tínhamos. No entanto, ao longo do tempo, enquanto observava a rotina de Dona Núbia, percebi que ela repetia esse discurso com todos os seus clientes, mas não tive coragem de perguntar o motivo.

Ao que tudo indica, é uma gentileza que ela busca propiciar a todos os seus fregueses, parte das táticas cotidianas, como exploraremos ao longo deste trabalho. O movimento no carrinho é constante, mas não exige tanto esforço de Dona Núbia, permitindo a ela sentar-se, descansar à sombra, conversar comigo e com outros passantes e habitantes, incluindo vizinhos de bairro, parentes e outros trabalhadores da região. Por volta das 17h, ela começa a se mobilizar para guardar o carrinho, quando o movimento se torna bem mais fraco do que aquele que se observa ao longo do dia, levando-o mais uma vez ao estacionamento onde o guarda.

O esquema de funcionamento do carrinho de pipoca de Iva é bastante distinto. O carrinho dela é “aberto” às 9h da manhã, mas não por ela, e sim pelas suas funcionárias – quatro no total, sendo uma delas sua irmã. A cada dia, uma das funcionárias é responsável por chegar na parte da manhã, higienizá-lo e começar a prepará-lo para as vendas que se iniciam por volta das 11h. O carrinho de pipoca de Iva é guardado também em um estacionamento próximo ao local onde ela trabalha, e assim como Dona Núbia, ela paga por isso uma taxa mensal. No entanto, ela também possui um carro com reboque e pode levá-lo para sua casa, como faz às vezes, quando o carrinho precisa de manutenção. Esse carrinho é enorme, e Iva diz que ele foi confeccionado na cidade do Rio de Janeiro por um profissional especializado: *“em Campos, não tem nenhum igual”*. Este é o terceiro carrinho de sua carreira, o mais caro – custou cerca de 10 mil reais – e mais bem estruturado de todos, sendo capaz de responder bem às altas demandas de vendas que Iva possui. Assim, após as 11h começam as primeiras vendas. A pipoca varia de preço de acordo com o tamanho do saco, custando o menor deles cinco reais, e aumentando conforme aumenta-se o tamanho, custando sete e nove reais. O preço não parece ser empecilho para as vendas, que ocorrem ao longo dos dias gerando filas no caixa. Iva chega no período da tarde, quando o movimento é bem maior. Ajuda a fazer a pipoca, recebe no caixa, age onde for preciso, embora na maior parte do tempo supervisione o trabalho que é realizado. No final do dia, fecha o caixa como qualquer outra empresa, verificando o que foi vendido e os rendimentos do dia.

**Figura 6 - Carrinho de água de coco de Dona Núbia.**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 7 - Carrinho de pipoca de Iva**



A fila que se forma no caixa e atrás, a rodoviária Roberto da Silveira. Fonte: Acervo pessoal.

A dinâmica de trabalho de Iva se destaca por ser diferente da rotina das outras agentes. Analisar e ouvir de Iva sua definição de que é uma empreendedora nos fornece pistas daquilo que a distingue das outras trabalhadoras ambulantes. A necessidade de organizar seu carrinho de pipoca seguindo a lógica de uma empresa

surgiu, como ela relata, junto da necessidade de contratar alguém para ajudá-la. As vendas aumentaram muito, e junto com elas, a demanda por agilidade. Se mesmo com quatro funcionárias operando em conjunto formam-se filas, é possível visualizar que apenas Iva não daria conta de responder ao fluxo de clientes e acabaria tendo prejuízos. O que começou com apenas uma ajudante ampliou-se, e agora contabilizam quatro trabalhadoras, que exigem uma melhor organização e controle sobre o fluxo de vendas, sobre a margem de lucro, sobre o pagamento de cada uma delas e todas as outras implicações da *empresarização* do seu carrinho. Se até os anos 2000 as ações do poder público direcionadas ao comércio popular eram de repressão ou apenas de remanejamento destes sujeitos no espaço público, a virada do milênio demarca uma nova estratégia na qual setores públicos e privados intervêm conjuntamente nesse segmento sob o discurso do desenvolvimento e da modernização, objetivando transformar essa atividade, historicamente associada à pobreza e ilegalidade, em sinônimo de desenvolvimento urbano, social e econômico, movimentando-se para a positivação dos mercados de comércio popular (RANGEL, 2019). A atividade ambulante já foi alvo de repressão em distintos momentos da história: em São Paulo, já em 1898, sua presença foi proibida na região central da cidade (GUERREIRO, 2000 *apud* RANGEL, 2019); em Campos, os conflitos históricos entre os ambulantes, os lojistas e o poder público na disputa pelo espaço levaram a criação do camelódromo (ASSIS, 2011), e a remoção dos trabalhadores do shopping popular para uma reforma que nunca foi concluída mascara relações de poder e conflitos que ainda dizem respeito a essa mesma disputa. Se o MEI na prática representa uma via menos burocrática de abrir a própria empresa, acessar crédito bancário e benefícios sociais, o movimento que circunscreve o processo de criação e manutenção dessa iniciativa tem raízes na expansão da ideologia neoliberal para as distintas dimensões da vida social, incluídas as instâncias institucional, política e subjetiva. Como poderemos explorar mais adiante, o discurso e a construção da carreira empreendedora de Iva nos leva inegavelmente a refletir sobre a maneira como este movimento alcançou os trabalhadores ambulantes em seu cotidiano.

### 1.3.1 Outras ambulantes, outras perspectivas: as ambulantes ocasionais

As quatro agentes acima citadas não foram as únicas mulheres negras encontradas na região do centro nesta pesquisa. Outras mulheres também trabalhavam como ambulantes em regimes bastante distintos, como eu pude evidenciar anteriormente, sendo a principal diferença entre estas trabalhadoras e as outras agentes a constância com a qual realizavam o trabalho. Enquanto as citadas na seção anterior trabalhavam com o comércio de rua já durante alguns anos, não apenas mantendo-se nele ao longo do tempo como também tornando esse trabalho sua principal fonte de renda, havia mulheres negras atuando como ambulantes em regiões bem próximas a estas agentes vendendo desde balas, biscoitos e guaravitas a chinelos, potes, toalhas, controles remotos e acessórios para celular que apresentavam outras características na relação com este trabalho. Pude dividi-las, assim, em dois outros grupos: um primeiro grupo de mulheres que trabalhavam temporariamente na banquinha de terceiros, a serviço do dono daquelas mercadorias, e um outro que, embora revenda os produtos que pessoalmente comprava nas lojas, o faziam igualmente por um período temporário. O trabalho por elas exercido condiz em alguns aspectos com a descrição feita por Antunes (2018) acerca dos trabalhadores informais ocasionais ou temporários, embora na definição do autor, esses trabalhadores exerçam esta atividade apenas enquanto buscam por uma oportunidade de regressar ao trabalho assalariado, ao passo que essas agentes, em alguns casos, transitam dentro da informalidade entre o trabalho ambulante e o trabalho doméstico, e apenas em alguns casos, se inserem no trabalho assalariado. São os trabalhadores informais mais *instáveis*, caracterizados pelo recrutamento de curta temporada e pela remuneração por peça ou serviço prestado, em trabalhos que podem exigir força física e de baixa qualificação, podendo ainda exercer trabalho para os informais mais estáveis. Para o autor, este é um dos muitos *modos de ser na informalidade*, dos quais ele localiza ainda, em contraste, os trabalhadores ambulantes tradicionais, inseridos em atividades de baixa capitalização e que buscam uma renda para consumo individual e familiar, vivendo de sua força de trabalho e podendo ser auxiliados por familiares ou ajudantes temporários, sendo menos “instáveis” e apresentando algum

conhecimento profissional de sua área de trabalho bem como material necessário para exercê-lo (ANTUNES, 2018).

Apesar de a presença destas trabalhadoras pelo centro ser inconstante, foi possível reconhecer os locais onde elas faziam-se presentes quando estavam nesta atividade. Mesmo que os rostos se alterassem em cada período, parece haver uma preferência bastante clara por determinados lugares do centro, onde havia uma prevalência de ambulantes quando em comparação com outros espaços. Os dois grupos de trabalhadoras também se dividem pela região ocupando lugares distintos e atendendo a clientela diferentes: aquelas que trabalhavam em bancas de terceiros temporariamente o faziam em barraquinhas que se localizavam ao longo da Rua Barão do Amazonas, desde seu início no cruzamento com a Rua Siqueira Campos, até o cruzamento com a Rua João Pessoa, atravessando a Avenida Formosa. O mais interessante é que, na extensão da Rua Barão do Amazonas, entre a Avenida Formosa e a Rua Barão do Amazonas, encontrava-se instalado o antigo Camelódromo, ao lado do Mercado Municipal. Os camelôs do shopping popular Michel Haddad, nome oficial do espaço, foram removidos “temporariamente” para outro espaço, no parque Alberto Sampaio, para que o camelódromo passasse por reformas que nunca foram finalizadas. Até hoje, vê-se a estrutura quase pronta da construção iniciada em 2014 e com previsão de entrega para 2015 (TRINDADE, 2019). Muito embora o camelódromo tenha sido alocado em outro local, a região seguiu sendo o lugar preferido dos ambulantes: não por acaso, é uma via movimentada, com um grande fluxo de passantes, favorita dos antigos camelôs e dos atuais. As mulheres que encontrei ali eram as que possuíam o maior grau de rotatividade. Embora as barraquinhas seguissem existindo, os vendedores e vendedoras que trabalhavam nela alteravam-se constantemente. Já nas proximidades da rodoviária, na Rua Siqueira Campos, encontrava-se o outro grupo de mulheres ambulantes, que trabalhavam com uma constância relativamente maior, mas que só estavam como ambulantes por terem perdido o antigo trabalho como doméstica durante a pandemia. Percebi também que, no período próximo a feriados e festividades como dia das mães e natal, surgiam trabalhadoras e trabalhadores ocasionais que atuavam apenas nestas semanas, deixando de marcar presença

nesses locais quando as datas comemorativas passavam, principalmente no calçadão da cidade e ao longo da rua João Pessoa.

**Figura 8 - Antigo camelódromo**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 9 - Camelôs ao lado do antigo camelódromo**



Fonte: Acervo pessoal.

No que diz respeito ao primeiro grupo de trabalhadoras, pude receber poucas informações sobre a rotina e as principais características do seu trabalho devido a grande rotatividade. Observei que não havia uma constância nas mulheres que ali se alocavam, e que embora elas pudessem fornecer relatos ricos sobre o trabalho ambulante na perspectiva daqueles que atuam ocasionalmente nele, elas não trariam tantas informações sobre as contradições e conflitos do lugar, devido aos poucos momentos que se encontravam inseridas nele. Sobre elas, cabe dizer que havia informações compartilhadas no lugar pelos habitantes que davam pistas sobre a alta rotatividade. Os donos das banquinhas onde elas trabalhavam estavam



inseridos, seja num aspecto positivo ou negativo, nas sociabilidades do lugar, sendo conhecidos pelos lojistas e trabalhadores da região, embora não integrem uma mesma rede de reconhecimento. Nessa perspectiva, o tio que citei anteriormente como intermediário entre eu e Iva trouxe à tona alguns pontos. Ele é vigilante de uma loja na Rua Barão do Amazonas há mais de vinte anos, se inserindo no circuito de sociabilidades dos lojistas e dos trabalhadores mais antigos da região. Seu relato é de que esses ambulantes não são vistos com bons olhos pelos lojistas por ocuparem as ruas e calçadas e por vezes atrapalhar o fluxo de carros e fregueses, mas que são “corretos” e trabalham honestamente, pelo menos a maioria deles. As mulheres e meninas que eram vistas ali em alguns momentos são, segundo ele, filhas, sobrinhas, vizinhas, enfim, parentes ou conhecidas que estavam sem trabalho e precisavam de algum dinheiro, mas que não permanecem porque ficam ali apenas temporariamente, até encontrar um “trabalho certo”. Meu tio afirmava que era o que os donos da barraquinha repassavam para os outros trabalhadores do lugar, inclusive para ele. Essa informação se aproxima do que me relatou uma dessas trabalhadoras. Em uma das minhas idas ao centro para fazer compras, antes de reconhecer que a alta rotatividade delas poderia ser um entrave a minha pesquisa, me aproximei de uma destas mulheres, espiei os produtos e perguntei o valor, como uma cliente. Após obter sua resposta, comentei que havia passado por ali na semana anterior e encontrado uma outra menina, que me informou que outras mercadorias chegariam na semana seguinte, e aproveitei a deixa para perguntar por ela. A mulher me respondeu que ela havia colocado currículo em uma loja e foi chamada para trabalhar, e vendo que fiquei contente pela conquista da moça, ela me disse que ela mesma também está aguardando ser chamada por uma loja. Ao longo das minhas incursões, as mulheres que havia localizado nessas barraquinhas sumiam, e eram substituídas por outras mulheres ou por homens, que poderiam ser os verdadeiros donos daquelas mercadorias ou mais um agente a serviço do proprietário.

**Figura 10** - Outros camelôs da Barão do Amazonas



Fonte: Acervo pessoal.

As trabalhadoras da Rua Siqueira Campos, por outro lado, apesar de estarem ali apenas enquanto não retornavam para o trabalho doméstico, se encontravam naquele mesmo local de forma muito mais recorrente. Havia ali quatro mulheres, que vendiam os mesmos produtos: água, guaravita e biscoitos. Luanda<sup>15</sup>, como me foi relatado, era a mais jovem delas, mas que estava naquele lugar há muito mais tempo. Ela estava desempregada e um amigo a chamou para trabalhar vendendo água nos semáforos cerca de um ano antes, e algum tempo depois ela descobriu aquele local, bem mais rentável e menos cansativo, ao lado do ponto de embarque e desembarque das vans. Logo depois, trouxe sua tia Silvinha<sup>16</sup>, que perdeu o emprego de diarista na pandemia e optou por acompanhar a sobrinha quando ela já estava ali no ponto das vans. Mileide<sup>17</sup> mora no mesmo bairro que Luanda e Silvinha e estava há três meses trabalhando naquele local. Ela também era diarista antes de ir para lá, e assim como Luanda, relatou já ter vendido água nos semáforos por um tempo. Elas afirmaram que trabalhavam ali de 8h às 17h, não todos os dias, mas sempre que era possível, por conta dos afazeres domésticos e do cuidado com os

<sup>15</sup> Escolhi o nome Luanda pois é um nome que me lembra jovialidade, e ela era, de fato, uma menina muito jovem.

<sup>16</sup> Silvinha é um nome que me lembra alguém risonha, falante e curiosa, assim como essa mulher. Conheci algumas Silvinhas e todas elas eram assim. Então decidi que esta agente ganharia o nome de Silvinha também.

<sup>17</sup> Mileide era calada e desconfiada, e quando a encontrei ela permaneceu sentada, e me respondeu apenas o necessário e nada mais, sendo ao mesmo tempo, muito educada. Achei um nome adequado para essa agente.

filhos e parentes. Assim, elas iam trabalhar ali sempre que precisavam de dinheiro, sendo essas vendas complementares ao dinheiro que recebiam com Bolsa Família e posteriormente, ao Auxílio Emergencial, compondo a renda familiar delas. O movimento que me levou até elas foi bem peculiar: em verdade, eu havia ido a rodoviária em busca de uma outra trabalhadora, mas ela havia adoecido, e o rapaz que ficou em seu lugar, interessado na minha pesquisa, apontou para o ponto das vans e me disse para ir até lá procurar por Luanda, que era uma trabalhadora ambulante. Ao chegar lá, encontrei apenas Silvinha, que se demonstrou muito interessada, e me relatou seu cotidiano, falou de sua sobrinha e me levou até Mileide. Além disso, Silvinha me apresentou a outros trabalhadores homens, pedindo a eles que me cedessem uma entrevista e que em troca eu lhes daria uma cesta básica. Eu disse que não era nada disso, e expliquei minha pesquisa, que se restringia às mulheres, e ela disse que esse era o melhor jeito de fazê-los colaborar com meu trabalho, uma vez que assim, eles não ficariam receosos... De um modo geral, segundo a Pnad Covid, pesquisa criada pelo IBGE para mensurar os efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil, trabalhadoras domésticas e trabalhadores ligados à prestação de serviço foram os mais afetados pela crise pandêmica: no primeiro ano de pandemia, os dados demonstram que o setor doméstico perdeu 500 mil postos de trabalho. Já a Pnad Contínua, que baseia-se em uma metodologia distinta da utilizada na Pnad Covid, avaliou que foram fechados cerca de 1,7 milhões de postos trabalhos domésticos<sup>18</sup>. A situação de vulnerabilidade dos trabalhadores deste setor durante a pandemia é inegável, sendo ainda mais dramática para aqueles que atuam na informalidade, como pode-se perceber no relato dessas mulheres.

Há além dessas mulheres um terceiro grupo que, aliás, não pode ser considerado grupo, mas um *tipo* de trabalhadoras ambulantes ocasionais que circula pelos centros da cidade. São jovens mulheres que vendem balas pelo centro, algumas em grupo, outras sozinhas, todas negras e nenhuma aparentando ter muito

---

<sup>18</sup> GARCIA, D. Trabalho doméstico perde 500 mil postos na pandemia. Folha de São Paulo: Rio de Janeiro, Out 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-domestico-perde-500-mil-postos-na-pandemia.shtml>. Acesso em 17/01/2022.

mais de vinte anos. Não sei muito sobre elas além daquilo que as minhas agentes descreveram. Eu apenas as vi certas vezes, oferecendo suas balas sem nenhum valor específico, agradecendo por qualquer moeda. Não pude incluí-las em nenhum dos grupos anteriormente citados, não apenas por não compartilharem características do próprio trabalho, mas por também não se inserirem em nenhum desses grupos nas relações que elas estabeleciam com o espaço.

Muito embora eu tenha observado e até me aproximado dos dois grupos de trabalhadoras anteriormente citados, não dei continuidade aos nossos encontros porque o que me revelaria aspectos da cidade e da forma como ela se organizava era a consistência de uma carreira enquanto ambulante, bem como as dificuldades de se estabelecer no espaço público enquanto mulher negra e as táticas por elas empreendidas para se estabelecer nesses espaços. Essa perspectiva exige uma relação de espaço-tempo que essas mulheres não apresentavam, embora certamente tivessem seus próprios problemas com o espaço público e suas próprias formas de superá-los, mesmo ocupando-o temporariamente. De todo modo, elas são citadas nesse trabalho porque ainda que eu tenha optado por enfatizar as quatro primeiras agentes citadas, atenta a relação delas com o espaço público para compreender a movimentação que operam e as maneiras de se estabelecer em cada lugar, as trabalhadoras ocasionais seguem sendo parte desta rede de sociabilidade.

De modo geral, todas elas compunham o fluxo de trabalhadoras ambulantes nas ruas do centro da cidade, sendo igualmente parte importante das sociabilidades do lugar ao se apropriar dele. Felipe Rangel (2019) pontua, não obstante, que o trabalho ambulante *“é uma atividade econômica em que os agentes engajados lutam para conseguir o reconhecimento enquanto trabalhadores, dado o estigma da marginalidade que paira sobre ele”* (p. 67), sendo realizada em geral em condições de ilegalidade, muito embora esse caráter ilegal esteja relacionado majoritariamente às questões do espaço – elemento central de disputa entre camelôs, lojistas, comerciantes e poder público, o que gera em consequência diferenças fundamentais no que diz respeito à seguridade, a estabilidade e a estrutura daqueles que possuem

suas bancas regularizadas pela prefeitura em relação àqueles que não possuem (Idem).

No atual contexto, os camelôs estão distribuídos em diversas modalidades, sejam eles possuidores de pontos fixos ou em movimento pelas principais vias centrais. A categoria ponto refere-se ao lugar onde os camelôs exercem suas atividades, sejam elas realizadas com ou sem banca. Estar em um ponto é se apropriar de um lugar específico e nele ficar frequentemente exercendo sua atividade e é importante destacar que tal apropriação transforma um simples espaço físico de lugares públicos ou semi-públicos em uma área com valor econômico e passível de negociação. (ASSIS, 2011, p. 2)

Assim, compreendendo que na atividade ambulante, o espaço, na qualidade do lugar, gera um impacto central nas possibilidades de vida e de trabalho, encontro aqui a deixa para estabelecer as formas como este afeta as sociabilidades e a rotina de nossas agentes: de modo direto, por meio dos relatos do cotidiano; e indireto, analisando a forma como lugar é construído e concebido, com ênfase na cidade e no espaço urbano, pautando as relações de poder em jogo no dia-a-dia destas mulheres.

## 2 CIDADE E IDEOLOGIA: A RIQUEZA DA VIDA COTIDIANA

Quando apontei no primeiro capítulo as diferenças entre os homens e mulheres escravizados que se encontravam nos espaços urbanos e rurais, estabelecendo as diferentes possibilidades de vida entre eles, havendo um grau maior de “liberdade” para aqueles que eram forçados aos trabalhos na cidade para se movimentarem pelas ruas em função da própria atividade exercida, coloquei em questão o contexto geográfico que os circunscrevia e, não obstante, as distintas condições e possibilidades de vida que surgiam vinculadas a isso. De fato, estudiosos da antropologia, sociologia, geografia, e outras áreas do saber têm demarcado ao longo do tempo a existência de diferenças específicas entre o campo e a cidade, atreladas ao fluxo econômico que permeia estes espaços, mas que também dizem respeito ao cotidiano e às subjetividades. Pode-se dizer que a separação entre cidade e campo evidencia uma das primeiras divisões do trabalho na história da humanidade (LEFEBVRE, 2016). Além disso, o surgimento da cidade inaugurou uma nova relação do humano com a natureza, no qual encontra-se implicada a organização da vida social e assim sendo, a existência material da cidade é indissociável de sua existência política (ROLNIK, 2007). A cidade concentra questões que atravessam diretamente a vida dos seus habitantes e é nela também que encontraremos as agentes desta pesquisa.

O espaço urbano ganha relevância nesta pesquisa não apenas porque o modo como estas agentes operam depende interinamente de ocupar os seus centros, mas porque esse movimento encontra-se igualmente sujeito à diferentes forças e ideologias, que estabelecem ora de forma sutil, ora abertamente truculenta, aqueles que podem ou não habitar certos espaços enquanto sujeitos de ação, em condição de privilégio ou em desvantagem. Partir desse princípio tornou-se crucial para a compreensão dos aspectos que circunscrevem a relação entre os sujeitos, o espaço urbano e o mundo do trabalho, uma vez que para o trabalhador ambulante, a rua – e a possibilidade de se estabelecer nela – é fundamental para o seu exercício laboral. Assim, que forças podem ser encontradas organizando a cidade ao

analisarmos o urbano *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2013)? Como elas se constituem? De que forma tais forças operam e atravessam vida dos cidadãos<sup>19</sup>?

Antes de dar continuidade a essa discussão é preciso delimitar de antemão como o espaço é aqui concebido. Há três termos que surgem constantemente na discussão que aqui opero: *espaço urbano*, *espaço público* e *lugar*. Muito embora eu utilize de outras palavras quando me refiro ao espaço – como território, região, etc. –, elas não são utilizadas aqui carregadas do mesmo simbolismo que estes três termos possuem, tendo seu significado simplificado, definido pela sua representação na língua portuguesa, sem que haja uma fundamentação teórica ou epistemológica por trás da sua concepção aqui, não havendo signos e simbolismos que eu deseje colocar em evidência. O termo espaço urbano, por outro lado, remete a uma região específica da cidade. Embora a “cidade” tenha surgido aqui em oposição ao campo – na dualidade urbano-rural –, apenas esse termo não parece suficiente para tratar das discussões que desenvolvo porque não especifica uma região, já que diz respeito também à instância política municipal administrativa, cabendo lembrar que Campos dos Goytacazes é uma *cidade* que abriga em seu território tanto zonas urbanas quanto rurais. O foco da minha pesquisa é no território onde encontro as agentes que a protagonizam, o centro da zona urbana, estando então as protagonistas da pesquisa, quando no exercício do trabalho, alocadas no *espaço urbano*, caracterizado pela concentração de atividades comerciais, serviço e gestão, fragmentado e articulado, conjunto de símbolos e lutas (CORRÊA, 1995). O espaço público é por outro lado compreendido como o lugar de uso comum, que pode ser acessado por todos, sem custo, democrático, permitido a todos na qualidade de cidadãos, evocando uma característica mais institucional, relativa ao *direito* do cidadão – embora nem sempre assim seja, pois, como veremos, o espaço é frequentemente atravessado pelas problemáticas que constituem as estruturas de

---

<sup>19</sup> O cidadão é, nos termos de Lefebvre, o habitante da cidade, um conceito mais variável e menos estático já que expressa diferentes tipos de relação com a cidade a partir da própria ideia do que seria, em si, habitar a cidade. Neste trabalho, utilizo este termo porque temos abertura para pensar nas formas singulares e diversas que as agentes dessa pesquisa habitam o espaço urbano, sem reter-me a uma esfera em específico. O termo cidadão por outro lado diz respeito ao indivíduo quando diante do Estado, uma qualidade atravessada por direitos civis e políticos, com direitos e deveres. Não obstante, podemos ainda pensar nas possibilidades reais de *ser cidadina* para essas mulheres.

poder na vida em sociedade, expressas através de disputas e conflitos. O termo *lugar* surge aqui da concepção de Milton Santos (2001) como o espaço vivido, o espaço quando preenchido por pessoas e sociabilidades, em suas trocas e interações, sendo nesse sentido utilizado quando exponho as relações e redes sociais do espaço. Em *A produção do espaço*, Lefebvre apresenta três distintas dimensões deste: a do espaço vivido, revelado pelas práticas espaciais materiais, os fluxos e interações físicas; o espaço percebido, concebido pelas representações dos signos e simbolismos; e o espaço imaginado, fruto de nossas representações mentais (QUEIROZ, 2017). Nesse sentido, tanto a produção e reprodução do cotidiano disposto no espaço vivido quanto os aspectos simbólicos do espaço são importantes na construção do *lugar*, dando sentido ao espaço articuladamente. De igual modo, faço aqui a distinção do espaço me referindo a suas diferentes dimensões através dos termos escolhidos para cada contexto, embora no cotidiano todas estas instâncias estejam articuladas.

## **2.1 A cidade, o urbano e a organização do espaço**

Para as análises que aqui realizo torna-se necessário conhecer o funcionamento da cidade para além das suas características físicas, compreendendo-a também em sua organização filosófica e socioespacial. Partindo da perspectiva de Henri Lefebvre (2016a), embora a cidade enquanto fenômeno político e comercial preexista ao processo de urbanização e industrialização, é com o surgimento do capitalismo concorrencial e de uma burguesia industrial que mudanças, cruciais estreitamente relacionadas à realidade urbana, são potencializadas. O filósofo reconhece que a cidade e a realidade urbana dependem do seu próprio *valor de uso*, e assim sendo, é a partir dos usos dos espaços da cidade que consolidamos a experiência do urbano. Em contrapartida, a industrialização e a generalização da mercadoria e do *valor de troca* destroem e subordinam a realidade urbana aos preceitos do consumo<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Muito embora, cabe ressaltar, o processo de transformação da cidade em mercadoria não seja um dado nem um consenso entre os teóricos marxistas.



O sistema urbano que Lefebvre busca analisar se abriga conflitos entre o valor de uso e o valor de troca, “*entre a mobilização da riqueza (...) e o investimento improdutivo da cidade*” (p. 14). Esse processo, segundo o autor, induz uma “implosão-explosão” da cidade pela urbanização e industrialização de seus territórios, alterando suas paisagens nesses moldes. A cidade é assim *tomada de assalto*, atendendo aos anseios de uma classe dominante que confronta-se, ao mesmo tempo, com a resistência das classes subalternas. Nessa perspectiva, o que se percebe é que o espaço não é de forma alguma *neutro*: ele é o lugar e o meio onde *estratégias* são desenvolvidas e se enfrentam, onde a *re-produção das relações de produção* se efetua pelas cotidianidades, pelo lazer e pela cultura, pela escola e pela universidade. O espaço é assim instrumental, e torna-se ferramenta para fins de dominação, envolvendo além disso o *tempo* e a *distância* – entre a casa e o emprego, o tempo necessário para chegar de um ponto a outro, bem como o tempo de trabalho, o tempo de consumo e o tempo de lazer. A relação entre esses dois elementos, o *espaço-tempo*, encontra-se intimamente ligada à reprodução das relações sociais de produção. O espaço torna-se assim objeto de disputa nas sociedades industriais, tal como a água, a energia, o ar e outras riquezas naturais cruciais tanto para a realização humana quanto para o avanço *autodestrutivo* do capital. O direito à cidade implicaria então na nossa reapropriação do espaço-tempo. (LEFEBVRE, 2016b).

Ainda nesse sentido, o processo de industrialização em si não possuiria um fim, mas se orientaria segundo os interesses do capital, desenvolvendo muito bem o objetivo final deste – da acumulação de riquezas – sem atender às necessidades da sociedade urbana. Crescimento e desenvolvimento, nesses termos, não podem ser considerados conceitos sinônimos, e torna-se crucial, para o entendimento da vida na cidade e da forma como a industrialização e a urbanização operam nela, a realização de análises que se apoiem na compreensão da reprodução da vida cotidiana nos espaços. “*Não se trata de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado*” (LEFEBVRE, 2016b, p. 25).

Compreendendo que os conceitos de “cidade”, “urbano” e “espaço” correspondem à realidade global, e assim sendo, não definem um aspecto *menor* da realidade social, Lefebvre propõe um *direito à cidade que se refere também à globalidade*. Nesses termos, o direito à cidade não é nem natural, nem contratual, mas diz respeito ao direito dos *cidadãos-citadinos* e dos grupos que estes constituem de figurar sobre as redes e circuitos de informação, comunicação e trocas. Tal ação não depende de uma ideologia urbanística e arquitetônica, mas de uma qualidade essencial no espaço urbano, a *centralidade*. Lefebvre considera que a exclusão de grupos e sujeitos do urbano implica igualmente a exclusão destes da civilização e da sociedade. Assim, a crise dos centros urbanos se consolida através da segregação que estes promovem ao constituírem centros de decisão, poder, informação, riqueza e conhecimento, e cuja existência implica em empurrar todos aqueles que não gozam do privilégio político para a periferia. O direito à cidade, em contraposição, estabelece o direito à reunião e ao encontro, reconhecendo a importância de os espaços suprirem também às demandas sociais não conhecidas e às funções menosprezadas, como a necessidade de uma vida social, a função lúdica e a função simbólica.

Nesse contexto, embora não possua uma lógica própria, encontrando-se inserido nas contradições do capital, os conflitos que o espaço abriga teriam origem no conteúdo prático e social capitalista. O espaço da sociedade capitalista então pretende-se racional mas seria despedaçado e comercializado, se supõe lógico, mas seria recortado. Estas contradições, não obstante, explodem no plano institucional, no qual a burguesia é detentora do poder – pela propriedade privada do solo e pelo conhecimento, ação e estratégia do Estado (LEFEBVRE, 2016b, p. 54).

Assim é possível perceber que inexistem uma neutralidade científica no espaço enquanto *objeto*: este realiza-se como político e estratégico. Se qualquer espaço apresenta uma aparência neutra, puramente formal e indiferente em relação ao conteúdo é porque já foi devidamente ocupado e ordenado por estratégias por vezes tão antigas que já nem deixam vestígios localizáveis (LEFEBVRE, 2016b). Para Garcia (2012), se como propõe Lefebvre, a cidade se realiza como o lugar das

transformações sociais, e uma *revolução social* só poderá ocorrer considerando o contexto urbano, a conquista da igualdade de gênero e de raça, nesse sentido, demanda também a conquista do espaço.

O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Esta se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo e explorá-lo. (LEFEBVRE, 2016b, p. 60)

O avanço da industrialização nos espaços urbanos que parece a princípio uma passagem natural, sem intenções ou vontades é na verdade impulsionado por setores, classes e frações de classe que intervêm de modo ativo e voluntário neste processo, uma vez em posse dos meios de produção, gerando “*não apenas o emprego econômico do capital (...), como também a sociedade inteira, com o emprego de uma parte das riquezas produzidas na ‘cultura’, na arte, no conhecimento, na ideologia*” (LEFEBVRE, 2016a, p. 23). As classes dominantes envolvidas no processo de industrialização e urbanização das cidades produzem mais do que aportes materiais urbanos, como também substratos ideológicos que sustentam essa materialidade, postulados na “racionalidade da cidade” – que não é em si *da cidade*, mas a ela atribuída, como pontuado anteriormente. É nesse sentido que podemos visualizar as forças que regem e ordenam a cidade: estas se demonstram pela arquitetura urbana enquanto produto – valor de troca – mas também pelas leis instituídas por ofícios ou ainda na qualidade de leis verbais, restringindo a possibilidade de ser *cidadino* a um grupo específico e pequeno de pessoas, encontrando sua oposição na classe operária em suas diversas camadas e grupos. A industrialização então atua atacando a realidade urbana pré-existente na cidade, destruindo-a pela prática e pela ideologia, permitindo que a cidade-produto se amplie e se generalize sob a orientação da ideologia da mercadoria. O valor de uso da cidade, a vida urbana e o tempo urbano, encontram sua oposição no valor de troca, nos espaços comprados e vendidos, no consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos (LEFEBVRE, 2016a). Não obstante,

[...] a planificação urbana ao instituir políticas que demarcam espacialmente quais as áreas valorizadas e periféricas, as residenciais e comerciais, as administrativas, as de lazer e turismo, bem como as mudanças geradas por alterações ou deslocamentos das atividades próprias a essas áreas, repercute diretamente sobre a esfera do trabalho. (FORTE; RODRIGUES, 2004, p. 244 *apud* DURÃES, 2013, p. 90)

A urbanização, para Lefebvre, se constituiu no capitalismo enquanto fenômeno de classe: nessas proposições, as cidades em si emergiram de uma concentração social e geográfica de produto excedente. Para David Harvey (2012), capitalismo e urbanização estariam assim intimamente ligados ao seguirem a mesma lógica de mobilização do produto excedente, tendo a urbanização operado de maneira ativa nesse processo. O mercado habitacional e o processo de urbanização têm sido os principais responsáveis pela estabilização econômica a nível global e local, e assim, parte da remodelagem do espaço urbano envolve, para além das mudanças na infraestrutura, a construção de uma vida pessoal e urbana que atenda às novas formas da cidade, como os centros de consumo (HARVEY, 2012). Tal como a cidade, a própria qualidade de vida no espaço urbano ganhou status de mercadoria, uma vez que o consumismo, o turismo, e a indústria da cultura tornaram-se aspectos fundamentais para a economia política urbana. O aumento no número de galerias, *shoppings* e centros comerciais voltados para o consumo evidencia a experiência urbana pautada na liberdade de escolha daqueles que *podem consumir*. Esse movimento expressa a ostensiva presença da ética neoliberal, individualista e possessiva, na qual a defesa da propriedade se torna interesse político superior (HARVEY, 2012, p. 81). Orientada a partir dessa lógica, a cidade se fragmenta em suas formas espaciais: surgem comunidades fechadas, espaços públicos privatizados constantemente vigiados, bairros riquíssimos e nos quais estão disponíveis todo tipo de serviço, bem como periferias com construções precárias e sem acesso a serviços e direitos básicos (Idem).

Sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis de se sustentar. A redistribuição privada através da atividade criminal ameaça a segurança individual a cada momento, induzindo demandas populares por repressão policial. Mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no interior do qual e a partir dele movimentos sociais progressistas poderiam surgir, parece implausível (HARVEY, 2012, p. 82).

Muito embora o argumento de como a industrialização e urbanização características do regime capitalista moldaram o espaço urbano atendendo aos interesses das classes dominantes seja pertinente, há outros aspectos presentes nessa ordenação que, de igual forma, orientaram a organização da cidade atrelando-se a essas premissas para efetivar uma racionalidade também segregatória. Estes podem ser também identificados na dinâmica dos espaços, alterando conseqüentemente a qualidade das relações que ali se dão. Nestes escritos, os outros aspectos elencados são aqueles intrínsecos às categorias raça e gênero, especialmente porque protagonistas desta pesquisa estão inerentemente sujeitas a eles, afinal, são elas *mulheres negras* – embora isso não signifique que inexistam outros aspectos presentes no contexto urbano que, de igual modo, atravessem a dinâmica das relações com e no espaço. A discussão acerca dessas duas categorias quando no plano do espaço dizem respeito não apenas às possibilidades de uso, mas também à ordenação da cidade na sua materialidade, indo desde a constituição dos territórios à elaboração das suas sociabilidades. Ambas as categorias surgem no capitalismo para potencializar e sustentar um regime econômico fundamentalmente desigual a nível global sendo crucial considerar sua presença no espaço e a forma como operam nessa dinâmica, seja no sentido histórico ou sociológico.

### 2.1.1 Raça e gênero na organização do espaço urbano

A distribuição dos sujeitos pela cidade, nos termos de Lefebvre e Harvey, ocorre fundamentalmente a partir da perspectiva da classe social, em um processo intimamente ligado à valorização – *mais-valia* – dos espaços e ao consumo. Assim, os centros urbanos, além de concentrarem riquezas e o poder das classes dominantes, organizam também o fluxo de informações, de cultura, de lazer, etc. e impõem às periferias mais do que pobreza monetária, o que apresenta um olhar já conhecido acerca da desigualdade urbana. Mas para Mariana Panta (2018), os aportes marxistas que vão fundamentar as ideias de estudiosos como Lefebvre e Harvey acerca da estruturação urbana, estabelecendo a dimensão econômica como que quase a única determinante do processo de segregação das cidades, deixam escapar outros fenômenos complexos que participam igualmente desse processo

segregatório, como a questão racial. Para essa autora, o viés econômico sozinho não é suficiente para explicar esse processo visto que, ainda que negros e brancos se encontrem em condições econômicas semelhantes, eles não necessariamente ocupam os mesmos territórios no tecido urbano (TELLES, 2003;2012; FRANÇA, 2014 *apud* PANTA, 2018). De todo modo, como propôs Carlos Hasenbalg (2005), a industrialização e os avanços da sociedade capitalista – como a própria urbanização – não foram suficientes para erradicar a raça como critério para organização da hierarquia social brasileira, uma vez que esta é uma categoria compatível com a estrutura capitalista e se torna um dispositivo indispensável para sua sustentação.

Embora diversos estudos acerca da segregação urbana por cor tenham sido desenvolvidos nos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XX, impulsionados pela Escola de Chicago analisando os *guettos* e periferias latinas e negras, no Brasil e na América Latina de um modo geral os estudos sobre a segregação urbana insistem na análise de fatores socioeconômicos, como a classe social e a especulação imobiliária, com pouca ênfase na questão racial (PANTA, 2018). Para esses estudiosos, a segregação urbana observada no país não seria decorrente da distribuição por raça, e a presença massiva de negros em espaços marginalizados se daria em função de sua presença majoritária nas classes mais baixas. Panta delimita que a ausência de estudos e problematização sociológica considerando o aspecto racial do espaço ocorre nesse sentido pois compara-se a aberta segregação estadunidense à experiência brasileira, ignorando as especificidades históricas, políticas, socioeconômicas, culturais e urbanas do Brasil, bem como os distintos processos de colonização e escravização. Para a autora, ainda nesse sentido, propor que negros ocupam majoritariamente periferias, favelas e outros territórios de pobreza na cidade em função de sua condição econômica sem se comprometer verdadeiramente com a análise dessa problemática é reproduzir e reforçar uma vez mais o mito da democracia racial freyriano.

A dificuldade em reconhecer o papel do racismo na segregação urbana do Brasil tem origem no escravismo colonial e no racismo *velado* que dele se originou, que se distingue do modelo de apartheid social juridicamente atestado presente nos Estados Unidos e na África do Sul, muito embora o modelo brasileiro seja

igualmente eficaz e institucionalizado, além de difuso no tecido social, nos níveis psicológicos e econômicos, na política e na cultura nacional (NASCIMENTO, 1978 *apud* PANTA, 2018). Na atualidade, os espaços que, como descritos por Lefebvre, constituem os centros de informação, de poder, riqueza e prestígio no Brasil são incontestavelmente territórios brancos, vide sua presença majoritária na condição de moradores, habitantes ou de cidadãos, ao passo que no extremo oposto, os espaços periféricos, insalubres, precarizados e empobrecidos são territórios negros, que em igual maioria, concentram-se nas favelas, vulneráveis ao estigma e à violência que os atravessa. A população negra se faz presente nos centros urbanos apenas sob a condição de marginalizada de pessoa em situação de rua, invisibilizada e empobrecida, sem direitos e indesejada. A segregação urbana dos negros no Brasil é, em si, fruto do processo de marginalização histórica baseado em ideais eugenistas impostos a esta população através de políticas urbanas fundamentadas nesses mesmos preceitos, sobretudo no pós-escravidão, dando continuidade ao modelo marginalizante no qual o negro é o grupo social indesejado (PANTA, 2018) – prerrogativa que orientou as políticas que constituíram o mercado de trabalho nascente no Brasil revelando, sob outro prisma, a relação intrínseca entre urbanização e industrialização proposta por Lefebvre.

Mas não apenas a raça pode ser reconhecida como fator que influencia a constituição da organização da cidade ao lado dos determinantes de classe. Embora haja ainda poucos estudos nesse sentido, tornou-se recorrente, seja em formulações acadêmicas ou nos ativismos a eles articulados, a problematização das questões de gênero que circunscrevem a relação que as mulheres estabelecem com os espaços públicos (SADER, NICOLETE & GOMES, 2019). Raquel Rolnik (2007) que o mesmo processo de segregação que organiza a constituição dos territórios reorganiza o espaço da moradia como domínio da vida privada e do núcleo familiar sob a égide da intimidade, implicando em “*uma micropolítica familiar totalmente nova*” e “*uma redefinição da relação espaço privado/público na cidade*”, e assim sendo, “*a vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela*” (p. 49). Para a autora, a partir dessa reordenação, surge um padrão burguês de habitação: uma arquitetura do isolamento que elenca uma

oposição entre a casa e a rua, na qual a rua é o lugar do perigo, da mistura de classes, sexos, idades e posições na hierarquia social, ao passo que a casa é o território íntimo e exclusivo, deslocando o espaço público das ruas e levando-o para as salas de jantares e de visitas, para o qual surgem lugares ainda mais íntimos e privativos, quartos e cômodos ainda mais distantes das ruas e das diversidades.

Sennet (1998) considera o século XIX o palco do esvaziamento dos espaços públicos e da ênfase que passa a ser dada ao território privado. Afirma ele que “o fato de estarmos em privacidade, a sós ou com a nossa família e amigos íntimos, tornou-se um fim em si mesmo”. Tais subjetividades produzidas naquela época foram se impondo cada vez mais ao longo do século XX, período em que os espaços públicos são ostensivamente desqualificados, vistos como ameaçadores perigosos e por conseguinte, tornam-se áreas de risco, ou seja, zonas que devem ser evitadas (COIMBRA, 2001, p. 94)

Rolnik pontua que, observando esse movimento sob o prisma da micropolítica da família, essas mudanças impulsionam a organização da família nuclear burguesa que afasta a mulher da produção e do contato e dos assuntos do mundo exterior, tornando-a rainha deste pequeno reino isolado. A história da segregação do espaço se liga à história do confinamento familiar e à morte do espaço da rua como lugar do cotidiano, fundamentados na ideologia econômica e política. Embora esse modelo de habitação tenha se tornado norma na sociedade, Rolnik pontua que no território popular a superposição de funções e o uso coletivo do espaço é uma importante estratégia de sobrevivência, e nesse sentido, o contraste entre o território definitivamente burguês e o popular caracterizaria o cerne da segregação espacial – que em si é *socioespacial*, representando uma perspectiva de classe interseccionada pelos conflitos de gênero ao reconhecermos que mulheres pobres dependem muito mais da possibilidade de se movimentar pelos espaços para a manutenção de sua subsistência. Observa-se assim a ascensão do domicílio como esfera privada, onde a mulher é a figura principal, responsável por seu ordenamento, e a depender da classe a qual pertence, pela sua manutenção e a manutenção daqueles que ali habitam, sejam adultos, crianças ou idosos, no trabalho doméstico e de cuidado.

Tal fato implicaria diretamente nas premissas que modulam o pertencimento da mulher à esfera doméstica, o que atravessa não apenas sua movimentação pelo



espaço como também a forma como este espaço é concebido. Rodrigues (2017) propõe que a divisão público-privada, concebida na antiga *pólis* grega, pode ser tomada por uma perspectiva de gênero que, perpetuada na estrutura social, atravessa os espaços da cidade na antiguidade para ser adaptada e atualizada para a divisão público-doméstica. A partir dessa dicotomia, a autora pontua que o fato de as mulheres terem sido ao longo dos séculos restringidas ao âmbito doméstico enquanto os homens foram considerados aptos a frequentar o espaço exterior ao da residência tem uma implicação também política, que inibe a participação ativa das mulheres nestes domínios. Quando pensamos nas mulheres negras, o que se tem é uma dupla exclusão dos processos de decisão e dos espaços da cidade, atrelados às categorias de raça e de gênero. A cidade, sob efeito, foi exclusivamente pensada para a circulação dos homens-brancos, constituindo um espaço comum masculino seja na sua arquitetura ou nos seus fluxos, idealizado sob a lógica patriarcal fundamentada na exclusão das mulheres nos processos de decisão (GARCIA, 2010 *apud* RIBEIRO & D'AVILA, 2019). Para a mulher, a casa, para o homem a rua – basta equiparar a conotação dos termos “homem público” e “mulher pública” no contexto cultural (SADER, NICOLETE & GOMES, 2019).

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva também contribuir com a análise da categoria gênero no que diz respeito à ocupação da cidade e do espaço público, de modo a compreender os seus efeitos no uso que as mulheres fazem do espaço urbano, uma vez que isso atravessa diretamente sua relação com a cidade em termos materiais e políticos. Tuize Hoff (2018) propõe analisar a cidade e a segregação urbana a partir de uma epistemologia feminista, admitindo a dimensão relacional do espaço urbano na qual gênero surge como um dos aspectos que restringem a participação na vida cidadina. Hoff compreende que a discussão sobre a construção da cidade envolve, para além da reivindicação de serviços públicos que liberem as mulheres para o mercado de trabalho, como escolas e creches, tornar necessário a compreensão da dinâmica social que envolve gênero e a participação das mulheres na cidade através de suas vivências. Assim, “*surge a necessidade de olhar para a dinâmica da segregação urbana por um outro prisma, a partir das vivências e falas das mulheres segregadas, na tentativa de emprestar uma*

*nova dimensão aos conceitos já estabelecidos a esse respeito*” (HOFF, 2018, p. 16). O pano de fundo metodológico pontuado por ela como ponto de partida para a compreensão deste processo envolveu, não obstante, a negação da suposta neutralidade técnica e científica em nome de uma perspectiva feminista do espaço (p. 17). Cabe dizer que, como aponta Hoff, os estudos que investigam as questões de gênero no espaço urbano e na constituição das cidades ainda são escassos e limitados.

No âmbito das contradições das relações sociais de sexo e de gênero, estão em jogo questões simbólicas e culturais que determinam como as instituições, a economia, a política, e a própria sociedade se comportam e lidam com as desigualdades. E esse aspecto perpassa também o campo do urbanismo no Brasil, pois dificilmente encontramos estudos de fôlego sobre a cidade que considerem a perspectiva de gênero (TAVARES, 2012, p. 52 *apud* HOFF, 2018, p. 23).

A discussão exposta neste trabalho ganha assim relevância por também se instituir em uma perspectiva ainda pouco explorada acerca da relação entre gênero e o espaço público. Importante dizer que raça, classe e gênero se encontram a todo instante atravessadas, alimentando-se mutuamente quando adentramos a discussão sobre corpo negro feminino que movimenta-se pelos espaços. De modo geral, a segregação urbana surge representando a materialização de uma ideologia cujo objetivo é definir e limitar os espaços para distintos fins, utilizando para isso diferenças transformadas em desigualdades, tornando-as práticas através de artifícios físicos, sociológicos e subjetivos. Conhecer suas raízes históricas torna-se imprescindível para a discussão que se desenvolverá neste capítulo.

#### 2.1.2 A constituição do espaço urbano em Campos e o aspecto racial: uma breve análise

Considerada uma cidade interiorana de médio porte e localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes possui atualmente uma população estimada de 516.643 habitantes<sup>21</sup>, majoritariamente jovem. Sua história é marcada pela produção de cana-de-açúcar, ganhando destaque nacional nesta atividade, cujo declínio impulsionou mudanças significativas no desenho demográfico da região. Nas últimas décadas, segundo Assis (2011), sua economia

---

<sup>21</sup> Segundo estimativa do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html>>. Acesso em 21/02/2022.

tem fundamentado-se na construção civil e no comércio varejista, além da expansão do setor petrolífero e da arrecadação dos royalties.

**Figura 11 - Mapa de Campos dos Goytacazes**



Fonte: ResearchGate.

Para compreender os contornos históricos da constituição das cidades brasileiras, e igualmente da cidade de Campos tendo em mente, a princípio, o aspecto racial, precisamos operar uma análise que se dá em duas frentes: primeiro, a compreensão das políticas higienistas articuladas aos anseios de uma classe dominante e os impactos desta política na presença das pessoas negras no espaço urbano; e segundo, a exposição dos outros aspectos presentes na dinâmica de ocupação dessa população na cidade considerando seus próprios anseios, afinal, os crescentes estudos históricos do período escravista e do pós-abolição já são suficientes para lançar por terra a ideia de que a população negra esteve ao longo deste período em posição de passividade quando diante dos anseios da burguesia branca nacional. Outro ponto é que, embora estejamos aqui sublinhando a experiência da constituição do espaço urbano, não é possível realizar uma análise profunda sem considerar, para isso, o contexto do campo, especialmente quando observa-se que as alterações do mundo do trabalho rural estiveram intrinsecamente relacionadas às transformações do campo e da cidade, alterando a constituição do centro urbano do município em questão – além do fato de, diferente dos centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo do século XX, Campos dos Goytacazes ainda relatar uma história em muito atravessada pelas questões rurais.

De todo modo, é importante analisar o processo de organização urbana das cidades brasileiras reconhecendo o impacto das políticas urbanistas do Rio de Janeiro durante o período que compreende o final do século XIX e o início do século XX, uma vez que o então distrito federal, ao lado de São Paulo, tornou-se naquele momento modelo de cidade ideal e moderna a ser seguido pelas outras cidades do país em seus projetos urbanísticos, inclusive Campos. Para Rolnik (2007), a história das cidades brasileiras é marcada pela marginalização e estigmatização dos territórios negros, os quais ela define não apenas a partir da história de sua exclusão, como também por meio da singularidade constituída nestes, como obra vivida e coletivamente construída<sup>22</sup>. Rolnik reconhece que a história destes territórios remete inegavelmente ao período escravista e à localização dos negros no espaço nesse contexto: no período apontado, a rua era território dos escravizados que circulavam intensamente pelos espaços das cidades exercendo suas atividades cotidianas em funções inerentes ao trabalho escravo nas cidades. Para além de possibilitar o acesso à liberdade, seja pelo trabalho ou pelas vias institucionais, a cidade oferecia uma chance maior de anonimato para os escravizados fugitivos das fazendas do interior, consolidando-se enquanto lugar de socialização e sobrevivência negra paralela à escravidão.

Como já discutido, o processo de marginalização da população negra no pós-abolição também pode ser identificado na distribuição dessa população pelo espaço urbano, sendo marcadamente gritante na cidade de São Paulo em comparação ao Rio de Janeiro, embora ambas tenham refletido de igual modo as premissas desse período. Os núcleos urbanos negros – ou *quilombos urbanos*, como proposto por Rolnik – que surgiam nas cidades já no final do século XIX eram apontados pela ideologia vigente como lugares indisciplinados e sem organização em função da não-proletarização da sua população, uma justificativa para o estigma que lhes era imputado. As práticas, a tradição e a religião africana eram vistas como credices e imoralidades atribuídas ao território e à população que nele habitava, e cada vez mais a presença de negros na cidade passava a ser repreendida através de códigos

---

<sup>22</sup> Alex Ratts (2007) propõe, à partir de Lélia Gonzalez, que se existem lugares de negro, constituídos pela segregação racial, há lugares negros, onde indivíduos e grupos negros se identificam, se reconhecem e são reconhecidos.

de posturas municipais, proibindo batuques, terreiros e até mesmo a circulação das famosas quituteiras.

De forma mais ou menos intensa, as duas cidades viveram, na virada do século, uma transformação profunda que repercutiu, em um primeiro momento, no crescimento populacional e no aumento da densidade demográfica, mas que significou, também, um embranquecimento e uma intensa redefinição territorial. Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. Um dos principais alvos de intervenção foram, nas duas cidades, justamente os territórios negros. A violência dessa transformação foi maior no Rio de Janeiro, não só porque a cidade era maior e mais importante, mas sobretudo porque, na virada do século, era ainda uma cidade muito negra. (ROLNIK, 2007, pp. 79-80)

Em um caráter notadamente higienista, unindo o enfrentamento à propagação da febre amarela à necessidade de transformar a capital em lugar *belo e civilizado* aos olhos do mundo, o espaço urbano carioca foi remodelado para o convívio da classe dominante, provocando crises de habitação e revoltas, cujo processo culmina na ocupação dos morros e no surgimento das favelas – à partir de então, até a atualidade, os lugares mais negros da cidade do Rio de Janeiro” (ROLNIK, 2007). Essa apropriação do solo urbano no Rio resulta da mistura de elementos históricos, ligados à africanidade e à experiência da senzala, como também à marginalização do pós-abolição e instauração da República. Nessa perspectiva, as favelas do Rio constituem uma historicidade que relaciona presente e passado, marcadas *pelo e no* espaço e nos conflitos presentes nele.

Passado e presente se articulam, portanto, no espaço, impondo diferentes grafias espaciais das relações raciais. Fenômenos sociais do passado imprimem marcas espaciais que se mantêm, ou constituem práticas e manifestações que permanecem no tecido social reconstruindo espacialidades. (SANTOS, 2012, p. 64).

No Rio, a proximidade entre as favelas e os bairros nobres em uma relação de dependência geraram conflitos territoriais para os quais a resposta veio na qualidade de remoções das primeiras em detrimento das segundas, através de políticas urbanas que encontraram seu ápice na década de 1960. A ideia, recorrente desde os anos 1940, ganhou impulso e subsídio durante o regime militar, removendo no Rio de Janeiro 62 favelas e transferindo mais de 175 mil pessoas para conjuntos habitacionais. Chama atenção também as principais diferenças entre

a favela e o conjunto habitacional no que diz respeito ao controle dos corpos que ali se encontram:

Exatamente no projeto de homogeneidade, simetria e repetição do espaço dos conjuntos está a ideia do esquadramento possível da população, que se opõe frontalmente à imagem de caos associada à favela. Esse ponto é importante na medida em que, em termos de melhoria das condições de saneamento, acesso, infra-estrutura e equipamentos em geral, existe a opção de urbanização como alternativa à remoção. Além, evidentemente, das pressões imobiliárias pela remoção de uma ocupação pouco rentável na terra lucrativa, pesa consideravelmente o fato de se tratar de um território singular, espaço sobre o qual não se tem controle (ROLNIK, 2007, p. 86).

Em Campos, a ordenação do espaço segundo os aspectos raciais igualmente remonta ao movimento de modernização contemporâneo a transição do regime escravista para o capitalismo moderno. Assim, o movimento urbanístico presente no Rio de Janeiro e em São Paulo pode ser visualizado pelo menos desde o fim do século XIX na cidade, como relata Teresa Faria (2008). A autora pontua que o movimento de mudanças rumo ao progresso e ao desenvolvimento da nação presente no século XIX não se deu de modo linear, uma vez que a pretensa integração do território, visando a criação de uma identidade nacional, não resolveu as contradições e os contrastes entre as cidades que estavam preparadas para receber o sistema capitalista e aquelas que até então encontravam-se dependentes das tradições agrícolas. Campos dos Goytacazes estava entre essas duas realidades: buscava a adequação à nova ordem urbana e mantinha antigos modos de vida, atrelados ao campo, sendo sua realidade urbana fruto da relação entre esses dois mundos. A introdução de novas tecnologias e produtos industrializados alterou não apenas o espaço urbano, mas a vida urbana, expressas na paisagem e arquitetura da cidade, na organização do espaço e nas alterações de sua estrutura social.

Na cidade foram empreendidas obras de infraestrutura de grande porte, a maioria utilizando a tecnologia com participação do capital inglês. Pântanos eram saneados, praças foram niveladas, abriram-se novas ruas e, doravante, surgiram as primeiras pavimentações em pedra de granito (FARIA, 2008, p.41)

Ainda que em 1872 a população rural de Campos ultrapassa-se e muito a população urbana da cidade, a zona urbana já contava com um grande número de instalações comerciais, casas, escolas, as ruas do centro contavam com iluminação

a gás e surgiam nesse contexto personagens cada vez mais identificados com o cenário urbano e os novos papéis nascentes dele. *“A explosão do mundo urbano provocou significativamente a identificação de seus habitantes com a cidade”* (FARIA, 2008, p. 42). Faria evidencia não apenas o investimento de capital público e privado para a ampliação do cenário urbano, como também o fato de que esses investimentos foram marcados pela presença de uma racionalidade que objetivava inserir a cidade nos circuitos de modernização e desenvolvimento nacional, contrastando a dicotomia cidade/campo e alterando a composição social e morfológica da cidade. No transporte, a introdução de máquinas a vapor otimizou o fluxo de mercadorias e pessoas, bem como o comércio e os negócios na cidade, por meio das embarcações e pelo transporte ferroviário. Entre 1870 e 1890, se intensificou o transporte de embarcações pela criação de linhas que ligavam Campos a Macaé, São João da Barra, Imbetiba e a cidade do Rio, facilitando a circulação de indivíduos e informações, bem como as novidades mais recentes do mundo europeu. A construção da ponte de ferro sobre o rio Paraíba em 1873 integrou essa região, considerada rural, ao desenvolvimento urbano, expandindo a cidade por meio da adição de bairros. As estradas de ferro também cumpriram importante papel na transformação da cidade, constituindo importantes redes de comunicação, diversificação e heterogeneidade social, além de serem imponentes símbolos de modernização e industrialização. As transformações no tecido urbano diversificaram as funções urbanas campistas, atraindo diversos profissionais liberais, empresas, comércios e bancos de outras regiões e do exterior, abrindo possibilidades para setores da indústria e alterando a vida individual, social e cotidiana dos moradores. Para Faria, os novos usos e práticas dispostos na cidade nesse período criaram uma nova ordem que evidencia, por sua vez, as contradições entre o urbano e o rural, alterando a composição social e morfológica da cidade por meio da introdução de novos valores: o da burguesia nascente.

Quando observamos essa estrutura urbana e seu desenvolvimento sob o aspecto do escravismo e sua transição para o trabalho livre, nos deparamos com outras questões que contextualizam igualmente a organização da cidade no então período. Como propõe Rafaela Machado (2012), o maior contingente de

escravizados na cidade de Campos concentrava-se nas lavouras, e uma das principais preocupações das elites rurais à época da abolição dizia respeito à mão-de-obra nas plantações, esforçando-se para manter os ex-escravizados nos seus respectivos postos após o fim do regime escravista. A constituição sócio-espacial da cidade, segundo a autora, em muito se atribui à cultura da cana-de-açúcar iniciada por volta do século XVIII, sendo esta a principal responsável pelo desenvolvimento econômico campista. Diferente de outras zonas açucareiras do país, esta produção era realizada em um regime de pequenas propriedades que dominavam a produção econômica com o excedente de sua produção, utilizando pequeno número de escravizados e maquinarias simples. Machado pontua que as relações de produção que se desenvolveram ao longo da história da cidade de Campos, desde quando ainda Vila de São Salvador<sup>23</sup>, imprimiram características distintas à relação entre senhor e escravizado. Naquele momento em que os donos de engenho contavam com um número reduzido de escravizados, os poucos recursos os levavam muitas vezes a desenvolver uma espécie de *produção familiar*. Com o aumento da produção ocorrido na segunda metade do século XIX, caracterizado pelo capitalismo pré-industrial, o enriquecimento dessas classes altera significativamente tal modo de produção, que passa a contar com mais escravizados e permite que esses grupos de senhores posteriormente mudem-se para as regiões urbanas, deixando suas propriedades sob o cuidado de feitores e administradores e levando consigo escravizados de ganho e domésticos.

Esse processo já expõe um primeiro momento característico na cidade: a migração da população branca enriquecida pela produção canavieira para o centro urbano, contemporâneo à modernização da zona urbana campista, enquanto a massa de escravizados permanecia nas zonas rurais. As riquezas geradas por essas transformações ao longo do século XIX – substituição de moendas de madeira pelas de ferro, substituição da tração animal e dos engenhos de água pelas máquinas a vapor, turbinas e processos a vácuo na fabricação do açúcar que

---

<sup>23</sup> Um dos muitos nomes da cidade e Campos ao longo da história: Em maio de 1677, a então capitania de São Tomé, durante a colonização, ganhou o status de Vila de São Salvador dos Campos, abreviada para Vila de São Salvador. A elevação de vila à cidade veio apenas em 1835, onde recebeu o nome de Campos dos Goytacazes.



impulsionaram a modernização das usinas – se concentravam nas mãos de poucos usineiros e donos de engenhos que compravam a produção dos pequenos produtores locais e revendiam-as às usinas. Cabe lembrar que, com o crescimento das grandes usinas de cana-de-açúcar ao longo do século XIX e XX, as pequenas produções familiares foram cada vez mais suprimidas, forçando famílias de populações brancas mais empobrecidas a migrarem também para as zonas urbanas em busca de novas oportunidades nos setores nascentes. Essas mudanças acompanhavam as transformações do Rio de Janeiro como um todo, e, assim, ao fim do século XIX, as mudanças na economia da cidade a levam a fase pré-industrial do capitalismo, deixando para trás o capitalismo mercantilista e agrário, exigindo emprego de altos capitais para dar início a era dos grandes engenhos a vapor na região: é inaugurado assim famoso o ciclo do açúcar campista (MACHADO, 2012). O crescimento econômico alterou a paisagem da cidade, cada vez mais urbana, e os seus contornos demográficos:

(...) sua população que era, em 1825, no perímetro urbano, de 7.000 habitantes, aumentaria em 1856 para 16.657 (sendo 7.890 pessoas livres e 8.677 escravos), mesmo após a terrível epidemia de *cóleramorbus* que ali grassou um ano antes, para ser de 19.520 habitantes em 1873, entre os quais se contavam 11.279 pessoas livres, 8.009 escravos e 232 ingênuos, que nos vem mostrar que, em menos de cinquenta anos, seu contingente populacional quase seria triplicado (OSCAR, 1985, p. 125 *apud* MACHADO, 2012, p. 101)

Não obstante, a aliança entre o movimento abolicionista campista e os escravizados já engajados na luta pela liberdade descrita anteriormente impulsionou também a migração de escravizados para as zonas urbanas, abandonando os trabalhos na lavoura. Instigados pelos abolicionistas, em março de 1888 escravizados de muitas fazendas da região deixaram as zonas rurais em direção à cidade, em um evento com proporções de êxodo, como relata Machado. Àquela altura, à beira da abolição, seus senhores não tinham condições de impedi-los. Retiravam-se sem grandes conflitos ou impedimentos das fazendas, muito embora, de acordo com estimativas feitas à partir da leitura do Correio de Cantagallo, não mais que 10% dos ex-escravizados tenham deixado suas respectivas fazendas no momento imediato ao pós abolição (MATTOS *apud* MACHADO, 2012).

Emilia Viotti da Costa afirma que muitos ex-escravos abandonaram as fazendas e foram se estabelecer em terras aparentemente sem donos. Outros foram viver com parentes, amigos ou conhecidos em outras cidades. Outros, ainda, sem alternativa, acabaram voltando para as fazendas. Na realidade, “a maioria, aparentemente, não chegou a abandoná-las e depois da abolição continuaram vivendo nas mesmas senzalas, fazendo o mesmo trabalho e ganhando ele um mísero salário” (MACHADO, 2012, p. 200)

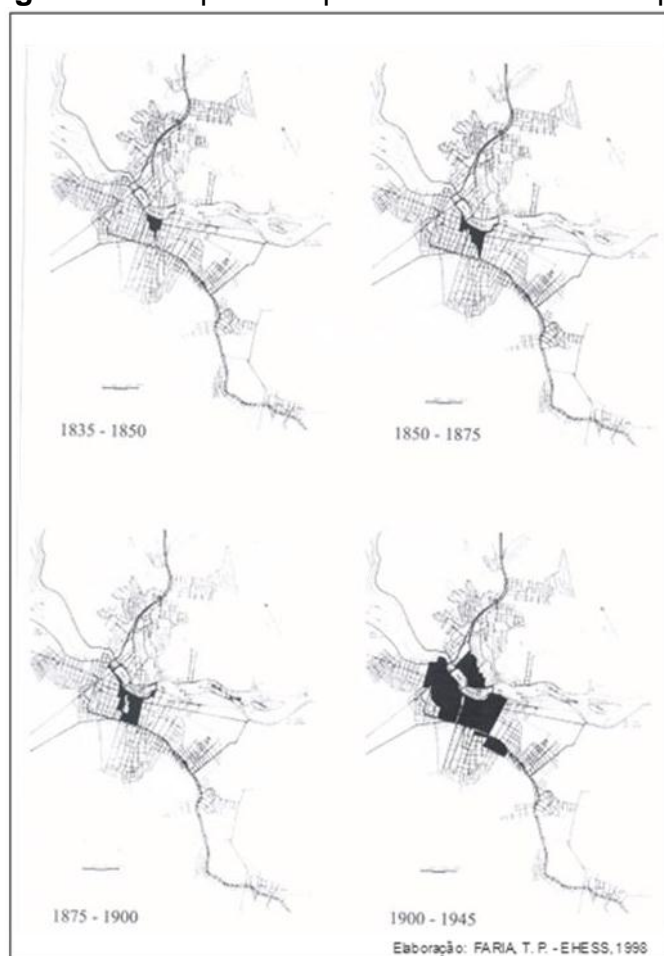
Assim, ao final do século XIX e no início do século XX, ainda que fosse possível encontrar uma quantidade relativamente grande de pessoas negras nos perímetros urbanos, a maior parcela desta população encontrava-se nas zonas rurais, em atividades relacionadas ao cultivo nas lavouras de cana-de-açúcar. Esse cenário começa a se alterar por volta da década de 1940 com o declínio da agroindústria açucareira, que passou a concorrer diretamente com a produção de cana-de-açúcar de São Paulo. Neste contexto, a cidade experimentou um aumento exponencial no êxodo rural, recebendo a população oriunda tanto de suas zonas rurais quanto de outros municípios menores, para qual não desenvolveu políticas urbanísticas e de habitação, e nesse sentido, o aumento populacional teve uma relação direta com o surgimento de periferias em condições de ocupação irregular (TAVARES & CARVALHIDO, 2019). Na década de 1950, consta-se a presença das primeiras favelas da cidade: Tamarindo, Aldeia, Bela Vista e Rio Ururaí, e em 1978, já são contabilizadas outras dezessete, dentre as quais Baleira, Tira-Gosto, Oriente e Fundão. Não obstante, embora o número de favelas não tenha aumentado, mantendo-se em 32 nos CENSOS de 1991 e 2000, o aumento demográfico provocado por migrações cidade-campo ou entre favelas pode ser visualizado no contingente populacional destes territórios (Idem).

Segundo Faria (2005) é na década de 80, devido a somatória de vários fatores, dentre eles a falência das usinas de açúcar e o inchaço urbano oriundo da falta de trabalho no campo e a precarização do mercado de trabalho na cidade, a favelização torna-se uma grande problemática para a cidade. A urbanização do mercado do trabalho segundo Cruz (1992) da forma que se deu em Campos introduz o trabalhador num universo de instabilidade, insegurança e desamparo. (...) entre 1970 e 1991 a população urbana de Campos/RJ cresceu 89,19%, enquanto a população rural diminuiu 51,59%. Em aproximadamente vinte anos, a cidade é totalmente redesenhada em função das novas relações de trabalho. (SILVA, 2018, p. 115)

O CENSO de 2010 por outro lado apresenta uma diminuição no número de favelas campistas, decorrente das políticas que operavam pela “desfavelização” de

localidades através da construção de casas populares, rearranjando famílias de diversas comunidades desde 1999 (ARRUDA, 2014 *apud* TAVARES & CARVALHIDO, 2019). Não obstante, a expansão do perímetro urbano se deu em íntima relação com a crise do setor agrícola provocado pela falência das usinas, sendo ocupadas então as terras da antiga elite agrária.

A partir do fim dos anos 1960, houve a construção, na periferia, de conjuntos habitacionais do BNH, pelo Sistema Nacional de Habitação, iniciando o crescimento dos bairros periféricos, além da criação de outros, que surgiram a partir dos conjuntos. Temos, como exemplos, o Conjunto Habitacional João XIII (1967), desenvolvendo o bairro Parque Nova Brasília; o Conjunto Habitacional Santo Amaro (1977), que originou o bairro Parque Santo Amaro; o Conjunto Habitacional da Penha (1983), originando o atual bairro da Penha; entre outros. Esses conjuntos foram construídos em antigos canaviais. O Conjunto Santo Amaro, por exemplo, foi construído em terras pertencentes à Usina do Queimado. Já o Conjunto da Penha pertencia à antiga Usina Santo Antônio (POHLMANN, 2020, p. 79).

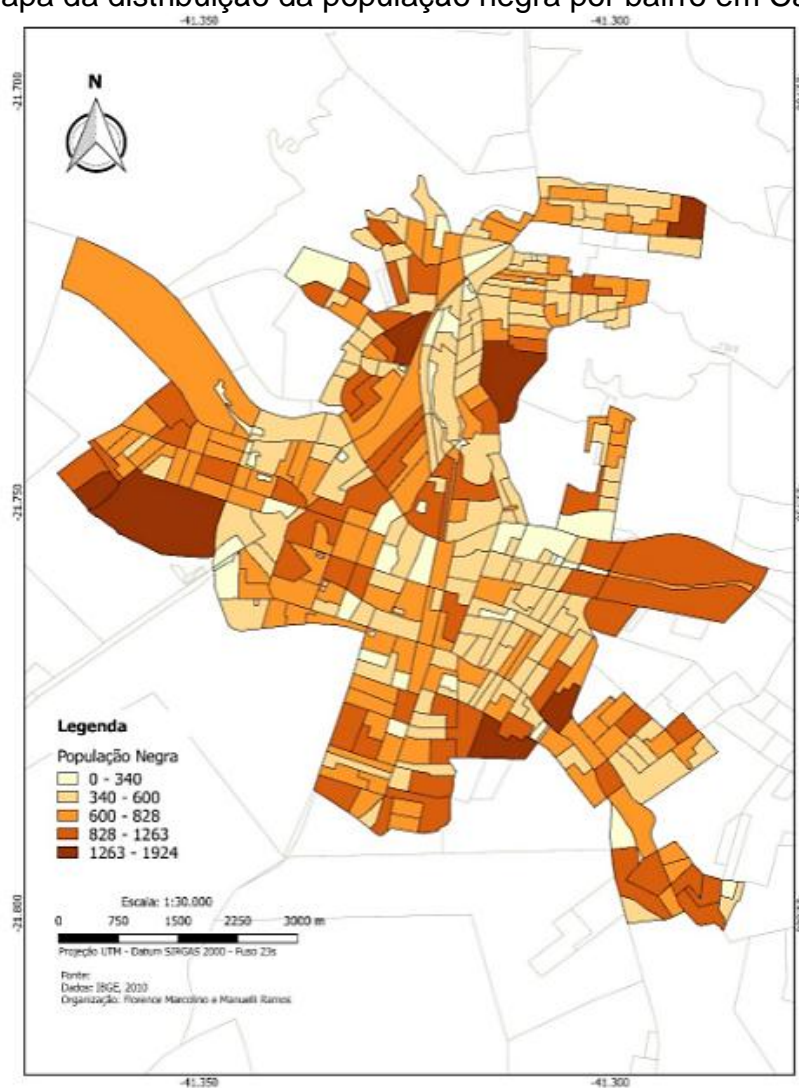
**Figura 12 - Mapa da expansão urbana de Campos**

Fonte: FÁRIA, 1998 *apud* POHLMANN, 2020.

A breve história aqui apresentada acerca do crescimento experimentado pela cidade de Campos entre o século XIX e XX permite visualizar uma reorganização do município como um todo, com ênfase para a dinâmica cidade-campo, intrinsecamente atravessada pela questão racial. Se no momento pós-abolição, o contingente majoritário da população negra recém-liberta concentrava-se nas zonas rurais, em diferentes momentos pudemos visualizar a sua migração para as zonas urbanas ocupando espaços periféricos, com ênfase no período de declínio e falência das usinas de cana-de-açúcar, cujo ápice no século XIX impulsionou o desenvolvimento urbano da cidade. A constituição demográfica da cidade na atualidade reflete inegavelmente essa condição, concentrando a maior parte da

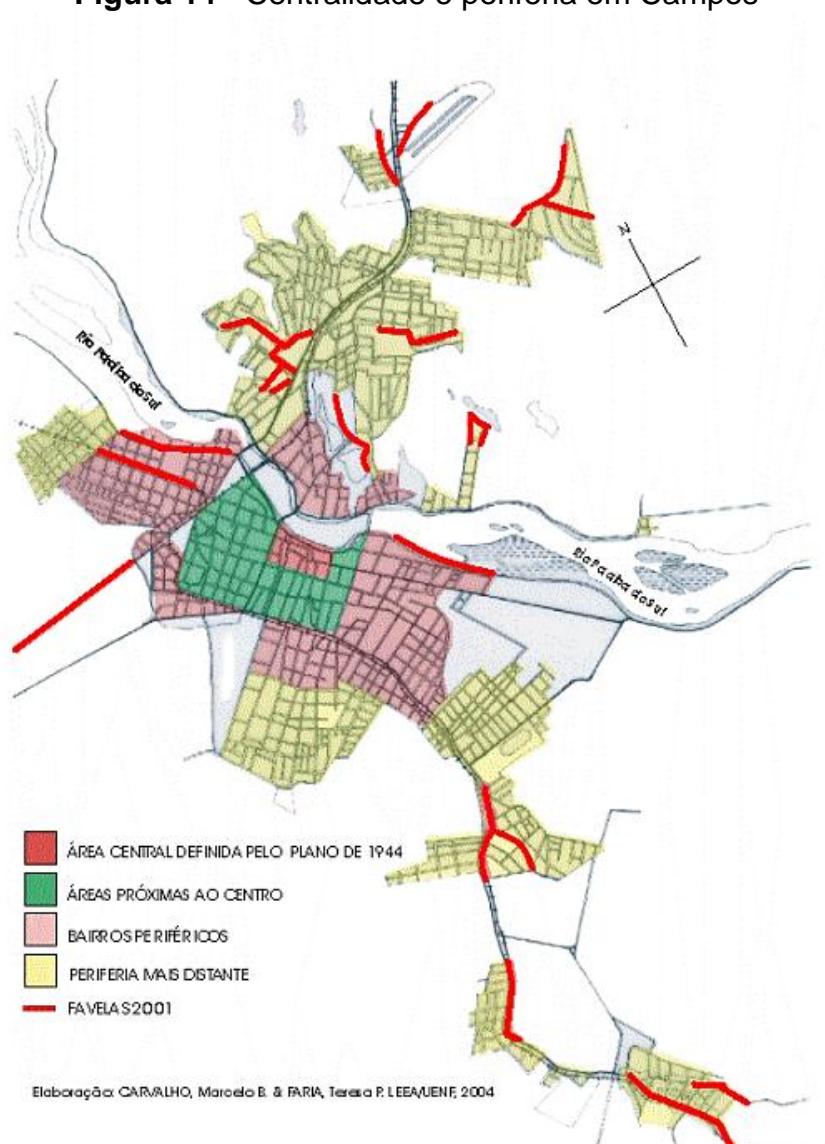
população negra nas zonas urbanas periféricas, tornando-se cada vez mais branca e abastada conforme aproxima-se do centro.

**Figura 13** - Mapa da distribuição da população negra por bairro em Campos



Fonte: ALMEIDA, 2021.

**Figura 14 - Centralidade e periferia em Campos**



Fonte: FARIA, 2004 *apud* POHLMANN, 2020.

### 2.1.3 Mulheres negras nas cidades: raça, gênero, classe e espaço urbano

Toda reconstrução histórica aqui realizada nos permite agora pensar mais nitidamente na movimentação da população negra pelos espaços, seja como migrante ou em condições temporárias no seu ir-e-vir cotidiano, colocando em pauta mais uma vez relações de espaço-tempo e demandando a compreensão do *tempo*

*vivido no espaço*, e ao mesmo tempo, do *espaço como distância demarcada pelo tempo*. No centro disso tudo, encontram-se os usos dos cidadãos. Nesse sentido, cabe demarcar que circulamos por todos os espaços, embora a constituição histórica deles e sua articulação com os aspectos econômicos por vezes limite nossa livre participação nele na condição cidadina. Os impactos da segregação espacial nos grupos sociais que opera dizem respeito tanto ao acesso a serviços quanto ao mercado de trabalho, e não por acaso, um dos principais mecanismos que fundamentam a segregação urbana é a estratificação social. De igual modo, o elo existente entre raça e espaço urbano, além de perpetuar estereótipos raciais, age reforçando a discriminação de territórios e sujeitos (VARGAS, 2005 *apud* PANTA, 2018). Renato Emerson Santos (2012) utiliza o conceito de “fronteirização” de Houtoum & Naerssen para pontuar que os aspectos espaciais, temporais e sociais presentes na complexa relação racial brasileira surgem também através de comportamentos subjetivos ou objetivos que determinam, nesse sentido, se a presença negra é aceita, *brindada* e valorizada ou tolerada, reprimida e repelida – o que indica espaços, lugares e contextos essencialmente *brancos*. Para Santos, as “fronteiras invisíveis” organizam a experiência no espaço ao definir os comportamentos aceitáveis, as possibilidades e os limites, por meio de constructos ideológicos coloniais presentes nas relações sociais.

Isso impacta as experiências de espaço, o ir-e-vir, na medida em que indivíduos e grupos subalternizados causarão, em determinados contextos, sentimentos de espanto, estranhamento e até mesmo repulsa – contextos e lugares onde sua presença é indesejada, e onde as fronteiras invisíveis se materializarão através dos comportamentos dos outros (SANTOS, 2012, p. 58).

Assim, apesar de o espaço público urbano representar a condição para a realização da vida humana, abrigando manifestações sociais, políticas e culturais (IDOVINA, 2002 *apud* SADER, NICOLETTE & GOMES, 2019), sua degradação, restringindo a possibilidade de ocupa-lo, seja pela arquitetura hostil ou pela ação deliberada dos habitantes do lugar, gera inseguranças e empecilhos que impossibilitam que a cidade seja reivindicada e ocupada enquanto espaço público de direito. A especulação imobiliária é então apenas um dos muitos mecanismos que empurram a população negra para as margens da cidade, o que pode ser observado na constituição histórica de territórios de pobreza, que não por acaso, são ocupados

majoritariamente por pessoas negras, revelando como raça, estratificação social e habitação do espaço se relacionam intimamente.

Mas o gênero também se torna um fator de restrição ao livre uso e habitação da cidade, especialmente quando consideramos que sua arquitetura hostil, como pontuado, por vezes contribui para a não presença das mulheres nos espaços urbanos. Ana Paula Sader, Jamilly Nicollete e Márcio Gomes (2019) observam que a arquitetura das cidades e sua organização esvaziada ameaçam a mobilidade das mulheres, forjando uma constante sensação de insegurança nos espaços públicos ao tornar suas vias abrigos para atos misóginos, como importunação sexual e às diferentes formas de violência de gênero – não por acaso, cerca 1/5 das mulheres brasileiras já foram vítimas dessa violência (ACTIONAID, 2014 *apud* SADER, NICOLLETE & GOMES, 2019), contribuindo para o que eles chamam de “isolamento voluntário” do público feminino. A separação público-doméstica outrora citada contribui para que o aspecto gênero seja ignorado na organização do espaço urbano, e o resultado disso é que as mulheres brasileira “(...) *no contexto urbano patriarcal, têm suas práticas sociais cotidianas ordenadas pela constituição espacial em que se encontram e pela construção social do que é ser mulher e a partir daí, de como devem agir*” (HOFF, 2018, p. 29). Outro ponto a ser considerado diz respeito à movimentação que as mulheres operam na cidade que, para as autoras, ocorre de modo não-linear quando em comparação a movimentação dos homens, em circuitos que envolvem frequentemente ir de casa para o trabalho, para a casa de algum parente, buscar os filhos na escola, ir ao mercado, dentre outras atribuições inerentes aos padrões de gênero socialmente estabelecidos, expressos nas atividades domésticas e no cuidado de terceiros. Segundo o IBGE<sup>24</sup>, no Brasil em 2019, as mulheres dedicaram em média 21,4 horas semanais para o cuidado de terceiros e afazeres domésticos, ao passo que nos homens esse número cai para 11 horas semanais. No recorte por raça, nenhuma surpresa: as mulheres negras dedicaram cerca de 2 horas a mais do que as brancas.

---

<sup>24</sup> Dados dos indicadores sociais das mulheres no Brasil com base na Pnad Contínua de 2019.



Decerto, a inserção das mulheres nos circuitos econômicos possibilitou a elas ampliar suas redes e circuitos nos espaços da cidade, embora ainda de modo abreviado, em contraponto a sua restrição à esfera doméstica – mas esse fato sabidamente diz respeito às mulheres brancas das camadas mais ricas da população, já que as mulheres negras encontram-se presentes no mercado de trabalho e nos fluxos urbanos desde o período colonial. Diferente das mulheres burguesas, mulheres das classes baixas – negras, indígenas e mulheres brancas empobrecidas –, sempre estiveram inseridas nos postos de trabalho de seu tempo, sendo conseqüentemente levadas a circular pelas ruas ao exercê-los. As mulheres negras foram e continuam sendo parte de um contingente que não pode ser enquadrado como “rainha do lar”, pois não somos, como propõe Carneiro (2013), rainhas de nada, mas *anti musas* da sociedade brasileira.

A permanência na “casa” e a proibição a outro trabalho que não o doméstico eram mais incisivas para as mulheres burguesas, que tinham que corresponder mais proximamente às exigências de submissão, recato e fragilidade a elas direcionadas. As mulheres de camadas populares, ao contrário, muitas vezes não eram casadas e, quando o eram, frequentemente reagiam ao companheiro – que diferentemente do burguês, nem sempre cumpria seu papel de provedor (...). (GARCIA et. al., 2010, p. 30)

Para Antônia Garcia (2012), a subalternidade de mulheres e negros na contemporaneidade, fundamentada no conhecimento hegemônico assimilado do colonialismo e do imperialismo e da premissa eurocêntrica e etnocêntrica, faz com que a discriminação contra a mulher negra baseie-se na tríplice patriarcado, capitalismo e racismo, condicionando o sistema de dominação social às engrenagens políticas, econômicas, culturais e simbólicas. Essas três estruturas não se constituem enquanto sistemas autônomos ou independentes, mas são faces de um mesmo sistema produtivo. Ao hierarquizar os indivíduos, as três categorias sociais determinam os modos de vida na sociedade atravessando a formação sócio-histórica pelo mundo e ainda constituem, através da intersecção de suas forças, a paisagem urbana do país.

A cidade tem sido concebida e organizada na lógica masculina e branca, portanto, machista e racista, que discrimina e pune duplamente a mulher negra que vive nas periferias urbanas e, assim, não contempla a diversidade que ela contém. Mulheres e negros não participam efetivamente das principais decisões sobre seu destino, sendo, portanto, uma cidade antidemocrática. Inversamente, a crucialidade das políticas urbanas requer

sujeitos políticos plurais. Em outras palavras, a inclusão do gênero e raça nas políticas urbanas será um passo crucial para ações afirmativas espaciais que incluam o fazer a cidade ao feminino e nas perspectivas de raça e classes populares. (GARCIA, 2012, p. 158)

Analisando o trabalho doméstico, segmento majoritariamente feminino e negro, e reconhecendo a relação que estas trabalhadoras possuem com o território – uma vez que quando não moram na casa dos patrões em seus minúsculos quatinhos, precisam deslocar-se das periferias onde residem para os bairros nobres onde está localizado seu trabalho –, Garcia propõe que as contradições existentes na relação intrínseca operada pelas categorias gênero, raça e classe geram conflitos que forjam distintas identidades e territorialidades. Ainda nesse sentido, o trabalho doméstico é fonte de uma preciosa perspectiva acerca da relação entre corpo negro feminino e espacialidade, como reconhece Alex Ratts (2012) ao identificar no pensamento de Lélia Gonzalez a intersecção entre gênero, raça e espaço dimensionada no corpo da mulher negra, exposto na figura da mucama proposta pela autora: a “mãe preta” vinculada ao espaço privado (doméstico) e a mulata, por outro lado, concernente ao espaço público. Gonzalez, ao estabelecer que o engendramento entre a doméstica e a mulata ocorre à partir da mucama – a escravizada doméstica que servia também aos desejos sexuais do seu senhor –, percebe que sobre o corpo negro feminino estão assentadas representações coloniais cujo efeito são notados ainda na atualidade. A segunda função da mucama – de amásia escrava – recalcada na psique popular, como propõe Gonzalez, ressurge na exaltação da malemolência perturbadora da mulata, do proibido, da hiperssexualização, ao passo que a doméstica é a face permitida mucama, presente no cotidiano e cujo trabalho têm servido ao longo dos séculos como sustentáculo das famílias brancas. A noção público-privada que restringe a participação das mulheres no espaço urbano aqui aparece como fruto da posição ocupada pelas mulheres negras no período escravista, e diz respeito à servidão doméstica e à exploração sexual, ambas materializadas na figura da mucama. Nesse sentido, pensar o deslocamento das mulheres negras nos espaços urbanos envolve, para além dos aspectos já descritos, a forma como somos vistas na sociedade, nas ruas da cidade, expressas no dito popular “*branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar*” (GONZALEZ, 2020) – e a etimologia da palavra casamento, que de

acordo com o dicionário da língua portuguesa tem sua origem relatada à palavra *casa*, parece ilustrar mais uma vez os anseios de uma psique recalcada brasileiríssima, como pontua Lélia Gonzalez.

É possível reconhecer assim que a segregação urbana atua distribuindo pessoas nos espaços, de acordo com seu grau de poder e proeminência, repelindo por meio de imposições financeiras ou atitudes comportamentais cotidianas – disseminadas pela ideologia nas subjetividades – sujeitos específicos de espaços determinados, expressos da segregação socioespacial racista, mas também nas implicações de gênero acima citadas, inclusive nas suas interseções. A cidade funciona seguindo uma lógica *classista, racista e sexista*, daí a relevância de se analisar a vida e as relações que nela se dão em suas instâncias cotidianas. Se o espaço é o lugar da história coletiva, o *espaço vivido* (SANTOS, 2006), então é possível visualizá-lo na relação que os sujeitos estabelecem ao longo do tempo, nos vínculos com outros que ali também habitam e com os passantes.

## **2.2 A vida *no e do* espaço<sup>25</sup>: agentes do lugar**

O espaço urbano, enquanto local da vida cidadina cotidiana, é o lugar onde a racionalidade da cidade materializa-se enquanto prática e, assim sendo, a descrição da rotina vivida no espaço torna visível uma organização socioespacial sob a qual o ato de *habitar* (LEFEBVRE, 2016a) pode ser lido a partir de uma perspectiva distinta. Se a cidade obedece a uma racionalidade cujas consequências finais dão origem, para além de centros e periferias monetárias e de informação, a uma dinâmica de segregação racista e sexista, é através da análise da vida cotidiana que visualizamos algumas das formas pelas quais esse ordenamento ocorre. Cabe dizer que a cidade pode operar obedecendo a esta racionalidade segregando não apenas por cor ou gênero, mas também por outros aspectos vinculados à acessibilidade de

---

<sup>25</sup>Aqui, *no e do* espaço fazem alusão à dicotomia *na e da* cidade que Magnani (2013) aponta na antropologia à partir de Geertz, na qual “o primeiro polo compreenderia aqueles estudos em que a cidade é o contexto no qual são recortados os mais variados objetos de estudo, enquanto o segundo apontaria em outra direção: a própria cidade como objeto das indagações” (p. 2) – e assim, igualmente nesta seção, observo e analiso o espaço compreendendo neste momento ambos os polos como complementares para o conhecimento da vida no lugar.

pessoas com deficiência e de pessoas mais velhas, ao preconceito e discriminação de pessoas LGBTQIAP+, dentre outras categorias.

O ponto de partida para esta análise pode ser a exposição dos trajetos que eu mesma realizava em busca das agentes desta pesquisa, sempre os mesmos. Nestes, eu evitava as ruas esvaziadas e procurava me manter nos locais de grande movimentação, e minhas primeiras incursões envolviam uma rota que não se desenhou de modo pré-determinado, mas que expressou o meu objetivo de localizar as trabalhadoras ambulantes, definindo os principais pontos onde elas poderiam ser encontradas. A princípio, não havia distinção entre as trabalhadoras de carreira e as ocasionais, como já dito, e eu buscava em meu caminhar os locais onde elas eram encontradas em maior quantidade. Após um tempo, ficou nítido que as temporárias costumam se aglomerar em espaços que têm em comum o fato de não serem passíveis de regulamentação, como ao longo da Rua Barão do Amazonas e do calçadão no centro, pois são locais de constante fluxo de pessoas e, como na Barão do Amazonas, de carros. A presença de um número grande de trabalhadores ambulantes obstrui as passagens, e pode ser alvo de remoção por parte das posturas municipais, mas ainda assim, estas trabalhadoras seguem se reunindo nesses espaços. Na figura figura 15, uma manchete de setembro de 2020 ilustra bem esse cenário, e o termo “invasão” utilizado na chamada revela a forma como esses ambulantes são vistos pela mídia local.

**Figura 15 - Manchete sobre ambulantes**

## Ambulantes invadem calçadas em comércio na área central

A reportagem registrou fiscais da Postura que não conseguem desocupar as vias ocupadas por vendedores

CIDADE POR REDAÇÃO 6 DE SETEMBRO DE 2020 - 16h15



Vendedores ambulantes ocupam calçadas na área central (Fotos: Carlos Grevi)

Nas últimas semanas, tem sido frequente encontrar vendedores ambulantes que ocupam as calçadas na região do comércio central de Campos. Desde que o comércio passou a abrir com a flexibilização decretada pela Prefeitura na fase amarela da pandemia de Covid-19, aumentou o número de pessoas vendendo produtos informalmente. Na Rua João Pessoa, calçadas vem sendo ocupadas pelos ambulantes. O mesmo acontece no entorno do Mercado Municipal e na Rua Barão de Amazonas, locais de grande

Fonte: Jornal Online TerceiraVia, 2020<sup>26</sup>.

Nenhuma das trabalhadoras ambulantes de carreira que encontrei ao longo da minha pesquisa estabeleceu-se nessas regiões, mas em locais que tinham em comum também o fato de não atrapalhar o fluxo de pessoas – um pré-requisito do órgão responsável pela fiscalização deste trabalho para que o ponto seja regulamentado. Ainda assim, a escolha pelos lugares revela alguns aspectos econômicos daquela região: Assis (2011) pontua a partir de Freitas que a área que delimita a região central de Campos é composta pelas seguintes ruas:

Formosa, João Pessoa, Avenida Visconde do Rio Branco [atual Av. José Alves de Azevedo] e Barão do Amazonas. Estas quatro ruas formam o denominado quadrilátero campista (FREITAS, 2006: 84), que fora classificado historicamente como área central. A peculiaridade dessa área é o grande aglomerado de prédios comerciais e lojas. Nesse sentido, ela é denominada central por agrupar uma das principais atividades econômicas da área urbana da cidade: o comércio varejista e suas atividades conexas. (pp. 31-32).

### Figura 16 - Mapa III

<sup>26</sup> Disponível em <<https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/09/06/ambulantes-invadem-calçadas-em-comercio-na-area-central/>> Acesso em 21/11/2022.



Fonte: GoogleEarth.

Embora essa região abrigue diferentes prédios comerciais, agências bancárias, consultórios, escritórios, etc., o comércio varejista é o principal responsável por torná-la local de fluxo constante de passantes, seja em função dos seus empregados ou dos clientes. As trabalhadoras ambulantes que encontrei nas minhas incursões, fossem elas temporárias ou não, encontravam-se alocadas nessas mesmas ruas, o que se explica pela grande movimentação de pessoas nestas áreas. Trabalhadores e trabalhadoras ambulantes fixos ou que se movimentam pela cidade costumam se aglomerar em regiões de grande fluxo de pessoas onde as chances de realizar vendas aumentam consideravelmente, e isso não se deu de forma diferente na região central de Campos.

Para ter uma perspectiva mais ampla da presença dessas agentes, eu estabeleci um trajeto que envolvia sempre o uso do transporte coletivo urbano. Eu costumava saltar do ônibus no Hospital Plantadores de Cana, um ponto antes da rodoviária, seguindo pela Avenida José Alves de Azevedo e realizava esse trajeto a

pé, observando tudo ao redor, dobrando na Rua Siqueira Campos e seguindo até a Rua Barão do Amazonas, ultrapassando a Avenida Formosa e depois seguindo pela Rua João Pessoa até o calçadão, de modo que encontrava todas as principais agentes desta pesquisa ao longo deste percurso. Na Rua Barão do Amazonas, antes e depois do cruzamento com a Avenida Formosa, encontrei um grande número de mulheres negras como ambulantes ocasionais. Além de se estabelecerem ao longo dela e no calçadão, elas também poderiam ser encontradas próximas à rodoviária. Não no entorno onde os passageiros dos ônibus embarcam e desembarcam, mas mais adiante na Rua Siqueira Campos, no local que ficou conhecido como terminal das vans de Guarus – transporte público alternativo, que circula pela cidade. Esse local, como descreve Iva, embora atenda a freguesia que embarca nas vans, é bastante escondido, tendo sua visibilidade para os demais passantes daquela região prejudicada pelas vans que ali estacionam. Para Iva, é um ponto pouquíssimo atraente e lucrativo – ela mesma já o ocupou por algum período e relata que teve muitas perdas pela falta de visibilidade no local. No entanto, para trabalhadoras irregulares e ocasionais, como Luana, Silvinha e Mileide, que se alocaram ali de modo temporário, este lugar pareceu bastante satisfatório: encontraram diversas vezes por ali vendendo seus produtos. Elas fizeram dos passageiros das vans seus principais clientes, e se dedicaram a vender os produtos que sabiam que eram mais solicitados por eles, como refrescos, água e biscoitos.

A localização nunca foi um grande problema para Silvinha e suas companheiras, e estar escondida pode não ser de todo ruim para quem deseja exercer o trabalho ambulante correndo o risco de ser removida em função da própria irregularidade em um espaço tão disputado quanto o dos arredores da rodoviária, local de grande fluxo de pessoas e possíveis clientes. Neste contexto o espaço ganha um caráter ambíguo: para Iva, uma trabalhadora ambulante que possui um ponto fixo regularizado, além de uma carreira no trabalho ambulante de mais de duas décadas, o lugar ocultado pelas vans representava perda nos lucros e nas vendas, mesmo tendo os passageiros das vans como clientes principais. Para as trabalhadoras ocasionais que ali se alocavam esporadicamente, sem que houvesse uma regularidade da sua presença e sem uma pretensão de estabelecer uma

carreira, uma vez que elas trabalhavam como ambulantes apenas enquanto tentavam regressar ao trabalho como diarista, o ponto tornava-se extremamente atraente, pois garantia a seguridade necessária para manter-se em função da pouca visibilidade, uma vez que não possuíam sua própria atividade regularizada, e excluía também a necessidade de movimentar-se pela cidade para obter rendimentos, já que faziam dos passageiros e trabalhadores das vans sua clientela, garantindo a elas a comodidade e a segurança que um trabalhador de ponto fixo possui.

O local em questão estava localizado na calçada de uma praça – do Parque da República –, em uma região ausente de lojas ou de portões que pudessem ter sua passagem obstruída por essas trabalhadoras, abrigando com isso, disputas e conflitos. O fato de essa região oferecer uma boa rentabilidade e segurança atraía obviamente muitos trabalhadores ambulantes, que disputavam constantemente seu uso. Antes dessas mulheres ocuparem aquele local, essa calçada já abrigou feirinhas de roupas usadas e novas, que deixaram o local após o remanejo das vans. Essas feirinhas ocupavam boa parte da calçada, obstruindo o caminho dos passageiros e passantes naquele lugar, e acabaram sendo retiradas dali posteriormente, e além disso, outros ambulantes também poderiam ser vistos ali em dias distintos vendendo os mesmos produtos que Silvinha, Mileide e Luanda aos passageiros das vans. Para manter-se constantemente nesse lugar sem dono, a *tática* aplicada por elas parecia ser agrupar-se: todas as trabalhadoras encontradas ali se conheciam, possuíam um grau de amizade e até de parentesco, e tentavam atuar nesse espaço sempre nos mesmos dias, conciliando a rotina de trabalho de cuidado<sup>27</sup> com o trabalho nas ruas. A figura mostra o ponto das vans do transporte alternativo e como se vê, a visibilidade da calçada é realmente afetada pelas vans que ali estacionam em fila, sendo impossível ver até mesmo a banca de jornais que encontra-se nessa calçada e o Parque da República, logo atrás da cerca.

### Figura 17 - O ponto das vans

---

<sup>27</sup> O trabalho de cuidado envolve o trabalho doméstico em casa (limpar, lavar, cozinhar, etc.) mas também cuidar de um outro alguém (de uma criança, de um idoso, de um parente doente, de uma pessoa com deficiência, de alguém de demande auxílios, etc.). Ambos os trabalhos costumam estar intimamente relacionados. Há uma densa discussão sobre como esse trabalho é atribuído historicamente às mulheres e também sobre sua precarização, seja ele remunerado ou não (HIRATA, 2016).





Fonte: Acervo pessoal.

Em alguns, a quantidade de mulheres nas bancas ocasionais diminuía drasticamente, em especial, aquelas do ponto das vans. Nesses mesmos dias, uma fila enorme se formava na agência da Caixa Econômica Federal do centro da cidade, em função do pagamento do auxílio emergencial do governo federal. Muitas das mulheres que trabalhavam como ambulantes estavam, na teoria, aptas a receber esse auxílio: não possuíam vínculo empregatício formalizado pela carteira de trabalho, possuíam uma renda abaixo da delimitada, algumas já estavam incluídas no programa Bolsa Família. Apesar disso, apenas Silvinha afirmou que recebia o auxílio. As outras, quando questionadas, respondiam que não, embora a hesitação denunciasse o receio de responder a minha pergunta. Talvez por medo de que essa informação chegasse a algum órgão público que pudesse vetar o pagamento do auxílio, ou por qualquer irregularidade que em si, não justificavam a suspensão do benefício, mas que estavam incluídas nas burocracias institucionais. De todo modo, é impossível que essas mulheres tenham ficado *ricas* com o auxílio emergencial, ou então não estariam nas ruas trabalhando como ambulantes. Fato é que, quando as trabalhadoras ocasionais não estavam nas ruas e as filas na Caixa Econômica estavam quilométricas, havia uma forte possibilidade de essas mulheres estarem ali. Luzia e Janaína, por outro lado, não tiveram receio algum ao afirmar que receberam o auxílio do governo. De um modo geral, esse auxílio consolidou um suporte financeiro de grande impacto durante os seis primeiros meses da pandemia, em que esteve em vigência, pagando valores que iam de 600 a 1.200 reais,

reduzindo por alguns singelos meses a desigualdade social no Brasil a um nível recorde: baseando-se nos dados disponibilizados pela Pnad Covid, uma pesquisa do Insper<sup>28</sup> aponta que a taxa de pobreza no Brasil caiu de 12% para 8%, com maior incidência entre os grupos vulnerabilizados, como as pessoas negras. Já segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas<sup>29</sup>, o país registrou o menor índice de trabalhadores vivendo na extrema pobreza em 40 anos e reduziu a pobreza em 23%. As figuras 18 e 19 ilustram os mesmos locais em diferentes momentos: a primeira, em abril de 2020 e a segunda, em fevereiro de 2022.

### **Figura 18 - Manchete sobre auxílio emergencial**

---

<sup>28</sup> MENEZES-FILHOS, N.; KOMATSU, B.; ROSA, J. Reducing Poverty and Inequality during the Coronavirus Outbreak: The Emergency Aid Transfers in Brazil. **Policy Paper**, Nº 54 Fevereiro, 2021

<sup>29</sup> Segundo a pesquisa Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2020-10/auxilio-emergencial-reduziu-pobreza-em-23>>. Acesso em 22/03/2022.

## Pagamento de auxílio emergencial provoca longas filas em agências bancárias de Campos

MARIA LAURA GOMES 14/04/2020 08:31 - ATUALIZADO EM 08/05/2020 20:54 Curtir 241



Fonte: Site do Jornal Online Folha1, 2020<sup>30</sup>.

**Figura 19 - Agência da Caixa Econômica**



Fonte: Acervo pessoal.

Sobre a relação de Luzia e Janaína, que trabalham nos ônibus, estabeleceram com a cidade, cabe lembrar o modo como elas utilizam o espaço

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.folha1.com.br/conteudo/2020/04/economia/1260343-pagamento-de-auxilio-emergencial-provoca-longas-filas-em-agencias-bancarias-de-campos.html>> Acesso em 21/11/2022

para o trabalho. Elas realizam o mesmo trajeto todos os dias diversas vezes, iniciando e finalizando-o no mesmo local: a rodoviária. No ponto em frente à rodoviária, do outro lado da beira-valão (Avenida José Alves de Azevedo), onde os ônibus seguem para a Avenida Vinte Oito de Março, elas sentam-se, embalam as mercadorias se necessário, observam o movimento... Embarcam de ônibus em ônibus até o final da Avenida Vinte Oito de Março e depois de volta. Uma única vez vi Luzia seguir até um pouco além do fim do trajeto oficial, na rodovia que leva para a baixada fluminense, mas apenas porque as vendas estavam muito boas e ela não teria tempo de finalizá-las antes do ponto final. Nesse dia estava com meu filho e não tive tempo de acompanhá-la, mas fiquei muito curiosa, pois ela subiu no ônibus já muito próximo do ponto final, e ela sabia da possibilidade de ele ultrapassar o fim do trajeto. Isso não significa que ela estendeu um pouco mais seu trajeto, mas que não havia colocado muita fé nas vendas que poderia realizar neste embarque, já que o ônibus estava um pouco vazio, embora tenha lhe rendido excelentes vendas, como me relatou em outra oportunidade. Fato é que os pontos de ônibus da Avenida Vinte e Oito de Março geralmente são movimentados, ficam próximos a lojas e universidades onde sempre passam pessoas, e assim, descer dos coletivos torna-se mais seguro, inclusive pelo fluxo de veículos se dar de forma mais lenta. Já nessa rodovia, os pontos costumam ficar mais vazios, representando um risco bem maior, além de os carros circularem sempre em alta velocidade. A figura 20 mostra o trajeto realizado pelas trabalhadoras nos transportes coletivos, demarcado pelo tracejado, que segue ao longo da Avenida 28 de Março até encontrar a bifurcação entre a BR 356, que liga Campos ao município de São João da Barra, e a RJ 216, na imagem está descrita como Rua (que na verdade é Avenida) Lourival Martins Beda, que leva até a baixada campista e a figura 21 mostra o ponto de ônibus localizado na Avenida José Alves de Azevedo onde as agentes que trabalham no transporte coletivo descansam, iniciam e encerram seus itinerários.

Figura 20 - Mapa IV



Fonte: OpenStreetMaps.

**Figura 21** - Ponto de ônibus que marca início e fim do trajeto



Fonte: Acervo Pessoal.

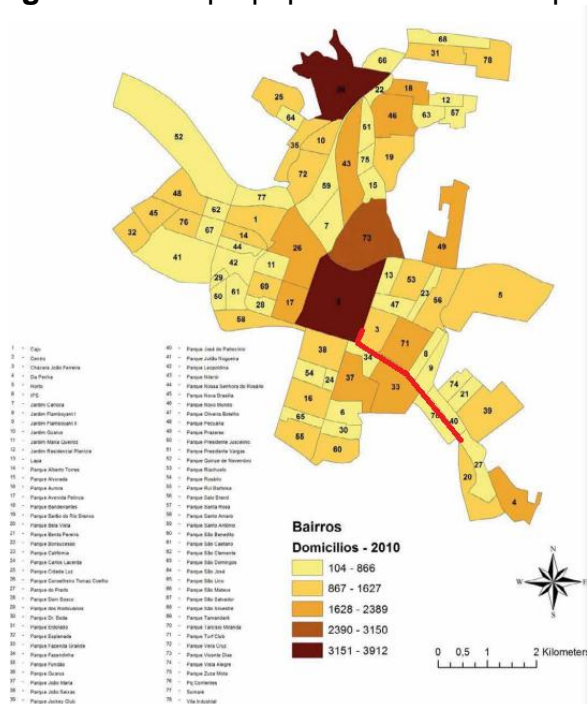
Saber onde as trabalhadoras dos coletivos descansavam, iniciavam e finalizavam seus trajetos foi muito importante pois acompanhá-las de coletivo em coletivo não pareceu nada viável. Primeiro, porque elas sobem e descem de muitos ônibus ao longo do dia, muitos mesmo! Por vezes, eles estão cheios, com pessoas de pé, mas elas não se incomodam, já que nestes as chances de realizarem boas vendas aumentam. Elas podem subir e descer desses ônibus – às vezes pegando o mesmo motorista na ida e na volta do trajeto – porque são reconhecidas. E são reconhecidas porque estabeleceram uma carreira moral nesse trajeto, com o motorista, que é o trabalhador com o qual elas dividem o espaço de trabalho, e com os passageiros. Nesse sentido, conseguem ser reconhecidas pelo que são: *trabalhadoras*. Me levar de coletivo em coletivo para observar e fotografar implica que, ou eu teria de pagar todas as passagens, subindo em um ponto e descendo em outro, gastando uma pequena fortuna e mais do que isso, talvez não tendo a agilidade necessária para passar por todas as pessoas, quando nos coletivos cheios e descer quando elas precisassem descer; ou entrar junto com elas sem passar pela catraca, o que poderia esbarrar na carreira moral que elas conquistaram. Correndo o risco de ser um estorvo, me empenhei em observá-las durante os trajetos dos ônibus que eu fazia quando ia ao centro, na ida e na volta, sem segui-las, mas deixando para observá-las ao acaso, e aproveitando os momentos em que estavam

no ponto onde iniciavam o trajeto para conversas mais longas, e que por sorte, era o mesmo onde elas exerciam suas atividades. Isso facilitou minha inserção imensamente, porque compreendi que a relação espaço-tempo delas era de uma outra ordem, distinta das trabalhadoras em pontos fixos, e assim sendo, eu não poderia de forma alguma representar uma ameaça ao aproveitamento do tempo delas circulando pelos trajetos. Respeitá-las nesse sentido facilitou uma aproximação. Estabeleci com elas que eu as encontraria sempre naquele mesmo ponto, onde iniciavam o trajeto. Além disso, não era tão difícil encontrá-las nos ônibus, seja por acaso ou com intenção.

O trajeto exercido por Luzia e Janaína não foi escolhido ao acaso. Ele representava distintas possibilidades, mas em especial, rentabilidade e segurança. Esses dois aspectos aparecem aqui muito frequentemente para descrever a movimentação das trabalhadoras ambulantes pela cidade, seja as ocasionais do ponto das vans ou as trabalhadoras de *carreira* dos coletivos. Embora Mileide, Silvinha e Luanda se diferenciem de Luzia e Janaína na temporalidade do trabalho – que, para um grupo, representa uma alternativa temporária para o desemprego e para outro, uma atividade contínua de dedicação exclusiva – ambas compartilham um grau muito maior de vulnerabilidade quando comparado às Dona Núbia e Iva, trabalhadoras ambulantes de carreira que operam nos pontos fixos. Enquanto mulheres, as trabalhadoras de ambos os grupos precisam encontrar espaços na cidade que a mantenham longe dos riscos relacionados à violência de gênero interseccionalizadas às de raça e de classe. Para as ambulantes ocasionais do ponto das vans, a grande circulação de pessoas garante não apenas os lucros, mas uma certa segurança. Como propõe Sader, Nicollete e Gomes (2019), os espaços esvaziados da cidade podem representar risco a circulação das mulheres ao abrigar casos de importunação e violência sexual. As ambulantes do transporte coletivo, ao serem levadas a movimentar-se pela cidade nos ônibus, precisam igualmente considerar a arquitetura da cidade em seu percurso. Elas saltam em diversos pontos ao longo do dia para embarcar em outros coletivos, o que pode ocorrer imediatamente após o desembarque ou, a depender da movimentação, levá-las a esperar por alguns minutos a fio, e pontos de ônibus esvaziados podem representar

riscos nesse sentido. O trajeto por elas escolhido é o mesmo pelo qual circula uma grande quantidade de coletivos para os mais diversos bairros e distritos da cidade, uma vez que o trecho da Avenida 28 de Março onde elas operam, entre a Avenida Rio Branco e a RJ 216, leva a alguns dos bairros mais populosos da cidade e ao 2º distrito da cidade, o de Goitacazes, um importante centro econômico, como veremos adiante. O constante vai e vem de pessoas e veículos é um fator que tem relevância nesses termos ao passar uma *sensação de segurança*, ao mesmo tempo impulsiona as vendas, o que nos leva a considerar o segundo aspecto do trajeto: sua rentabilidade. Na figura 22, vê-se o Mapa populacional de Campos de acordo com os bairros, ignorando-se os distritos. Embora não esteja legível, os bairros mais populosos são Centro e Parque Guarus, as regiões mais escuras do mapa. O trajeto delas é indicado pela linha vermelha.

**Figura 22 - Mapa populacional de Campos**



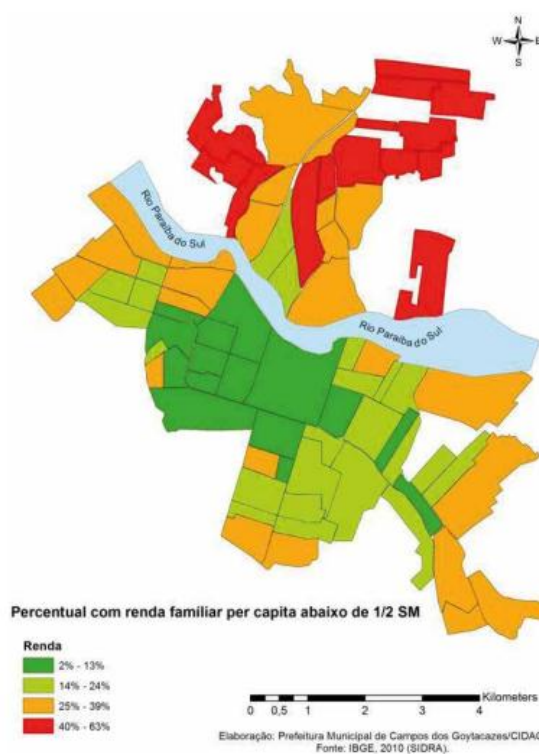
Fonte: Perfil Populacional de Campos dos Goytacazes, 2018.

O trajeto realizado por essas trabalhadoras é o mesmo que outros trabalhadores ambulantes também escolheram para operar. Este trecho é a principal via que liga o centro aos principais bairros de classe média baixa, bem como às periferias mais distantes e a outros cinco distritos. Essa população circula pela



cidade, especialmente a trabalho, valendo-se do transporte coletivo. Os rendimentos dessa população em geral são médios, mas garantem boas vendas dado o seu volume. Com uma quantidade tão grande de pessoas, as vendas tornam-se bastante lucrativas. Na figura 23, temos um mapa que aponta o percentual das casas com renda familiar per capita abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, ignorando-se os distritos, onde as áreas em verde escuros são as que concentram entre 2-13%, as em verde claro 14-24%, amarelo 29-39% e vermelho 40-63%. Boa parte da região em verde claro inclui bairros por onde as agentes transitam quando em seus trajetos de ônibus. Destaque para regiões mais empobrecidas, todas elas no território de Guarus.

**Figura 23 - Mapa da renda per capita nos bairros**



Fonte: Perfil Populacional de Campos dos Goytacazes, 2018.

Ainda sobre Janaína e Luzia, elas realizam uma dinâmica de sociabilidades no espaço peculiar no lugar em que se inserem quando em comparação com outras trabalhadoras. Quando estas agentes fazem uso do transporte coletivo, elas não tem por objetivo ir de um ponto a outro para vender seus produtos, mas utilizá-lo enquanto lugar de trabalho. Isso implica que as sociabilidades precisam ocorrer

sempre vinculadas à atividade nos ônibus e com os sujeitos dos ônibus, a saber, os passageiros (e possíveis clientes), o motorista e o cobrador (que são os outros trabalhadores do lugar), e com outros trabalhadores ambulantes que também atuam nos ônibus.

Embora Luzia e Janaína trabalhem nos coletivos como ambulantes há muito menos tempo quando em comparação a Dona Núbria e Iva, a relação espaço-tempo que elas desenvolveram segue a uma outra dinâmica, como eu disse anteriormente, e tem outras implicações no exercício do trabalho. A rotina das trabalhadoras dos ônibus envolve a movimentação delas no espaço em um trajeto de cerca de 5 km. Se seguirmos esse trajeto sem interrupções, ele pode ser realizado em cerca de 20 minutos, mas o processo de embarque e desembarque realizado por elas estende esse tempo, levando-as a completá-lo entre 50 minutos e uma hora, a depender do fluxo de pessoas, das vendas e do fluxo de veículos. Elas refazem esse trajeto várias vezes por dia, das 9h às 17h, encontrando e reencontrando os mesmos motoristas e cobradores várias vezes ao longo de sua própria jornada de trabalho. Não obstante, são vistas pelos sujeitos que igualmente utilizam o transporte coletivo na sua rotina para se locomover pela cidade, para trabalhar, estudar, para consultas médicas, para resolver burocracias, enfim, na vida cotidiana. Isso implica entender que o tempo ganha outros contornos, impulsionado pela repetição: aqui, ele passa mais depressa. O espaço, igualmente, é fechado e semi-público, e exige negociações e acordos verbais e não-verbais que amenizem conflitos e disputas. Pensando sob esse ponto de vista, cinco ou sete anos de trabalho no coletivo é bastante tempo, e considerando os aspectos de uma sociabilidade, fez de Luzia e Janaína rostos conhecidos e reconhecidos no *lugar*. Mais do que um meio de transporte coletivo, os ônibus são também meios sociais que provocam encontros efêmeros e singulares, constituindo-se não apenas como lugar, mas como uma confluência de lugares articulados a partir dos atores em seu interior – que até pode ser conflituosa, mas produz igualmente códigos de sociabilidades e uma ética pautada em distintos comportamentos e meios de apropriar-se de seu espaço (OSTROWER, 2007).

Desta forma, se reconhecemos o ônibus como um meio de transporte urbano usual e cotidiano, neste momento, ele passa a ser não só um lugar de trocas comerciais, mas, sobretudo, um espaço político e simbólico que envolve sensibilidades e interações de diversos tipos. (OSTROWER, 2007, p. 26)

As trabalhadoras que atuam em pontos fixos, por outro lado, têm uma relação de espaço-tempo distinta. Como já exposto, tanto Dona Núbia quanto Iva acumulam mais de vinte anos neste segmento. Dona Núbia ocupou o mesmo ponto em todo esse tempo, e Iva já se deslocou pela cidade quando ainda criança, mas permaneceu nos últimos vinte anos na mesma região, mudando apenas de esquina. Isso pressupõe que estas duas mulheres acompanharam *a passagem do tempo no espaço* em décadas, vendo as transformações do lugar ao longo deste período e sendo, em alguns casos, parte desta transformação. Vejamos primeiro o caso de Dona Núbia: seu carrinho de água de coco está localizado em uma calçada na Rua João Pessoa, em frente a uma grande loja de departamentos, inaugurada em 2011. A calçada onde encontra seu carrinho pertence a uma agência bancária, e atrás das grades observamos apenas um grande pátio, sem nenhum portão. Mas as ruas do centro de Campos têm a peculiaridade de possuírem calçadas minúsculas, que em alguns trechos, chegam a ter menos de um metro. Assim sendo, os milhares de pedestres que circulam na região costumam se aglomerar nas ruelas entre os poucos carros que se atrevem a percorrê-las. Desse modo, percebemos que ela não obstrui a passagem de pedestres e nem atrapalha o fluxo de clientes e a visibilidade de possíveis lojistas. A rua onde Dona Núbia trabalha sofreu muitas alterações nas últimas décadas, recebendo lojas varejistas grandes que substituíram pouco a pouco os pequenos comércios. Ela presenciou essas mudanças da mesma forma que presencia a passagem das pessoas pelo espaço, ao manter-se fixa no mesmo lugar. É nesse sentido que digo que ela vê *a cidade passar por ela*, seja no fluxo de movimentações ou nas transformações do espaço ao longo do tempo.

**Figura 24** - A calçadas estreitas do centro da cidade



Fonte: Acervo pessoal.

Iva e seu carrinho de pipoca encontram-se localizadas na Rua Siqueira Campos, próximo a esquina com a Rua Barão do Amazonas. O carrinho não se encontra exatamente em uma calçada, mas em um canto próximo à calçada, um pedaço do pátio onde os ônibus da rodoviária manobram. Assim, na teoria, as costas do carrinho seriam o Parque da República, mas acabam sendo um pedaço de muro onde encontramos apenas um poste. Isso torna o local onde ela se encontra neutro, uma vez que não atrapalha o fluxo de pessoas e nem de carros, embora possua uma excelente visibilidade, o que a deixa obviamente extremamente satisfeita. Segundo seu próprio relato, ela nem sempre ocupou aquele lugar. Quando comprou seu primeiro carrinho, Iva o estacionou bem na esquina da Rua Barão do Amazonas, em frente a uma loja de lingerie. Sua presença, embora garantida pelo seu cadastro na CODEMCA, gerava um conflito com a dona desta loja, por atrapalhar sua visibilidade e a entrada de clientes, além de gerar lixo durante a produção, muito embora seu carrinho não estivesse especificamente na calçada – minúscula –, mas no cantinho da apertada rua, o que tornava tudo pior com a passagem dos carros. Ela solicitou que seu ponto fosse mudado de lugar, e foi direcionada para a calçada na Rua Siqueira Campos onde se encontram atualmente as trabalhadoras ambulantes ocasionais. O lugar era mais espaçoso e não

desencadeou nenhum tipo de conflito, mas não possuía a mesma visibilidade: esta região da Rua Siqueira Campos não abriga lojas e, assim, as pessoas não têm o costume de passar por ali. Não obstante, o ponto das vans do transporte coletivo foi transferido para aquele local, o que piorou ainda mais a situação nos termos da visibilidade. Mais uma vez então, ela solicitou uma mudança, que resultou na sua transferência para o local que se encontra hoje. Ainda que o seu carrinho tenha evoluído nessa passagem de tempo, aquela região não se alterou muito, segue sendo constituída majoritariamente por lojas varejistas. Cabe notar aqui que Iva ocupa a mesma região que as trabalhadoras ocasionais do ponto das vans, encontrando-se a alguns metros de distância delas. Mesmo com tanta proximidade, elas não parecem pertencer a uma mesma rede de reconhecimento. Quer dizer, muitas vezes os clientes de Iva procuram uma bebida gelada para acompanhar a pipoca e recorrem a estas vendedoras, mas eles também podem se dirigir à rodoviária ou à padaria que fica próximo a seu ponto para comprá-los. E ainda que os passageiros dos pontos das vans possam também consumir os produtos de Iva, sua clientela é ampla e atende a todos os passantes daquela região, sem que haja uma dependência de Iva em relação aos pontos das vans, afinal, ela já vendia pipocas ali muito antes deste ponto ser alocado naquela região. As trabalhadoras ocasionais como Silvinha, Mileide e Luana, por outro lado, exercem sua atividade em uma relação de dependência com aqueles passageiros quase que exclusivamente, pela dinâmica de ocupação do espaço que elas operam ali, como pude descrever anteriormente. Elas não se relacionam diretamente, nem dependem entre si e muito menos entram em disputa, apenas existem naquela região de maneiras distintas e singulares, na qual estão em jogos outras questões.

Da mesma forma que a escolha do ponto para vendas de Silvinha, Mileide e Luana se deu em função dos rendimentos e da segurança para suas vendas diante de seu caráter irregular, e para Janaína e Luzia que atuam nos ônibus, os rendimentos e a segurança surjam na escolha dos trajetos, para Dona Núbia e Iva que possuem esses dois fatores aparecem sob outra condição: o próprio fato de se trabalhar em um ponto fixo aumenta consideravelmente, se não já garante por si só, a depender do lugar onde elas se mantêm, sua segurança e seus rendimentos.

Relembrando a história de vida de Iva pudemos observar que o trabalho ambulante realizado movimentando-se pelas ruas abriga diversos riscos, muitos dos quais relacionados às violências de gênero. Manter-se em um local fixo, em uma região de visibilidade pode garantir nesse sentido, não apenas as vendas, mas a própria segurança. Quando Iva me contou sobre esses momentos, seu lamento e dificuldade me marcou bastante e eu busquei não insistir em uma temática que nitidamente revivia traumas. Mas uma frase apenas revelou muitos marcadores: *“Não gosto muito de lembrar disso não, foi muito sofrimento. Eu era mocinha né, novinha”*. Aqui, ela compartilha que não apenas o fato dela ser jovem a tornou mais vulnerável, como também o fato de ser mulher, sintetizados no uso do termo *mocinha*. As violações sofridas nesse período repercutiram obviamente nas suas escolhas futuras e até mesmo na forma como se relaciona com o espaço, para além da opção de se manter em um local fixo quando iniciou sua carreira:

Quando vim pra cá às vezes eles [pessoas em situação de rua] me pediam pipoca, eu dava, não cobrava nada. Tinha medo né, aí eu dava. Hoje graças a Deus todo começo de mês eu dou cem pães e café com leite, cedinho, 5h da manhã, pro pessoal de rua (Iva).

Esse relato expressa um misto de fé, gratidão e manutenção do respeito que ela buscou garantir entre aqueles que poderiam representar os mesmos perigos aos quais ela esteve exposta anteriormente quando nas ruas. Este é um medo expresso por outras agentes, como Janaína, que trabalha nos ônibus. No entanto, sua percepção da atividade exercida sintetiza bem um sentimento compartilhado entre todas essas trabalhadoras: *“Medo a gente tem né, mas coloca Jesus na frente e vai, não pode pensar nisso se não a gente não faz nada, nem sai de casa”*. Janaína expressa um sentimento comum entre todas as mulheres trabalhadoras que precisam ir às ruas ou nelas se manter, como as trabalhadoras ambulantes, já que se manter enclausurada não é nem nunca foi uma opção, especialmente para mulheres negras.

Por outro lado, além da segurança, trabalhar em um ponto fixo também impulsiona os rendimentos pela construção de uma clientela fiel. Ainda que os passantes sejam diversos, a presença constante destas trabalhadoras no lugar permite que elas sejam percebidas como parte dele, garantindo seu reconhecimento

– o que de certa forma ocorre também com as trabalhadoras dos coletivos ao manterem um mesmo trajeto. Essa “eternização” temporária é uma característica atrelada obviamente a relação espaço-tempo, e é curioso como pude atestá-la também quando encontrei Dona Núbia brevemente eternizada no *Google Maps*<sup>31</sup>, afinal, existe algo mais eterno e efêmero do que a própria internet? De modo geral, a escolha pelos locais de trabalho para essas duas mulheres se deu também de forma distinta: Dona Núbia herdou esse ponto de seu marido e para Iva escolheu seu local de trabalho pelo conhecimento prévio da região.

A segregação urbana é expressa tanto pela presença quanto pelas ausências. Digo isso porque, não apenas a maior parte da população negra da cidade de Campos encontra-se residente nos bairros mais distantes do centro e nas zonas e distritos periféricos, como também porque, nos bairros mais centralizados, onde reside e transita a parcela mais rica da cidade, a presença desta população é igualmente minoritária. Um bom exemplo é o fato de eu não ter encontrado nenhuma trabalhadora ambulante negra na região da Pelinca, bairro nobre da cidade, conhecido por ser uma região comercial. Pohlmann (2020) classifica esse tipo de região com um subcentro, um local característico das cidades modernas que não concentram sua centralidade em apenas uma região, constituindo assim réplicas menores do centro que com ele concorrem sem se igualar, reunindo atividades comerciais e de serviço – e não obstante, no caso da Pelinca, seu surgimento tem relação direta com a ascensão de uma nova elite econômica empresarial após o declínio da elite açucareira (p. 95). Não é que não existissem trabalhadores ambulantes ali: encontrei nas minhas diversas incursões vendedores de empada, de pipoca, de colares, de churros, mas eram em sua maioria homens brancos. Das mulheres que trabalhavam na condição de ambulante, elas eram brancas. Os poucos homens negros que encontrei vigiavam carros nas ruas. As mulheres negras trabalhadoras no comércio de rua daquela região simplesmente não existiam. Se a escolha pelo local de venda das minhas agentes está diretamente relacionada à

---

<sup>31</sup> Aplicativo gratuito desenvolvido pela Google que permite pesquisar e visualizar mapas e imagens de satélite. Pude visualizá-las na versão *Street View*, que é disponibilizada após um carro licenciado da empresa fotografar em 360° as ruas e indexá-las aos mapas. A última atualização das imagens de *Street View* é de 2010.

rentabilidade e segurança, um dos dois aspectos – ou até mesmo ambos – está ausente naquela região. Os motivos poderão ser mais bem esquadrihados quando discutirmos sobre estigma, sujeitos e territórios.

Não obstante, quando os espaços segregam e definem onde cada sujeito conseguirá transitar sendo parte da diversidade do lugar ou não, expulsando dos centros determinados indivíduos, entra em cena a relação espaço-tempo expressa nas distâncias percorridas. Nesse sentido, o que aproxima mais uma vez as agentes dessa pesquisa apesar de suas singularidades é a distância entre o local de residência e o local de trabalho, sendo todas elas moradoras de bairros mais distantes do centro. Dona Núbia mora no parque Cidade Luz, na região de Guarus. É um bairro que, assim como a região de Guarus de um modo geral, segue sendo carregado do estigma que associa pobreza e violência a todos os seus moradores, expressos principalmente, pela forma como a mídia o apresenta, como veremos adiante. As Mileide, Silvinha e Luanda eram moradoras do parque Santa Rosa, também na região de Guarus. Iva mora em Goitacazes, na baixada campista, distrito que se outrora compartilhava de aspectos rurais e de periferia, têm sido cada vez mais alvo da urbanização e expansão da cidade, abrigando diversos empreendimentos habitacionais de escala nacional<sup>32</sup> e ganhando os aspectos de uma nova centralidade na cidade ao abrigar diversas atividades de comércio e serviços (POHLMANN, 2020). Luzia mora na Tapera, um bairro predominantemente rural e para o qual o poder público direciona pouquíssimos recursos para o transporte, uma vez que não está inserido nos circuitos de centralidade urbana, próximo das grandes regiões de pasto que compõem o território campista. Em 2020, ao longo de algumas semanas, esta região ficou completamente sem transporte público, sem ônibus ou vans, o que afetou diretamente os rendimentos de Luzia. Janaína, sua companheira de trabalho, mora no mesmo bairro que eu, o parque

---

<sup>32</sup> Segunda Maria Alice Pohlman (2020) esse processo encontra-se intimamente ligado ao ciclo do petróleo na cidade. O recebimento dos royalties proveniente dessa exploração atraiu atenção de investidores de todo o mundo, e à partir de 2010 a expansão da malha urbana é intensificada por meio de políticas públicas, em meio a boom imobiliário já em curso no país, que impulsionou o processo de expansão urbana sobre o espaço rural. Em Campos, essas mudanças acompanharam a crise do sistema sucroalcooleiro. No que diz respeito à Baixada Campista, é nas décadas de 1980 e 1990 que ela passa a ser vetor de expansão urbana no município, inserida no plano de diretrizes para projetos urbanísticos, impulsionados pelo programa Morar Feliz e Bairro Legal entre 2013 e 2015.



Bela Vista, mas é uma moradora bem mais antiga. Esta região, assim como muitos bairros vizinhos, é parte das terras que pertenciam à elite usineira campista, que foi desapropriada e ocupada nas décadas seguintes à falência do setor, se urbanizou e cresceu, ganhando o status de bairro.

A dinâmica de movimentação de cada uma dessas mulheres pela cidade se dá de forma única: embora Guarus seja um distrito estigmatizado, ele encontra-se bem mais perto da região central da cidade do que Goitacazes, por exemplo. Assim, o deslocamento de Dona Núbia é relativamente menor, e podemos adicionar a isso o fato de ela ter a ajuda de seu filho para realizar o transporte do material para o seu trabalho. Também é comum que vizinhos e conhecidos que convivem no mesmo bairro de Dona Núbia transitem pelo seu ponto, como pude presenciar diversas vezes. Certo dia, enquanto conversávamos, ela me contou a história de como seu filho mais velho recusou-se a dar início à cerimônia de casamento antes do seu tio, que é também seu padrinho, chegasse. “*É um amor louco*”, ela disse. Minutos depois, como quase que por obra do destino, seu irmão passa por nós em uma bicicletinha velha, tão devagar que se destacava no fluxo de pessoas na rua. E assim, diversas vezes, as histórias de Dona Núbia ganhavam vida quando seus personagens passavam por nós diante de seu carrinho de água de coco. Luanda, Silvinha e Mileide que moram no parque Santa Rosa gozam do benefício de trabalharem justamente no ponto onde as vans que levam ao seu próprio bairro e a outros bairros do distrito iniciam e finalizam seus trajetos. Pode-se inclusive pensar no quanto isso não garantiu de certa forma a sua inserção naquela região tão disputada, uma vez que não eram totalmente anônimas – se parte importante de sua clientela era composta pelos trabalhadores e passageiros das vans, então é grande a possibilidade de elas já os conhecerem de antemão, conseguindo se inserir em uma rede de sociabilidades daquela região em específico, embora esta não se estenda por toda a região comercial daquele espaço, como em outras trabalhadoras ambulantes, a exemplo de Iva.

Falando nela, ela é moradora “*nascida e criada*” de um bairro que sofreu grandes transformações estruturais. Se anteriormente o distrito de Goitacazes esteve intimamente relacionado à produção açucareira, com boa parte de seus

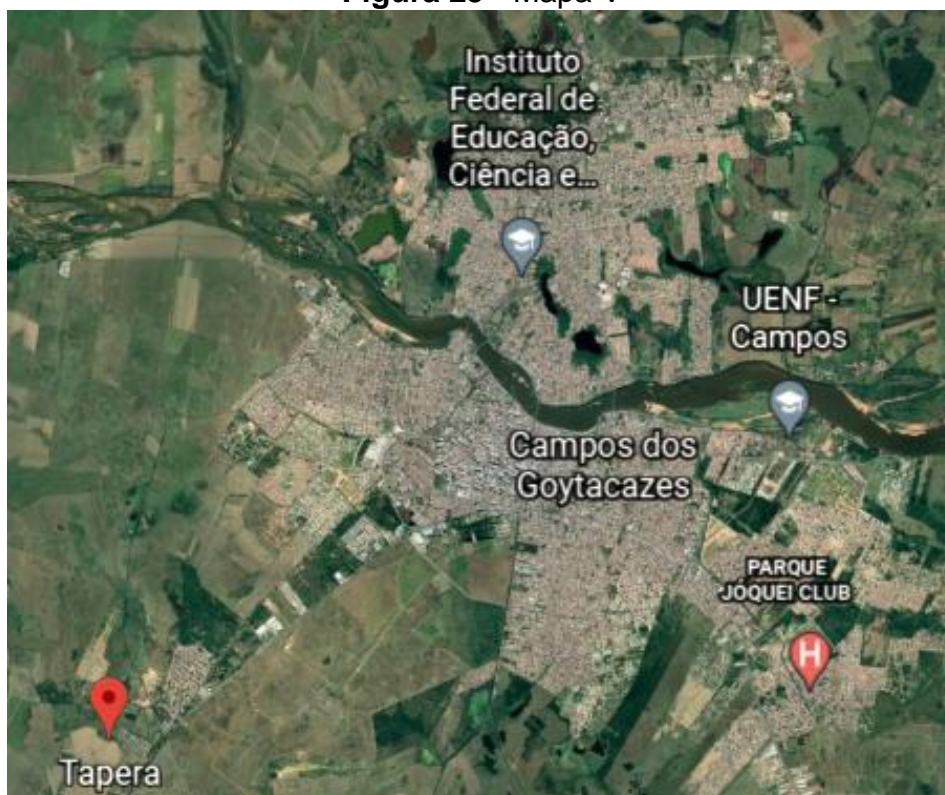
moradores envolvidos na lavoura e na usina, após a queda desse setor a região ganhou novas características, e passa cada dia mais a abrigar boa parte da mão-de-obra do comércio varejista e do setor de serviços que atua na região central, recebendo investimento em transporte e urbanização, e abrigando empreendimentos imobiliários privados<sup>33</sup> que geram disputas e conflitos com a população pobre que ali vivia em condição de marginalização (POHLMANN, 2020). Iva, além disso, garante um trajeto “tranquilo” até o trabalho, uma vez que possui seu próprio veículo de transporte, não dependendo do transporte público. Luzia por outro lado é prejudicada justamente pela dificuldade no transporte público extremamente precário que atende sua região, e driblar isso exige dela muita disciplina para não perder o horário dos poucos ônibus e vans que atendem seu bairro. E Janaína, embora trabalhe junto com Luzia, no mesmo período e no mesmo trajeto, tem ao seu lado a vantagem que eu mesma tive nesta pesquisa: a distância curta entre o bairro e o trajeto de trabalho, bem como uma oferta bastante grande de transporte coletivo que nos leve de um ponto a outro. Cabe lembrar que a proximidade dos bairros faz com que possamos aproveitar o fluxo de transporte que o distrito de Goitacazes oferta, especialmente das vans do transporte alternativo. O trajeto de trabalho é assim o trajeto da rotina de quem mora nos bairros próximos à baixada campista. A seguir veremos algumas imagens que nos darão algumas perspectivas sobre isso: a figura 25 mostra a localização do bairro Tapera, em uma zona de pasto que contrasta com as regiões urbanizadas da cidade; a figura 26 mostra a distância percorrida por Luzia do seu bairro até a rodoviária, local onde inicia o trajeto das vendas, em amarelo, no qual a linha pontilhada indica o trajeto realizado durante o trabalho nos coletivos; a figura 27 mostra o trajeto percorrido por Janaína, até a rodoviária, em amarelo, e o trajeto percorrido durante as vendas (pontilhado em preto) em um mapa precisou ser aproximado para que a rota ficasse legível por se tratar de uma distância menor; a figura 28 indica a distância entre o bairro onde mora e o ponto onde Iva estabelece seu trabalho, no qual trajeto percorrido está em amarelo

---

<sup>33</sup> “A partir de 2010, o interesse da especulação imobiliária era tão forte na Baixada Campista que a localidade de Donana foi a área escolhida para a instalação de condomínios e bairros planejados. Destacamos o Bem Viver Campos, lançado recentemente pela construtora Urbamais, do Grupo MRV, e a Cidade Alpha, de alto luxo, entre outros.” (POHLMANN, 2020 , pp. 148-149). O processo de crescimento dessa região é alimentado pelos investimentos públicos destinados a ela mutuamente, bem como as expectativas do setor imobiliário.

(percebe-se que o bairro Goitacazes contrasta com a extensa região verde) e no mapa 29 está representada a distância entre o bairro de Dona Núbia e o seu ponto de trabalho, em um trajeto estabelecido na cor amarela e com um trajeto bastante urbanizado.

**Figura 25 - Mapa V**



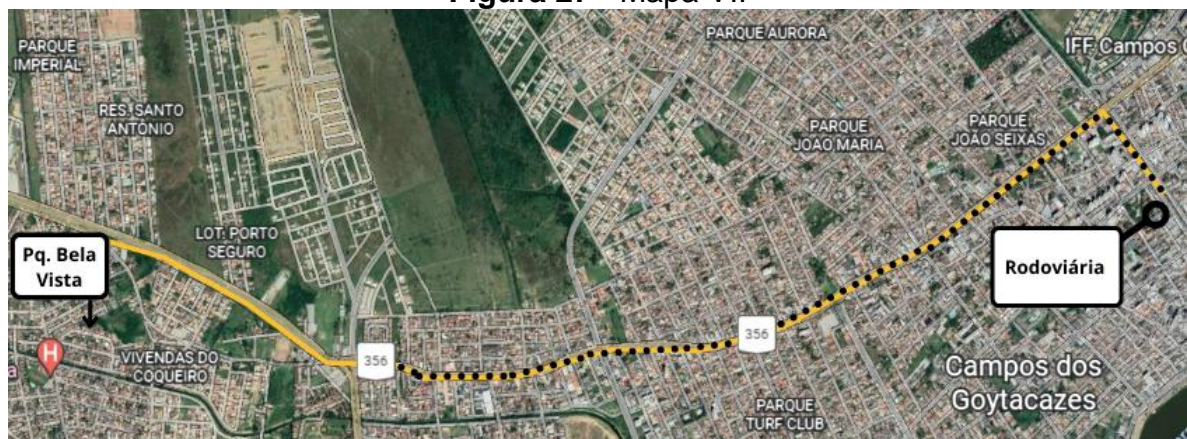
Fonte: GoogleEarth.

**Figura 26 - Mapa VI**



Fonte: Google Earth.

Figura 27 - Mapa VII



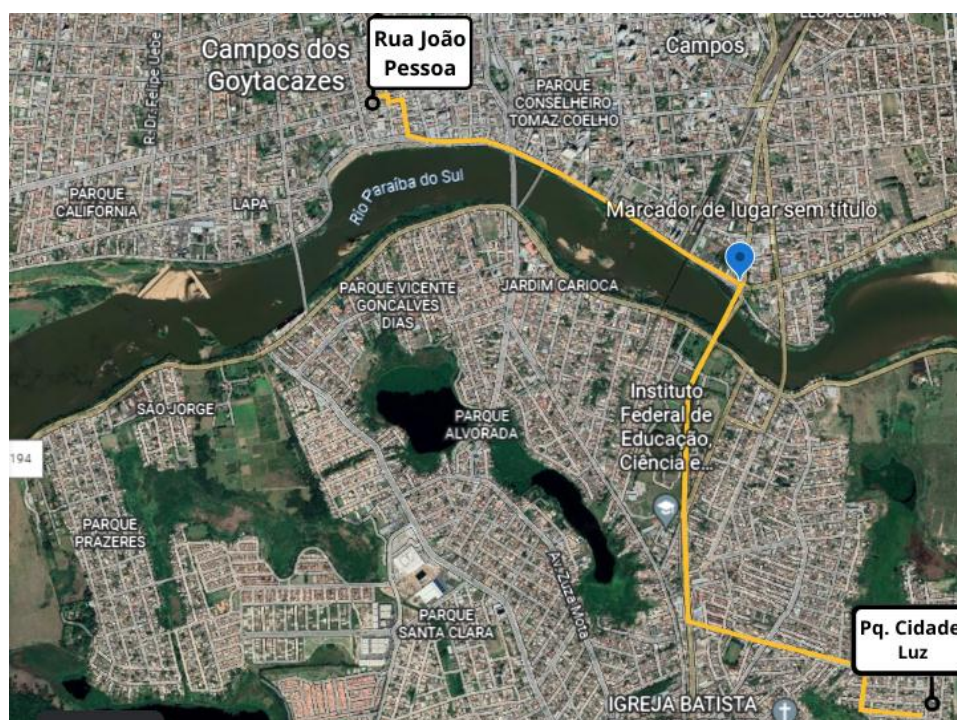
Fonte: Google Earth.

Figura 28 - Mapa VIII



Fonte: Google Earth.

Figura 29 - Mapa IX



Fonte: Google Earth.

Os mapas e trajetos ilustram que, embora Iva também more *relativamente* distante do local onde trabalha (considerando que, embora distante, a disponibilidade de transporte público é bem maior quando comparado a outros bairros), seu trajeto é bem mais urbanizado do que o de Luzia, que é um local de características mais ruralizadas – e compreendendo a dinâmica de dificuldades que circunscreve os sujeitos que vivem no campo mas dependem da cidade, não é difícil perceber que isso afeta também sua mobilidade. Acerca das duas outras trabalhadoras, Janaína e Dona Núbia, seus trajetos não somente são mais urbanizados como menos distantes do centro, sendo ambas moradoras de uma periferia menos distante da *centralidade* (do fluxo de pessoas e serviços). Percebemos com isso diferentes dinâmicas de mobilidade urbana que afetam diretamente a qualidade das relações que essas mulheres possuem com o espaço urbano, por meio de seu uso citadino ou do trabalho. Mas não apenas nesse sentido o espaço surge encurtando ou aumentando distâncias físicas e sociais. Outro ponto a ser considerado é a relação entre o estigma e o espaço, como descrevi em relação ao bairro de algumas de nossas agentes, mas que dizem respeito, em si, a todas elas – e até mesmo a mim.

Ao longo do capítulo evidenciei postulados econômicos, racistas e sexistas que segregam os espaços urbanos, seja na disposição de periferias e centros, seja no controle daqueles que podem circular pelos espaços públicos. Essas formas de dominação *do* espaço e *pelo* espaço podem surgir em diferentes formas, em múltiplas ações políticas e sociais, como as já ditas remoções e pela especulação imobiliária, pela arquitetura hostil das cidades mas também nas proibições verbais expressas de maneira ostensiva. Parte importante de se reconhecer o impacto disto é perceber as formas como estas forças podem ser visualizadas no microcosmo da cidade: o cotidiano. Contudo, o espaço, na qualidade do lugar, aparece aqui com grande relevância, consolidando-se também como dimensão prática do espaço-ideologia. A dinâmica do lugar pode abrigar ainda aspectos morais e éticos que atravessam a vida cidadina e igualmente o trabalho das ambulantes – e cabe agora compreendê-los neste contexto.

### 3 A HISTÓRIA CONSTRUÍDA NO LUGAR

A análise da relação que as trabalhadoras ambulantes possuem com o espaço me permitiu compreender que a movimentação destas mulheres pela cidade ocorre, a princípio, em função de uma trajetória construída por elas *no e com* o lugar. Neste contexto, o *reconhecimento do trabalho* cumpre um papel fundamental no desenvolvimento de uma carreira como ambulante, possibilitando a elas sua permanência nos espaços públicos na condição de trabalhadoras. O trabalho surge assim como categoria central nessa relação, atravessando diretamente a sua inserção e ocupação do espaço.

Como pude analisar anteriormente, os conflitos de gênero, classe e raça, cada qual a seu modo, se fazem presentes em distintas dimensões das relações com o lugar. O reconhecimento que legitima as agentes desta pesquisa enquanto trabalhadoras surge em contraponto ao *não ser trabalhadora*, uma ideia atravessada por rótulos e estigmas que associam o trabalho não reconhecido à práticas ilícitas e desconhecidas – imagem da qual elas buscam constantemente se afastar pela diferenciação de si em relação a outras mulheres presentes nas sociabilidades do comércio de rua, como veremos adiante. Essa ideia, compartilhada entre as agentes, tem sido por séculos atribuída aos sujeitos que insistem em ocupar os espaços públicos, sendo assimilada e reproduzida também por diferentes indivíduos que compartilham a vivência naquele lugar. De modo geral, o reconhecimento pelo trabalho atravessa trabalhadores ambulantes independente do gênero, tendo origem em uma relação intrínseca com o território e com as pessoas que o compartilham através de uma relação de espaço-tempo, com o ser visto e reconhecido por outros habitantes, sejam eles passantes, comerciantes, outros ambulantes, autoridades e trabalhadores (ASSIS, 2011).

#### 3.1 Perspectivas sobre o reconhecimento

Uma vez que adquire relevância central para a compreensão do processo de movimentação e ocupação dos espaços públicos que as trabalhadoras ambulantes aqui investigadas realizam no seu cotidiano, o termo reconhecimento e sua associação ao trabalho exige ser explorado um pouco mais de perto. Axel Honneth



(2008), nesse sentido, relembra o lugar de centralidade que o trabalho ocupa na vida social, ainda que alguns intelectuais na sociologia tenham, em diversos estudos, enfatizado os processos culturais da sociedade na dinâmica social em detrimento do trabalho. Essa centralidade laboral surge com nitidez na percepção que fazemos enquanto indivíduos acerca do trabalho, revelando o peso que essa atividade possui na vida dos sujeitos, seja em sua ausência – o desemprego – ou nas condições mais precarizadas, fruto das políticas de flexibilização em curso no mundo do trabalho. Ao considerar a perspectiva segundo a qual o mercado capitalista de trabalho cumpre também uma função de integração social, Honneth pontua a existência de normas morais que subjazem o mundo do trabalho tal como as normas que delineiam os modos de agir no mundo socialmente vivido, o que o leva, nesse sentido, a buscar apreender as relações *reais* de trabalho. Hegel já propunha em sua Filosofia do Direito descobrir os elementos de uma nova interação social nas estruturas da organização capitalista da economia que se formava, tentando demonstrar que o sistema de trabalho que outrora havia definido ocorria satisfazendo certas demandas normativas. Em Hegel, como aponta Honneth, essa qualidade normativa estabelece uma economia baseada em um sistema de dependência recíproca: a expectativa por resultados dos sujeitos está vinculada à condição de garantia de um salário que dá a ele algum grau de autonomia econômica (p. 55).

Para enfatizar a importância moral destes pressupostos internos, Hegel se vale da terminologia do reconhecimento cunhada por ele: no sistema de relação de troca mediado pelo mercado, sujeitos se reconhecem reciprocamente como seres privados autônomos que estão ativos uns para os outros e, desta forma, mantém sua vida através de suas contribuições sociais do trabalho (SCHMITT & BUSCH, 2002, p. 59-65 *apud* HONNETH, 2008, pp. 55-56).

Honneth pontua que, em Hegel, a existência de condições morais no capitalismo exige que o trabalho dos indivíduos não seja remunerado apenas pelo salário, mas pelo reconhecimento de suas habilidades para o bem geral, determinando assim sujeitos dignos de reconhecimento, o que dá ao trabalho uma qualidade para além da produtiva. Alain Caillé (2008) discorre também sobre a questão do reconhecimento na sociologia e estabelece que, diante de tantas formas distintas através das quais o reconhecimento aparece, ainda que não nominalmente,

entre diferentes autores e teorias sociológicas, surgem quatro questões complementares e gerais que norteiam a construção de um conceito de reconhecimento. Quem deve ser reconhecido: sujeito ou grupo? Por quem ser reconhecido: outros sujeitos, instituições, instâncias? O que deve ser reconhecido? O que é o reconhecimento e qual o grau de consistência ele possui enquanto conceito? Na tentativa de oferecer caminhos possíveis aos autores que buscam definir este conceito, o autor procede em tentar elaborar o que forma o valor dos sujeitos humanos e sociais, o valor dos indivíduos, das pessoas, dos cidadãos e, por fim, o valor do homem. Para Caillé, lutar para ser reconhecido nada mais é do que lutar para *se ver reconhecer, atribuir ou imputar valor*, e o que nos resta é descobrir o que constitui esse valor (p. 158). Ao propor que o que é próprio dos sujeitos humanos é o desejo por reconhecimento, Caillé baseia-se em proposições posteriores de Honneth e estabelece que a ideia de reconhecimento é, nesse sentido, uma relação somática entre *amor, respeito e estima*. A partir da ideia de *respeito*, Caillé nos oferece pistas valiosas sobre a forma como o reconhecimento surge na vida cotidiana:

Seguramente, ter “respeito” a uma pessoa é frisar que ela foge à esfera do desprezo, do opróbrio ou do desdém e que ela soube acessar a esfera da visibilidade comum, ou que ela está mais visível aos olhos de todos os que importam. Mas também significa que o que ela fez ou o que ela é consiste algo excepcional, particular o bastante para valer mais do que o que fizeram ou o que são os outros. E, por fim, é também uma forma de dizer que a pessoa é amada justamente por isso. Empregada neste sentido, a palavra “respeito” subsume a estima e o amor para além do respeito legal, anonimamente devido a todos. De modo mais amplo e sintético, isto significa que reconhecemos na pessoa que respeitamos o mérito de ela haver realizado sua humanidade, uma certa concepção daquilo que faz a excelência humana ou, ainda, o humano por excelência. (CAILLÉ, 2008, p.158)

No que diz respeito às mulheres negras, a análise do reconhecimento partindo destes princípios nos leva a pensar a forma como somos percebidas no mundo social. Como aponta Sueli Carneiro (2013), a violência colonial imputada pelos senhores brancos contra as mulheres indígenas e negras, ao atravessar e fundamentar a construção da identidade nacional brasileira – do país *miscigenado* –, organiza também as hierarquias de gênero e raça, na qual o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional, a desigualdade de gênero é erotizada e a violência sexual perpetrada contra as mulheres negras ao longo do período colonial

e posteriormente é convertida em uma narrativa romântica (GILLIAM, sem data, *apud* CARNEIRO, 2013). Tais premissas, segundo Carneiro, não se restringem ao período colonial e mantêm-se vivas no imaginário social, contribuindo para a manutenção das estruturas de gênero e raça instituídas ainda no período escravista, no qual somos incluídas como “*parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto*” (CARNEIRO, 2013, p. 2). Se a luta pelo reconhecimento inclui lutar por ter sua humanidade reconhecida, para nós, mulheres negras, esse movimento envolve a reivindicação de uma humanidade negada também pela dupla opressão incutida pela interseção entre racismo e sexismo em nossas vidas.

O reconhecimento do trabalho, e de igual forma, o reconhecimento da carreira construída neste trabalho, ganha relevância na constituição identitária dos sujeitos ao ofertar ganhos simbólicos para além dos ganhos materiais que podem, ainda nesse sentido, garantir a manutenção do exercício do trabalho, como ocorre com os trabalhadores ambulantes – aqui incluídas também as possibilidades de *driblar* estigmas e a adequação ou enfrentamento às moralidades do lugar, uma vez que o espaço das sociabilidades que se dão pelo trabalho são igualmente cruciais neste processo (ASSIS, 2011). Claude Dubar (2012) pontua a existência de distintas atividades que geram renda e permitem, ao mesmo tempo, a construção de uma carreira, ou seja, ocorrem em uma progressão de tempo ao longo da vida dos sujeitos, expressa na constituição de uma trajetória (p. 353), e o reconhecimento do trabalho tem igual relevância para a constituição e o fortalecimento da identidade dos sujeitos, como pontuam Maria Letícia Rosas e Rosângela Moraes (2011) ao estabelecerem o trabalho como “*mediador insubstituível da realização pessoal no campo social*” (DEJOURS, 2007, p. 21 *apud* ROSAS & MORAES, 2011, p. 211). Cabe lembrar que o trabalho ambulante é fortemente atravessado por estigmas que associam os trabalhadores à desordem dos espaços públicos e à criminalidade – problemáticas com as quais trabalhadores ambulantes precisam lidar no seu cotidiano e para qual o reconhecimento do trabalho torna-se primordial. Suas carreiras seriam então a manutenção deste reconhecimento, e a possibilidade de consolidação da primeira depende da existência da segunda.

Neste trabalho, o reconhecimento enquanto *a assunção do valor social de um sujeito* torna-se ferramenta fundamental, auxiliando as trabalhadoras ambulantes na inserção e ocupação do espaço urbano *driblando*, sem superar totalmente, conflitos de gênero, raça e classe, podendo ser localizado em diferentes instâncias: entre seus pares, entre os habitantes do lugar e diante do poder público. Até mesmo a minha inserção enquanto pesquisadora envolveu, de certa forma, ser reconhecida por estas trabalhadoras de alguma forma. Estabelecer o reconhecimento como a soma de *estima, respeito e amor* certamente aponta para processos que podem tanto integrar quanto segregar sujeitos, e ainda nesse sentido, o respeito direcionado a alguém “*pode variar de acordo com a região levando em consideração aspectos como a posição das pessoas na hierarquia social local em termos de status, idade ou gênero*” (VELHO & ALVITO, op. cit., p. 148 *apud* PIRES, 2011, p. 128), o que fica bastante evidente quando consideramos as histórias cotidianas das nossas agentes em relação ao espaço, em suma, suas *trajetórias*. O reconhecimento é, portanto, um importante aspecto valorativo nas relações que são construídas no lugar por meio do trabalho, e como tal, aparecerá ao longo deste capítulo repetidas vezes para organizar e elaborar percepções.

### **3.2 Redes de sociabilidade ambulante: criando vínculos no lugar**

Seguir na carreira ambulante exigiu das agentes desta pesquisa persistência, mas não apenas isso, obviamente. Muitos outros fatores tornaram essa trajetória possível. A maior parte destas trabalhadoras relatou uma certa mediação de algum outro agente que as ensinou a fazer do espaço público seu local de trabalho quando foram inseridas nesta atividade, valendo-se de artimanhas e táticas que elas adaptam conforme aumentam sua experiência, adquirindo novas maneiras de fazer de acordo com suas necessidades e problemáticas que experimentam na vida cotidiana. Este agente mediador por vezes também as introduz nessa rede de sociabilidade compartilhada pelos trabalhadores ambulantes. Elas aprendem a replicar esse modo de se inserir em outros *pedaços*, outros *circuitos* (MAGNANI, 2002), sendo reconhecidas como trabalhadoras, tanto pelos outros ambulantes quanto pelos outros sujeitos com quem compartilham o espaço. Saber se inserir garantindo o próprio reconhecimento diminui alguns dos riscos aos quais se pode

estar exposto quando nesse trabalho, driblando alguns estigmas e garantindo vendas. Esse fato pode evidenciar uma carreira que é também familiar (RANGEL, 2019), uma vez que estas trabalhadoras foram, não coincidentemente, apresentadas ao trabalho ambulante e introduzidas aos espaços e aos modos de fazer sempre por seus parentes: irmãos, filhos, tios, maridos, a maior parte deles homens que já trabalhavam nesse segmento. Vale lembrar que Dona Núbia herdou o ponto do marido e o material de sua banca do seu filho, como já mencionado, e Janaína, que trabalha nos coletivos, conta que seus irmãos já trabalharam como ambulantes nos trens do Rio de Janeiro. Já Iva, do carrinho de pipoca, foi inserida pela primeira vez no trabalho ambulante pela própria mãe, também trabalhadora ambulante, que atuava nas ruas do centro ao lado do seu tio.

Essa inserção mediada traz à tona uma percepção de que uma estrutura familiar já envolvida no trabalho ambulante torna o processo de inserção mais seguro, especialmente para as mulheres, tanto no que diz respeito ao uso do espaço urbano quanto às garantias de que a atividade será rentável. Os sujeitos aprendem a avaliar e administrar os recursos disponíveis no espaço urbano por meio do conhecimento compartilhado por indivíduos com experiência nesse ramo, valendo-se de uma rede social que impulsiona a sua iniciação e manutenção no segmento informal (OSTROWER, 2006). É válido lembrar que a inserção na rede de reconhecimento de outros trabalhadores ambulantes é igualmente de grande importância, uma vez que ambulantes já reconhecidos podem ser intermediários no processo de reconhecimento de outros trabalhadores, criando pontes e vínculos entre os novatos e os de carreira, já legitimados (PIRES, 2011). Além disso, a carreira familiar envolve outros aspectos diretamente relacionados à viabilidade do trabalho: Felipe Rangel (2019) relata em sua tese de doutorado sobre a “empresarização” das feirinhas populares em São Paulo que, para além do conhecimento da dinâmica e das redes de sociabilidade que podem ser herdadas de familiares, inserir-se nesse segmento através de outra pessoa cuja carreira já encontra-se estabelecida permite a esse agente um conhecimento prévio daquilo que ele irá encontrar em um mercado tão diversos quanto o segmento informal. Não obstante, ele observa que diferentes formas de se inserir no mercado informal

resultam em diferentes trajetórias, facilitadas pelos vínculos prévios com o comércio e com o lugar, ou dificultadas pela ausência deles.

(...) muitos dos trabalhadores que entrevistei ao longo da pesquisa chegaram ao comércio popular sem necessidade de negociar internamente os riscos e possíveis ônus simbólicos da atividade, relacionados aos aspectos da informalidade e aos estigmas associados. Em geral, essas trajetórias são marcadas pelo engajamento facilitado pelos vínculos familiares e “laços fortes”. Vale observar, porém, que essas redes oferecem condições de inserção no trabalho no comércio popular distintas e desiguais, e podem fazer a diferença no desenvolvimento futuro da atividade. (RANGEL, 2019, p. 88)

O reconhecimento que essas agentes possuem, tal como estabelecido anteriormente, pode ser institucional – junto ao órgão da prefeitura responsável pela fiscalização dos ambulantes, a *postura* – ou ter origem na relação vivida *com* e *no* lugar, criando laços com as pessoas que o habitam. Para aquelas que trabalham em um lugar fixo, a existência de uma relação antiga com o espaço por elas ocupado sugere que a construção do reconhecimento, além de ocorrer em um processo lento, implica também em marcas históricas que o lugar deixa em suas vidas. Não raramente, o reconhecimento institucional do seu trabalho e a garantia legal da ocupação daqueles espaços vem depois do reconhecimento adquirido através das redes de sociabilidades entre seus pares, podendo ser ainda facilitado aos sujeitos que possuem os *contatos certos*. Diversos foram os momentos em que a relação cotidiana dessas mulheres com o espaço demonstrava a constituição de uma rede que as reconhece como parte do *lugar*. Não apenas os fregueses fiéis e contínuos ao longo dos anos, que tornam o trabalho viável e rentável garantindo sua permanência, mas o reconhecimento dos lojistas que se colocam também nessa rede de sociabilidades, estabelecendo vínculos dos mais variados, como de favores e indicações, constituindo redes afetivas e podendo ser parte da rede privada-familiar dessas mulheres. No meu diário de campo, no dia 18/05/2021, descrevo um bom exemplo desta rede de sociabilidade.

Em dois momentos, Dona Núbia se ausenta e me deixa sozinha com seu carrinho: quando uma mulher em situação de rua pede a ela algum trocado, e Dona Núbia sem ter, vai até uma loja próxima, na esquina, e volta alguns minutos depois com o dinheiro, entregando a essa mulher. Em um segundo momento ela fica sem troco para dar ao freguês, e vai até uma outra loja com a nota alta, retornando com o valor trocado.

Esse momento cotidiano que registro no meu diário de campo ilustra um pouco das relações que se dão naquela rede. Dona Núbia construiu um laço de confiança que permite a ela pedir dinheiro a um lojista para dar a um pedinte sem que isso desestabilize as relações que ali se dão, além do fato de que pedir dinheiro exige um certo grau de intimidade para que não se torne uma situação constrangedora, o que ocorreu em função de uma relação de confiança construída com aquele sujeito ao longo do tempo. A confiança é, não obstante, uma categoria central na consolidação de um *capital social* (PUTNAM, 2000 *apud* TIRELLI & PEDROSO, 2017). No caso de Dona Núbia, que atua em um ponto fixo e próximo a outros ambulantes isso se confirma em muitos momentos, como no registro que faço no dia 27/10/2021.

Nesse momento, Dona Núbia me contava um pouco sobre a criação de sua filha mais nova e de que a trouxe para o local de trabalho ainda muito pequena, com 15 dias de vida. Segundo ela, ela foi um bebê que deu muito trabalho: *“chorava muito, só queria colo, tinha muita cólica porque eu tomava muito café. Tirei ela do peito e passei a dar mamadeira, isso fez muito mal a ela. Um senhor antigo que tinha uma loja aqui me disse indicou um pediatra muito bom, eu fui lá, ele receitou um leite. Esse pediatra passava aqui na rua direto com a esposa, doutor J...”*. Algum tempo depois chega uma moça, que possui um carrinho de pipoca na região próxima a Dona Núbia, que confirma tudo que ela havia acabado de relatar. Essa moça diz que também costumava trazer seus filhos para o local de trabalho quando eles eram crianças, e *“que todo mundo olhava os filhos de todo mundo”*.

Esse relato ilustra mais do que redes de sociabilidade entre ambulantes e lojistas, mas entre mulheres, na criação dos seus filhos e a presença deles *no local de trabalho*, além da ajuda mútua entre os que ali trabalhavam em condições similares, onde presenciamos uma solidariedade entre as ambulantes-mães do lugar, que compreendiam a necessidade de levar os filhos para o local de trabalho – nas ruas – bem como a relação de proximidade do lojista, que presenciando as dificuldades com o bebê, aconselhou-a, orientando-a a procurar o auxílio de um médico de sua confiança. Vivenciando uma maternagem na rua, as dificuldades eram grandes e levavam Dona Núbia a dividir seu tempo de trabalho com o tempo de cuidado do recém-nascido. As escolhas precisavam ser feitas, e ela optou por mudar a alimentação da sua filha para que o trabalho como ambulante se tornasse menos árduo, o que implicou em questões posteriores. Na verdade, esse relato

ilustra bem a condição de ser mulher-mãe-trabalhadora, onde o trabalho reprodutivo, frequentemente invisibilizado, se faz presente ao lado do trabalho produtivo (MELO & CASTILHO, 2009), crucial para a própria manutenção – que nesse contexto se *entrecruza* ainda ao trabalho nas ruas. Para além desse aspecto, a maternidade surge aqui como mais um elemento de sociabilidade, onde mães em condições similares de trabalho se solidarizavam umas com as outras. Acerca dessa característica, concordo com Hoff (2017) que é imprescindível conhecer as mulheres no contexto da segregação urbana refletindo sobre suas formas de socialização, investigando as redes de sociabilidade por elas constituídas entre outras mulheres, uma vez que estas podem ser cruciais para a manutenção do uso cotidiano da cidade, tanto no lar e nas proximidades de sua residência quanto nos espaços públicos.

Essa relação com os outros habitantes do lugar também se faz presente na rotina das trabalhadoras nos ônibus em distintos momentos. Em primeiro lugar, a validação da própria presença destas trabalhadoras nos ônibus envolve um contrato não verbal de confiança com os trabalhadores daquele lugar – nesse caso, entre o motorista e o cobrador do ônibus – bem como os passageiros. Isabel Ostrower (2006), quando analisando a atividade dos vendedores ambulantes dos ônibus do Rio de Janeiro, reconhece que esta atividade implica não apenas em questões de ordem institucional, mas em redes de relações, troca de gentilezas, amizade e confiança, fatores que não obstante, garantem sua permanência no segmento. E isso não foi diferente com Luzia e Janaína em suas atividades. No que diz respeito aos “habitantes” dos ônibus, estão envolvidos nesta relação e na sua manutenção a qualidade do produto oferecido, o preço, os discursos e os modos de se fazer presente. Ostrower propõe que na relação desses ambulantes com os passageiros está em jogo o modo como eles operam a publicidade do seu produto, sendo cativantes e gentis, ou até mesmo apelando para o sofrimento, em uma retórica performática da necessidade que busca a sensibilização dos passageiros e o reconhecimento dos agentes que ali habitam enquanto trabalhadores autorizados para vender nos ônibus em uma dimensão extra-oficial (p. 122), já que nesse contexto, é comum uma representação do ambulante no campo do ilegalismo, do



farsante golpista, usuário de drogas ou marginal que pode implicar na negação da sua presença nestes coletivos (p. 127).

No caso de Janaína e Luzia, essa parece ser uma preocupação central: suas falas expõem que elas buscam se afastar principalmente da figura do pedinte, uma imagem frequentemente associada àqueles ambulantes que fazem uso do sofrimento gerado pelo desemprego em seus discursos. Para realizar suas vendas, tanto Janaína quanto Luzia operam do mesmo jeito: colocam-se na parte da frente do ônibus, a vista de todos os passageiros, e discursam apresentando suas balas *“Boa tarde, trago aqui para vocês hoje balas de tamarindo, bala de hortelã, bala de café, bala de caramelo, por apenas um real. Jujuba de iogurte, jujuba da fruta, duas por apenas dois reais...”*. Quando possuem as pomadas e sabonetes, também as apresentam, falando suas propriedades clínicas, como para massagens nos pés, e em seguida, o valor. As pessoas normalmente aguardam o fim da apresentação do discurso, levantam as mãos e elas vão até cada passageiro finalizar suas vendas. Depois de finalizadas, elas desembarcam sem mais delongas.

Implícito nesse movimento está a forma como os passageiros e possíveis fregueses recebem a presença das agentes nos ônibus e a forma como elas são percebidas pelos trabalhadores dos coletivos, especialmente os motoristas. Como propõe Ostrower (2006), é ele quem determina se sua presença será aceita ou não naquele coletivo. Ainda que exista uma ordem dos seus superiores ou dos fiscais para que não permitam a presença dos ambulantes nos coletivos, no dia-a-dia, o agente que autoriza ou não seu embarque é aquele que estará lidando diretamente com os trabalhadores. E é aí que as amizades, gentilezas, cumplicidade e respeito tornam-se vitais, sendo esses dois últimos aspectos os que mais se fazem presentes na preocupação das agentes desta pesquisa. Como relata Janaína, *“os motoristas marcam direitinho quem é quem”*, o que relata um reconhecimento dos trabalhadores ambulantes que operam nessas linhas. Uma das principais questões acerca da presença destes ambulantes é, segundo Janaína, o incômodo que eles podem causar aos passageiros, bem como a possibilidade de eles aproveitarem-se das vendas para viajar em um determinado trajeto sem pagar a própria passagem. É importante nesse sentido *respeitar* o trabalho dos motoristas e cobradores, visto que

se forem pegos dando “caronas” indevidas, terão o valor das passagens descontados do seu salário. Fazer o seu trabalho respeitando o trabalho do outro estabelece uma relação de cumplicidade que, em consequência, garante sua permanência no coletivo.

Oferecer balinhas, doces e chocolates sem o objetivo imediato de remuneração tem uma forte relevância, não só pelo significado econômico direto, mas também porque constitui um importante instrumento nas manipulações que visam conservar e ampliar a rede de contatos pessoais (...). A entrega de uma bala ao motorista além de apresentar-se como um ato gratuito de generosidade, serve para manter os vínculos sociais estabelecidos com o motorista. (OSTROWER, 2006, pp. 131-132)

De fato, já presenciei a gentileza acima citada diversas vezes, com diferentes vendedores ambulantes, uma vez que sou usuária cotidiana do transporte coletivo. Mas não de Janaína e nem de Luzia, o que nos leva a pensar um aspecto muito importante de sua sociabilidade: os *passageiros/clientes*. A confiança deles parece ser uma característica de grande relevância para a manutenção do trabalho delas nos coletivos. Certa vez, ao encontrar com Luzia em um ônibus fazendo suas vendas, percebo que uma mulher acena gentilmente para ela, que se aproxima. A mulher diz “*você tem de tamarindo hoje?*”, e recebendo a resposta positiva de Luzia, realiza a compra. Após o desembarque de nossa agente, esta mulher dirige-se à passageira ao lado e afirma que só compra os produtos com Luzia porque ela é confiável e *limpa*. Para além dessa pequena ilustração da forma como esta vendedora de balas é percebida entre os passageiros, o relato dado por ela em um de nossos encontros também é bastante revelador. Certa vez encontrei com ela em um ponto de ônibus quando esperava para embarcar e me aproximei. Quando lhe perguntei sobre as vendas durante a pandemia, sua resposta foi surpreendente: “*Eu achei que seria pior... mas até que está vendendo bem!*”. Pergunto a ela se poderia ser porque ela é bastante conhecida nos ônibus e ela diz que certamente é por conta disso. O reconhecimento por parte do cliente/passageiro surge aqui como um aliado na manutenção da atividade ambulante.

Por outro lado, o discurso da passageira/cliente aqui relatado dá indícios de outros aspectos presentes nesse processo de reconhecimento: quando a mulher indica que compra com Luzia e apenas com ela por saber que ela é *limpa*, acaba

trazendo à tona aspectos de uma percepção estereotípica não apenas relativa ao trabalho ambulante, como também em relação a gênero e de certa forma, raça. Podemos conceber os estereótipos como uma construção sócio-cognitiva a respeito de características compartilhadas por alguns grupos, associados por exemplo à construção sócio-cultural de feminilidade e masculinidade, influenciando a forma que um indivíduo irá se sentir, pensar e se comportar em relação ao outro e a ele mesmo (MELO & GIOVANI, 2004). Os estereótipos são transmitidos em várias dimensões e instituições da sociedade e variam de acordo com raça, classe e gênero, sendo efetivos em relação a esse último ao atuarem “generificando” corpos através de práticas sociais e educacionais (DUARTE & SPINELLI, 2019). Assim, é esperado que uma mulher assuma as características tidas como femininas e as tarefas associadas aos papéis de gênero atribuídos, sendo uma delas, o trabalho de limpar. Como vimos anteriormente, as mulheres negras não obstante foram levadas a ocupar majoritariamente os postos de trabalho domésticos, sendo consideradas boas trabalhadoras aquelas que mais se empenharam em corresponder à exigência de higiene de suas sinhás e patroas, ainda que isso as levasse a empreender um esforço sobrehumano. Ser limpa é um adjetivo que busca enaltecer uma qualidade questionável, já que ao mesmo tempo, mascara vestígios de um estereótipo associado à mulher de um modo geral, e mais ainda, à mulher negra. Ainda nesse sentido, a mulher negra reconhecida como limpa é o pólo oposto da mulher negra apontada como *suja*, em uma sujeira que não é apenas biológica, mas moral, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, o trabalho com gênero alimentícios na rua, especialmente os perecíveis, é relatado por Garcia et. al. (2010) como uma opção que dá continuidade aos papéis de gênero já desenvolvidos no seio das relações familiares ou no trabalho doméstico, sendo assim a exigência por um alimento limpo uma questão além da sanitária.

De um modo geral, o que se apresenta na relação clientes/passageiros e ambulantes é um processo de reconhecimento mútuo pautado nas moralidades do lugar. A construção de uma carreira profissional envolve também a construção de uma identidade, uma vez que os aspectos que atravessam a carreira de um indivíduo também atravessaram sua identidade, sejam eles positivos ou negativos

(DUBAR, 1997 *apud* ASSIS, 2011). Analisando a construção da imagem do camelô atrelada ao estigma de invasores da cidade e compreendendo que a identidade destes agentes pode ser com isso atravessada pelo sentimento de vergonha e de desvalorização, Renan Assis (2011) pontua que a busca por legitimidade no trabalho ganha um caráter central para a efetivação da atividade.

A declaração identitária se dá como forma de justificação de indivíduos ou grupos em diversos contextos de luta, o que requer um posicionamento diante de imputações que são atribuídas por outros. No entanto, torna-se pertinente pensar o contexto onde os *camelôs* estão em um contato cotidiano com diversos grupos – [como um lugar de] *compartilhamento do reconhecimento dos “outros” no “eu” e do “eu” nos “outros”, numa relação dialética identitária cuja síntese é a diversidade e não a unidade* (SILVA, 2009: 50)”. (ASSIS, 2011, p. 59, grifos do autor)

É partindo desta premissa que Assis expõe a luta por reconhecimento travada pelos camelôs em sua pesquisa, onde ser reconhecido enquanto trabalhador garantiria a legitimidade de seu próprio trabalho, enfatizando o caráter identitário que o trabalho carrega. Márcio Pinto (2009) busca, a partir de Rousseau, estabelecer uma diferenciação entre legitimidade e legalidade sem restringir a primeira ao cumprimento das leis, mas compreendendo sua vinculação a valores morais e a um ideal de justiça. Para Pinto, o grande problema na aproximação dos dois conceitos reside no fato de que não há uma vinculação direta entre a legalidade e os valores morais e de justiça, *“pois a legalidade em si não produz necessariamente a moralidade ou, quando a produz, geralmente a produz inconscientemente”* (p. 48).

Ao associar legalidade e moralidade, Kant vai dizer que a moralidade não depende de temor ou de qualquer fonte externa de pressão ao cumprimento da lei, pelo contrário, constitui-se pelo amor à lei, pelo respeito inerente ao dever (KANT, 2000, p. 160). Mas, de maneira geral, pode haver legalidade sem moralidade e moralidade sem legalidade, ao respeitar-se leis injustas e até mesmo imorais. Isso nos levaria a considerar que legalidade e moralidade são conceitos completamente independentes entre si. (PINTO, 2009, p. 48)

Para Pinto, não obstante, a ideia rousseauísta de que a legitimidade é produzida pelo consenso social ganha mais corpo ao afastar a postura legalista: em Weber, uma ordem política é digna de aprovação ao ser investida de certo valor, indo além da conformidade da legislação vigente, reflexo da legitimidade. Nessa perspectiva, a legalidade não implicaria necessariamente em moralidade. Analisando a legalidade ou não do trabalho executado pelas trabalhadoras

ambulantes aqui descritas, ainda que algumas delas operem em um regime de ilegalidade – não formalizado nos órgãos públicos responsáveis institucionalmente pela sua regulação – sua presença é legitimada quando seu trabalho é reconhecido como tal, como *confiável*, imbricando os valores éticos daqueles que legitimam sua presença: os passageiros, os clientes, o motoristas, o cobrador.

Ainda que em diferentes condições, todas as nossas agentes têm seu trabalho viabilizado pela inserção em uma rede de sociabilidades, que pode ainda estar diretamente relacionada ao lugar que habitam na condição de trabalhadoras. As redes dessas trabalhadoras se estabelecem em muitas dimensões, desde as mais privadas – o meio familiar – até as menos íntimas, mas que igualmente são importantes para a manutenção da atividade. Partindo do conceito de capital social de Bourdieu, Rangel (2019) entende que as redes sociais estabelecidas convertem relações eletivas em lucros materiais e simbólicos, pontuando que o capital social ganha relevância não apenas na inserção destes trabalhadores neste segmento, como também na *qualidade* desta inserção – o que vai impactar diretamente suas possibilidades nessa atividade, como se verifica nas trajetórias do comércio popular.

Conforme as análises de Portes (2000) e Carpim (2005), o capital social para Bourdieu possui um caráter instrumental, na medida em que funciona como um recurso individual que permite certos acessos sociais através do estabelecimento de relações com outros atores sociais, formando uma rede de contatos e aproximações com reconhecimento simbólico de prestígio, valores e virtudes. Dessa forma, pode ser tratado como um recurso originado nas redes de relações para uso com fins privados, possibilitando que um indivíduo possuidor de um estoque de capital social consiga mobilizar uma extensa rede de relações sociais em proveito de suas intenções “mundanas” (TIRELLI & PEDROSO, 2017, p. 22)

O capital social, não obstante, resulta do investimento empreendido pelos agentes em sociabilidade, majoritariamente de tempo e esforço, possibilitando que até aqueles que se inserem nessa atividade em certa desvantagem – sem qualquer mediação – possam se estabelecer nela (RANGEL, 2019). A extensão desta rede de sociabilidades importa na criação de capital social e a participação dos indivíduos nessas relações oferece a ele acesso ao conjunto de recursos disponíveis para os demais membros dessa rede (TIRELLI & PEDROSO, 2017). Claudia Tirelli e Adriana Pedroso (2017) pontuam em sua pesquisa ao abordar as implicações dos papéis de gênero na produção de capital social no meio rural que este movimento exige

discutir os modos de vida do território, uma vez que a estrutura social na qual estas mulheres estão inseridas constrange suas sociabilidades e sua participação social (p. 25). Essa premissa pode ser adaptada para descrever as mulheres que vivem no espaço urbano, considerando, de igual modo, as estruturas sociais destes perímetros e a forma como a violência e opressão de gênero se fazem presentes nesses lugares. Entre as agentes desta pesquisa existe obviamente a possibilidade de construir redes, mas essa construção se dá submetida à constituição de uma trajetória que exige consistência e compreensão do *contexto* do trabalho, garantindo confiança dos clientes, e que sua presença naquele espaço seja sustentada ou tolerada. Pensando em Luzia e Janaína, isso pode se estender inclusive para forma como compram e revendem as pomadas e sabonetes, obtendo um prazo maior para o pagamento do produto ao fornecedor após as vendas serem realizadas, em uma relação de confiança com esse outro sujeito que participa desse circuito. Mas pensando em aspectos mais básicos, diz respeito também ao motorista que abre porta sempre (ou quase sempre) para que elas embarquem e efetuem suas vendas, em um acordo extra-oficial para realização do próprio trabalho, pautado em confiança e respeito. Para Tuize Hoff (2017), as redes de sociabilidades constituídas por mulheres quando nos espaços urbanos podem ser ainda uma possibilidade de transpor a segregação urbana reproduzida nas cidades enquanto fenômeno urbano.

### **3.3 Quando entre mulheres negras...**

Como já dito, a categoria reconhecimento atravessou esta pesquisa em diferentes momentos. A minha inserção no campo de pesquisa, por exemplo, embora tenha sido bastante singular e específica quando dizia respeito a cada uma destas trabalhadoras, expõe processos de reconhecimento mútuo através de duas características da minha relação com elas e com a cidade: os aspectos relacionados às nossas semelhanças e diferenças, ou seja, pontos de nossa sociabilidade e da nossa história que nos aproximavam e nos afastavam – o que impactou diretamente meu reconhecimento enquanto pesquisadora – e também a relação que eu mesma possuía com a cidade enquanto habitante dela.

A primeira característica surgiu como uma dualidade. Como sou nativa dessa cidade, e não apenas isso, quase todos os membros de primeiro e segundo grau da minha família são também campistas, posso afirmar que a minha rede de sociabilidade é bem extensa, e se estende para muitos bairros. Não obstante, o fato de eu ter a experiência de uma vida inteira com a região onde elas se encontravam impactou diretamente o meu processo de pesquisa. A minha abordagem com cada uma das agentes refletia essa condição: uma delas não só trabalhava no mesmo *pedaço*<sup>34</sup> (MAGNANI, 2002) que o meu tio, como o conhecia desde os tempos de escola e morava no mesmo bairro que ele; outra, embora não compartilhasse sua rede de sociabilidade comigo, compartilhava uma história de vida familiar que se assemelhava em alguns eventos com a minha história, nos aproximando enquanto sujeitos, o que tornou o vínculo entre pesquisadora e pesquisada bastante forte em um espaço de tempo relativamente curto; há ainda uma delas que mora no mesmo bairro que eu. O fato de eu ser usuária do transporte público tornou possível reconhecer em pouquíssimo tempo as principais trabalhadoras desse segmento, rostos já conhecidos. Mais de uma vez a minha mãe, que usa esse meio de transporte para ir e voltar do trabalho, encontrou as agentes dessa pesquisa nos pontos de ônibus e durante o trajeto, *trocando figurinhas* nesses encontros. Lembro-me que um dia minha mãe abordou Luzia e *corujou* um pouco sobre o meu mestrado, dizendo que sempre foi faxineira e se esforçou muito para que eu chegasse até aqui. Ela diz que Luzia respondeu que também se esforçou muito para que sua filha tivesse um futuro melhor do que o dela.

Na rotina de nossas vidas, acabávamos por nos encontrar e compartilhar trajetos e rotas, mesmo sem querer. Suas trajetórias se cruzavam com a minha trajetória, seus trajetos se cruzavam com meu trajeto. Luzia e Janaína, por exemplo, frequentemente surgiam no meu trajeto para casa ou para algum outro lugar, transformando uma atividade simples de se movimentar pela cidade em trabalho de

---

<sup>34</sup> “A noção de pedaço, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles” (MAGNANI, 2002, p. 20), “O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998, p. 116 *apud* MAGNANI, 2002, p. 21).

campo – Mariza Peirano (2014) já dizia que o trabalho de campo não tem hora para começar e nem para terminar. Essas mulheres ingressaram no meu cotidiano, conheceram meu filho e minha mãe, nos descobrimos parte de uma mesma vizinhança e pudemos compartilhar alguns sentidos no espaço vivido: os ônibus, os trajetos, os pontos de ônibus, as ruas.

Além de compartilharmos o lugar, ainda que em diferentes momentos, fazendo distintos usos e dando a ele distintos significados, eu e minhas agentes fazemos parte de um mesmo grupo em sua pluralidade: somos mulheres negras. Questões geracionais e de escolaridade, bem como uma trajetória de vida comum à experiência de muitas mulheres negras no Brasil – mais especificamente a relação com o trabalho doméstico que se inicia ainda na infância – nos colocou de certa forma em proximidade, porque reproduzia de certo modo a trajetória de vida de mulheres negras que me cercam, como minha mãe, minha avó, minhas tias... Quando elas me contavam suas histórias, elas soavam parecidas com as histórias contadas pelas mulheres negras da minha vida. Um ponto muito marcante certamente foi perceber a mesma trajetória de esforço em nos oferecer maiores possibilidades de escolha através, é claro, da educação – aqui digo nós, pois inclui também a minha mãe. E este é um processo já em curso: suas filhas e filhos, sejam adolescentes ou adultos, não estão inseridos no trabalho doméstico, não são ambulantes, almejam a universidade, já estão em uma graduação ou já possuem formação superior ou tecnológica. Dona Núbia já me disse que seu filho mais velho está cursando uma faculdade de enfermagem para se especializar na área em que trabalha desde que deixou o trabalho ambulante, que sua filha mais velha é contadora e se formou com o dinheiro do seu trabalho como doméstica, e a caçula, o bebê que chorava na banca de água de coco e despertava a preocupação dos trabalhadores vizinhos, cursa ciências sociais na mesma universidade de onde produzo essa pesquisa, e sonha com o mestrado: *“Minha filha saiu aqui da barraquinha pra faculdade”*. Cabe ressaltar que isso tudo se tornou evidente porque minha aproximação envolveu mais do que ouvir, observar ou perguntar, mas responder sempre que elas solicitavam. Quando eu mesma dizia que tinha um filho, por exemplo, a reação era quase sempre a mesma: primeiro elas faziam uma cara



de surpresa, depois perguntavam minha idade, se chocavam ainda mais, pois pareço bem mais nova do que realmente sou, e em seguida diziam que também foram mães bem jovens, ou que eu sou como suas filhas de alguma forma, porque tenho esse *rostinho de menininha*. Ouvir isso foi forte, em todas as vezes.

Essa identificação e o fato de compartilharmos redes de sociabilidade, trajetórias e territórios na cidade tornou mais fácil a minha inserção nesse campo, fez com que eu fosse mais rapidamente reconhecida por elas como a *menina da pesquisa* e me permitiu observar e ouvir mais de perto, perguntar e conversar derrubando alguns dos muros levantados pelo contato com o desconhecido. Ver uma jovem negra pesquisando sobre o cotidiano delas despertava curiosidade, e *quem eu era* importava. Mais de uma vez, fui recebida por elas com histórias de que em casa todos sabiam “*dessa menina*” que estava investigando sua vida, seu trabalho, que elas eram protagonistas de uma história. Essa relação de reconhecimento mútuo por diversas vezes evidencia a relação entre respeito, amor e estima que estrutura o reconhecimento entre pares (Honneth op.cit. Caillé, 2008).

Assim que me aproximei, a cumprimentei e disse: “*Você ainda se lembra de mim?*”, e recebo imediatamente sua resposta: “*Lembro sim! Sente-se aqui, vou ligar para minha filha!*”, sacando seu celular e telefonando para ela. Dona Núbia me deu o telefone para falar com ela, que muito eufórica, me solicita contato por telefone, rede social, pergunta meu curso, orientador, me fala sobre sua própria pesquisa, sobre sua orientadora... Dona Núbia me diz que o sonho dela é fazer um mestrado. (Trecho do meu caderno de campo, 10/09/2021)

O reconhecimento mútuo também me colocou em maior proximidade com a rede de sociabilidades em fluxo naquele lugar. Não ousou dizer que me inseriu nele, porque isso envolve muitos outros aspectos, mas tornou boa parte deles visíveis e orientou os meus passos durante a pesquisa. Planejei minhas idas ao campo sempre em horários distintos até compreender como funcionava a rotina das trabalhadoras que observava e interagia. Elas me diziam que sempre estavam disponíveis, mas ficou nítido que essa disponibilidade toda era em boa parte gentileza. A verdade é que a cidade muda conforme o dia, o clima e o horário, especialmente na região central. Por exemplo, para Janaína e Luzia, o horário ideal passou a ser aquele em que a disponibilidade de ônibus era reduzida e a quantidade de passageiros diminuía, no período da tarde. Durante a manhã era difícil dizer,

porque quase sempre as pessoas seguem para o trabalho em horários que vão desde as 6h até às 8h. E, ainda assim, de 9h às 11h, por vezes estamos indo ao banco, ao médico, às instituições burocráticas, etc. Então o movimento nos ônibus e no centro como um todo costuma ser maior. Porém, à tarde, no período que ia de depois do almoço até às 16h, quando as pessoas começam a sair do trabalho, o movimento é muito mais baixo do que o normal. Era o meu horário favorito de andar de ônibus, e foi bastante conveniente elas estarem mais disponíveis para conversas nesse período.

Sobre as trabalhadoras que se mantinham em lugares fixos, a disponibilidade variava de acordo com o produto que vendiam. A água de coco é vendida com muito mais facilidade na parte da manhã, quando o sol castiga o centro. Na parte da tarde, embora haja também sol, a posição dos prédios irradia sombras que refrescam e diminuem a demanda pelo refresco, e segundo o relato de Dona Núbia era o melhor horário para conversas. A demanda por pipoca é muito maior no período da tarde do que da manhã, porque é o lanchinho dos passantes e lojistas no final do expediente ou até mesmo ao longo dele. Durante a manhã, a dona da barraquinha de pipoca não permanecia na banca, apenas suas funcionárias, que a abriam, higienizavam e preparavam as pipocas para serem vendidas. O horário ideal para ela era o que se seguia ao almoço, por volta das 14h, quando havia clientes, mas nem tanto quanto aqueles que se aglomeravam a partir das 16h. Havia também de se considerar os dias da semana: segundo a dona do carrinho de pipoca, as vendas eram muito maiores na quinta e na sexta-feira.

Descrever as mudanças no fluxo de pessoas ao longo do dia e a forma como isso altera as atividades dessas trabalhadoras por si só apresenta um bom exemplo de como o tempo é um aspecto significativo para as agentes do trabalho ambulante. Mas o tempo não surge nesse contexto apenas para marcar os melhores momentos para ganhos. A presença dessas mulheres no espaço é marcada pela passagem dos anos e pela relação espaço-tempo consolidada nesse sentido, fundamental para o exercício do trabalho dessas mulheres, trazendo à tona a necessidade de discutir mais uma vez a relação entre esses elementos, uma vez que a própria legitimação e consolidação da carreira ocorrem com a passagem do tempo no espaço.

### 3.4 Considerações sobre o espaço vivido: as sociabilidades do lugar

A relação espaço-tempo que as agentes possuíam com o território foi também central para a realização da pesquisa. Esse aspecto diz respeito à relação que essas trabalhadoras estabeleciam com o espaço no seu ir e vir considerando os tempos que circunscrevem essa relação, variando especialmente entre aquelas que trabalhavam em um lugar fixo e as que se movimentavam pelos ônibus. Assim, para aquelas que estão sempre em um ponto fixo, há em jogo não apenas uma rede de sociabilidade constituída nele, mas também uma relação com os *tempos do espaço*. Para elas, não existe a necessidade de ir até o freguês, elas já estão estabelecidas e são reconhecidas naquele lugar, ocupando-o, em alguns casos, por décadas. Os fregueses sabem onde há um carrinho de pipoca ou de água de coco naquela região e irão até ele, elas não precisam se movimentar pela cidade para realizar suas vendas. Isso faz com que o tempo corra mais devagar: *é a cidade que passa por elas*. Essas trabalhadoras podem observar o grande fluxo de passantes e ganhar com ele. Em função disso, elas encontravam-se quase sempre mais disponíveis para me receber, com cadeiras onde eu poderia me sentar com elas para conversar e observar a cidade passar<sup>35</sup>. Mas isso se dava de modo radicalmente diferente com as trabalhadoras que se deslocavam pelos coletivos. Para aquelas que trabalham nos ônibus a relação espaço-tempo é bastante específica. O ônibus não é utilizado por elas como meio de transporte para chegar a um lugar. *O ônibus é o lugar*. A escolha do trajeto de circulação envolve distintos aspectos, como pudemos ver anteriormente: a maior presença de pessoas dispostas a comprar, pontos de ônibus com maior movimento e conseqüentemente mais seguros, onde elas possam saltar e pegar outros ônibus, um trajeto rápido e ao mesmo tempo muito rentável, que leva ao centro da cidade e aos principais bairros onde reside a classe trabalhadora disposta a comprar seus produtos.

---

<sup>35</sup> Cabe dizer que a forma como cada uma se definia – empreendedora ou trabalhadora – também impactava sua relação com o tempo de trabalho, já que alterava sua percepção dele: A empreendedora costuma estar mais focada na supervisão do trabalho de suas funcionárias, o que exige certa atenção, a depender do movimento, na gestão de sua própria empresa mantendo uma certa disciplina similar a do trabalho “formal” e dispondo menos tempo para distrações. Assim, com ela, eu até poderia me sentar para papear e ver a cidade passar, desde que em momentos onde o movimento era menor e se possível, avisando com antecedência que iria até ela.

Não posso deixar de pontuar que nos primeiros contatos, acreditei que gerei nessas trabalhadoras que atuam nos ônibus um sentimento de *antipatia* em relação a minha presença. Por algum período, em função das dificuldades que encontrei na minha inserção enquanto pesquisadora, imaginei que poderia estar sendo inconveniente ou que eu causava desconforto com a minha presença. No entanto, aos poucos, o que de fato ocorria quando eu sentia um clima difícil diante minha aproximação foi se revelando: a dificuldade de aceitação que eu percebia em relação a elas estava imbricada à relação espaço-tempo que elas estabeleciam com o território por meio do trabalho. Trabalhar nos coletivos exige uma movimentação bastante intensa, não apenas para subir e descer dos ônibus, mas porque cada minuto importa: deixar de descer em um determinado ponto pode fazer com que se perca o ônibus seguinte, o que obviamente afeta as vendas e os rendimentos diários. A relação espaço-tempo dessas trabalhadoras ocorre de modo que elas *passam* pela cidade, sendo parte do fluxo de movimentação. E isso significa que não há muito tempo para observar as ruas e o rosto das pessoas – apenas em momentos bastante específicos, *reconhecendo conhecidos*. Isso exigiu que eu alterasse as minhas perspectivas de pesquisa, que eu me inserisse não no meu tempo, *mas no tempo delas*. Um *insight* bobo, mas que fez muita diferença. Enquanto para as trabalhadoras no ponto fixo, me cabia escolher o dia e a hora de abordá-las, já que estariam sempre ali no mesmo local, exigindo apenas que eu observasse o *clima* – propício ou não para uma conversa, mais ou menos movimentado –, para as trabalhadoras dos coletivos isso dependia quase que inteiramente delas e das alterações que envolviam seu trabalho. Ter isso em mente mudou, e muito, a qualidade das minhas incursões no que diz respeito a todas as agentes da minha pesquisa.

Todas as minhas agentes moram longe da região central, como era de se esperar<sup>36</sup>. Ir ao trabalho exige delas um longo deslocamento desde a casa até o lugar onde se trabalha, ou no caso das trabalhadoras dos ônibus, ao trajeto desejado. Me chama atenção que Dona Núbia, por exemplo, estabelece relações de

---

<sup>36</sup> A população negra é em sua maioria residente de territórios periféricos e distantes da região central, como exposto no capítulo anterior.

sociabilidade no seu bairro que muito se assemelham às que ela realiza no espaço de trabalho. Ela é bem mais velha do que as outras trabalhadoras, é bem verdade, e tornou-se uma referência na rede de sociabilidade da região que trabalha pela vivência e experiência acumulada no trabalho. Ela já é uma matriarca em sua família, possui netos, e ocupou esse lugar de centralidade na organização familiar desde a morte do marido. Essa posição de centralidade parece ter se estendido no bairro onde mora segundo seus relatos, e ela tornou-se com o passar do tempo referência para a vizinhança. Ela reproduziu em alguns aspectos esse entendimento de comunidade nas redes de sociabilidade que criou no espaço de trabalho, em especial, no que diz respeito à criação de vínculos de confiança: ela é um símbolo de confiabilidade em seu bairro, e esse mesmo status parece se fazer presente também no seu espaço de trabalho.

No período em que conversamos, Dona Núbia foi cumprimentada por muitas pessoas: conhecidos antigos, uma antiga colega do trabalho como diarista, vizinhos, amigos do seu falecido pai... Um taxista passa e deixa com ela um documento a ser entregue a um contador, cujo escritório fica em frente a seu ponto. O homem chega e recebe o papel, pergunta como ela está, se têm tomado os remédios corretamente, se precisa de dinheiro emprestado para pagar a parcela do mês no INSS. As pessoas têm muita confiança em Dona Núbia. (Trecho do meu caderno de campo de 18/05/21)

O trabalho ambulante, como pude descrever, é atravessado pela relação espaço-tempo observada na história de vida das agentes, contada não apenas por eles, mas pelas pessoas que compartilham o mesmo espaço e pelo lugar. São anos *construindo essa carreira*, sendo vista todos os dias pelos passantes e pelos habitantes, vendo o ir e vir de pessoas no dia a dia e ao longo dos anos: antigas lojas e antigos conhecidos deram lugar a lojas novas, grandes ou pequenas, com novos donos, bem como mudanças no perfil dos passantes e possíveis clientes. Quando Lenin Pires (2011) buscou compreender, enquanto antropólogo, o cotidiano dos trens na Central do Brasil e os esquemas desenvolvidos nos contextos deste lugar, recorreu aos camelôs das estações para verificar se suas interpretações estavam corretas ou se eram coerentes já que, segundo Pires, estes sujeitos “*eram, por assim dizer, depositários das histórias e intérpretes bem posicionados dos acontecimentos inerentes àqueles trilhos urbanos*” (p. 94). O trabalho como camelô era desenvolvido pelos trabalhadores investigados na Central do Brasil há décadas,

e os ambulantes que ali operavam conheciam o cotidiano daquele lugar como ninguém. Embora houvesse outros atores envolvidos na rotina dos trens para além dos passageiros, os camelôs eram de acordo com Pires os agentes mais qualificados para se estabelecer uma interlocução sobre as *sociabilidades* nos trens, além de mais acessíveis. De igual modo, quando as agentes da minha pesquisa contam suas histórias, elas contam a história do cotidiano do lugar enquanto este por sua vez constrói ativamente a trajetória de cada uma delas. Elas compartilham experiências e memórias com outros sujeitos, evocando-os em frases como “*Fulano, lembra de quando...*” e obtendo respostas afirmativas que terminam em longas histórias de causos do cotidiano. Elas compartilham e transmitem uma representação daquele lugar, visível apenas aos olhos daqueles que ali habitam.

### **3.5 O estigma como fronteira: o reconhecimento de uma carreira**

Todas as ambulantes de carreira investigadas têm em comum uma trajetória baseada no reconhecimento enquanto trabalhadoras, o que as afasta, sob um ponto de vista muito específico, dos estigmas e estereótipos de ser uma mulher que trabalha nas ruas em diferentes níveis, embora não completamente. Esse reconhecimento pode variar de geração para geração, mas parece estar fundamentalmente relacionado ao tempo de trabalho e a pressupostos morais, além de ser construído na sua relação com o lugar, variando de trabalhadora para trabalhadora por ser constituído em conjunto com os elementos da história de vida de cada uma delas, como sua *trajetória*.

Conforme me aprofundava na análise das redes de sociabilidade dispostas no campo, pude perceber a existência de uma certa *separação* entre as mulheres que compartilhavam o mesmo território como ambulantes baseada fundamentalmente na relação que elas possuíam com o espaço e com o tempo que exerciam esse trabalho. As primeiras categorias de análise me possibilitaram distingui-las segundo a idade e periodicidade: havia trabalhadoras ocasionais mais jovens – aparentavam ter entre 16 e 20 anos –, trabalhadoras ocasionais de meia idade – 30 à 45 anos – e trabalhadoras de carreira, todas bem mais velhas – acima de 45 anos. As trabalhadoras ocasionais mais jovens estavam alocadas em barraquinhas que não

lhes pertenciam, e estavam ali apenas até conseguirem outro trabalho, embora houvesse trabalhadoras ocasionais de meia idade em iguais condições. Havia também trabalhadoras ocasionais de meia idade que trabalhavam por conta própria, sem banquinhas, apenas com isopor e caixa onde guardavam refrescos e biscoitos. E existiam as trabalhadoras ocasionais que, como pontuei anteriormente, não consegui alcançar em profundidade para estabelece-las como um grupo minimamente coeso e característico, mas como um *tipo*. Havia uma nítida diferença entre essas mulheres que não se limitava apenas à questão geracional ou a qualidade temporária do trabalho, pois elas não se *misturavam*: cada uma delas se estabelecia em lugares bastante específicos e separados e comportavam-se de maneiras distintas no que diz respeito às vendas e aos modos de fazer.

Independentemente da idade, fato é que havia mulheres que estavam alocadas temporariamente no trabalho como ambulantes em banquinhas que não lhes pertenciam, ou seja, foram montadas por uma outra pessoa e seguiram existindo mesmo quando elas não se encontravam mais ali – a alta rotatividade da qual falei anteriormente. Isso significa que ainda que essa banca não possuísse a legitimidade que possuem as bancas das trabalhadoras de carreira, elas tinham alguma vantagem em relação a outros trabalhadores ocasionais, porque ali se estabeleceram e permaneceram por algum tempo com artifícios físicos que demarcavam o seu lugar (varais para estender toalhas, mesinhas onde ficavam expostos potes, chinelos, carteiras, relógios, uma torre feita de cano em pvc que abrigava óculos, e uma prateleira com sandálias). Assim, sugere-se que alguém se fez reconhecido pelos lojistas e passantes da região – ainda que não seja de maneira totalmente positiva. Por outro lado, as mulheres que eram ambulantes ocasionais e ocuparam seu território por conta própria tiveram que desbravá-lo sem que ninguém as introduzisse ou as apresentasse ao lugar ou aos *modos de ser*. Mesmo que não haja interesse por parte das mulheres de ambos os grupos em seguir nessa carreira, o fato de não ter sua entrada mediada por alguém que já conhece o território e é por ele conhecido parece fazer muita diferença, principalmente no modo como se é recebida nele, ou como se é percebida: ser considerada *confiável*, ter o seu lugar para realizar vendas de certa forma

respeitado, conquistar os fregueses e outros fatores que nascem essencialmente da percepção que os habitantes do lugar fazem do sujeito recém-chegado, na forma como se é vista. Isso nos leva a considerar mais uma vez o reconhecimento pautado em uma *carreira moral* construída ao longo do tempo.

Rangel (2019) faz apontamentos importantes sobre estigma e inserção no comércio popular. Como pontua, ainda que muitas pessoas se encontrem desempregadas ou inseridas em ocupações extremamente precárias no que diz respeito aos seus direitos trabalhistas e condições de trabalho, elas não serão facilmente atraídas para o comércio popular. Rangel compreende a partir de Sader que ainda que existam necessidades objetivas (de sobrevivência), os agentes também são interpelados pelas mediações simbólicas que constituem suas necessidades sociais. Assim, a migração dos trabalhadores para o comércio popular não ocorre de modo mecânico, principalmente considerando o investimento econômico que esta migração exige e as objeções morais de ter sua imagem associada à atividade de camelô – especialmente para aqueles que, ao longo da própria trajetória, tiveram sua identidade atrelada à experiência do trabalho formal, pertencendo a uma categoria profissional que surge em oposição à ideia do trabalho “informal” e aos rótulos a eles atribuídos. Acerca das agentes dessa pesquisa, cabe lembrar que todas elas saíram do trabalho doméstico, que como já foi exposto, acumula altos índices de vulnerabilidade, informalidade e precarização, para atuar como ambulantes. A escolha por essa atividade, como discutido anteriormente, envolveu maior flexibilidade no trabalho, um trabalho menos árduo e a ausência de conflitos com patrões. São esses os elementos alocados também na balança do capital social.

Sobre a carreira moral e o reconhecimento que possibilita o trabalho ambulante, ambos envolvem características comportamentais atreladas aos conceitos morais e éticos do exercício do trabalho. O conceito de carreira moral aqui fundamenta-se nas proposições de Goffman (1974), como “*uma carreira composta pelas progressivas mudanças*” nas crenças que cada sujeito tem a respeito de si e “*a respeito dos outros que são significativos para ele*” (p. 24), ou seja, trata-se da sequência de mudanças que produz efeitos na identidade do sujeito em questão e



no esquema de imagens que este mesmo sujeito dispõe para julgar aos outros e a si próprio (ALZUGUIR, 2014, p. 12). Para ser reconhecida enquanto trabalhadora, tanto pelos outros ambulantes que partilham da mesma sociabilidade/território, quanto pelos sujeitos que habitam ou transitam por aquele espaço, é preciso estar, de certa forma, em acordo com eles. Há alguns aspectos que são compartilhados por todos os ambulantes, independentemente de gênero, mas que são da própria condição de trabalho e carreira, como acordos para que as vendas sejam justas para todos e para a manutenção do respeito entre os trabalhadores. Isso envolve comportamentos éticos, respeitando os passageiros – quando em ônibus – e aos passantes. Nos ônibus, isso também envolve respeitar a ordem de chegada ao ponto na hora de embarcar no coletivo: quem chegou primeiro tem preferência no embarque. Contudo, pude notar que alguns preceitos são fortemente vinculados às percepções estereotipadas de gênero, de raça e até mesmo de classe.

No que diz respeito à forma como as sociabilidades se constituíam, uma suposta separação entre *nós* e *elas* foi o que mais chamou atenção na relação entre as trabalhadoras ambulantes e o espaço. Nesses círculos em que as trabalhadoras selecionam com quem se relacionaram, com quem estabeleceram vínculos de confiança e trocas, as oposições surgem contrapondo trabalhadoras e *não-trabalhadoras*. Essa divisão fundamenta-se no comportamento das mulheres reconhecidas como trabalhadoras ambulantes como parte de uma rede de reconhecimento mútuo, sempre em concordância com o pertencimento ao espaço, mas também na percepção dos estabelecidos em relação aos *outsiders* (ELIAS & SCOLTON, 2004). Essas definições se fundamentam no estigma que atravessa a forma como os sujeitos que compartilham aquela rede de reconhecimento no lugar percebem os que ali *não pertencem*.

Partindo dos preceitos goffmianos, compreendo que a sociedade nos oferece meios para categorizar as pessoas utilizando atributos considerados “comuns” a cada categoria, com cada ambiente social estabelecendo a categoria de pessoa que tem maior probabilidade de nele ser encontrado. Quando nos encontramos com algum desconhecido, os primeiros aspectos que observamos nele nos permitem antever sua “identidade social”, sua categoria e seus atributos. Essas

preconcepções são transformadas em expectativas normativas rigorosamente exigidas. Quando diante de alguém estranho, buscamos identificar atributos que o tornam diferente e a partir deles, deixamos de considerá-lo como um sujeito comum e total, reduzindo-o a um alguém com defeito, fraco, em descrédito, diminuído – um *stigma*, que surge por vezes à partir de uma discrepância entre a identidade social virtual, aquela que pre-concebemos, e identidade social real, através de uma relação especial entre atributo e estereótipo.

Goffman relata três distintos tipos de estigmas: as “deformidades físicas”, as culpas de caráter inferidas a partir de relatos de prisão, vício, desordens mentais, etc. e os estigmas de raça, nação ou religião. Todos esses tipos de estigmas estabelecem-se no mesmo sentido: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido nas relações cotidianas tem qualquer outro atributo ignorado, ainda que positivo, porque porta um traço que o afasta destas relações. Ainda nesse sentido, aqueles que se relacionam com indivíduos estigmatizados acabam também sendo percebidos pela sociedade como alguém reduzido, incompleto. Essa tendência, explica Goffman, baseia-se no fato de que qualquer relação com o indivíduo estigmatizado é percebida como algo a ser evitado ou terminado, caso já existisse. Aqueles que persistem em manter esses vínculos seriam obrigados a “*compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam*” (p. 28).

Está "com" alguém é chegar em alguma ocasião social em sua companhia, caminhar com ele na rua, fazer parte de sua mesa em um restaurante, e assim por diante. A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são. O caso extremo, talvez, seja a situação em círculos de criminosos: uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito. (GOFFMAN, 2004, p. 43)

Ao longo das minhas idas ao campo, a possibilidade de perceber a forma como as sociabilidades de cada lugar se organizavam trazia à tona por diversas vezes diferenciações entre os grupos de mulheres que por ali trabalhavam. É claro que o trabalho ambulante por si só é estigmatizado, sendo visto e associado à marginalidade e à criminalidade, uma representação que se fez (ou se faz) presente não apenas no imaginário popular como nas práticas e ações do poder público

direcionadas a esse segmento (OSTROWER, 2006; PIRES, 2011; RANGEL, 2019). O que desejo pontuar é que, para além destas premissas estigmatizantes, existem também algumas partilhadas entre as trabalhadoras, organizando as relações que elas estabelecem com o lugar e com as pessoas. Esse aspecto parece também atravessar a possibilidade de elas serem legitimadas enquanto trabalhadoras. Essa separação não exclui sujeitos das sociabilidades – circular, interagir, em suma, se fazer presente naquela região de certa forma já garante a participação desses sujeitos na sociabilidade do lugar. O que se exclui aqui é, em si, o reconhecimento não apenas do trabalho, mas da pessoa enquanto trabalhadora nessas redes.

As primeiras pistas sobre a presença destas questões nas sociabilidades das agentes foram ainda com Iva. Me chamou atenção obviamente a proximidade entre ela e as ocasionais do ponto das vans, como já descrito anteriormente. Durante nossas conversas, quando ela relatou que já havia ocupado a região do ponto das vans, eu mencionei as trabalhadoras ocasionais que ocupam agora seu antigo ponto e perguntei se ela as conhecia. Iva me respondeu que não e que não possuía muita intimidade nem proximidade com elas. *“Elas fazem uma coisa e eu faço outra”*. A princípio, essa não proximidade poderia ser explicada pelas distintas categorias que ocupam no trabalho informal, que se exprimem nos modos de fazer, na rotina, no tempo e na forma do trabalho, bastante distintas. Além disso, há outro importante ponto das relações no lugar: as disputas realizadas por ele. A principal fonte de disputas e conflitos entre os habitantes do lugar – listados os camelôs, lojistas e comerciantes – é, em si, o *espaço*, vide a constante negociação acerca dos termos de sua apropriação (HIRATA, 2014 *apud* RANGEL, 2019). No que diz respeito à caracterização do próprio trabalho operado, Rangel (2019) relata que o camelô é descrito quase sempre como o sujeito ilegal, marginal, distinto do ambulante, que é o sujeito regularizado – muito embora as condições de trabalho de ambos sejam muito similares. Categorizados enquanto camelôs podemos encontrar uma grande diversidade de sujeitos que ainda assim se assemelham por terem em comum:

(...) o estigma do camelô, que obstrui as vias, vende mercadorias cuja qualidade é duvidosa e pode sempre estar enganando o cliente. Além disso, são alvos de críticas por atrapalhar o movimento das lojas, sujar as ruas e não pagar os impostos adequados. Por isso, é justamente da imagem

estigmatizada do camelô que os novos tipos sociais do comércio popular tentam se afastar. (RANGEL, 2019, p. 70)

Os “comerciantes” seriam por outro lado a face contemporânea do comércio popular, representando uma atividade atraente para diversos perfis de trabalhadores e recebendo incentivo de instituições públicas e privadas – são os comerciantes, em suma, a categoria “integrável” ao modelo de comércio popular idealizado por essas instâncias de poder (RANGEL, 2019). Assim, em primeira instância, a diferenciação entre Iva e as ocasionais suas vizinhas seria essencialmente em relação à *qualidade* do trabalho (incluídas aqui as categorizações estereotipadas), o que explicaria de certa forma o motivo de elas não participarem de um mesmo circuito de sociabilidades, apresentado na fala de Iva de que elas fazem *coisas diferentes* e atuam de *modos diferentes*.

Não obstante, Luzia e Janaína além de serem boas amigas e andarem sempre juntas, apresentam um outro comportamento que segue de certa forma a premissa do *não se misturar*. Das ambulantes de carreira dos ônibus, elas são as únicas mulheres. Mas não são as únicas atuando nesse segmento, compartilhando o trajeto com outros trabalhadores, todos homens. No entanto, tanto Luzia quanto Janaína evitam ao máximo manter contato com eles, comunicando-se apenas quando é extremamente necessário. Certo dia, por exemplo, enquanto Janaína ensacava suas balas, surge no mesmo ponto de ônibus um rapaz conhecido por também atuar nos coletivos. Ele vê que Janaína está por ali, passa por ela e aponta, sem falar nada, para o ônibus que se aproximava. Janaína responde “*pode ir, estou terminando aqui ainda*”, e o rapaz embarca. Aquela foi a única vez que vi algum outro ambulante que atua nos ônibus conversar com uma dessas agentes, embora eles por vezes passassem por elas ao longo do dia, como pude observar. Perguntei a Janaína como era a relação com eles, se eles a respeitavam ou ajudavam e ela me disse que “*todo mundo se respeita, mas não andamos juntos não*”. Essas trabalhadoras buscavam se afastar de qualquer imagem negativa associada ao trabalho ambulante nos ônibus, e como eu já havia observado nas minhas viagens, muitos dos trabalhadores que atuavam neste mesmo segmento por vezes burlavam os acordos não-verbais e relacionais realizados com o motorista, indo contra as tática utilizadas por elas para a manutenção de uma imagem positiva. Um dos

motivos desse afastamento poderia ser então evitar se contaminar com a imagem de *pedinte* que conseqüentemente era atribuída aos que assim atuam, uma figura oposta à da trabalhadora (OSTROWER, 2006). Outro ponto que vale ser destacado é ainda o fato de serem todos homens, e elas, enquanto mulheres, não se sentirem confortáveis ou seguras para manter vínculos com eles, restringindo sua companhia neste trabalho à amizade que possuem entre si, trocando ainda orientações sobre a execução do próprio trabalho, em uma relação de apoio, ajuda mútua e cumplicidade.

Embora esses momentos destaquem diferenciações e distâncias entre as agentes e outros trabalhadores e trabalhadoras presentes no circuito do trabalho ambulante, no mesmo território/sociabilidade, eles parecem assumir diferentes papéis no cotidiano destas trabalhadoras, variando no caso a caso: em Iva, parece ser o que diferencia a comerciante das ambulantes; para Janaína e Luzia, as trabalhadoras dos pedintes, mas também distancia as mulheres dos homens. Poderiam estas situações caracterizar realmente estigmas fronteiriços que criam cisões entre “nós” e “eles”?

O discurso que mais me chamou atenção acerca de outros trabalhadores ambulantes e as diferenciações foi o de Dona Núbia. Em certo dia, enquanto conversávamos na sua banquinha, passaram por nós duas jovens, uma carregando um pacote de balas e a outra carregando uma criança. Elas se dirigiram a Dona Núbia oferecendo suas balas, que as rejeitou, mas seguiu observando firmemente ambas, acompanhando sua movimentação em silêncio. Logo após esse momento retomamos nossa conversa sem comentar nada sobre as jovens que ela observava. Sobre elas, cabe dizer que pertenciam a um tipo muito específico composto por jovens, por vezes adolescentes ou crianças, que andavam pelas ruas desta região, em grupo ou sozinhas, vendendo balas, não podendo ser enquadradas nos grupos de trabalhadoras ambulantes que eu investigava. A presença de crianças e adolescentes realizando esta atividade no centro se tornou frequente durante a pandemia, com a suspensão das aulas e com a crise econômica que acompanhou o período pandêmico, colocando uma boa parte da população brasileira em

insegurança alimentar ou fome<sup>37</sup> e por isso, eu não chamarei as jovens aqui citadas de trabalhadoras: elas são parte deste grupo em vulnerabilidade, dos quais fazem parte sujeitos que sequer deveriam estar trabalhando, mas ter seu direito ao estudo, a alimentação, a saúde e a uma casa decente, garantidos. A atividade que elas realizam é a mais precária dentre todas as ambulantes que conheci e é realizada em uma condição de urgência. Mas esse fato não impediu estigmas. Muitos dos passantes que eu encontrava nos pontos de ônibus afirmavam que esses jovens possuíam um passado com o crime ou que faziam pequenos furtos pelo centro. Meu tio mesmo, aquele que me introduziu à Iva, e que trabalhava naquela mesma região como vigia, me alertou para que eu *observasse suas canelas* – alguns deles utilizavam tornozeleira eletrônica. Esta associação com a marginalidade era uma representação sobre estes jovens compartilhada por muitos sujeitos que por ali transitavam e habitavam.

Algum tempo depois de essas duas jovens terem passado por mim e por Dona Núbia, elas retornam mais uma vez. A criança que estava com elas agora chorava, e seu grito era ouvido de longe. Dona Núbia pausou mais uma vez a nossa conversa e observou elas passarem, sem dizer nada. Poucos minutos depois as jovens passaram por nós uma última vez com a menina já dormindo. Dona Núbia observou e exclamou para elas: “*dormiu, tá cansadinha né... tadinha*”, e as jovens apenas acenaram que sim com a cabeça. Quando elas se afastaram, Dona Núbia finalmente disse algo sobre as jovens que apenas observava, comentando que achava um absurdo que elas andassem pelo centro com uma criança tão pequena, pois a rua apresentava diversos riscos para as crianças e que além disso, ambas as jovens costumavam andar com pessoas muito esquisitas, *sabidamente* envolvidas em pequenos delitos que ocorrem naquela região. Eu respondi que assim como elas, tinha observado um aumento na quantidade de jovens vendendo balas pelo centro, inclusive crianças, e que esse trabalho as coloca em risco, mais do que já estão, embora seja um sinal de que as coisas não estão bem em casa. Nesse

---

<sup>37</sup> Como aponta o estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, a insegurança alimentar leve, moderada ou grave passou a assolar 55,2% dos domicílios brasileiros no final de 2020. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/pessoas-com-fome-19-milhoes-inseguranca-alimentar-dispara-no-brasil/>> Acesso em 15/03/2022.

momento, se aproximou de nós a vendedora de pipoca que deixava seu carrinho estacionado bem próximo de Dona Núbia, que parecia também ter observado a movimentação das duas jovens. Ela também trabalha naquela região vendendo pipoca há cerca de vinte anos, tendo acompanhado a trajetória da nossa agente, e aparentemente veio até nós apenas para falar do assunto, pois assim que se aproximou tratou logo de comentar: *“o conselho tutelar não tá vendo isso, esses dias eu ali no carrinho vi um monte de homem com uma menina pequenininha ali, aquele monte de homem, passa a mão aqui e ali, senta no colo de estranho, é uma absurdo!”*. Nossa agente respondeu que *“quando a gente trazia as nossas crianças, falavam que iam chamar o conselho tutelar para nós e eu dizia ‘pode chamar, não estou fazendo nada de errado, estou trabalhando, meus filhos estão comigo’. Tem que chamar o conselho tutelar pra isso daí olha”*. A vendedora de pipoca da continuidade e diz que trazia seu filho para o centro quando trabalhava, trazia um patinete e ele ficava circulando entre o carrinho dela e o de Dona Núbia, e que *“todos sempre ficavam de olho nele”*, mas que os tempos mudaram, e agora tudo é mais perigoso. Logo após, Dona Núbia me perguntou se eu deixo meu filho brincar na rua sozinho, e eu respondi que não, que sempre o vigio. Ela encerrou a conversa me dizendo que eu estava mais do que certa.

De um modo geral o que fica bastante evidente é que as jovens que passaram por nós constituem um grupo bastante distinto por fatores diferentes daqueles apresentados anteriormente pelas outras agentes da pesquisa. As diferenciações aqui estão não estão relacionadas apenas às características do trabalho realizado: o estigma que as afasta das trabalhadoras de carreira não diz respeito a ocasionalidade do trabalho que elas também apresentam, ou aos *modos de fazer* as vendas que também são distintos, mas a uma classificação moral relativa a estereótipos de gênero, de raça e de classe. Essas observações vêm à tona quando as ambulantes de carreira expressam a forma como as percebem, e não apenas elas, é claro, mas como todas as pessoas que habitam aquele espaço as percebem. Não foram as características do próprio trabalho que deram forma ao estigma a elas atribuído, mas os signos que elas carregam. As jovens citadas por Dona Núbia se relacionam com mulheres e homens que usam tornozeleira

eletrônica, um equipamento eletrônico de vigilância utilizado nos tornozelos por sujeitos em conflito com a lei que substitui a reclusão e é, em si, o signo de um estigma que simboliza um passado relacionado à criminalidade. Assim sendo, o sujeito que porta uma tornozeleira eletrônica porta conseqüentemente uma marca, e como pudemos ver, um estigma portado por um sujeito pode *infectar* a outros que o cerquem, bastando se colocar em proximidade a ele para sentir seus efeitos.

A existência um ou outro sujeito marcado por um estigma que o associa à criminalidade entre esse grupo de jovens já é o suficiente para que todas elas sejam igualmente reconhecidas como delinquentes e potenciais criminosas. Importa salientar que o que está no cerne da discussão não é a autenticidade do fato: estas mulheres podem ou não estar envolvidas em delitos que ocorrem na região central da cidade como relatam os boatos, mas definir essa informação como verdade ou não pouco importa nas análises que aqui realizo. O ponto central aqui levantado é a consolidação de um estigma, uma marca atribuída, que as impede de ser parte desta rede de reconhecimento positivo que as ambulantes de carreira compartilham porque estas não desejam estar em contato com alguém que porte uma mancha moral. Essa marca não nasceu no discurso das ambulantes de carreira, mas se faz presente naquele território e é uma percepção compartilhada entre os habitantes do lugar.

Não obstante, o estigma que essas jovens portam em muito se vincula aos aspectos raciais, de classe e de gênero. Percepções que as atrelam à criminalidade, à sujeira e as vezes até à prostituição não são atribuídas ao acaso, mas tem uma relação direta com os estereótipos associados às mulheres negras e pobres em um contexto histórico. O próprio conceito de estigma se apresenta como um aspecto essencialmente segregatório: por definição, como dito anteriormente, alguém portador de um estigma é visto como um ser de humanidade incompleta, e em função disso, produzimos discriminações que reduzem suas possibilidades de vida: *“Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças”* (GOFFMAN, 2004, p. 8). Segundo Richard Parker (2013), o estigma como propõe Goffman, para além de uma marca,



se estabelece como uma espécie de processo social ligado ao poder e à dominação, desempenhando um papel fundamental na produção e reprodução das relações de poder e controle, e assim sendo, o estigma estabelece uma relação estreita com as desigualdades sociais. Para compreender como determinados grupos são estigmatizados, é preciso refletir também sobre as forças que criam e reforçam essas exclusões nos mais distintos contextos. O estigma surge sempre fundamentando-se em uma história que atravessa a comunidade onde se faz presente, e ao lado do preconceito e da discriminação, compartilha três funções principais – exploração e dominação; controle social; e evitação ou afastamento – que estabelecem uma relação íntima com os processos culturais e as estruturas de poder. Para Parker, é válido pensar estes três aspectos como o que se tem descrito como violência estrutural, a exemplo da desigualdade racial que, embora não surja sempre de maneira direta, através de atitudes discriminatórias, resulta em prejuízos às oportunidades de vida do grupo e dos sujeitos que a ele pertencem. Podemos perceber esse prejuízo nitidamente na vida da população negra: maiores taxas de morbidade e mortalidade, menores rendimentos por trabalho realizado, e vários outros (PARKER, 2013 p. 9). O estigma, sob esse ponto de vista, atravessa a dimensão cultural e orienta diferentes formas de violência presentes na vida em sociedade, como racismo e sexismo.

Cecília Coimbra (2001) verifica como esse processo atravessa o imaginário popular acerca das populações e territórios periféricos, unindo indissoluvelmente pobreza e criminalidade, ao analisar o papel da mídia na construção e manutenção das *classes perigosas*. Partindo de Foucault, Coimbra pontua que quando as sociedades disciplinares emergem, as classes dominantes passam a se preocupar não apenas com as infrações às normas operadas pelos sujeitos dominados, mas com aquelas que eles também poderiam infringir: o controle das virtualidades ocorre não apenas sobre o que se é, mas ao que se pode vir a ser (p. 83). No Brasil de forte herança escravocrata, o controle das virtualidades exerce um papel fundamental na constituição das subjetividades, demonstrado pelo uso de teorias supostamente científicas para justificar a inferioridade da população negra – as teorias raciais, que surgiram impulsionadas pelo positivismo ainda no século XIX,

pautada em ideais eugênicos. A antropologia criminal de Cesare Lombroso, por exemplo, se destacou no período por supor ser capaz de distinguir os criminosos *natos* avaliando suas características anatômicas supondo a existência de uma *tendência à bandidagem de nascença*. Essas teses, postuladas à partir do darwinismo social, não por acaso se dirigiam a uma população bastante específica, os “*parasitas, indigentes, criminosos, doentes que nada fazem*”, “*toda a população pobre que não estivesse inserida no mercado de trabalho capitalista, que não fossem corpos úteis e dóceis à produção*” (COIMBRA, 2001, p. 87). Seguindo as proposições do movimento eugenista e das teorias raciais, surge no Brasil entre o século XIX e XX um movimento higienista que extrapola círculos médicos e alcança pedagogos, arquitetos e juristas e os convoca a posicionar-se abertamente contra a população pobre no Brasil – majoritariamente negra e mestiça – em busca da pureza racial.

A elite científica brasileira da época está convencida de sua “missão patriótica” na construção de uma Nação e suas propostas baseiam-se no que é conhecido como “degradação das sociedades modernas”, propondo medidas que deveriam objetivar o seu “saneamento moral”. Em especial, a “degradação moral” é associada à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condiz com o ideal de nação que se pretende formular à época. Essa “degradação moral” é vista como uma epidemia cujo contágio é considerado inevitável, pois está presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda sociedade. (COIMBRA, 2001, pp. 88-89)

Essa cruzada pelo *saneamento moral* atravessou diferentes dimensões da vida e da sociedade redefinindo os papéis que a família, a criança, a mulher, a cidade e as classes pobres devem desempenhar em um regime capitalista. Não obstante, a mulher foi convenientemente alocada como principal aliada dos higienistas nesse processo, transformando-se em “rainha do lar”, cujos filhos passam a ocupar uma posição central no interior da vida familiar, ordenando o modelo de família nuclear burguesa tutelada pelos médicos que definem como todos devem “*se comportar, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer*” (COIMBRA, 2001, p.90). Embora esse modelo atravessasse diferentes classes, é nas classes mais baixas que opera com maior rigor, já que a degenerescência era atribuída a “má herança” deixada pelas famílias que fugiam a essa norma – leia-se pobres, separando-os inclusive entre os “pobres dignos” e os “viciosos”, de acordo com uma “escala de moralidade”: aos pobres dignos, que trabalham e mantêm a família unida

segundo os costumes religiosos, seria necessário consolidar os valores morais de modo a afastar seus filhos dos vícios e doenças morais, uma vez que estes eram considerados mais “vulneráveis” a esses males; já os ociosos que não pertenciam ao mundo do trabalho, uma das maiores virtudes do capitalismo, eram considerados portadores da delinquência e representavam o perigo social a ser erradicado (pp. 90-91). As infâncias constituíam o principal alvo dos higienistas, sendo através das crianças realizadas as intervenções morais em cada família. No discurso médico da época, a rua e os locais públicos eram descritos como o lugar onde as infâncias perigosas se desenvolviam, pois além de pobre, convivia com a criminalidade e com os degenerados que ali habitavam.

Esses pressupostos foram disseminados pelos médicos, sanitaristas, educadores, assistentes sociais e diversos outros profissionais entre a população brasileira, propondo realizar uma higiene moral entre aqueles que fugiam às normas estabelecidas previamente de família, trabalho e dignidade, mirando em comportamentos que destoavam dos padrões moralmente aceitos, como a ausência de uma família nuclear e a persistência em manter uma vida no espaço fora do domínio privado. Diversas políticas foram dirigidas à população alvo de modo a realizar esses preceitos ao longo do século XX, criminalizando os modos de ser da população pobre, preta e periférica, e embora a Constituição de 1988 tenha encerrado o ciclo de políticas públicas postuladas pelo saneamento moral, no senso comum essas ideias seguem organizando as percepções acerca de determinados sujeitos, impulsionados em boa parte pela ação midiática (COIMBRA, 2001).

A pesquisa sobre Winston Parva produzida por Norbert Elias e John Scotson (2000) nos oferece uma outra perspectiva também pertinente para se pensar as relações entre as trabalhadoras ambulantes protagonistas desta pesquisa e os outros agentes que surgem nestas relações. Os autores reconheceram neste trabalho a existência de dois grupos distintos de moradores: um primeiro caracterizado pelos residentes de longa data, que os autores denominam como *estabelecidos*, e um segundo composto por residentes mais novos, tratados pelos primeiros como *outsiders*. Segundo os autores, os estabelecidos estigmatizavam os outsiders, mantendo o tabu da relação entre ambos os grupos por meio de boatos e

fofocas, ainda que não houvesse entre os dois grupos grandes diferenças no que diz respeito à nacionalidade, etnicidade, cor, ocupação ou renda. A única diferença constatada foi o fato de um primeiro grupo estar estabelecido há uma ou duas gerações, e outro, ter recém chegado ao território.

Ali, podia-se ver que a “antiguidade” da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos. (ELIAS & SCOLTSON, 2000, p. 15)

A questão do estigma, como apontado pelos autores, não se reduz ao âmbito individual, ao desprezo de uma única pessoa em relação a outras, mas ao fato de membros de um grupo estigmatizarem certos sujeitos por pertencerem ao grupo determinado como inferior. Isso não significa ocupar posições de privilégio, mas possuir fundamentalmente um status distinto dos *outsiders*, o que para as nossas trabalhadoras, poderia ser sustentado pelas redes de reconhecimento que incluem todos que compartilham a sociabilidade do lugar. É possível dizer o que diferenciaria estabelecidas e outsiders na minha pesquisa seria a carreira constituída no trabalho ambulante fundamentada na carreira moral e no reconhecimento? As próprias ambulantes de carreira, ao relatarem por exemplo que, quando levavam seus filhos para o local de trabalho ainda no início da carreira, ouviam ameaças de certos sujeitos sobre a necessidade intervenção pública – uma maneira de compreender infâncias vulneráveis e *famílias desajustadas* bem próxima àquilo que Cecília Coimbra demarca, baseada no simples fato de crianças acompanharem suas mães no trabalho nas ruas, lugar do perigo, da criminalidade e da promiscuidade –, tecem agora os mesmos comentários em relação às jovens quando as vêem com crianças nas ruas. Muito embora elas não sejam idênticas, os tempos que cada uma delas habita o espaço seja outro ou diante da real possibilidade de estas crianças estarem em vulnerabilidade, há de se notar que os discursos que lhes eram direcionados e o que elas agora direcionam a essas trabalhadoras resistiram à passagem dos anos. É bem possível que, para a manutenção das sociabilidades do lugar alguém precise ser eleito para ocupar esse lugar de *outro*, e que no passado, esse *outro* eram elas.

A carreira moral estabelecida pelas ambulantes de carreira vai trazer a elas, por fim, o reconhecimento de que são *trabalhadoras*. Elias e Scoltson pontuam que a chegada dos outsiders no território dos estabelecidos coloca em risco o estilo de vida deles, e assim, estas podem constituir uma ameaça ao status de trabalhadora conquistado pelas ambulantes de carreira ao não aderirem os preceitos éticos e comportamentais de uma *trabalhadora ambulante*<sup>38</sup>, demonstrados pelo comportamento quando nas ruas, a forma de abordar os passantes, as vestimentas, a linguagem, o trato com as outras pessoas que também vivem naquele lugar. É o que ressalta Janaína e Luzia quando buscam não manter vínculos com outros trabalhadores que não seguem o mesmo estilo de trabalho que o delas, e Iva, quando se refere às ocasionais da sua mesma região (ainda que aqui, esteja em questão também a empresarização do seu próprio trabalho, como veremos adiante). No caso das agentes da minha pesquisa, o reconhecimento da carreira moral construída vem dos outros sujeitos que compartilham essa mesma rede de sociabilidades, sendo necessário deixar evidente que se tratam de dois grupos distintos de trabalhadoras.

Ainda assim, cabe lembrar que, como dito anteriormente, representações estereotípicas e estigmas têm sido associados aos trabalhadores ambulantes há muitos anos, e ainda que a construção de uma carreira moral e o reconhecimento do trabalho contribuam para a realização do trabalho delas, essas percepções seguem no imaginário popular. O reconhecimento assim garante o exercício do trabalho destas mulheres até certo ponto: além de existir a possibilidade de ter seu status de trabalhadora *contaminado*, um decreto municipal ou a ordem de uma empresa pode retirá-las dali sem que haja uma diferenciação entre trabalhadoras de carreira e

---

<sup>38</sup> Lenin Pires (2011), por exemplo, destaca que no caso dos camelôs da Central, estes optavam por manter-se em um mesmo ramal por distintos motivos envolvendo clientela, respeito a acordos com outros camelôs, e segurança, visto que o serviço era irregular na Supervia – cuidados atribuídos pelo autor aos camelôs que eram *do lugar*, que trabalhavam “diuturnamente, fizesse chuva ou sol” (p. 99), não sendo comportamento verificado pelos *turistas* – assim denominados pelos camelôs – pessoas que surgiam esporadicamente para vender balas ou bebidas nos vagões e depois sumiam, indo comercializar seus produtos em outros locais, e representavam um problema para os trabalhadores mais antigos, os *casquados*, já que não respeitavam os acordos estabelecidos em entre os trabalhadores *do contexto*, seja em relação aos outros camelôs, seja em relação aos vigilantes, protagonizando frequentemente conflitos, colocando em risco “o sistema de acordos, sustentado por uma sofisticada etiqueta local” (Idem).

ocasionais. E para aquelas que possuem ponto reconhecido institucionalmente, ele pode ser transferido para uma região menos vantajosa, como exposto com relação ao carrinho de pipoca de Iva previamente. Como Joaze Bernardino-Costa (2013) pontua, se raça, gênero e classe são eixos de poder, é válido ressaltar, como reconhece Foucault, que poder não é uma propriedade, mas uma relação. Nesse sentido, as relações de poder se alteram constantemente, trazendo à tona novos conflitos e resistências e forjando, ao mesmo tempo, novos sujeitos (p. 52).

Para Renan Assis (2014), importa que nas reflexões acerca do trabalho de rua os pesquisadores ultrapassem a perspectiva produtiva e compreendam a *substância* do trabalho, visto que este, assim como qualquer outra atividade social, é dotado de diversas moralidades que lhe atribuem distintos significados (p. 2). Em sua pesquisa sobre o processo de reconhecimento do trabalho dos ambulantes do terminal do centro de Campos dos Goytacazes, Assis propõe pensar a rua em sintonia com DaMatta, – em oposição à casa, não em um aspecto físico, mas *moral* –, a partir de Goffman, considerando-a o lugar do encontro, e em consonância com o cronista João do Rio, que propõe a rua como um lugar de significação dada por aqueles que a usufruem. Desse modo a rua possibilita o encontro das diferentes moralidades da cidade, e na medida em que os grupos heterogêneos e diversos se encontram e dela se apropria, cada qual com sua moralidade, surgem embates e conflitos que alimentam e são alimentados por estigmas, intimamente imbricados na busca contínua pelo reconhecimento social das práticas de cada grupo (VELHO, 2008 *apud* ASSIS, 2014).

Assis pontua que embora o centro da cidade de Campos dos Goytacazes abarque uma diversidade de atividades, e de igual modo, moralidades heterogêneas em sua pluralidade, não há garantia de que este, enquanto espaço público, seja acessível a todos. O autor reconhece a existência de regras de condutas que delineiam fronteiras simbólicas no uso do espaço urbano, e a partir de Goffman, estabelece a existência de uma ordem pública cuja regulação normativa atravessa a todos sujeitos, definindo quem poderá acessar a região. De modo geral, cada agente objetiva legitimar suas próprias práticas sociais e incorporar sua própria ordem pública acionando diferentes dispositivos, gerando um conflito dialógico entre lojistas

– que se intitulam comerciantes legalmente estabelecidos por pagarem impostos – e trabalhadores de rua que almejam ter sua atividade reconhecida pautando-se na plausibilidade da *condição de chefes de família* possibilitada pela própria atividade. Ao relatar os conflitos entre ambos os grupos e o uso de espaços em jornais por lojistas para veicular uma imagem negativa dos trabalhadores de rua, Assis revela em contrapartida a forma como esses trabalhadores elaboram a própria atividade e a legitimam:

[No] encontro entre trabalhadores e poder público municipal, há uma reivindicação da permanência do grupo por serem *dignos* ao serem *trabalhadores e chefes de família*, portanto, a plausibilidade do trabalhador, diferente do comerciante lojista, está baseada na sua *dignidade* e não em sua condição jurídica. A situação de trabalhador e chefe de família é utilizada como recursos de *limpeza moral* diante dos estigmas proferidos publicamente nos periódicos (ASSIS, 2014, p. 9, grifos do autor).

Assis reconhece que a formação da identidade social dos trabalhadores de rua ocorre em um processo interativo dialógico por meio de conteúdos morais que legitimam sua ocupação do espaço público, e assim sendo, a entrada e a permanência destes trabalhadores no centro resultam de uma série de negociações com seus pares, lojistas e com o poder público local, sendo a busca por reconhecimento do trabalho um dos principais pontos para a afirmação de sua própria carreira, acionando dispositivos morais que a positivem, com ênfase na categoria *trabalhadores e chefes de família*, em oposição a condição de *invasores do centro*. (pp. 10-11). A principal arma dos trabalhadores nesse conflito não foi a moralidade jurídica, tal qual os lojistas que acionam os órgãos institucionais como o Ministério Público em sua defesa, mas a *limpeza moral* (conceito aqui utilizado fundamentando-se no que propõe Luiz Antônio Machado da Silva) do grupo, na busca por legitimar a própria prática.

Estar na rua trabalhando confere ao trabalhador quadros de referências que lhe possibilitam não só o sustento da família, mas ainda recursos cognitivos que lhe confirmam habilidades para que possam permanecer na carreira. Dentre as diversas habilidades, selecionei aqui a capacidade de mobilização de luta pelo reconhecimento social da atividade. (ASSIS, 2014, p. 12)

Partindo disto, cabe salientar que o movimento de criar fronteiras e separações é menos uma tentativa de diminuir a legitimidade de outros grupos ou

sujeitos e mais uma busca por garantir a validação do seu próprio trabalho em uma dinâmica que utiliza, além disso, de táticas e gentilezas para positivar comportamentos que já são historicamente concebidos como destoantes da normalidade. Esse movimento busca a manutenção da confiabilidade e da carreira construída ao longo dos distintos tempos exercidos por cada uma delas em seus respectivos trabalhos, e vai de encontro com a própria trajetória de vida por elas construída vivendo o lugar.

### **3.6 Táticas e estratégias: um cotidiano vivo**

No que diz respeito às relações que se dão no espaço, é preciso reconhecer de que forma a dimensão material da cidade, o espaço urbano, enriquece e é enriquecida mutuamente pelas sociabilidades locais. Para Ana Fani Carlos (2007), as relações humanas na cidade se realizam no *lugar* e no plano da vida cotidiana. As relações sociais precisam, sob esta perspectiva, ser analisadas no plano de sua materialização espacial, tendo o espaço como condição de sua realização, que articulado ao tempo – na relação espaço-tempo – ilumina o *plano do vivido*, a vida cotidiana. Analisar a vida cotidiana permite, ainda segundo a autora, retirar o plano econômico da centralidade dos processos sociais.

A cidade enquanto concentração, como consequência do crescimento econômico promovido pela industrialização, impõe a concentração da população, o faz acompanhando a concentração dos meios de produção, mas o modo de produção capitalista em seu movimento de realização revela uma reprodução mais complexa que aquela imposta pelo processo produtivo estritamente vinculado ao processo econômico. Neste plano, o processo se refere à produção integral da cidade, tratando-se, portanto, de pensar a realização da vida na cidade. É nesse plano que o momento atual aponta uma tendência, que é a da instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução na metrópole. (CARLOS, 2007, p. 26)

Para Milton Santos (2006), a história presente realoca o lugar em uma posição de centralidade e impõe a necessidade de revisitá-lo, encontrando seus novos significados – prerrogativa que se torna possível pelas análises do cotidiano, do mundo vivido, considerando “os objetos, as ações, a técnica, o tempo” (p. 213). O lugar, enquanto cotidiano dividido entre um sem número de pessoas, organizações e instituições diversas encontra-se, segundo o geógrafo, na base da vida comum. A conexão dos sujeitos com a sua história passada, com a sociedade, envolve sua relação com o espaço.



A relação do sujeito com o prático-inerte inclui a relação com o espaço. O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte. (SANTOS, 2006, p. 215)

O cotidiano possui assim uma grande relevância na análise da vida social, especialmente dos habitantes da cidade, uma vez diante da análise das forças que organizam o espaço urbano. Não por acaso, as minhas idas ao centro da cidade foram parte crucial da minha pesquisa, indo de encontro às minhas agentes em seu local de trabalho e de suas cotidianidades, onde é possível apreender, atenta a movimentação delas *pelo espaço urbano* ou *do espaço urbano por elas*, quando estas mantêm-se em um mesmo ponto – sutilezas no andar, no agir, no falar delas, dos passantes e dos outros sujeitos com as quais dividem o espaço urbano que evidenciam a racionalidade da cidade, nas ações subjetivas ou objetivas das “fronteirizações”, abertamente relacionadas aos conflitos de gênero, raça e classe ou condicionadas de modo implícito a elas. Nomeei essas pequenas ações cotidianas, a partir de Michel De Certeau, de *táticas*, e por meio delas pude compreender com mais concretude a forma como uma trajetória no lugar ganha seus contornos e validade.

Em *A invenção do cotidiano* (1998), De Certeau pontua, ao evidenciar o *modo* de operação da ação e não o *sujeito* que a opera, a combinação de ações de uma “cultura” de sujeitos dominados, que não são dóceis ou passivos, ao contrário do que se imagina. Analisando as imagens fabricadas na televisão e o tempo que os sujeitos se dispõem para absorver tais imagens, De Certeau propõe que, para a compreensão desse processo de incorporação de ideais (dominantes), deve se considerar também aquilo que os sujeitos *fabricam* com essas imagens – o que também seria válido para a organização do espaço urbano: “*A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários*” (p. 40). Nesse sentido, é de igual relevância compreender como o produto (material ou ideológico) é manipulado por aqueles que as usam e aos quais se destinam, ou seja, os não-fabricantes.

Fundamentando-se na Microfísica do Poder foucaultiana, De Certeau também propõe a análise dos procedimentos populares minúsculos que jogam com os mecanismos de disciplina sem a eles se conformar, concretizando a contrapartida operada pelos “consumidores”, pelos dominados.

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”. (DE CERTEAU, 1998, p. 41)

Para compreender como as miudezas da vida cotidiana podem expressar a reapropriação pelos sujeitos do lugar, De Certeau apresenta os conceitos de “estratégias” – inerentemente dominantes – e “táticas” cotidianas. A estratégia seria “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”; a estratégia de um sujeito postula um lugar *próprio* que serve de base para a gestão das relações que ele estabelece com uma exterioridade distinta – “a nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (p. 46). A tática, ao contrário, não possui esse lugar *próprio*, não dispõe de base onde possa “capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias” (Idem), em síntese, não trata-se do discurso mas da decisão em si, o ato e a maneira de aproveitar a ocasião, e consiste no jogar com os acontecimentos. Muitas das práticas cotidianas são táticas que se realizam nos “modos de fazer”, pequenos sucessos, astúcias, etc. que se multiplicam na sociedade dado o esfrelamento das estabilidades locais. As táticas dimensionam que a inteligência é indissociável dos prazeres cotidianos, enquanto as estratégias se escondem atrás da ideia de “cálculos objetivos” buscando não transparecer sua relação com o poder que sustentam (p. 47). De Certeau demonstra a imensa relevância da retórica, da língua, do modo de falar no funcionamento dessas categorias de ação, pois encontra na língua simultaneamente o lugar e o objeto das manipulações que seduzem o querer do outro, e assim, as duas lógicas de ação – a

tática e a estratégia – depreendem de duas maneiras de praticar a linguagem. “A retórica e as práticas cotidianas são igualmente definíveis como manipulações internas a um sistema – o da língua ou ao da ordem estabelecida” (p. 85).

Mesmo que as táticas estejam diretamente ligadas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, elas não obedecem diretamente à lei do lugar e nem se definem no lugar. Nessa perspectiva são similares às estratégias tecnocráticas, no que diz respeito à sua localização/“dependência” do espaço; o que as difere são os tipos de operações das quais são capazes: a estratégia pode produzir, mapear e impor nos espaços em que se localizam, ao passo que as táticas só podem utilizar, manipular e alterar. Ao analisar o comportamento do consumidor de programas televisivos, De Certeau pontua que as estatísticas analisam somente aquilo que é usado, e não a forma como é utilizado. Para ele, é em razão desse fato que se perde as múltiplas possibilidades de uso e contra-uso operadas pelos consumidores. Não há garantia de que estes sujeitos vão assimilar aquilo que lhes é imposto do jeito que os fabricantes desejam. Essas ações que a estatística não consegue captar circulam invisíveis e são percebidas somente pelo movimento dos objetos que fazem aparecer e desaparecer; as práticas de consumo ocorrem como fantasmas. Igualmente seria a ordem dominante imposta na racionalidade da cidade.

Tão viva, tão perspicaz, quando os reconhece no contista e no camêlo, um ouvido de camponês de operário sabe detectar numa maneira de dizer uma maneira de tratar a linguagem recebida. Sua apreciação engraçada ou artística refere-se também a uma arte de viver no campo do outro. (DE CERTEAU, 1998, p. 86)

É na vida cotidiana que as forças da cidade ganham contorno, na arquitetura, nas ações deliberadas de políticas públicas ou nas falas, nas atitudes e comportamentos dos sujeitos que reproduzem inconscientemente – ou totalmente conscientes – as estratégias dominantes. No entanto, é também no cotidiano que surgem as astúcias, as ações que se dão nas fendas da ocasião, as táticas que instituem a partir do que determinam as estratégias, que burlam de mansinho ou escancaradamente o que se julga estabelecido e inerte. Assim, busco apresentar aqui alguns momentos que ilustram essas táticas cotidianas nas ações das agentes dessa pesquisa, considerando para isso o modo como a cidade opera segregando sujeitos ou interpelando sua movimentação pautando-se nas questões de gênero,

raça e classe, com ênfase no estigma, que representa a dimensão prática-ideológica desta racionalidade urbana.

### 3.6.1 Astúcias e modos de fazer

Cada uma das minhas agentes apresenta táticas e *astúcias* específicas e diretamente vinculadas às necessidades do lugar onde exercem suas atividades, sendo construídas ao longo da trajetória de cada uma delas. Uma das primeiras táticas que podem ser analisadas aqui certamente são os discursos de Luzia e Janaína nos trabalhos dos coletivos, os quais compreendo como táticas de reconhecimento. O reconhecimento do trabalho ambulante tem um papel crucial na realização da atividade, legitimando-a e garantindo sua continuidade, e nos coletivos, esse reconhecimento ocorre principalmente pela validação do motorista e dos passageiros, que são seus clientes em potencial. Assim, a forma como eles percebem os trabalhadores torna-se vital para a manutenção do próprio trabalho, e como agentes do lugar, os ambulantes podem também jogar e manipular essa percepção. A “performance do sofrimento”, por exemplo, como propõe Ostrower (2006), seria uma tentativa de validar a própria atividade enquanto trabalho diante dos presentes, utilizando a retórica da necessidade de garantir a própria subsistência e a de sua família – o que nos leva a pensar, não obstante, no reconhecimento moral apontado por Assis (2011) como uma das metas dos trabalhadores ambulantes quando diante do poder público e dos empresários na disputa pelo espaço, buscando serem reconhecidos como trabalhadores e chefes de família, afastando-se da imagem dos “deterioradores do centro”.

No entanto, esse apelo à necessidade pode ter o efeito oposto, especialmente quando consideramos a questão do espaço-tempo no trabalho dos agentes que atuam nos coletivos. Como relatado, Luzia trabalha já há sete anos nessa atividade, realizando o mesmo trajeto, em uma dinâmica de ser vista e ouvida diversas vezes ao longo do dia, estabelecendo ali uma carreira, assim como Janaína, sua colega de trabalho. Desse modo, é difícil manter a confiança dos passageiros através de um discurso de sofrimento e necessidade causada pelo desemprego por tanto tempo pois estes passam a enxergar com descrédito alguém que permanece muitos anos

doente ou desempregado, atribuindo a esse discurso um caráter imoral, o da *malandragem*. O sofrimento passa a ser entendido como uma “desculpa” para uma suposta “falta de vontade” de se obter um trabalho formal e assalariado, e começam a surgir questionamentos se o dinheiro obtido nestas vendas é realmente utilizado para subsistência. O descrédito acaba por inviabilizar a rentabilidade do trabalho. É possível que outros trabalhadores dos coletivos que utilizavam esse discurso, tenham sentido os efeitos dessa mudança. Por maior que fosse a simpatia de suas palavras elas parecem ter perdido o efeito, pois ao longo dos anos a “performance do sofrimento” foi ficando de lado e deu lugar a um discurso mais direto, similar ao de Luzia e Janaína. Sobre elas, não apenas os estigmas atribuídos à atividade atravessam seu trabalho, como também aqueles relacionados à gênero e raça, então seus esforços parecem buscar também driblar possíveis manifestações destas duas forças, garantindo a viabilidade e a segurança do trabalho.

Outro aspecto que também ganha os contornos de uma tática cotidiana, um pouco mais sutil, mas ainda assim marcante, eram as suas roupas destas trabalhadoras. Por muito tempo permaneci indiferente quanto a este aspecto do trabalho das agentes: a primeira vez que esta questão me chamou atenção foi em dezembro de 2021, no período de grande calor que acompanha o verão campista. Os famosos “mormaços” da planície goitacá – dias nublados, sem chuva, mas de altas temperaturas – que se alternam aos dias de sol tornaram o clima um assunto recorrente entre as agentes e eu. É claro que os dias de chuva também têm seu lugar, especialmente porque afetam diretamente a viabilidade do trabalho, mas o calorão campista é igualmente árduo. Conversando com Janaína e Luzia no ponto de ônibus em que elas descansam, acabamos por falar do intenso calor que fazia naqueles período, e elas pontuaram o quanto é cansativo rodar nos ônibus lotados em dias assim, ainda mais com calças jeans. Entre risos, brinquei com elas e perguntei como elas conseguiam trabalhar de calças com aquela temperatura, e elas responderam “*que tem que vir né, de shortinho não dá*”. E foi apenas aí que a ficha caiu: elas sempre trabalhavam vestindo as mesmas roupas, utilizando calças jeans e sandálias, e às vezes tênis. Sempre! À partir desse momento, voltei minha atenção para as roupas que as outras trabalhadoras eu investigava vestiam. Dona Núbia

parecia ser a mais confortável em se vestir. Ela usava sempre bermudas e chinelos, e parecia não se preocupar muito com isso. Iva e suas funcionárias sempre usavam uniformes padronizados. Suas funcionárias até iam trabalhar de shorts e chinelos quando fazia calor, o que não era um problema para ela, desde que utilizassem o uniforme de trabalho. Mas Iva sempre vestia calça e tênis. Considerando esses três contextos, as roupas utilizadas assumiam diferentes significados e nos levam a pensar nas diferentes táticas utilizadas por cada uma dessas agentes quando no trabalho.

Ao responderem que “*de shortinho não dá*”, Luzia e Janaína que trabalham nos coletivos trazem à tona mais uma vez um contexto de trabalho no qual a possibilidade de se movimentar pela cidade é crucial, mas ainda assim, precisa ocorrer com algumas garantias, como segurança e reconhecimento. No que diz respeito à vida e a experiência feminina nos espaços, o corpo, ou ainda, a presença do corpo em determinado lugar ganha centralidade. Como pontua Sader, Nicolete e Gomes (2019):

A violência contra as mulheres é uma das maneiras de incidência do poder heteronormativo, entendido como normas androcêntricas fundamentadas por uma visão universalista e indiferente do mundo que, por sua vez, refletem a construção histórica do heterossexualismo machista de uma sociedade. Contudo, é possível perceber diferentes rebatimentos quando a espacializamos e a corporificamos. (p. 103)

Aliado ao urbanismo, a produção do espaço ignora as práticas e os interesses sociais femininos, bem como a forma como as mulheres se movimentam na cidade. Enzo Bello e Larissa Beleza (2019) apontam que não coincidentemente, quando se pensa em violência contra as mulheres somos constantemente levados a pensar na violência familiar e doméstica, ignorando a violência que nos atinge no espaço público e que se reproduz no cotidiano das cidades – violência esta que é frequentemente naturalizada pelo senso comum quando atribui-se à vítima a responsabilidade pela agressão sofrida.

A naturalização da violência na nossa sociedade faz com que vejamos como natural aquilo que não é; que achemos normal, por exemplo, que, por sermos mulheres, não podemos andar na rua a partir de certas horas ou em certos lugares; que não podemos andar sozinhas; que se não nos portarmos segundo um estrito protocolo, seremos nós – e não nossos agressores – as responsáveis pela violência que sofreremos (MELLO, 2017, p. 2 *apud* BELLO & BELEZA, 2019, p. 754).

Considerando o encontro de gênero, raça e classe, esse quadro tende a se tornar ainda mais devastador, já que mulheres negras e periféricas experimentam a cidade de uma forma totalmente diferente das mulheres brancas que pertencem às classes mais altas, ainda que ambas estejam expostas a essa violência de diferentes formas. Fato é que as mulheres trabalhadoras são levadas a se movimentar constantemente pela cidade, e as mulheres negras, majoritariamente alocadas nos espaços periféricos, precisam se mobilizar pela cidade e pelos centros urbanos em função do trabalho, mas também para realização da vida cotidiana, não tendo outra opção que não percorrer os espaços públicos – nesse sentido, a subalternização do gênero de acordo com a raça também se apresenta em uma dimensão espacial (RATTS, 2003). Segundo a pesquisa *Percepções sobre segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade*<sup>39</sup>, do Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva, 8 em cada 10 mulheres brasileiras já sofreram alguma violência quando se locomovendo pela cidade, e não obstante, 83% delas evitam usar certas roupas e acessórios em função dos assédios aos quais pode estar exposta quando nas ruas da cidade – com ênfase para a vulnerabilidade demarcada entre as mulheres negras, de baixa renda, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência. 67% das mulheres negras relataram ainda vivenciar alguma situação de racismo quando circulavam pela cidade, e 77% das mulheres concordam que os espaços públicos representam maior perigo para mulheres do que para homens. Ainda segundo a pesquisa, os ônibus e os pontos de ônibus foram considerados os lugares mais inseguros para mulheres, e 2/3 das vítimas mudaram seu comportamento após situações de assédio, importunação e outras violências. Para evitar situações de insegurança, as mulheres acabam adotando medidas que comprometem sua autonomia, mudando seus hábitos e rotinas em função do medo. É diante destas prerrogativas que busco compreender as roupas escolhidas por Luzia e Janaína também enquanto tática para garantir sua segurança ao circular pela cidade viabilizando o próprio trabalho, ainda que retirando delas a autonomia de escolher até mesmo o que vestir. Abrir mão do *shortinho*, até

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/81-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-em-seus-deslocamentos/>. Acesso em 14/02/2022.

mesmo no calor, surge aqui como uma tentativa de ter seu corpo respeitado em um local de disputa por reconhecimento que é simultaneamente *predatório*.

Contudo, as roupas ganham significados diversos entre nossas agentes, como em Iva e as roupas padronizadas. Assim, o fator de maior relevância nesse caso são as camisetas iguais utilizadas por todas que ali trabalham, carregando, não obstante, a *logo da empresa*. Esse movimento, como já apontado antes, vai de encontro com aquilo que Felipe Rangel (2019) determina como *empresarização* dos mercados populares – que para o autor, consiste em estratégias articuladas, mesmo que não planejadamente, que alteram o mercado nas dimensões espaciais pelo reordenamento do espaço físico, na regulamentação e na forma como ela pode ocorrer, e nos perfis, percepções e expectativas destes trabalhadores, cujas raízes encontram-se nas alterações socioeconômicas impulsionadas pela racionalidade neoliberal. Tais premissas surgem em contraposição à ideia de um “comércio popular” atrelada à precariedade e má qualidade dos produtos, à desordem e à ilegalidade.

Quando falo de “neoliberalismo” aqui, refiro-me a um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Nessa perspectiva, o neoliberalismo não seria apenas uma ideologia ou uma política econômica, mas, fundamentalmente, uma racionalidade de governo que não apenas destrói instituições e direitos, mas que também produz outros tipos de relações sociais, modos de vida e novas subjetividades. (RANGEL, 2019, p. 22)

Essas mudanças acompanham as alterações do trabalho e seu significado no Brasil, principalmente considerando as condições de emprego, que têm gerado algo que Felipe Rangel nomeou de “desencantamento do assalariamento” (RANGEL, 2017 *apud* RANGEL, 2019), viabilizado pelas reformas trabalhistas na legislação brasileira que abrem espaço para a precarização. Essas alterações corroboram com a ideia já propagada pela ideologia neoliberal, travestida de atitude empreendedora, de que o trabalhador é o único e principal responsável pelas suas condições de vida e de trabalho (p. 22). Nesse sentido, o que Rangel apresenta em sua pesquisa é um movimento cujas forças têm origem em diferentes vetores, mas que convergem para uma característica cada vez mais presente entre os mercados populares e trabalhadores informais: a concepção do seu próprio trabalho como um



empreendimento. Com isso, esses trabalhadores se empenham cada vez mais em se afastar da imagem do camelô, carregada de estigmas negativos, e aproximar-se do comerciante em diferentes instâncias. Ainda nesse sentido, a alteração do próprio perfil dos trabalhadores deste segmento representa mais um aspecto deste movimento. E aqui, Iva se difere das outras trabalhadoras também na sua escolha por manter-se no setor informal. Seu desencantamento com o trabalho assalariado não se assimila ao de Janaína, Luzia ou ao de Dona Núbia.

Não se pode mais falar em indivíduos que vivem apenas ligados à sobrevivência imediata, com baixa escolaridade, baixa qualificação, com pouca experiência em trabalhos formais, sem adoção de técnicas de negócio/venda, sem funcionários que não sejam os tradicionais parentes/familiares (ajudantes). Pode-se falar, agora, de uma atividade, de um camelô eminentemente modernizado, que possui um “negócio” na rua, e não apenas um box, mas uma estrutura sofisticada de venda, com internet, vitrine e ar-condicionado, aceitando cartões, dando garantia dos produtos vendidos, entre outros atributos. (DURÃES, 2013, p. 166)

Para além dos uniformes e funcionários, o carrinho de pipoca de Iva aceita *Pix* e cartões. Durante a pandemia, diferente das outras agentes que ficaram impedidas de ocupar o centro durante o *lockdown* – com exceção daquelas que atuavam nos coletivos, uma vez que estes continuaram a circular e elas continuaram a trabalhar, mesmo com o menor fluxo de passageiros – Iva passou a operar por *delivery*, e ressalta que ainda recebe muitas demandas por entregas, considerando seriamente dar continuidade a esse sistema de vendas ainda que o período de distanciamento e isolamento acabe: *“As pessoas me chamavam pelo whatsapp e eu entregava com a minha moto mesmo, mas agora tava pensando em contratar um motoboy”*. A própria apresentação do carrinho de pipoca imponente e chamativo de Iva surge aqui também como uma expressão deste empreendimento popular, e não obstante, como uma tática pautada nessa mesma lógica: inúmeros temperos disponíveis que dão cor e sabor aos variados tamanhos de saquinhos de pipoca, que podem ser composto por diferentes ingredientes, desde bacon, queijo ralado, queijinho e até mesmo pequenos pedaços de calabresa; a pipoca doce sabor chocolate, tudo isso em um carrinho com cerca de 3 metros de comprimento, com separação entre a “cozinha” – o fogão onde a pipoca é feita – e o caixa, onde se formam extensas filas. Além disso, o carrinho ostenta as cores e a logo da empresa, seguindo o padrão dos uniformes, diferente do carrinho de água de coco de Dona

Núbia, que é ilustrado com cores e dizeres genéricos. Aspectos que inegavelmente chamam atenção dos fregueses e se destacam diante de outros carrinhos mais simples, passando a mensagem de uma pipoca mais elaborada e mais saborosa, feita com produtos de qualidade e com maiores opções.

Essa é uma característica destacada por Bruno Durães (2013) nas novas faces da informalidade atravessadas diretamente pela ideia de empreendedor de si, especialmente entre os camelôs. É uma tentativa constante de se colocar cada vez mais próximo dos setores formais da economia através de elementos como a garantia de qualidade, diversidade de produtos e no que diz respeito ao funcionamento do próprio comércio, garantindo aos seus funcionários, além do salário, férias, décimo terceiro, e em determinados casos, vale transporte e alimentação, plano de saúde, dentre outros benefícios comuns no setor formal da economia que são assimilados pelo segmento informal – do mesmo modo, Iva garante que suas funcionárias são registradas e recebem todos direitos trabalhistas exigidos por lei, embora o MEI restrinja a possibilidade de contratação de funcionários a um único colaborador, o que nos leva a pensar nos diversos *modos de ser na informalidade* (ANTUNES, 2018), mesclando características do setor formal à acordos e contratações informais (NORONHA, 2003). Contudo, chamo atenção aqui para a tática que se apresenta atrelada ao sentido do trabalho realizado: o de elevar o status da sua mercadoria e do seu estabelecimento ambulante ao aproximar-se em diversos momentos do setor formal – e conseqüentemente, afastar-se do estigma do trabalho ambulante – que se tem a partir de um novo tipo de informalidade urbana de feição empresarial nos moldes do universo formal, que utiliza de técnicas empresariais, como o controle de vendas, mas ainda preserva elementos tradicionais do comércio de rua em toda sua heterogeneidade (DURÃES, 2013).

O trabalho nesses moldes, embora ganhe centralidade no caso específico de Iva, não surge no mesmo sentido para Dona Núbia em seu carrinho de água de coco. Como pude descrever no capítulo anterior, o trabalho como ambulante surge para ela com um sentido completamente diferente, especialmente quando consideramos as alterações no setor informal: enquanto Iva é uma

microempreendedora individual registrada, Dona Núbia é uma contribuinte da Previdência Social que aguarda ansiosamente o momento de sua aposentadoria. Ela mesma já havia expressado sua opinião sobre o MEI, afirmando que ao comparar as duas possibilidades, tinha muita certeza de que essa modalidade de registro não valeria a pena para ela, optando por contribuir para a previdência como autônoma. No que diz respeito às roupas, para ela isso parece ter uma relevância minoritária em relação às outras agentes. Dona Núbia não parecia demonstrar muita preocupação com o que vestia, e utilizava sempre vestimentas bastante confortáveis, o que poderia ser o critério principal para sua escolha em função do trabalho que realizava. Apesar disso, cabe ressaltar, que encontrei Dona Núbia diversas vezes vestindo roupas que são comercializadas e percebidas no senso comum como masculinas, como bermudas de tecido e regatas. Sobre esse ponto, cabe salientar eu não consegui compreender a motivação de sua escolha por essas roupas, se estas relacionam-se com sua identidade de gênero ou com sua orientação sexual, se são parte de uma tática adotada por ela para ocupar o espaço ou se são apenas bem mais confortáveis do que as roupas tidas como femininas costumam ser. Fato é que além de este fator nunca ter estado em voga – como quando diretamente verbalizado por Iva acerca do uso dos uniformes, ou das trabalhadoras do coletivo sobre o uso dos shorts – a minha relação com Dona Núbia estava submetida a relação que ela estabelecia com o lugar que ela habitava enquanto trabalhadora, me acolhendo como acolhia grande parte dos passantes e habitantes, mas também mantendo uma hierarquia moral de alguém que habita aquele lugar há décadas com uma elevada respeitabilidade e confiança. Coube a mim compreender essa condição e respeitar o lugar de símbolo que ela também ocupava nesse espaço, reconhecendo os limites da nossa relação. Ela, dentre todas as outras agentes, foi sempre a mais aberta à minha presença, a que mais se dispunha a me falar sobre sua vida e sua trajetória no lugar, e isso não apenas em função de uma identificação entre mulheres negras, mas também por ela ser essa representante de uma identidade valorizada e construída com e no lugar, como uma mulher chefe de família que criou os filhos através do trabalho naquele lugar. E isso tem um peso simbólico enorme, ao qual me cabia respeitar como pesquisadora e como mulher negra.

No caso de Dona Núbia, aquilo que mais se destacou enquanto tática foi inegavelmente sua gentileza. Ela sempre se esforçava ao máximo para agradar quem quer que fosse: seus clientes, os passantes, os lojistas, e até a mim. Esse parece ser um aspecto muito comum entre os trabalhadores ambulantes, evocados por Ostrower (2006) como um artifício para manutenção da viabilidade do seu próprio trabalho, mas também para impulsionar seu reconhecimento no lugar que habita, o que possivelmente se deu também com Dona Núbia no seu trabalho. A mais marcante das gentilezas dela foi inegavelmente a forma como anunciava o preço de seu produto: sempre que alguém se aproximava e perguntava o preço da água de coco, ela dizia “*o copinho é seis, mas por você eu faço por cinco*”. Sempre! Até mesmo comigo. Talvez em algum momento a água de coco tenha realmente custado seis reais, talvez não. A veracidade deste discurso é o que tem menos relevância aqui, o que realmente importa são as intenções por trás dele, que dizem muito mais do que a sua verdade.

Dona Núbia buscava ser sempre muito solícita e atenciosa com seus fregueses e com os passantes, e isso me pareceu ser parte de seus métodos para conquistá-los. Ao que tudo indica, foi assim que ela se tornou conhecida e reconhecida ao longo dos anos. Como propõe Ostrower (2007), para aceitação dos clientes, o camelô precisa desenvolver táticas que envolvem desde a escolha da mercadoria até a simpatia no trato dos sujeitos (p. 38). Na verdade, as “boas” mercadorias são construídas socialmente pelas estratégias comerciais de quem as vende: se a água de coco é a mesma, se a bala e a pomada são dos mesmos fornecedores e do mesmo fabricante, se a pipoca é feita do milho de mesma marca, o que faz com que ela se destaque é menos o preço – que se mantém entre os ambulantes – mas a forma como o produto é apresentado (RANGEL, 2019). Esse pode ser também um aspecto vital do trabalho ambulante.

Neste processo de singularização, devem apresentar-se enquanto sujeitos trabalhadores em confronto às representações negativas que, muitas vezes, os qualificam como “pedintes”, “malandros”, “um-sete-um”, “vagabundo”. Para escapar destas codificações, mobilizam alguns recursos sociais e desenvolvem competências culturais para trabalhar na rua. O deslocamento para este universo social pressupõe, portanto, sua reelaboração, assim como a produção de um “território existencial” a partir de outras formas de sociabilidade, práticas e saberes. (OSTROWER, 2007, p. 27)

E é assim, em pequenas ações cotidianas que as táticas se fazem presentes na manutenção do trabalho como ambulante e na rotina destas trabalhadoras. Na cidade, as miudezas aqui esmiuçadas desenrolam-se como possibilidades de ser, de quem está se agarrando onde é possível e como é viável. Astúcias e habilidades que só quem vive é capaz de desenvolver.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre mulheres negras, sem dúvidas, me colocou frente a um espelho. Neste trabalho, eu acabei me encontrando entre as agentes desta pesquisa, ao mesmo tempo em que me deparava com as muitas pluralidades e possibilidades de ser que atravessam um grupo tão diverso quanto o de mulheres negras. Conhecer estas agentes, não obstante, me convocou a reconhecer nas suas trajetórias, táticas utilizadas frente estratégias de poder enquanto aspectos relevantes do cotidiano. Mulheres negras sempre tiveram uma grande relevância dentro da comunidade negra (GONZALEZ, 2020), e na nossa história e trajetória enquanto população, por diversos motivos, são as mães, avós, tias e matriarcas negras que frequentemente ocupam o lugar de *centralidade* nas relações, sendo ponto de referência das histórias passadas e ponto de partida para os caminhos futuros. Aqui, busquei expor de que forma as mulheres negras surgem na cidade, pontuando como gênero e raça são categorias importantes para pensar a construção do espaço urbano e seus usos.

A relevância desse trabalho está em aprofundar as análises acerca de um grupo que permaneceu às margens das pesquisas acadêmicas e têm ganhado cada vez mais espaço e visibilidade nesses circuitos. Isso não acontece por acaso ou de forma espontânea: quanto mais nos fazemos presentes nas universidades, mais trazemos para o centro do debate as questões que atravessam nossas vidas, através de uma *revolução* epistemológica que utiliza metodologias e lentes teóricas que não nos reduzem a mero objeto de pesquisa, mas que nos reconhecem como sujeitos de saber. Essa foi uma das premissas deste trabalho quando estabeleci a Interseccionalidade do saber, em primeira instância, como a lente teórica que organizou meu olhar tanto quando eu estava no campo de pesquisa quanto quando eu analisava as riquezas que ali encontrei e descrevi no meu caderninho... Em um dado momento da minha trajetória enquanto pesquisadora, ouvi de um professor pelo qual tenho muito apreço que eu aparecia demais no meu trabalho. Ele me disse que isso não era ruim, mas que eu talvez precisasse falar sobre esse aspecto. Além do que está óbvio – as protagonistas desta pesquisa eram mulheres negras periféricas e trabalhadoras, como eu –, dialoguei com escritos de outras mulheres

negras que compreendem a necessidade desse conhecimento situado, para o qual a neutralidade não funciona bem. E me vi, não obstante, convocada por uma monografia da graduação da qual fui parte da banca examinadora, a pensar nas *escrevivências* que aqui se constituíram. O termo, cunhado por Conceição Evaristo, se constitui como método de investigação, produção de conhecimento e posicionalidade implicada – *escreviver* é então contar histórias absolutamente singulares, mas que remetem a experiências coletivas, pois dizem respeito a características compartilhadas entre o autor e o protagonista da história por meio de marcadores sociais, falando do outro ao falar de si (SOARES & MACHADO, 2017, p. 206). Lissandra Soares e Paula Machado (2017) propõem nesse sentido uma virada epistêmica apostando na *escrevivência* como método. Aqui nesse trabalho, a *escrevivência* poderia facilmente ser mais uma das lentes pelas quais ele pode ser lido. E este é mais um elemento da tal virada epistemológica proposta por autoras e autores negros.

Mapear a movimentação destas mulheres me levou a conhecer um pouco da história que elas compartilhavam com o espaço urbano na qualidade de *lugar*. Os seus trajetos e os pontos fixos nos quais elas se estabeleceram revelavam não apenas aspectos de suas próprias trajetórias de vida, como também a maneira como as forças que ordenam e organizam as cidades se fazem presentes na vida cotidiana destas mulheres, impondo pelas distâncias, pela arquitetura ou pela concentração de poder, informação e riqueza monetária, onde, como e quando elas se movimentavam e por que se movimentavam. São duas perspectivas que se tornam cruciais para a compreensão dessa movimentação: uma que está intimamente ligada às experiências de vida destas agentes, e outra, relativa à história da cidade enquanto território de disputas e conflitos.

Isso me levou, não obstante, a pensar as trajetórias destas mulheres com o seu trabalho, o que colocou em questão aspectos de raça, gênero e classe em uma relação intrínseca. Esmiuçá-los trouxe à tona a forma como estas categorias se vinculam, seja no passado ou no presente, na dimensão da história social das mulheres negras ou na trajetória de vida e trabalho das protagonistas desta

pesquisa – e o exemplo mais gritante deste encontro de categorias é, como se pôde ver, a experiência com o trabalho doméstico.

Sobre as movimentações que estas mulheres operam na cidade, seja observando a cidade passar diante de seus olhos ou passando pelo espaço urbano, tornou-se nítida a ideologia – como propõe Lefebvre (2016a; 2016b) – que se efetua enquanto prática na rotina destas mulheres e de tantas outras que assim como elas, habitam as periferias da cidade. A impossibilidade de se manter reclusa, principalmente considerando a história social e singular delas, levou-as a encontrar diferentes meios de utilizar a cidade a seu favor. E conhecendo agora os diferentes momentos em que a cidade foi concebida e estruturada por homens brancos das classes dominantes, driblar esse ordenamento se consolida de certo como uma forma de resistência cotidiana. O que se tornou vital foi, para essas trabalhadoras, tentar de alguma forma atravessar os estigmas de gênero, raça e classe que surgiram imbricados nas moralidades do lugar (ASSIS, 2011).

Sinto que existem ainda outras questões a se conhecer mais a fundo em relação ao tema, o que seria possível se eu mergulhasse com mais profundidade e tempo nas rotinas citadinas, acompanhando a ação do tempo nos espaços e nas sociabilidades do lugar. Certamente esse movimento traria à tona ainda mais riquezas, miúdas, mas potentes, indo além da inspiração etnográfica, mas ocorrendo na total imersão proposta pela etnografia – muito embora essa inspiração tenha se revelado uma ferramenta potente. Essa seria talvez uma tarefa a ser continuada, por mim ou por qualquer outra pessoa. E que seria ainda mais oportuna se não em um contexto pandêmico, uma vez que é impossível não considerar seus atravessamentos. Ainda que ela não apareça tão marcadamente ao longo da pesquisa como ocorreu nas nossas vidas, a COVID-19 e todas as crises e situações que ela provocou – ou, como as profundas desigualdades sociais brasileiras, escancarou e piorou – se fizeram presentes na vida das agentes desta pesquisa como na vida de todos nós. Françoise Vergès (2020) nos diz que as dificuldades expressas na pandemia demarcaram mais uma vez as diferenças de classe, de gênero e de raça, estabelecendo aqueles que podiam ficar em casa e os que não



podiam, definindo o confinamento como uma política que privilegiava uma pequena parcela da população: os ricos (p. 15). Cabe lembrar o fato de as agentes desta pesquisa não terem paralisado suas atividades, diferente de mim, que vivi um mestrado no modelo remoto. A educação é um dos muitos setores que se fecharam quase que imediatamente após o início da pandemia, e ainda hoje, dois anos após o primeiro *lockdown*, ainda não retornaram em sua totalidade. Mas as trabalhadoras ambulantes não vivenciaram a pandemia nesses moldes, retornando ao trabalho sempre que a cidade dava brecha, adaptando sua ação a cada contexto em que operava. Ou seja, aquelas que trabalhavam nos ônibus permaneceram nestes enquanto circulavam, mesmo com números reduzidos. As dos pontos fixos tiveram um pouco mais de dificuldade, mas se fizeram presentes em qualquer oportunidade de abertura. Uma delas, como disse, migrou temporariamente para o sistema de *delivery*. E assim, o que se encontra em questão é igualmente as *pluralidades de ser* que elas apresentavam.

Outro ponto que se fez presente na vida da maioria das minhas agentes foi o auxílio emergencial. Esse auxílio financeiro, inicialmente proposto em um projeto de lei de 2001 apresentado pelo então deputado federal Eduardo Suplicy, trouxe à tona um problema antigo acerca da distribuição de renda no Brasil, para o qual uma solução já havia sido apresentada, mas que não interessava. Como já pontuado, o auxílio emergencial impactou diretamente a vida da população em vulnerabilidade no país, com ênfase para as mulheres negras, grupo majoritário entre os mais pobres. E da mesma forma, o auxílio atravessou a vida das agentes desta pesquisa. Enquanto política pública de resposta a uma emergência econômica, ele atravessou a experiência no contexto pandêmico e alterou, ainda que por pouquíssimos meses, o cenário de *possibilidades* destas mulheres. Como e em que amplitude são questões que restam ainda responder.

O que fica agora é a certeza de que, se a vida na cidade e a sua organização já impactava, como propunha Simmel (2005), as subjetividades e atitudes dos humanos frente à vida e o meio urbano, sob o ponto de vista do trabalho, da raça e do gênero essa organização ganha novas implicações que igualmente constituem

atitudes e subjetividades moldadas pela experiência de uma trajetória na *selva de pedra*. Mas há ainda contradições: poderiam as agentes desta pesquisa serem consideradas, em relação a qualidade da cidade, *cidadinas*? Elas possuem autonomia nas escolhas de seus trajetos, de suas moradias, de suas movimentações? E através do desenvolvimento do seu trabalho e do reconhecimento que buscam obter através dele, elas conseguem de fato, superar os estigmas a elas atribuídos, seja em função do trabalho ambulante, do gênero ou da raça?

Em primeiro lugar, as escolhas destas trabalhadoras estiveram sempre sujeitas às possibilidades que a ideologia da cidade e suas expressões apresentam para os habitantes do espaço urbano. Assim, ainda que essas trabalhadoras burlem em distintos momentos essas predeterminações através de táticas cotidianas, sua autonomia não está completa e encontra-se submetida às roupas que vestem, ao modo como se comunicam, a como se apresentam e aos círculos de amizades que integram quando no local de trabalho. Elas estão também sujeitas aos olhos que as enxergam e a todas as lentes estigmatizantes que possivelmente estarão presentes nesse olhar. Uma outra contradição é o fato de elas serem levadas a ocupar o espaço urbano quando este se torna um risco para a contaminação de COVID-19, e ao mesmo tempo, antes deste perigo recente e ainda quando diante dele, elas não possuem a segurança necessária para garantir sua própria liberdade e autonomia para transitar entre todos os espaços da cidade. É um duplo perigo, um *não-não*, paradoxal e complementar que condiciona e atravessa sua ocupação do espaço urbano. Mobilizando a categoria *ser-outra* postulada por Berg (2020), o que se tem é então uma gama de formas de estranhamento cuja origem se dá no *modus* de acumulação primitiva do capital, que podem ser ampliadas para as forças que organizam a cidade por meio da industrialização e urbanização, nos permitindo conhecer suas contradições (p. 107). A brecha necessária para sua superação não pode estar condicionada apenas às ações destas mulheres, mas precisam ser acompanhadas por políticas públicas de garantia de todos seus direitos fundamentais, incluído aqui o direito à cidade.

Em termos de trabalho, ainda que o reconhecimento nos termos que defini anteriormente tenha surgido como uma ferramenta relacional importante para sua execução, sua eficácia se reduz a um espaço restrito e a uma rede de sociabilidades específica daquele lugar. Ainda que essas práticas sejam potentes nas microsociabilidades, é preciso lembrar que o trabalho ambulante é extremamente instável e precário, sendo uma das faces mais vulneráveis e empobrecidas do setor informal da economia. Quando diante deste fato, as táticas já não são suficientes para virar o jogo. Uma análise realizada pelo Sebrae em 2022 utilizando dados da PNAD contínua chamada Atlas dos Pequenos Negócios<sup>40</sup> chamou de *empreendedores* todas as pessoas que trabalhavam por conta própria ou de maneira autônoma, com ou sem registro no MEI. Mas essa mesma análise nos revela que quase 90% dos “empreendedores” não possuem funcionários e quase metade obtém através desse trabalho rendimentos que não ultrapassam um salário mínimo. Assim o que acaba não sendo evidenciado aqui é que ao incorporar em nossos discursos e análises o mesmo conceito de “empreendedor de si” disseminado nas transformações neoliberais do mundo do trabalho, deixamos de perceber momentos em que o *empreendedorismo* esconde trabalhos realizados dentro do setor informal que são majoritariamente precarizados e mal remunerados, invisibilizando um segmento de trabalhadores extremamente vulnerabilizados. Estar próxima destas mulheres me permitiu visualizar as criativas táticas de resistência por elas aplicadas, mas isso não exclui a realidade do trabalho por elas realizados e não posso correr o risco de dar elas o título de empreendedoras de si. Elas fazem parte do contingente de 43,3% de mulheres negras ocupadas no mercado informal, o maior número entre todo os outros grupos analisados (incluídos aqui homens brancos e negros e mulheres brancas, segundo os dados da Pnad Contínua sobre o primeiro trimestre de 2022<sup>41</sup>), e continuam desprotegidas e expostas a inúmeros riscos. Mesmo que as trajetórias e táticas saltem aos olhos, elas não alteram esse fato.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/pme/empreendedor-solo-sebrae-mei-negocios/>> Acesso em 15/08/2022.

<sup>41</sup> Segundo análise realizada por Janaína Feijó dos dados da PNAD Contínua de 2016 a 2022. Disponível em: <<portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>>. Acesso em 29/07/2022.

O fim da pesquisa não significou o fim dos contatos com as agentes, ainda que eu tenha comunicado oficialmente a todas elas que o trabalho de campo havia se encerrado, já que continuo a transitar e habitar a cidade e os lugares onde elas se encontram, nos ônibus ou nas ruas do centro. Além disso, outras questões e conflitos passam a fazer parte de seus cotidianos: a escassez no transporte público, novos conflitos e disputas no espaço pelo aumento no número de trabalhadoras ocasionais, alterações na dinâmica e no fluxo de pessoas... Problemáticas que certamente enriqueceriam ainda mais esta pesquisa e acompanham as transformações sociais decorrentes da crise econômica e sanitária que atravessou os últimos dois anos, constituindo mais conteúdo a ser conhecido e reconhecido por outros *caderninhos de campo*. Os conflitos, bem, continuam lá. Resta a nós encontrá-los.

## 5 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; COLI, L. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ABRAMO, L. DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. **Cienc. Cult. vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006**
- ALMEIDA, E. Pandemia em contexto de vulnerabilidade socioeconômica: algumas considerações sobre Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. **Vértices** (Campos dos Goytacazes), vol. 23, núm. 1, 2021.
- ALMEIDA, M. **Da Senzala ao Cárcere: O estigma racial e seus reflexos no tratamento jurídico penal**. Dissertação (Mestrado). Univem, Marília, SP, 2016.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALZUGUIR, F. A carreira moral da vergonha na visão de homens e mulheres “alcoólatras”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24 [ 1 ]: 11-29, 2014
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital** [recurso eletrônico].1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018
- ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. TRABALHO INFORMAL, GÊNERO E RAÇA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **Cadernos de Pesquisa** v.43 n.149 p.452-477 maio/ago. 2013
- ARAÚJO, A. **A incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945**. Dissertação de Mestrado: UNESP, 2013.
- AREND, N. **A cidade ambulante: cartografando o centro de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ASSIS, R. **As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Sociologia Política, UENF, Campos dos Goytacazes, 2011.
- \_\_\_\_\_. A rua como um espaço de luta por reconhecimento: o caso do conflito dos trabalhadores de rua com comerciantes no espaço público urbano. **CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora** Ano 7, Ed. 18 Set./Dez., 2014.
- BELLO, E.; BELEZA, L. As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 11, nº 2. ISSN 2317-7721 pp. 741-764

BERG, T. **Fazer-se humana: o ser social à luz da ser-outra**. 2020. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2020.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **MEDIAÇÕES**, LONDRINA, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Trad. Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.

BRITO, D. **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista**. Agência Brasil, Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em 09/01/2022.

CAILLÉ, A. RECONHECIMENTO E SOCIOLOGIA. Trad. Maíra Albuquerque. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - vol. 23 nº. 66, 2008.

CARLOS, A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

\_\_\_\_\_. Enegrecer o feminismo. A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2011. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=CjwKCAiA1JGRBhBSEiwAxXblwelytJ9VihnqUKqegmEbYq9c18qiKF8kMMkhewEc0vAoOWdxZrtJuBoC\\_TkQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=CjwKCAiA1JGRBhBSEiwAxXblwelytJ9VihnqUKqegmEbYq9c18qiKF8kMMkhewEc0vAoOWdxZrtJuBoC_TkQAvD_BwE). Acesso em 06/03/2022.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro, Oficina do Autor. Niterói, Intertexto, 2001

COLLINS, P. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. **Revista PARÁGRAFO**. V.5, N.1 Jan/Jun. 2017 - ISSN: 2317-4919

\_\_\_\_\_.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Trad. Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORRÊA, R. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

COSTA, J. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI In: SILVA, T.; GOES, F. (org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013.

MARQUES, L.; COSTA, P. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil In: \_\_\_\_\_.

PEDROSA, C. O trabalho doméstico e o espaço privado: iniquidades de direitos e seus impactos na vida das mulheres negras In:\_\_\_\_\_.

COSTA, N.; GORAYEB, A.; PAULINO, P.; et. al. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86

COSTA, V. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista. In: XAVIER, G.; FARIAS, J.; GOMES, F. (org). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

DOMINGUES, P. Zizinha Guimarães: entre a história e a memória. In: \_\_\_\_\_.

FIGUEIREDO, L. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In:\_\_\_\_\_.

PAIVA, E. Mulheres de diversas "qualidades" e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais. In:\_\_\_\_\_.

REIS, A. Mulheres "afro-ascendentes" na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1 830). In:\_\_\_\_\_.

ROCHA, S. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. In: \_\_\_\_\_.

SOUZA, F. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. In: \_\_\_\_\_.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DUARTE, G.; SPINELLI, L. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DUPLA JORNADA. **REVISTA SOCIAIS & HUMANAS** - VOL. 32 / Nº 2 - 2019

DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Trad. Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.146 p.351-367 maio/ago. 2012

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, T. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. **Agenda Social**. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set 2008, p.40-64, ISSN 1981-9862

FARIAS, C. **Um programa e suas práticas juvenis: sociabilidades, trajetórias de vida e itinerários de jovens de periferias** (2019). Tese (Doutorado) – Sociologia Política, UENF, Campos dos Goytacazes, 2019.

GARCIA, A. Mulher Negra e o direito à cidade: Relações raciais e de gênero.. In: SANTOS, R. (org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012

SANTOS, R. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: \_\_\_\_\_.

RATTS, A. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: \_\_\_\_\_

GARCIA, M. et. al. “Mulheres guerreiras”: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 27-42.

GOES, E. **Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes**. Blogueiras Negras, 2019. Disponível em: < <http://blogueirasnegras.org/interseccionalidade-no-brasil-revisitando-as-que-vieram-antes/>>. Acesso em 29/10/2021.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974  
\_\_\_\_\_. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios; Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. Trad. Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.



HOFF, T. **A CIDADE E A MULHER: SEGREGAÇÃO URBANA FEMININA EM SANTA CRUZ DO SUL/RS**. 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

\_\_\_\_\_. MULHER, SEGREGAÇÃO URBANA E REDES DE SOCIABILIDADE Uma alternativa de (re)ação feminina? **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2017.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libanio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8 n. 1, p. 46-67, jan.-abr. 2008.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014

\_\_\_\_\_. O TRABALHO DE CUIDADO: Comparando Brasil, França e Japão. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**. V.13, n.24, 53 – 64, 2016.

\_\_\_\_\_.; GOUVEIA, R; GROISMAN, D. **Helena Hirata: “A questão da interseccionalidade ampliou muito o escopo das análises já feitas anteriormente”**. CADTM, 2020. Disponível em < <https://www.cadtm.org/Helena-Hirata-A-questao-da-interseccionalidade-ampliou-muito-o-escopo-das>>. Acesso em 20/10/2021.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

JACINO, R. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2012.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KYRILLOS, G. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Cristina Oliveira. São Paulo: Neblí, 2016a.  
\_\_\_\_\_. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Trad. Margarida Andrade, Pedro Denski e Sérgio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2016b.

LEONE, E. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. Trabalhadores do Brasil: Virem-se! **Rev. Insight Inteligência**. Rio de Janeiro: Ano I, n. 5. Nov-Dez 1998/Jan. 1999.

MACHADO, R. **O NEGRO E SEU MUNDO: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UENF, Campos dos Goytacazes, 2012

MAGNANI, J. **Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos**. Anuário Antropológico II, 2013.

\_\_\_\_\_. DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 17 N. 49, 2002.

\_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARINHO, M. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas** – Vol. 13, Nº 17, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flavio Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MELO, G; GIOVANI, A. Estereótipos de Gênero Aplicados a Mulheres Atletas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Set-Dez 2004, Vol. 20 n. 3, pp. 251-256.

MELO, H; ARAÚJO, J.; MARQUES, T. Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: O Caso da Cervejaria Brahma. **RBE**: Rio de Janeiro, JUL/SET 2003

MELO, H.; CASTILHO, M. TRABALHO REPRODUTIVO NO BRASIL: QUEM FAZ? **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MELO, H.; TELES, J. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no rio de janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

MISSE, M. Ligações perigosas: mercado informal e narcotráfico no rio In MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MONTAGNER, M. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

MONTENEGRO, T. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003, pp. 493-508.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu** (42), Janeiro-Junho de 2014:201-248.

NASCIMENTO, A. O **genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: HOLLANDA, H. (org.) **Interseccionalidades: Pioneiras no feminismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NORONHA, E. INFORMAL, ILEGAL, INJUSTO: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, núm. 53, outubro, 2003, pp. 111-129

OSTROWER, I. **“Fazendo do limão uma limonada”:** moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

\_\_\_\_\_. Redes, jogos, relações estratégicas de negociação entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. *In*: GOMES, M. (org.). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

PAMPLONA, J. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013.

PANTA, M. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade**. 2018. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, UNESP, Marília, 2018.

PARKER, R. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. *In*: MONTEIRO, S., VILLELA, W. (org.). **Estigma e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 25-46.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PIRES, L. **Esculhamba, mas não esculacha!: Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2011

PINTO, M. Legalidade versus legitimidade: uma perspectiva rousseauísta da questão. **Controvérsia**. Vol. 5, nº 2: 45-53 (mai-ago 2009).

POHLMANN, M. **O RECENTE PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM DIREÇÃO À BAIXADA CAMPISTA: o 2º distrito de Goitacazes, a nova centralidade.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2020.

PRADO FILHO, K; TETI, M. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói:** Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

QUEIROZ, A. **DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO: OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE “TERRITÓRIOS DE TRABALHO” DE VENDEDORES AMBULANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE SALVADOR-BAHIA.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA. Salvador, 2017.

RANGEL, F. A **EMPRESARIZAÇÃO DO COMÉRCIO POPULAR EM SÃO PAULO: Trabalho, empreendedorismo e formalização excludente.** 2019. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2019.

RATTS, A. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. **XXVII Encontro Anual da ANPOCS.** GT Relações Raciais e Etnicidade, 2003.

RESENDE, A.; TOZI, F. A metrópole significante: usos rebeldes do território e a efervescência de novas racionalidades In: RIBEIRO, A.; CAMPOS, A.; SILVA, C. (orgs.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas.** Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.

RIBEIRO, C.; AVILA, C. **O direito à cidade e a mulher negra.** Revista de Ciências Humanas e Sociais. V. 5, n. 2. Jul-dez, 2019.

RIBEIRO, M. Trabalhadores do comércio: ocupações exercidas na rua e em estabelecimento In: RIBEIRO, M. ARAGÃO, T. (org.) **Transformações no mundo do trabalho: Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

RIOS, A.; MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

RODRIGUES, C. **A mulher no espaço público** – uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) In: SANTOS, R. (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

ROSAS, M.; MORAES, R. A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO NO CONTEXTO DE TRABALHO. **Revista AMazônica**, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3415 210 Ano 4, Vol VII, Número 2, pág. 210-224, Humaitá, AM, Jul.-Dez. 2011.

ROUBICEK, M. **Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise**. Nexo Jornal, 25 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>. Acesso em 14/10/2021.

SADER, A.; NICOLETE, J.; GOMES, M. As Mulheres e o Direito à Cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v.20, p. 99-110, 2019, Edição Especial.

SANTOS, M. A força do lugar. In: SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. O território do dinheiro e da fragmentação In SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIOTA, R. GUERREIRO RAMOS E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL. **Temáticas**, Campinas, 22, (43): 73-102, fev./jun. 2014

SILVA E NETO, R., et. al. **Campos dos Goytacazes: Perfil, 2018**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. 2018.

SILVA, M. Mulheres Negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SILVA, D.; LORETO, M.; BIFANO, A. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17(32): 409-438, jan.-jun. 2017.

SILVA, R. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 93-107, 2013.

SILVA, S.; FAGUNDES, G. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Revista Mana**, N 11 V.2, pp. 577-591, 2005.

SIKOTA, C.; BRÊTAS, A. O significado de envelhecimento e trabalho para vendedor ambulante idoso. **Revista de Enfermagem da UFSM**. 2012, Jan/Abr, 2(1):135-144.

SOARES, L.; MACHADO, P. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, 17(39), p. 203-219, (2017)

SOUZA, F. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 275-296.

TAVARES, L.; CARVALHIDO, M. A territorialização do município de Campos dos Goytacazes a partir do tráfico de drogas. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**. Nº 4, volume 5, artigo nº 24, Julho/Dezembro 2019

TIRELLI, C.; PEDROSO, A. Gênero, redes e capital social no meio rural: a experiência dos grupos de mulheres no município de São Sepé-RS. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v.19, n. 01, p. 20-33, jan./jun. 2017.

TRINDADE, O. **Mercado Municipal e Camelódromo à espera de uma solução definitiva**. Jornal Online Terceira Via, 2019. Disponível em <  
<https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/12/15/mercado-municipal-e-camelodromo-a-espera-de-uma-solucao-definitiva/>>. Acesso em 18/01/2022.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Ubu editora, 2020. (Versão Kindle)

YOSHIOKA, A. P.; CLARET, E. F. O negro no mundo do trabalho: descontentamentos e luta. **Revista Sem Aspas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 118–127, 2015.